

Humanidades

12

A fabricação do menor

Cidadania
e conflitos sociais
no campo

Teatro
progressos ou
retrocessos

A cultura
psicanalítica
brasileira

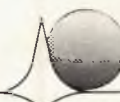


20 anos de BRB no dia-a-dia de Brasília.



BRB
BANCO DE BRASÍLIA S.A.

GOVERNO
JOSÉ APARECIDO
Brasília. Capital de todos.



Cada vez mais presente na região do futuro.



Capa: criação e ilustração
Fernando Secchin

Menor/Capa	A fabricação do menor – Vicente Faleiros	5
Constituinte	A receita do imponderável – Carlos Chaças	16
Violência	Cidadania e conflitos sociais no campo – Alfredo W. Berno de Almeida	22
Teatro	Teatro brasileiro 1956–1986: progressos ou retrocessos – Yan Michalski	30
Relações Internacionais	Atlântico Sul: um mar de sutilezas e incertezas – Mário César Flores	36
Espanha	A tutela civil das forças armadas – o caso espanhol – Rosa Freire d'Aguilar	44
Filosofia	O mito de Psique e a simbólica da luz – Eudoro de Sousa	49
Mercado de Trabalho	Ano 2000: mais trabalho e muita pobreza – Ricardo Lima	61
Economia e Saúde	O desemprego como fonte de patologias – Oswaldo Macêdo	67
Literatura e Poder	O discurso do poder no romance latino-americano – Octavio Ianni	69
Tráfico de Drogas	Narcoterrorismo, produto “for export” – Daniel Rótulo Decuadra	75
África	Por que o “apartheid” ataca tão ferozmente Moçambique? – Calane da Silva	79
Psicanálise	A cultura psicanalítica brasileira – Sérvulo Augusto Figueira	84
UnB e Democracia	Extensão: do assistencialismo ao compromisso – Volnei Garrafa	88
Energia Nuclear	A política dos fatos consumados – Luiz Pinguelli Rosa	91
Paz	O imperativo da paz justa – J. Francisco Rezek	94
Ensaio/Cartuns	Contra a guerra – pela paz	97
Imagem	A segunda escolha – Luís Humberto	100
Comentário	OEA, ainda podemos confiar? – Daniel Rótulo Decuadra	102
Perfil	A metodologia das ciências humanas em Michel Foucault – Roberto Furian Ardenghy	104
Poesia	Situação de Pessoa na poesia do século XX – José Santiago Naud	109
	Quintana: o observador <i>zen</i> do cotidiano – Luís Turiba	116
Tópicos	Racismo e educação – Edson Lopes Cardoso	118
Painel	Crítica	119
	Editora da UnB/Lançamentos	127

A universidade prisioneira

O homem não nasceu para ser alfabetizado ou doutor. Nasceu para ser livre. A educação é apenas o caminho fundamental do processo de libertação. Primeiro, pela geração de tempo livre da luta pela sobrevivência. Segundo, pelo uso deste tempo livre na manifestação da liberdade, através da atividade cultural.

Neste processo de libertação, a universidade tem uma responsabilidade básica. Ela é o centro de geração e transmissão das técnicas de ampliação do tempo livre; e ela é um dos principais centros de produção das atividades culturais. Mas, para que possa desempenhar seu papel de libertadora, a universidade deve ser antes de tudo uma instituição livre.

Lamentavelmente, a partir da Revolução Industrial, quando prioriza seu papel utilitário de elemento dinamizador do sistema econômico, a universidade passou a aprisionar-se a si própria entre diferentes amarras.

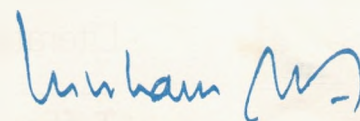
Primeiro aprisionou-se de seu próprio conceito de geradora do saber, atribuindo-se, através do diploma que emite, o poder de legitimadora do saber, e ficando assim impedida de buscar fora de si fontes alternativas do saber. Aprisionou-se do mercado, concentrando-se sobretudo na formação de mão-de-obra para o sistema produtivo. Mas aprisionou-se sobretudo do medo. Do medo da dúvida, dedicando-se basicamente à transmissão do conhecimento já consolidado. Do medo do

ridículo, dedicando-se apenas à construção dos arcabouços teóricos em torno a formulações já testadas. Do medo do erro, evitando conduzir o pensamento através de caminhos, de formas novas de pensar.

Aprisionou-se, também, da hierarquia das categorias de seus membros, como se o saber dependesse de uma posição burocrática do seu proprietário. Ficou prisioneira de sua estrutura, que, ao arrumar-se apenas por categorias científicas, distancia-se dos objetivos reais, criando para seus estudos fins teóricos específicos que se adaptem às suas categorias científicas.

Enquanto ficar prisioneira de suas próprias amarras, a universidade não poderá cumprir seu papel de libertadora. Por isto, o primeiro passo da universidade, para reencontrar seu caminho, é libertar-se.

Esta libertação deve vir através da afirmação de sua autonomia, da consolidação de seus compromissos com a produção do saber e da sua responsabilidade no uso deste saber. Mas, sobretudo, o ponto de partida consistirá na perda do medo à liberdade de usar o novo e de errar tentando.



Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista *Humanidades* é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editores-chefe: Sílvia Távora

Conselho editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson, José Carlos Córdova Coutinho e Venício Artur de Lima.

Autores: Alfredo W. Berno de Almeida, Calane da Silva, Carlos Chagas, Daniel Rótulo Decuadra, Edson Lopes Cardoso, Eudoro de Souza, J. Francisco Rezek, José Santiago Naud, Luís Humberto, Luiz Pinguelli Rosa, Luís Turiba, Mário César Flores, Octavio Ianni, Oswaldo Macêdo, Ricardo Lima, Roberto Furian Ardenghy, Rosa Freire d'Aguiar, Sérvulo Augusto Figueira, Vicente Faleiros, Volnei Garrafa, Yan Michalski.

Painel: Benício V. Schmidt, Célia Maria Ladeira, Dioclécio Luz, Fernando Antônio Neto Lôbo, Guido Heleno, José Salomão David Amorim, Marcos Bagno, Paulo Roberto de Almeida, Paulo Vieira da Silva, Ricardo Mário Gonçalves. **Traduções e versões:** John Trzeciak, Marcos Bagno, Mark Ridd, Sara Almarza.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso.

Edição de iconografia: Luís Humberto e Douglas Marques de Sá.

Projeto gráfico e programação visual: Danilo Barbosa e Fernando Secchin.

Arte-final: Fernando Secchin.

Ilustradores: Charles Meyer, Douglas Marques de Sá, Fernando Lopes, Fernando Secchin, Jô Oliveira, Luís Eduardo Rezende de Brito (Reza), Nanci Maria Ferreira, Orlando Luiz, Paulo Andrade, Suzana Gruber.

Fotógrafos: Antonio Marmelo, Juan Pratginestós, Ronaldo Vasconcelos.

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro.

Promoções, vendas, assinaturas: Alexandre Lima.

Apoio Administrativo: Elias Romcy Pereira, Marisa Angélica Ramalho.

Cadastro de assinantes: Gilmar Castelo Branco, Rosa Maria Dantas de Oliveira.

Preços: Cz\$ 66,50 (exemplar avulso).

Cz\$ 230,00 (assinatura — quatro números).

Cz\$ 190,00 (assinatura para estudantes).

Endereço: Revista HUMANIDADES — Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Dois Candangos
Caixa Postal: 153001

71910 — Brasília — DF — Brasil

Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, fotolitos e impressão: Escopo Editora

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado — artigos, resenhas, ilustrações e fotos — só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)



A fabricação do menor

Vicente Faleiros

O trabalho da criança e do adolescente pobres no Brasil realiza-se preferencialmente na rua. É aí que eles buscam o espaço para obter, através do pequeno comércio e serviços, os meios de subsistência, vendendo a produção caseira ou intermediando o comércio de pequenos produtos industrializados, ou ainda oferecendo pequenos serviços. A principal denúncia dos meninos e meninas de rua é a repressão, manifesta de diversas formas. A ação do Estado em relação a eles não é de negociação, de regulamentação, mas, em geral, de repressão violenta, com a destruição ou apreensão das mercadorias. É através da dinâmica institucional que se fabrica, quase sempre, o delinquente juvenil. A instituição, ao invés de recuperar, perverte; ao invés de reintegrar e ressocializar, exclui e marginaliza; ao invés de proteger, estigmatiza. Isto configura a perversidade institucional, por produzir o efeito contrário ao proposto.

As manchetes dos jornais estampam, quase todos os dias, em grandes letras, casos de menores ou de ex-detentos que assaltam e roubam. Em razão disso apela-se às forças policiais para a repressão. Basta lembrar o caso Naldinho em São Paulo, e, mais recentemente, em Brasília, o caso Gregorinho. Edmilson Santana Lima, o Gregorinho, participou de um seqüestro na prisão da Papuda, em setembro de 1986, tendo conseguido escapar com os reféns. Posteriormente foi morto pela polícia.



Em carta-denúncia Gregorinho diz que “a lei existente na Papuda não é a lei que conduz à liberdade e que consiste na lei que se lembra do condenado apenas para puni-lo”. Prefere a pena de morte a “prender e ficar esculhambando”. Gregorinho relata que tem seus ouvidos estourados, pois “bateram nos meus ouvidos, depois me levaram pro mato e me deram choque. Atiraram perto do ouvido e fui processado por uma coisa que eu não fiz”. Pede “melhoria da limpeza e das condições da cela”, reeducação e não um “falsinamento”, ou seja, um falso ensinamento “que lhe dão os psicólogos”¹. Alega que na instituição existe guerra e não paz. Gregorinho é egresso da Comeia (casa de detenção de menores infratores de Brasília), situada na cidade-satélite do Gama.

Casos como este aparecem como ameaça à ordem estabelecida e trazem à tona a questão da pena de morte. Em alguns casos, a população chega a invadir a cadeia para linchamentos, em outros a polícia promove execuções sem julgamento, como aconteceu recentemente com Gregorinho. Quem não se lembra dos “esquadrões da morte”?

Há atualmente no Brasil uma violência embutida nas relações sociais e liberada de forma selvagem nessas ocasiões, configurando-se o que Gregorinho denuncia em sua carta, ou seja, uma verdadeira guerra. Esta guerra é uma das faces manifestas da guerra social da desigualdade que envolve a maioria da população na luta pela sobrevivência, e obriga-a a ações consideradas perigosas para as classes dominantes enquanto ameaças à propriedade e à ordem estabelecida.

Por ocasião de revoltas as classes dominadas reagem de forma imprevista e às vezes indiscriminada, exprimindo a violência vivida em seu cotidiano, na família, nas favelas, onde sofrem a ação policial arbitrária, no trabalho onde são oprimidas e nas ruas onde são discriminadas. Fanon, em seu livro “Os Condenados da Terra”, mostra que o colonizado introjeta a violência do colonizador e reage da mesma forma.

Gregorinho afirma que quando “um rapaz direito fica sujo pela autori (gíria de autoridade) fica rejeitado pelos próprios parentes e amigos”. Aliado à violência física subsiste o estigma de marginal e o próprio indivíduo “faz a sua carreira”, na expressão de Goffman², dentro do estigma, isto é, para valorizar-se na exclusão.

Esta exclusão não é resultado de ações e marcas individuais. Não é resultado da maldade, da incoerência, da inadaptação, da desintegração de determinados indivíduos por razões biológicas ou psicológicas, embora ainda existam autores que coloquem a questão nesses termos³.

A violência está relacionada com a própria estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, fundada em relações sociais de exploração e dominação, num contexto social em que se processa não só a produção da vida, mas também das idéias. Esse conjunto de relações sociais tem sua história e suas raízes no modo de produzir da própria sociedade.

É necessário, pois, considerar os fundamentos da situação da criança e do adolescente pobres para analisarmos as diferentes formas de articulações políticas em que se colocam as questões e os problemas da sociedade em relação ao menor. Assim, para se refletir, de maneira global, sobre a questão da criança e do adolescente pobres no Brasil é preciso situá-la na ampla rede de relações sociais desiguais e visualizar as alternativas propostas pela sociedade.

A fabricação do menor pela ordem divina

No que diz respeito às questões do menor há, ainda, predominância, em algumas áreas, de um pensamento metafísico, buscando-se explicá-las como decorrência do abandono de valores morais universais e de uma consciência religiosa⁴.

Esta visão aponta a existência do problema do menor como um desvio, uma anomalia da própria consciência em relação a uma ordem superior e natural, confundindo-se a realidade com uma ordem divina preestabelecida. A ruptura com esta ordem é que provocaria a existência de pobres, de criminosos, de violência e do abandono da criança.

Esta ordem divina deveria ser, em primeiro lugar, cumprida pela família como uma missão superior de reprodução da criança para garantia de sua vida, de seus bens. A reprodução ideológica se dá através da inculcação da aceitação do mundo existente como uma ordem natural e transcendente. O papel da família seria, então, o de transmitir o *temor*, o

temor aos homens como se fosse o temor a Deus. Sabe-se que a implantação do temor leva, muitas vezes, ao terror, para que, através deste, o temor se faça sentir, a fim de se estancar a ameaça da revolta. Sobre a criança podem, ou devem, então, recair todos os castigos, contanto que “desde pequenino se endireite o pepino”.

A correção, a ortopedia social, leva à imposição de uma ordem considerada correta, através da disciplina, que deve, assim, começar na família, continuar na escola, manter-se pela religião, estender-se no trabalho e refletir-se no lazer, na cultura, na vida cotidiana.

A autoridade paterna, escolar, religiosa se exerce em nome de uma lógica da obediência devida a quem seja criador, superior ou mantenedor. Assim como Deus “criou” os pais, estes criaram a criança, sendo ambos dependentes de Deus e os filhos dependentes (até nos documentos oficiais) da autoridade estabelecida, numa cadeia hierárquica.

Esta hierarquia coloca o menor como o último degrau da escala da dominação, da obediência, concebida de cima para baixo.

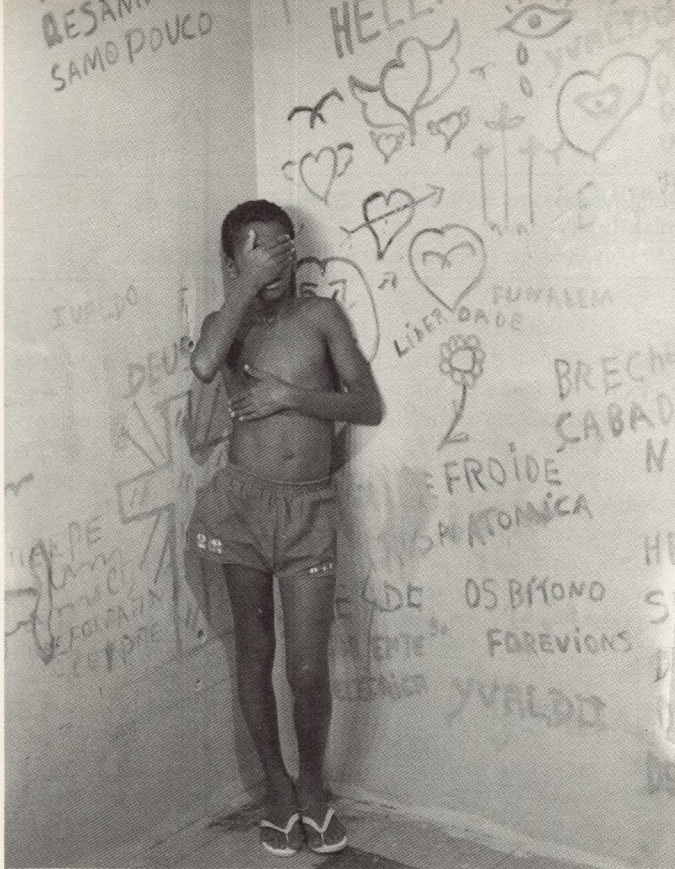
O exercício da obediência é, no entanto, um processo político complexo, articulado por normas, regras, mecanismos que refletem a relação de forças sociais, a divisão entre dominantes e dominados, exploradores e explorados. É preciso dessacralizar, secularizar a discussão sobre o lugar ocupado pela criança na sociedade para se descobrir a relação de poder e de reprodução da força de trabalho. A visão místico-naturalista do problema contribui para manter o processo de dominação da sociedade, que se realiza também na dominação da criança.

A fabricação do menor pela criminalização do pobre

A sociedade capitalista se produz de forma desigual ao estruturar-se na divisão entre apropriadores e expropriados. Os primeiros

-
- **Carmen, qual é a solução para acabar com a violência nos internatos?**
 - **É acabar com a FEBEM**
 - **E deixar vocês na rua?**
 - **Lá na Pastoral do Menor (onde está Carmen) tem várias meninas que roubavam, e agora não roubam e cada uma tem uma “chance nova”**
 - **E o que você está fazendo?**
 - **Eu mesmo trabalho com carteira assinada e recebo 450, que é o salário de menor, apesar de fazer um serviço pequeno, que dá “só para distrair”.**

Diálogo de Carmen, 15 anos, São Paulo, com Vicente Faleiros durante o Encontro de Meninos e Meninas de Rua.



Inscrever o
sonho, desenhar
o medo no canto
estreito e sem
saída

detêm os meios de produzir a riqueza, e os segundos, a força de trabalho usada no processo de produção. A desigualdade se estende à posse dos meios de vida e ao acesso aos bens e serviços disponíveis, formando-se uma rede de lugares diferenciados socialmente.

Para as classes dominantes esta desigualdade não resulta da estrutura, mas das diferenças naturais entre os homens, dividindo-se o mundo entre os ricos e pobres, segundo suas capacidades. O pobre é considerado incapaz de ser rico, e necessário à produção da riqueza. Assim, o social é visto como natural.

A não aceitação da pobreza por parte do pobre, na perspectiva dominante, deve ser considerada um despropósito, uma posição contrária à ordem estabelecida. Cria-se, desta forma, um paradoxo: ou a transformam em crime ou a ordem existente passa a ser vista como injusta. A pobreza é útil, mas a revolta contra a pobreza é *ilegal* porque torna *ilegítima* a sociedade existente. A transformação do pobre revoltado em ator subversivo justifica a exploração e a punição de atos que possa cometer para obter seus meios de sobrevivência. São legais os meios que a classe dominante oferece e não os que os pobres muitas vezes usam para ter pão e abrigo. Antes que a ação se faça, preventivamente, o crime é associado à pobreza.

Para que não haja extrapolação da ordem nem nos momentos em que a pobreza chega aos seus limites, é que se organiza o controle social através da ideologia da submissão, da assistência e da repressão.

No Brasil, no entanto, o limite parece já ter chegado sem que os pobres se revoltam, o que mostra a força dos mecanismos ideológicos, assistenciais e repressivos. Os indicadores abaixo apenas oferecem uma pálida idéia das fronteiras da sobrevivência. Vejamos alguns dados.

- 60% da População Economicamente Ativa ganham até 2 (dois) salários mínimos, proporção que chega até 78% no Nordeste.
- 43% ganham até 1 salário mínimo.
- 12,8% ganham até meio salário mínimo⁵.

O Brasil possui uma renda per capita de 1.880 dólares (1983), uma esperança de vida de 64 anos e uma mortalidade infantil de 70 crianças menores de 1 (um) ano em mil nascidas vivas, taxas que o colocam em posição inferior à do México e da Argentina. Neste país a mortalidade é de 36 por 1.000. No Nordeste esta taxa alcançou 105,1 em 1984. O país conta, ainda, com 25% de adultos analfabetos.

Dados de 1980 mostram que 60% das crianças de 0 a 17 anos vivem em famílias cuja renda per capita não ultrapassa 1/2 (meio) salário mínimo, das quais 35% em famílias de até 1/4 do salário mínimo, ou seja em extrema pobreza⁶.

As famílias pobres possuem maior número de filhos, mas esta não é a causa de sua pobreza, e sim a desigualdade social. O número médio de menores entre os membros de famílias de até 1/4 de salário mínimo per capita

é de 3,4, enquanto que baixa para 1,4 em famílias com mais de meio salário mínimo per capita. Este dado mostra apenas o efeito da riqueza sobre a natalidade, que traz consigo a possibilidade de meios de planejamento familiar e maior acesso à informação sobre eles.

A diminuição pura e simples do número de filhos, pelo controle da natalidade, apenas socializaria a miséria, podendo aumentar a renda per capita das famílias pobres, sem, contudo, alterar sua posição relativa na distribuição da renda. O controle demográfico imposto pelo Estado ou pelas multinacionais preocupasse mais com a exploração da miséria do que com a distribuição da renda.

A ideologia do controle demográfico leva também à culpabilização do pobre pela sua situação, atribuindo-a ao número de filhos e não à estrutura social, assim como o crime é atribuído à "incontinência" das famílias que procriam filhos que não poderiam sustentar.

A fabricação do menor no trabalho

As famílias pobres e exploradas buscam sobreviver, na desigualdade, através do trabalho. O trabalho da criança e do adolescente constitui um dos recursos que as famílias pobres utilizam para aumentar sua renda, e como mecanismo social para enfrentar emergências e situações de agravamento da subsistência. Isto acontece, por exemplo, em casos de invalidez, acidente, separação, desemprego e doença. Estas situações devem ser entendidas não como resultantes de dramas ou histórias isoladas e individuais das famílias pobres, mas como parte da história social da exploração.

Nas regiões predominantemente rurais o trabalho dos menores é um fator de expansão da produção. No caso de fronteiras agrícolas há condições do menor prover, quando adulto, a própria subsistência pela ocupação de novas terras.

A modernização da agricultura, pela introdução de novas tecnologias e do assalariamento no campo, vem expulsando grandes contingentes de trabalhadores para as cidades, mudando a situação econômica, política e social da forma de inserção da família no sistema de produção.

Na zona urbana há uma determinação de condições de produção próprias ao desenvolvimento urbano-industrial e a uma economia direcionada para bens de consumo duráveis, que recruta um número relativamente reduzido de trabalhadores pela alta tecnologia utilizada, combinada à expansão de serviços e de pequenas oficinas que sobrevivem na periferia das grandes empresas.

Esta situação faz com que a família pobre se desarticule, levando, muitas vezes, o pai a ser uma espécie de pioneiro na busca de trabalho, obrigando-o a longos períodos de separação do resto da família. Por determinações do trabalho ocorre também um grande número de separações na família proletária, levando a mulher a ser a chefe da família. As mulheres ocupam 35,6% da população em atividade econômica. A participação da mão-de-obra feminina na População Economicamente Ativa cresceu 96% do período de 1970 a 1980, enquanto que a masculina aumentou 37%. Das mulheres que trabalham 46% são casadas, separadas ou viúvas; 43,3% são chefes de famílias; 20% são empregadas domésticas e 16,5% exercem funções burocráticas e de escritório, 13,2% trabalham como balconistas e lojistas, sendo apenas 7,8% a proporção de operárias da indústria de vestuário. Quase 50% das mulheres que trabalham na indústria o fazem no setor do vestuário e 12,5% na indústria têxtil ⁷. Como se pode inferir dos dados acima, a grande maioria dessas mulheres é mal remunerada.

Verifica-se, pois, que a desagregação da família proletária é provocada por condições de vida, de trabalho e de renda, bem como pela migração rural.

Nessas condições não basta à sobrevivência da família proletária o trabalho dos pais, o que obriga os filhos menores a ingressarem muito cedo no mercado de trabalho.

Das famílias chefiadas por mulheres 20% dos filhos trabalham, sendo 20% até 9 anos, 40% de 10 a 14, 20% de 15 a 17 e 20% de 18 anos ou mais. Estima-se que existem hoje no Brasil 8,5 milhões de trabalhadores com idade igual ou inferior a 19 anos, número que dobrou a partir de 1970. Os trabalhadores com idade entre 10 e 14 anos constituem 7% do total da mão-de-obra ativa e os entre 15 e 19 anos chegam a 16%.

A entrada precoce de menores no mercado de trabalho não é recente. Já nos anos 20, durante o primeiro surto de industrialização brasileira, havia grande número de menores no trabalho industrial, com extensas jornadas de trabalho e condições de extrema exploração. Em 1919, por exemplo, 15% da mão-de-obra da indústria de cerâmica eram de menores de 14 anos. Nas indústrias de alimentação, metalurgia e química as porcentagens variavam de 8 a 9%, e nos setores têxtil e de vestuário eram de 7 a 8% ⁸.

Em 1891, nos primórdios da República, o governo promulgou a proibição do trabalho do menor com menos de 12 anos. A Constituição de 1946 estabeleceu a idade de 14 anos como mínima para ingresso no mercado de trabalho, porém instituiu um salário inferior para

“Eu vendo picolé e quebraram minha caixa. Zé Sarney vai ter de me dar outra caixa”.

Wellington, Recife, 10 anos, durante o I Encontro de Meninos e Meninas de Rua.

os menores. A Constituição de 1967 voltou a estabelecer a idade mínima de 12 anos para o trabalho dos menores, com salário igual ao do adulto. A legislação apenas regula a prática estabelecida pelo capital de uso do trabalho do menor. O trabalho do menor é também profundamente utilizado no setor serviços, muitas vezes através de programas assistenciais, junto a instituições públicas ou privadas, como por exemplo nos grandes supermercados. Nestes, os empacotadores e carregadores não são assalariados e sua remuneração provém das gorjetas arbitrárias dos clientes, em troca de um trabalho exigente, cansativo e inadequado a menores de baixa idade, o que ocorre muitas vezes. Outro trabalho comum de menores é o de “boy”, que, no entanto, não oferece oportunidade de formação profissional.

Sabe-se que o trabalho do menor é produtivo e tem sido utilizado em vários ramos na indústria. Das 700.005 crianças e adolescentes, entre 10 a 17 anos, que em 1980 trabalhavam em São Paulo, 78% eram assalariados, 13,9% empregados domésticos, 7% trabalhadores familiares não remunerados e 10,4% autônomos. Trabalhavam, em média, 41 horas por semana e ganhavam apenas 22% do índice de rendimento médio dos maiores de 18 anos, segundo dados do DIEESE-SEAD ⁹. Trabalhador menor não tem, na sua grande maioria, registro e carteira no mercado de trabalho. Segundo a estimativa de Spindel ¹⁰, apenas 10% dos trabalhadores menores de 18 anos têm registro no mercado de trabalho. Dentre os registrados, 72% estão na faixa de até 14 anos e começaram a trabalhar muito cedo, sem, no entanto, combinar trabalho e estudo.

Em geral são os próprios pais ou mães que indicam os menores para o trabalho, e 35% deles são mantenedores da própria família. Deve-se ainda ressaltar que as crianças suprem necessidades da família, em casos de doenças e de acidentes do trabalho, em 37% das famílias pobres cujo chefe não trabalha devido a esses impedimentos.

Como é muito difícil combinar estudo e trabalho, 42% dos menores começaram a trabalhar depois de terem deixado a escola, e 22% abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar.

Grande porcentagem dos menores ainda trabalha na zona rural. No Nordeste esta proporção atinge 77% dos menores de 10 a 14 anos e 55,5% dos menores de 15 a 17 anos. No Brasil, 60% dos menores trabalham na zona rural, onde o acesso à escola se faz difícil.

O menor trabalha por necessidade, face às condições de pobreza da família e não em razão da desestruturação da mesma. Segundo Spindel ¹¹, apenas 25% dos menores que trabalham em empresas possuem família, e a grande maioria entrega o dinheiro em casa, visto que apenas 20% ficam com o próprio salário. As crianças não brincam em serviço, já que trabalham muito e de forma produtiva para a empresa.

A utilização do trabalho do menor pelo capital depende também dos ciclos da economia. Em fases de expansão esse trabalho é mais utilizado. Em qualquer caso trata-se de uma super-exploração do trabalhador, pois essa mão-de-obra, além de produtiva, ainda não tem condição de reagir, de se organizar, de se sindicalizar e de participar de movimentos

– Você tava vendendo amendoim?

– Não, eu tava na rua e deu um negócio lá em Jardim da Penha, tinham roubado cerâmica, então falaram que foi a gente e pegou a gente, isso aí não tá certo não, e também tem que aumentar o salário pra gente.

– Você tem pai ou mãe?

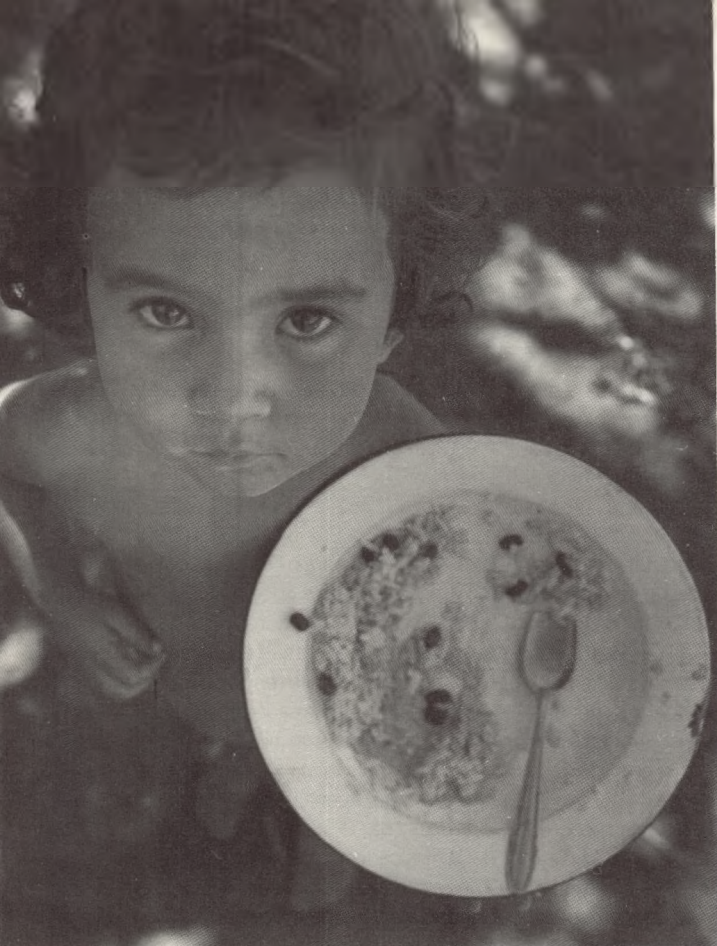
– Meu pai ganha menos que um salário mínimo por mês, isso é muito pouco.

– Tem mais gente que ajuda em casa?

– Tem, mas o certo mesmo é as criança não dever trabalhar não, era só para estudar .

“O trabalho ajuda em casa e o estudo ajuda na vida”.

Joel Ferreira da Silva, Vitória, no I Encontro de Meninos e Meninas de Rua.



Os olhos pedem algo muito além do arroz e feijão

reivindicatórios que ameacem o lucro e a ordem social na empresa.

A fabricação do menor na rua

Enquanto o menor no trabalho é considerado enquadrado e em segurança, na rua ele é uma ameaça. No entanto o trabalho da criança e do adolescente pobres realiza-se preferencialmente na rua. É aí que eles buscam o espaço para obter, através do pequeno comércio e serviços, os meios de subsistência, vendendo a produção caseira ou intermediando

o comércio de pequenos produtos industrializados, como balas, chocolates e picolés, ou jornais, ou ainda oferecendo pequenos serviços como o de engraxate, vigia e lavador de carro. Esta situação se verifica principalmente nas grandes cidades, assumindo contornos mais significativos em capitais como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas regiões adjacentes às pequenas e médias cidades a mão-de-obra do menor, muitas vezes, é absorvida na agricultura, evitando a perambulação de menores no perímetro urbano.

Em pesquisa realizada em Brasília, em 1983, com 1.013 meninos de rua, nota-se que dentre os membros que trabalham na família 53% são menores de idade, 75% estão na faixa de 11 a 14 anos; 50% declaram que estão trabalhando para ajudar em casa e 6% porque o pai ou a mãe mandaram ¹².

A rua não é só o lugar de trabalho, mas também de lazer, de moradia, de consumo e de socialização para os menores pobres. Rosa Maria Fisher Ferreira ¹³ relata o depoimento de um menino que diz: "acho que nasci na rua", mostrando que há crianças que aí vivem e sobrevivem, indo à casa raramente, onde muitas vezes não são mais aceitos, tendo "perdido o lugar" na família.

Meninos e meninas de rua queixam-se de que o pai "bebe muito e é violento" e de que "a mãe não tem condições de manter a família". A situação de exploração vivida pela família proletária gera frustração e revolta, que levam muitas vezes à agressão às crianças e/ou ao uso do álcool como forma de evasão. No sociodrama apresentado pelos meninos e meninas de rua durante o 1º Encontro Nacional, realizado em Brasília, em maio de 1986, houve a caracterização de situações familiares marcadas por problemas de separação, más condições de vida, violência e alcoolismo.

A principal denúncia dos meninos e meninas de rua é a da repressão, manifesta de diversas formas. Em primeiro lugar existem os rapas da polícia que representam a agressão do comércio organizado contra a concorrência do trabalho do menor ambulante, que oferece mercadorias diretamente aos fregueses sem o pagamento de impostos, sem regulamentação precisa, sem as condições determinadas pela higiene pública. A ação do Estado em relação a eles não é de negociação, de regulamentação, mas, em geral, de repressão violenta, com a destruição ou apreensão das mercadorias.

O I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua

O I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, em 28 e 29 de maio de 1986, não surgiu por acaso. Resultou de um movimento da sociedade apoiado pela Funabem e pela Unicef.

O movimento de meninos e meninas de rua se organiza a nível local, estadual e nacional e reúne uma diversidade de experiências: fabri-

cas de picolé e vassouras, grupos de teatro, cooperativas, grupos religiosos, restaurantes. O movimento se chama Movimento Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, coordenado pelo Padre Bruno Secchi de Belém.

O I Encontro reuniu 432 meninos e meninas no Parque da Cidade, em momentos de cantos, gritos, estudos, comissões e teatro. As crianças foram as donas do evento, organizando o temário, os relatórios, as plenárias, os grupos de discussão. Os adultos, alguns chamados de apoio ou educadores de rua, estavam lá para estimular, garantir a infra-estrutura e também influenciando nas discussões.

Os meninos e meninas de todo o Brasil pareciam ter uma só voz para denunciar a violência da polícia, a violência institucional e familiar. Ao se reunirem, viram-se na mesma situação de explorados e dominados, mas começaram, também, a se verem como cidadãos sujeitos de direitos que precisam ser respeitados. Exigiram casa, escola, trabalho, salário, punição para os que os violentam.

Para obter algumas conquistas descobriram que é preciso organização, com mais meninos e meninas, para que "a Declaração Universal dos Direitos da Criança seja novamente escrita e botada na prática", como disse um deles.

Há por parte dos menores estratégias de defesa contra os rapas: correrias, vigias, esconderijos, que podem prolongar seu tempo de trabalho. Há também as "blitze" contra os menores para verificação de documentos, porte de drogas, armas ou de vadiagem. Diz uma menina, catadora de papel, que a função do Juizado de Menores é "pegar crianças" ¹⁴. Os rapas e "blitze" são denunciados pelos meninos e meninas como atos de grande violência. O papel da Delegacia e do Juizado de Menores parece ter mais relações com a manutenção da "limpeza da cidade" e da ordem social do que com o bem-estar dos menores de rua.

Dentre os principais problemas vividos e indicados pelos menores na pesquisa feita em Brasília salientam-se os rapas e as brigas entre eles. A disputa entre os meninos e meninas de rua pelo ponto, pelo uso de certos equipamentos, pela conquista dos fregueses, pela valorização de si mesmos, é uma das formas de se fazerem valer e de sobreviverem. Estigmatizados pela sociedade como pivetes, malandros, trombadinhas, ladrões, incapazes, mendigos, incompetentes ou retardados para estudar, os meninos e meninas de rua agridem-se mutuamente, introjetando uma imagem de marginais e valorizando-se pela própria malandragem.

Para isto fazem uso da força, da esperteza, da artimanha, da formação de gangs que conflituam umas com as outras. A rua não é um espaço vazio e neutro. Além dos rapas, faz-se presente a violência da polícia na perseguição ao crime. Os atingidos pela ação policial são os mais débeis, os mais fracos, aqueles que não conseguem articular-se com a própria polícia através da troca de benefícios, ou defender-se através de gangs organizadas.

Não há dados quantitativos sobre a relação do crime organizado com os meninos e meninas de rua. Os depoimentos dessas crianças, quando denunciam a ação policial, apontam para a culpabilização da vítima. Esta se manifesta através da atribuição pela polícia de crime a determinados menores que lhe são mais conhecidos, e por isto mais visados, principalmente quando a ação policial não descobre o verdadeiro criminoso. Com isto a polícia mostra serviço e estampa diante das autoridades e da opinião pública uma atuação "eficaz", em realidade arbitrária, sem obedecer, muitas vezes, a um rigoroso critério de investigação e análise.

A rua constitui uma ocasião propícia para o relacionamento da criança sozinha sem afeto com alguém que aparentemente lhe oferece "proteção", segurança, em troca de cobertura para furtos, tráfico de drogas e prostituição. São os chefes de gangs que estabelecem sobre elas sua dominação. Os menores de rua vêem-se assim como que obrigados pelas circunstâncias a colaborar com o crime organizado.

"Mais cedo ou mais tarde a gente vai morrer. Meu negócio é roubar, foi sempre roubar e me sinto bem com muito dinheiro. Não roubo de pobre. O gerente do banco rouba mais do que eu".

Naldinho, 15 anos, em entrevista para o Estado de São Paulo, edição de 25/8/85.

O uso do tóxico, segundo o depoimento dos menores (revista *Visão* de 22/07/86), serve como evasão da realidade e para lhes dar mais segurança e audácia. "Não agüento ficar olhando a televisão. No colégio é sempre a mesma coisa, já não agüento esta vida, gosto da coca porque me dá segurança", diz um menino. Outro afirma "fico legal, sou mais eu"; lembrando um terceiro que usava a cola "para ficar numa boa" e para "esquecer a fome". O uso de tóxicos pelos menores vem aumentando constantemente. Somente o Juizado de Menores de São Paulo registrou 580 casos de uso de droga em 1978, 818 em 1979, 1.143 em 1980 e 1.416 em 1981 ¹⁵.

A ação policial em relação aos menores de rua é extremamente rigorosa, para não dizer cruel. A revista *Visão* (22/07/85) estampa a foto de uma criança que teve a cabeça coberta com cola que cheirava pela polícia que a apreendeu.

Os menores de rua, quando presos e levados para a Delegacia de Menores, aí

exploração e de dominação se traduz, no que tange à escola, pelas formas de acesso à mesma, e por sua expulsão do processo educativo.

Em 1982 a taxa de analfabetismo de menores de 7 a 9 anos alcançou 50,6% para o Brasil, e 68,9% para o Nordeste. Na faixa de 10 a 14 anos esta taxa chegou a 19,4% na zona urbana e a 37% na zona rural. Quanto mais pobre a família, com mais analfabetos ela conta. No grupo familiar com renda per capita até meio salário mínimo, entre adolescentes de 10 a 17 anos o analfabetismo chega a 50%.

A expulsão da escola se manifesta no fato de que apenas 25% das crianças que ingressam na 1ª série chegam à 4ª e menos de 10% alcançam a 8ª série. Este fenômeno da "mortalidade escolar" está relacionado com a exigência do trabalho do menor, com a precariedade na oferta de vagas e de acesso à escola e com as deficiências na qualidade do ensino. É importante lembrar que as exigências em relação a material escolar, uniformes, horários,

"É preciso aceitar com reservas as denúncias de menores internos, eis que se trata de delinqüentes perigosos, autores de latrocínios, homicídios, estupros e viciados em drogas. São capazes de inventar muita coisa, mas se tais denúncias tiverem fundamento pode estar certo de que o juiz de Menores mandará apurá-las com rigor".

Ary Sardela, delegado na Delegacia de Menores do DF. Correio Braziliense, edição de 25/5/81.

sofrem, ordinariamente, uma série de violências. Depoimentos dos que por aí passaram têm mostrado o quanto são golpeados, torturados e humilhados até o ponto de serem obrigados a servirem de objeto sexual.

A rua é, ao mesmo tempo, um lugar de trabalho e de perigo. Além de enfrentar os rapas, as Delegacias e os Juizados de Menores, gangs de menores e de adultos, a criança precisa enfrentar a luta pela sobrevivência e livrar-se dos estigmas que a própria sociedade lhe impõe.

A fabricação do menor pela escola

A fabricação do menor pelas relações econômicas e sociais de desigualdade, de

deveres de casa, etc., "expulsam" as crianças pobres da escola.

Segundo Cláudio Salm ¹⁶, "se o capital usa a escola, também prescinde dela", isto é, para o capital a taxa ou a escolarização formal não é fundamental para a contratação, já que a empresa tem meios próprios de formar mão-de-obra. O menino de rua também não aprende a trabalhar na escola, mas com outros companheiros. Assim falam os meninos na pesquisa feita no Distrito Federal: "comecei a vender picolé, depois fui começando a vender pastilhas". Outro diz: "o primeiro dia eu trabalhei de vender cocada com o rapaz lá perto de casa, depois aí vi esse estacionamento, eu falei com o rapaz do Juizado e ele me mandou eu ficar aqui".

O mundo da escola não está vinculado ao mundo do trabalho da criança, e para a

família este trabalho é prioritário em relação à escola, isto é, a criança deixa de estudar para trabalhar (na colheita do café, na safra ou no corte da cana, na venda de doces, picolés ou jorrais). Não é de se estranhar que a maioria dos menores de rua seja analfabeta ou semi-analfabeta.

Dados de 1980 indicam que, para as famílias de até meio salário mínimo per capita, há 27% de menores que não trabalham e nem estudam, sendo apenas 7% os que trabalham e estudam. Na faixa de meio a um salário mínimo 14% só trabalham. Parece haver uma incompatibilidade entre trabalho e estudo. Isto pode estar correlacionado com o fato de que os menores, tanto no trabalho formal como no informal, realizam longas jornadas de trabalho, por vezes superiores a 8 horas.

Por outro lado, quanto maior a renda familiar, mais tempo existe para as crianças se dedicarem ao estudo, o que mostra a vinculação entre as condições de subsistência da família e a possibilidade de frequência à escola. É importante salientar que a renda do trabalho do menor exerce um papel estratégico na sobrevivência de 20% das famílias brasileiras, assumindo, em muitos casos, o papel de arrimo, que deveria caber ao adulto.

marginaliza; ao invés de proteger, estigmatiza. Isto configura a perversidade institucional, por produzir o efeito contrário ao proposto.

O organismo público nacional encarregado de traçar a política do menor é a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), criada em 1º de dezembro de 1964 pela Lei 4.513 e se propõe “a integrar o menor na comunidade através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos”. Visa também “incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aproximadas das que informam a vida familiar, e a respeitar, nos atendimentos, as necessidades de cada região do país, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades”. Essas diretrizes “devem estar embasadas em estudos e pesquisas, em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na fiscalização e cumprimento de convênios e contratos, e na mobilização da opinião pública no sentido de indispensável participação de toda comunidade na solução do menor”.

Essas belas intenções de integração, ressocialização e de volta à família contrastam com a prática institucional. O antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) — criado no pós-guerra — ficou conhecido pela tortura e maus

Segundo dados oficiais da Funabem (1985), há 427 mil menores internos, dos 7 milhões de menores abandonados no país, e que representam 20% dos 36 milhões de menores carentes existentes. Desses 427 mil internados, há 14 mil infratores sob a guarda da Funabem. Apenas 3% do total por ela atendido.

A institucionalização ou internamento de menores é precedida de triagem e diagnóstico dos recolhidos pelos juizados, pela segurança pública (delegacias) ou pelos plantões sociais. O pré-diagnóstico classificatório distingue os “portadores de conduta anti-social” dos “abandonados”, conforme o disposto no Código de Menores, promulgado em 1979, através da Lei 6.697.

O referido código atribui ao Juiz de Menores a tutela do menor em “situação irregular”, seja por carência econômica, maus tratos, perigo moral, desvio de conduta ou por autoria de infração penal. Cabe ao magistrado tratar de questões que vão desde a privação de condições essenciais à subsistência até a infração penal.

Desta forma, a questão social do menor se transmuta em questão jurídico-policial, sujeita ao aparelho repressivo da justiça. A tutela judiciária age, na prática, diretamente sobre o menor, advertindo-o, colocando-o sob controle judicial ou recolhendo-o em instituições ditas especializadas, visando corrigir seu comportamento (deixando impune, na maioria dos casos, o crime organizado) ou assisti-lo quando a carência econômica de sua família for extrema.

Constata-se, assim, uma inversão no trato da questão social do menor em “situação irregular”. A miséria passa a ser uma questão jurídica, e esta uma questão policial no sentido amplo de policiamento da conduta e da vida das famílias proletárias. O poder de policiamento é centralizado nas mãos do juiz. A sociedade não propõe, mas o juiz dispõe.

Não estamos defendendo aqui a inação frente ao problema dos menores, mas sua desjudicialização, sua descriminalização. Os menores são vítimas da exploração e não réus, são resultado de uma determinada dinâmica histórica do processo de produção, não sendo questão de segurança nacional, mas de cidadania, ou de falta de cidadania, pela desigualdade social cristalizada. Na clientela atendida pela Funabem, 80% aproximadamente são menores carentes, pobres, desigualmente situados, 10% são menores abandonados e apenas 10% são menores infratores.

A porcentagem de infratores — por sua vez — varia de região para região. No Sul atinge 14%, enquanto que na região Norte é de 1,9%; 70% das infrações dos internos são furtos e roubos. Segundo dados da CPI da Câmara dos

“No futuro quero ser motorista de firma. Se eu não for varredor de rua, é isso mesmo. Não sei se dá pra mim tirar diploma.”

Roberto, 13 anos, vendedor de chocolate. Fundação do Serviço Social, Op. cit. p. 98.

A fabricação do menor pela institucionalização jurídico-assistencial

A falência da escola em acolher e conservar a criança e o adolescente pobres, as condições de exploração, a violência e a crueldade do trabalho informal nas ruas, a luta por sua sobrevivência e de sua família são condicionantes importantes da prática da infração. Em geral, a primeira contravenção do menor é o pequeno furto, que o conduz, não raras vezes, à instituição de recolhimento. Reinaldo Sérgio Vieira Arruda assinala que “o que provoca a guinada quase definitiva para um comportamento reiteradamente delinquente é ser pilhado pelos órgãos de repressão e encaminhado para o processo oficial de recuperação¹⁷”.

É através da dinâmica institucional que se fabrica, quase sempre, o delinquente juvenil. A instituição, ao invés de recuperar, perverte; ao invés de reintegrar e ressocializar, exclui e

tratos que impunha aos menores nele internados. A Funabem, que veio para substituir o SAM como alternativa ao atendimento da criança abandonada, nasceu da articulação de setores da Igreja Católica com a antiga União Democrática Nacional (UDN) — contou com o apoio de D. Hélder Câmara, na ocasião bispo do Rio de Janeiro, e de Prado Kelly, presidente do Congresso e membro da UDN. A criação da Funabem foi acelerada em razão do assassinato do filho do famoso Odilo Costa por um menor de 15 anos, egresso do SAM, e que mais tarde morreu assassinado, quicá pela própria polícia.

A institucionalização dos menores, a ação policial, a adoção de medidas de segurança, o recolhimento dos menores detrás das grades são medidas adotadas para proteger a vida e a propriedade das classes dominantes que se vêem ameaçadas. A prática da Funabem tem se situado como contenção real ou simbólica dessa ameaça, através da triagem e internamento de menores.

Deputados, esta cifra sobe a 88,9% do total das ocorrências anti-sociais praticadas por menores. Outros delitos, como uso de entorpecentes (5%), vadiagem, porte de armas (6%) são bem menos representativos, como mostram os dados dos internos do Instituto Padre Severino, do Rio de Janeiro.

O perfil do menor infrator (*Retrato do Brasil* nº 26), traz as seguintes características: semi-analfabeto, com alguma experiência de trabalho, tendo vivido nas ruas (90% dos casos), iniciando-se na infração através do furto

permissão por escrito". Relatam que: "na escola não roubavam, chegam aqui e começam a roubar, e os mais velhos forçam eles a ter relações com eles". Percebem a falsa moral institucional ao dizer que "o diretor fala que tem que cumprir a lei mas ele fala e não cumpre" e reconhecem o círculo vicioso de quem foi abandonado e hoje se torna inspetor ao falar que "eles tratam mal porque nunca tiveram infância", "tratam a gente como se fosse ladrões e marginais", "eles não consegue dá carinho". Constata-se a perversidade institucional já

abandonadas ou filhas ilegítimas, para serem recolhidas do outro lado da roda pelas irmãs de caridade. Subrepticiamente depositavam-se aí também alguns escravos, que, por isso, eram considerados livres. Suas mães corriam risco de vida para que seus filhos fossem libertados. Em geral, tornavam-se trabalhadores braçais dessas instituições. Mais tarde o internamento em liceus e orfanatos visava formar mão-de-obra (tornar o menor útil e dócil), chegando-se ao depósito de menores, onde o inútil levou ao indócil.

Tornar os indivíduos úteis e dóceis é o objetivo estratégico das instituições, raramente alcançado através de seus mecanismos de disciplina, castigos e prêmios por reação dos próprios internos. Em consequência, a própria sociedade vem desenvolvendo outras estratégias de ação que analisaremos a seguir.

"Não dá pra estudar de dia, eu tenho que trabalhar. De noite não tem vaga e chove de bandido."

Gilberto, 14 anos, vendedor de chocolate. Fundação, Op. cit. p. 93.

ou do roubo, de cor parda ou negra, tendo saído de famílias que sobreviviam com menos de um salário mínimo per capita.

As infrações situam-se, em sua maioria, na faixa de 15 a 17 anos, denotando-se uma tendência a que seja praticada mais cedo. Ainda não se confirma o aumento da gravidade das infrações, em razão da falta de dados. Em 1966 houve, por exemplo, 36 casos de estupro, em São Paulo, e em 1981, 93. Os homicídios passaram de 11 para 157, mas a população também aumentou. Estes dados têm servido para alarmar o povo e são usados por políticos para uma campanha fascista contra os menores, desviando-se a atenção pública dos problemas da desigualdade, que vem a ser criminalizada. A proposta é, então, de restauração dos esquadrões da morte para eliminar os menores, ao invés de se eliminar a questão social que lhes dá origem.

A recepção do menor na instituição de triagem ou recolhimento constitui uma passagem violenta em razão das pressões sofridas, da apreensão dos objetos pessoais. Uma vez dentro de internatos como a FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), ou em unidades corretivas, o menor passa por um aprendizado do crime, encontrando-se socialmente acuado pela situação de outras crianças e pela violência institucional. Seu único objetivo é, então, fugir, com a possibilidade de ser, de novo, apanhado pela malha judiciária, policial ou da assistência social.

Em vários depoimentos de meninos detidos, constata-se a denúncia veemente dos castigos, espancamentos e até de torturas. Reconhecem, no entanto, a função provedora de abrigo e comida prestada pela instituição. Um dos internos pesquisados por Ângela Campos¹⁸ assinala: "aqui tenho tudo na hora", e outro depõe que "isto aqui é prisão, a gente não pode andar de um lugar para o outro sem a

que "a FEBEM não endireita ninguém, o menor sai daqui pior, é o tratamento, é tudo feito na força".

Os meninos e meninas também introjetam a imagem de "marginal", pivete, trombadeira que deles faz a sociedade. Dizem eles que "para os monitores, os alunos é tudo marginal, ladrão ou bicha; os próprios funcionários tratam a gente assim como seres desprezíveis"¹⁹. Os adolescentes culpam-se ainda pela situação de exclusão ao dizer que "a gente não sabe aproveitar as oportunidades que teve".

Os menores, por outro lado, criticam a uniformização e despersonalização que "a gente é tudo igual, roupa igual". A estigmatização do menor, a negação de sua identidade e de relacionamento individualizados reforçam sua exclusão social, submentendo-os a normas arbitrárias de controle de sua vida cotidiana. O não cumprimento das regras estabelecidas cria problemas para as próprias regras resolverem, num círculo vicioso de repressão que gera repressão.

A imagem vendida pelas instituições, no entanto, é de promotoras do bem-estar através de cursos de "formação" para os menores internos. Segundo Herzer²⁰ esses cursos não vão além da arte culinária, corte-costura, couro, tecelagem, cabeleireiro, e "tem-se a impressão de que esses cursos profissionalizantes dão alguns progressos às meninas, mas isso não é verdade". Ao pobre, destinam-se cursos pobres, de terceira categoria, que não dão aos internos condições de competição no mercado de trabalho. Ao estigma de pivete acrescenta-se o de incompetente.

A internação de menores é uma medida que vem sendo tomada há séculos, desde os conventos e as Santas Casas. Aí existiam as famosas "Rodas de Expostos", como na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, no século XVII. Nessas rodas eram colocadas as crianças

Pensando alternativas

A questão do menor não pode nem deve ser "equacionada" através da repressão, do controle, do recolhimento e da culpabilização da vítima, nem tampouco através de programas assistenciais paternalistas, (que transformam o menor em coitadinho), ou clientelistas, baseados no acesso aos serviços através de aparentes favores dos detentores do poder político ou burocrático. Não pode ser equacionada também através de serviços de baixa qualidade, classistamente defendidos como suficientes e bons para quem nada possui (por exemplo, distribuição de roupas usadas, brinquedos quebrados, hospitais e escolas velhas, feias e mal equipadas, cursos "profissionalizantes" de má qualidade).

O trágico é que à repressão e ao paternalismo alia-se, muitas vezes, a corrupção, através da qual o menor é aliciado, comprado e coagido a integrar-se a uma rede iníqua do crime organizado ou do suborno, até por certos agentes policiais. Nesses casos não cabe punir o menor, mas sim aos que venham a violentar a criança (policial, monitor, delegado, técnico, etc.). Os organismos sindicais precisam voltar-se para a defesa dos direitos da criança proletária cima das questões corporativistas da garantia de emprego de funcionários mal preparados e agressores de menores.

A observância das regras de convivência da sociedade pelos responsáveis pelas crianças é condição para que essas regras sejam aceitas por elas, devendo os menores participarem da construção dessas normas no pleno exercício dos direitos de cidadania, que inclui cobranças, reivindicações, denúncias, propostas sem constrangimento e sem a expectativa da punição e do medo. Esta construção das regras sociais é o cerne da cidadania.

Na divisão do trabalho no campo, são imprescindíveis as enxadas manejadas pelas crianças



É preciso, desde já, uma profunda mudança em relação ao pessoal que trata com as crianças (chefes e monitores), propiciando-lhe profundo e contínuo treinamento e supervisão.

A sociedade civil vem tomando consciência e se mobilizando diante da questão do menor, através, por exemplo, dos Movimentos de Defesa do Menor, existentes em várias cidades do país.

O movimento dos "Meninos e Meninas de Rua" de todo o Brasil reúne grupos nos níveis locais, estadual e nacional com o apoio da Unicef, da Funabem, e da Pastoral do Menor. No I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua em Brasília (28 e 29/05/86) os participantes adolescentes e crianças mostraram-se dispostos a organizarem-se, a se fazerem ouvir, a levarem seus direitos à nova Constituição, a mudarem a imagem que deles tem a sociedade.

Do ponto de vista dos menores, conforme depoimentos durante o Encontro citado acima, "os meninos têm que brincar e estudar e os pais têm que ter salários no trabalho". Eles demonstraram ter consciência de seus direitos de cidadão: direito ao estudo, à organização e a serem tratados sem violência.

A imagem da criança de rua veiculada pelos meios de comunicação tem-se, desde então, modificado, no sentido de se apresentarem as reais condições de vida e trabalho dos meninos e de suas famílias, sem criar monstros estereotipados. Esse novo enfoque é crucial para reverter o processo de estigmatização do menor e propiciar o debate objetivo dessa questão social.

O mínimo de garantia a ser oferecido à criança é o acesso e a prestação de serviços *universais, de qualidade e integrados* no que tange à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, à Previdência Social. A articulação política e operacional das ações relativas ao

menor supõe o fim da fragmentação em que vem sendo atendido.

Existem experiências de escolas abertas aos meninos e meninas de rua permitindo-lhes estudar no momento que mais lhes convenha, combinando trabalho, restaurante e estudo, e oferecendo-lhes, na própria escola, técnicas e habilidades que sejam eficazes para a obtenção de seu sustento. Os CIEPs, no Rio de Janeiro, abrem a perspectiva da escola em tempo integral a partir dos 7 anos. Em Belém, os "centros de convivência" combinam a ação educativa coletiva com preparação e apoio ao trabalho. É mais urgente, hoje, a questão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, havendo diversas modalidades de serviços tais como creches domiciliares, comunitárias institucionais ou por empresa. Através do decreto 93.403, de 10 de outubro de 1986, o Presidente da República estabelece que órgãos e entidades da administração federal, direta e indireta, e as fundações deverão adotar providências para instituição de planos de assistência pré-escolar, destinados aos filhos dos respectivos servidores. No entanto esse plano deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e só posteriormente regulamentado.

Foram também anunciadas naquela data medidas de integração do menor trabalhador na empresa. Até dezembro de 1986 não havia saído o decreto oficial nesse sentido, percebendo-se que há forças contrárias à integração obrigatória do menor no trabalho formal, principalmente por parte de empresários que não aceitam a interferência do Estado no âmbito da empresa. Querem contratar nas condições que lhes sejam mais favoráveis. Esta solução proposta pelo governo visa apenas reforçar o trabalho do menor, abrindo-lhe a janela do emprego, ao invés de escancarar-lhe as portas da educação. Força a família proletária a recorrer ao trabalho dos filhos menores para

conseguir sobreviver, ao invés de promover uma política real de redistribuição da renda.

Fala-se muito no discurso da Nova República em "dívida social", inclusive no atual Plano Nacional de Desenvolvimento. Na proposta do Ministério da Previdência Social²¹ assinala-se que é necessário um resgate da dívida social, dos direitos fundamentais de cidadania, entre os quais os da educação, saúde, moradia, bem-estar, trabalho e salário condigno. O Estado vem enfatizando a importância de "iniciativas comunitárias" que visem o fortalecimento do núcleo familiar através do atendimento a crianças de 0 a 6 anos, parecendo devolver à sociedade responsabilidades que são estatais. Acena também com medidas de suplementação alimentar nas escolas e implanta, mais uma vez, um programa assistencialista, isolado, temporário, restrito e clientelista, com a distribuição de leite a algumas associações comunitárias. O programa trata de "suplementar" o que não existe, a alimentação em casa, corrigindo algumas carências localizadas.

Não é através de mecanismos assistencialistas e clientelistas que se pode equacionar corretamente o problema da carência, mas de um efetivo apoio ao desenvolvimento social, com um novo modelo econômico e político que proíba as demissões injustas dos trabalhadores, a diminuição de rotatividade no trabalho e viabilize o aumento de salários, a ampliação de empregos e apoio efetivo e eficiente às pequenas empresas, através do desenvolvimento regional participativo. Por outro lado, faz-se necessário acabar com o inchaço e os desvios da intermediação burocrático-assistencial que consome de 70 a 80% dos recursos destinados à população, chegando ao usuário apenas de 20 a 30% do que lhe é destinado através dos programas governamentais existentes na área.

A Funabem vem propondo recentemente a "municipalização" do atendimento ao

menor, o que tanto pode significar descentralização quanto o adiamento ou a transferência do enfrentamento do problema, pois os municípios não dispõem sequer de recursos tributários para pagar funcionários. É uma solução simbólica querer confinar os pobres a nível local, sem levar em consideração as razões pelas quais as famílias pobres emigram para as grandes cidades, ou seja, as relações entre capital e trabalho. Uma política de fixação da criança e do trabalhador numa determinada região ou cidade foi executada na Inglaterra no século XVI através da Lei dos Pobres, que proibia a migração de uma paróquia a outra e hoje o mercado capitalista exige mobilidade de mão-de-obra.

São as leis do capital que condicionam a circulação das famílias pobres e de seus filhos em todo o território nacional, agravando-se o problema justamente nas grandes metrópoles. É aí que a ação deve ser enfatizada, através de órgãos públicos e privados, não se restringindo a programas de municipalização administrativa e burocrática. A descentralização é importante desde que a população participe na definição de propostas e programas, sem a qual não ocorrerão mudanças profundas no atendimento ao menor.

Há também iniciativas de certos setores do Estado para redirecionar sua ação. No Distrito Federal, por exemplo, realizou-se por uma ação conjunta da comunidade e do governo, um debate, em todas as cidades-satélites, sobre a questão do menor, com seminários locais que culminaram com um encontro geral no dia 5 de julho de 1986. No documento final do encontro salienta-se a necessidade de democratização das instituições, de sua transparência e abertura à comunidade. Deve-se priorizar programas que atendam às necessidades básicas da população, como renda, moradia, alimentação, educação e saúde. Os grupos reivindicaram o desenvolvimento de uma política de empregos para que os pais possam atender às necessidades econômicas da família. Considerou-se, como urgente, a integração dos organismos governamentais que atuam isoladamente no campo do atendimento à infância. Um grupo de trabalho composto por técnicos elaborou e propôs recentemente ao governo do Distrito Federal um plano integrado de atenção ao menor de 0 a 6 anos e ao menor infrator, que recebeu o apoio preliminar de autoridades locais e nacionais.

Através da pressão e da negociação entre Estado e sociedade é que se tornará possível o controle da sociedade sobre o Estado, e o apoio deste aos projetos da população, respeitada sua autonomia, através da elaboração de políticas negociadas. É a construção permanente da cidadania.

**Sete salvas de tiros
de canhão em honra
e homenagem aos mortos
da ilha da Ilusão
onde o caminho do fogo é a água
o caminho do amigo é o dinheiro
o caminho do acaso é a sorte
o caminho da vida é a morte**

Voldre

Escrito na parede do pátio da COMEIA pelo menor
Voldre Machado do Amorim de 16 anos, um dia antes
de sua fuga e assassinato em outubro de 86.

O cidadão-criança não é miniatura

A questão do "menor" resulta de relações sociais complexas da formação capitalista, no seu processo de desenvolvimento histórico. Trata-se, no Brasil, de um desenvolvimento dependente, periférico, subordinado aos interesses das multinacionais e articulado por Estados capitalistas centrais, onde se concentram o poder de decisão, de tecnologia e de mercado dessas gigantescas empresas e dos bancos internacionais que controlam nossa dívida externa.

Esta dependência internacional determina um modelo econômico fundado no processo de utilização de alta tecnologia, com poupança de mão-de-obra para aumentar a produtividade e o lucro da empresa, no objetivo e processo de valorização ou de acumulação de capital, que, ao mesmo tempo, gera a pobreza e a exclusão, pela exploração da mão-de-obra assalariada e pela exclusão do mercado de trabalho formal de parte significativa da população.

Nesse contexto os meninos e adolescentes pobres não conseguem ser assalariados no sistema capitalista brasileiro, o que significa que não vendem sua força de trabalho através de um contrato formal (com carteira assinada), em condições definidas pelo próprio capital, para proteger esta mão-de-obra: horário adequado, idade mínima, condições de salubridade. A legislação capitalista de proteção ao trabalho do menor fixa normas, mas abre exceções. Por exemplo: "não se permite o trabalho em lugares perigosos, mas o juiz pode autorizar trabalhos indispensáveis à subsistência própria do menor ou da família" (Art. 405 da CLT). A proteção desse trabalho é condicionada às necessidades do capital para utilizá-lo, quando lhe for necessário.

Esse trabalho tanto é aproveitado dentro das empresas como na periferia da circulação

capitalista, no comércio de produção de subsistência, mantendo-se as famílias excluídas do processo produtivo baseado nas relações formais de trabalho.

Não é, pois, com a simples dinâmica de um crescimento ou expansão do capital, com aumento do produto nacional bruto que se irá resolver a questão da plena promoção dos menores pobres. O crescimento econômico poderá gerar mais empregos, como já aconteceu na década de 70, absorvendo no trabalho maior número de pessoas da família, inclusive de menores, o que, no entanto, não reduz a pobreza. No Brasil a concentração da renda aumentou nos últimos anos. Os 5% mais ricos que em 1970 detinham 23,7% da renda, passaram em 1980 a deter 44,2%, ganhando 86,5%. No mesmo período, os 20% mais pobres perderam 26,9%. O "crescimento do bolo" não reduz a desigualdade de forma automática. Ao contrário, a tem aumentado. A mística do crescimento tem servido para esconder a desigualdade e a exploração dos menores proletários.

Para mudar esse modelo e abrir espaço a uma efetiva redistribuição de renda, não bastam os discursos humanitários de defesa dos direitos da criança, nem a proposição solene do ano do menor, da paz, etc. Não resolvem a questão os programas emergenciais de alimentação e/ou creches, organizados clientelisticamente, nem os internamentos, já falidos como alternativa.

A reprodução da criança tem sido politicamente articulada, através do controle jurídico, sob uma aparência assistencialista. A questão da pobreza se judiciariza através da tutela do poder judiciário sobre o poder familiar. "Entregar o menino ao juiz" tem-se mostrado uma alternativa catastrófica, pois a repressão institucional vem provocando o agravamento do problema que se propõe resolver, constituindo-se numa iatrogênese social. Os "Gregorinhos" aí estão e, pior ainda, mostrados como bandidos irrecuperáveis, destinados, portanto, à pena de morte formal ou informal. O feitiço da instituição jurídica transforma a vítima em culpado.

A assistência paternalista converte a questão social em questão moral, ou seja, em incompetência individual, isolando caso por caso, para distribuição de recursos emergenciais, sem continuidade histórica e sem critérios universais de atendimento²².

A universalização do acesso aos serviços sociais como direito, baseada na igualdade de oportunidades e na ideologia do "capital humano", já é uma conquista de muitas sociedades que eliminaram as discriminações de renda, raça, sexo, idade, região e religião para a concessão de serviços de educação, saúde, salário família e ajuda à velhice. O acesso a serviços

gratuitos, gerais e de qualidade incontestável, é o *mínimo* que o Estado deve garantir a todos. É a contrapartida de impostos a que todos os cidadãos estão afetos através do consumo e do trabalho.

O Estado brasileiro, no entanto, dá prioridades aos investimentos que venham favorecer diretamente o capital, através de subsídios, empréstimos, isenção de impostos e taxas que barateiam o custo fixo ou variável das empresas. Além disso é o Estado que arca com pesados investimentos em vias de transporte e energia, propiciando a circulação de mercadorias e insumos para as empresas.

Torna-se, pois, imprescindível o fortalecimento do bloco popular que, através de uma nova correlação de forças políticas, possa forçar o redirecionamento dos imensos recursos captados dos cidadãos pelo Estado, forçando-o a priorizar as questões sociais, a apoiar as formas que a sociedade civil vem encontrando ou apontando, no que se refere a programas educacionais, habitacionais, de saúde, de emprego e trabalho, através da organização popular. Assim forçar-se-á a polícia a respeitar a criança presa, as instituições a lhes darem atendimento adequado, as empresas a assinarem carteira de trabalho, os juízes a liberarem as

ruas para o trabalho e punirem os criminosos e traficantes de furtos e drogas.

O cidadão-criança não é miniatura, mas ator social instituinte (não instituído) de alternativas, decisões, pedagogias que se dinamizam nos movimentos dos explorados e oprimidos. Haja movimento! ●

Vicente de Paula Faleiros é assistente social, Phd em sociologia pela Universidade de Montreal, professor do Departamento de Serviço Social da UnB e autor de vários livros nas áreas de política social e serviço social.

Resumen

Menor/portada

LA FABRICACIÓN DEL MENOR

El trabajo del niño y del adolescente pobre en el Brasil se realiza preferentemente en la calle. Ahí buscan el espacio para obtener, a través de un pequeño comercio, los medios de subsistencia, pues venden la producción casera o son intermediarios para comercializar productos industrializados menores o hasta ofrecen pequeños servicios. la principal denuncia de los niños y de las niñas de la calle es la represión manifestada en diversas formas. La acción del Estado con relación a ellos no es de negociación ni de reglamentación, al contrario es de violenta represión, al destruir y confiscar las mercancías.

La delincuencia juvenil se "fabrica" casi siempre a través de la dinámica institucional. La institución en vez de recuperar, pervierte; en vez de reintegrar a la sociedad, excluye; en vez de proteger, estigmatiza. Y esto configura la perversidad institucional por producir un efecto contrario al propuesto.

Abstract

Minor/cover

THE MAKING OF A MINOR

Almost every day, newspaper headlines tell in large letters the stories of minors or former convicts who mug and steal. As a result of this the police are called upon for repressive action. It is sufficient to recall the case of Naldinho in São Paulo and, more recently, that of Gregorinho in Brasília. Edmilson Santana Lima, known as Gregorinho, took part in the kidnapping at the Papuda prison in September 1986, succeeding in escaping with the hostages. He was subsequently killed by the police. In a letter of denunciation, Gregorinho declares that the 'law existing in Papuda is not a law that leads to freedom', but a law 'that considers the condemned only to punish them'.

Referências bibliográficas e Notas

1. Correio Braziliense, 21/09/86, p. 40.
2. Ver FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris, Petite Collection Maspero nº 20, 1970, e GOFFMAN, Erving. *O Estigma*, Rio, Zahar, 1978.
3. GAGLIARDI, Pedro L. et alii — *Menores e Criminalidade*. São Paulo, 1986 (não consta a editora). Diz o texto: "a par dos fatores sociais, apontaremos também causas biológicas que seguramente respondem pela questão" (da criminalidade do menor). p. 14. Para o autor, os fatores biológicos são tão determinantes quanto os sociais.
4. "A constituição jurídico — formal do Estado deve adequar-se à constituição social e histórica da nacionalidade, e está, como se dá em toda comunidade política organizada conforme a ordem natural (sic!) está baseada na constituição da família, cuja violação, por isso mesmo, traz em consequência a desagregação completa da sociedade, causa principal da qual todos os males são efeitos". (p. 5) Mais adiante se afirma que a família "tem relação com sua fonte divina" (João Paulo II), (p. 6) e que a "família cristã sofre erosão direta da vida contemporânea, adicionada de fatores diversos como: crescimento do ateísmo. . . consumo. . . queda da religiosidade. . ." in Documento Final. *1º Congresso Nacional em Defesa da Família e dos Valores da Civilização Cristã*, Brasília, SBEF, 1986.
5. Dados baseados em JAGUARIBE, Hélio. et alii — *Brasil, 2.000 — para um novo pacto social*. Rio, Paz e Terra, 1986.
6. Dados retirados de CALSING, Elizeu et alii. *O menor e a pobreza*. Brasília (IPAN/IPEA e Unicef, 1986 e *RETRATO DO BRASIL*, nº 26 e especiais sobre "Situação da Infância Brasileira" e "Meninos e Meninas de Rua".
7. Ver BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e trabalho*. São Paulo, Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
8. Ver DALROSSO, Sadi e RESENDE, Maria Lúcia. *As condições de emprego do menor trabalhador*. Brasília, Thesaurus, 1986 e FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e confeito industrial*. São Paulo, Difel, 1977.
9. Dados do DIEESE/SEAD in Retrato do Brasil: *Meninos e Meninas de Rua*.
10. Ver SPINDEL, Cheywa R. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo, Nobel/Brasília, Ministério do Trabalho, 1985, p. 17.
11. Idem, ibidem p. 53.
12. In Fundação do Serviço Social. *Sobrevivência — Aspectos das condições de vida de menores trabalhadores de rua do Distrito Federal*. Brasília, GDF, SSS, Fundação do Serviço Social, 1983.
13. FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos de rua. Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, CEDEC/IBREX, 1979, p. 105.
14. CHENIAUX, Sônia. *Trapaceados e trapaceiros. O menor de rua e o serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1982, p. 02.
15. QUEIROZ, José J. (org.). *O mundo do menor infrator*. São Paulo, Cortez/Associados, 1984, p. 63.
16. SALM, Cláudio. *Escola e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 52.
17. ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Os pequenos bandidos*. São Paulo, Global, 1983, p. 23.
18. In CAMPOS, Ângela Valadares Dutra de Souza. *O Menor Institucionalizado, um desafio para a sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 61.
19. In VIOLANTE, Maria Lúcia V. *O Dilema do decente malandro*. São Paulo, Cortez, 1985, 4ª Edição, p. 157.
20. HERZER. *A queda para o alto*. Petrópolis, Vozes, 1983.
21. Ver Ministério da Previdência e Assistência Social — *Plano de metas*. Brasília, MPAS, 1986, p. 7.
22. Ver FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo, Cortez, 1985.

Carlos Chagas

A receita do

As Constituições brasileiras sempre foram elaboradas contra alguma coisa, em repúdio a algum sistema ou até a grupos e pessoas. Nossa primeira lei fundamental, de 1824, foi imposta por D. Pedro I contra a Assembléia Nacional Constituinte que ele havia fechado, ou seja, contra os anseios nacionais. A Constituição de 1891, da República, veio contra o Império. A de 1934, contra a República Velha. A de 1937, contra a democracia. A de 1946, contra o Estado Novo. A de 1967, contra a legitimidade e a representatividade nacionais. E a última, de 1969, produto de uma Junta Militar, contra o mundo. No recente texto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a presidir tudo, está a preocupação com o passado. Por esse caminho podem seguir os constituintes eleitos em novembro. Um risco enorme. Se chegarmos a uma Constituição irreal, logo começará a campanha pela convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, logo que promulgada a próxima. E a nação mais se distanciará do Estado, prenúncio de crises e de impasses incontroláveis, réquiem provável para a nova República tão arduamente construída.

Farsa é a melhor palavra para definir a Assembléia Nacional Constituinte a se instalar dia 1º de fevereiro, em Brasília. Porque Assembléia não é, tendo em vista a própria emenda constitucional 26, que a convocou: "Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte (...)" Ora, foge à ortodoxia do Direito uma solução dessas, meia-sola ou remendo promovido para não atrapalhar o principal. Ninguém foi eleito, a 15 de novembro, como constituinte, mas, apenas, como deputado ou como senador. Que, por acaso, durante prazo aliás não fixado, estarão reunidos em *constituinte*. Sem ser a *Constituinte*.

Nacional também o grupo não será, uma vez que nele estarão os senadores. O Senado, como se sabe, representa a Federação. Por isso cada estado possui três representantes, independentemente de tamanho ou população. O Piauí dispõe da mesma representação de São Paulo, no Senado. Uma assembléia (que já não é), para ser nacional, precisaria ter seus inte-

grantes escolhidos unicamente como expressão da população. Porque nesse caso os representantes da maioria redigiriam a Constituição que melhor conviesse aos interesses nacionais. Nos congressos bicamerais, em tempos ordinários, justifica-se plenamente a dupla representatividade: de um lado os deputados, em nome da população, e por isso a bancada paulista tem 60 deputados, e a piauiense, 13; de outro, os senadores, em nome dos estados, portanto iguais em número.

E Constituinte, esse bloco será? Também não. As Constituintes, como o nome indica, reúnem-se para constituir princípios fundamentais, instituições, ordens, direitos e relações. A condição essencial, portanto, é que não haja nada, antes das Constituintes, ou, como isso só aconteceu em tempos imemoriais, que a ordem jurídica anterior tenha falido. Que as instituições até então vigentes não funcionem, hajam-se esgotado ou implodido. Para constituir, é preciso que o que havia antes já se tenha desconstituído, seja por uma revolução, seja por um

golpe de Estado. Entre nós, porém, ainda que mal e perniciosamente, tudo funciona. Tudo está constituído. Não houve ruptura entre a velha e a nova República, muito pelo contrário. Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos pelas espúrias regras do jogo ditatorial, que aceitaram. O atual Executivo aí está, funcionando a plena carga antes da Assembléia Nacional Constituinte, como funcionará durante os seus trabalhos e depois deles.

Do Judiciário não haverá que falar. Basta ver os juízes, julgando, tirando férias e sendo promovidos. O Legislativo? Pior ainda. Ou em 1985 não se convocou a Assembléia Nacional Constituinte a prazo futuro, para 1987, precisamente visando não prejudicar direitos, prerrogativas e regalias dos deputados e senadores? Porque o natural, no caso, seria que a Constituinte se reunisse logo após a instalação da nova República, fosse mesmo ela diferente da velha ou se tivesse ocorrido a ruptura de alguma coisa. Mas não. Suas excelências, os parlamentares eleitos em 1982, fizeram questão de

imponderável



não abrir mão de um minuto sequer de seus mandatos. Deveriam ter sido dissolvidos, em 1985, para que fosse convocada uma Assembleia Nacional Constituinte de verdade. A tanto não chegaram nem aceitaram. Por isso as eleições para a Constituinte foram adiadas, desvirtuadas e coincidiram com as eleições para a Câmara e o Senado. Ninguém ficou prejudicado. Só o país.

Nada além do limite

Então... Então, é óbvio que assistimos e assistiremos a uma farsa. As Assembleias Nacionais Constituintes de verdade detêm todo o poder e soberania. Podem fazer o que quiserem. Estabelecer a monarquia, revogar a federação, tornar a república socialista, popular ou elitista.

A nossa, vai poder? Pense alguém em retirar uma prerrogativa que seja das instituições vigentes, para ver. Falam em reduzir o mandato do presidente José Sarney, de seis anos para quatro. Pois não haverá força humana capaz disso. Com jeitinho, é claro, o chefe do governo saberá salvaguardar seus pertences. Para isso, até dispõe do Sepúlveda. Falam em acabar com o Senado, se vier mesmo a ser adotado o sistema parlamentar de governo, outra dúvida. Pois o Senado não acabará tão cedo. Não será por aí o seu fim. Falam em reduzir a função constitucional das Forças Armadas, retirando-lhes a garantia da ordem interna. Pois sim. Falam em mudar a ordem econômica, em limitar o direito de propriedade, criar o imposto de herança, dificultar a vida das multinacionais, tabelar os juros, cercear a atividade bancária, obrigar os fazendeiros a plantar conforme o sentido social da terra, taxar ganhos de capital especulativo... Falam, mas nada disso será aprovado, porque outros poderes e outras instituições estarão vigilantes na defesa da ordem vigente.

Ou não contribuirão, essas forças, para a eleição de mais de 60 por cento dos novos



deputados e senadores, perdão, dos constituintes?

É claro que vai, nestes comentários, um pouco demais de pessimismo. Certas reformas têm chance de ser aprovadas, certos vícios, de ser corrigidos. O lixo autoritário incrustado na Constituição desde 1964, com ênfase para o período posterior a 1968, deverá ser jogado ao mar. Alguns títulos e capítulos constitucionais, como o dos direitos e garantias individuais, serão aprimorados. Talvez, até, como exceção, consiga-se mexer um pouco na ordem econômica e na ordem social. Mas nada além do limite que permitirem as forças vigentes. Imaginar uma Constituição revolucionária, não dá. E até seria meio perigoso, pois de escrever as coisas em folhas em branco, estamos cheios. Não é com papel que se muda uma nação.

“Navegar é preciso”

Por que as coisas chegaram onde chegaram, ameaçando chegar ainda mais?

Porque a idéia da Assembleia Nacional Constituinte não subsistiu senão como fantasia. Nos tempos da resistência à ditadura, quando, até, muita gente que fala hoje calava e se escondia em cima ou atrás do muro, houve necessidade de mobilizar a opinião pública. Ou de canalizar a sua insatisfação conforme padrões políticos. Ulysses Guimarães saiu na frente, sentindo antes de todos que a sociedade estava exausta de tanto arbítrio. Lançou, no célebre discurso do “Navegar é preciso”, em agosto de 1973, umas tantas idéias-força capazes de sensibilizar e botar ordem na exaustão. Anistia, eleições diretas para presidente da República, Assembleia Nacional Constituinte. O que queriam dizer?

Anistia, mais do que a volta dos exilados ao Brasil, exprimia o fim da ditadura, pois só costuma conceder anistia um poder que é novo, tendo substituído outro, velho. Isso na ortodoxia, mas, como estamos no Brasil, onde tudo pode acontecer, a anistia veio antes. Antecipa-

ram-se os donos do poder, imaginando mantê-lo. Coube ao general João Figueiredo desarmar a primeira bomba oposicionista. Isso, é claro, antes da bomba do Riocentro. Se era anistia o que a nação queria, porque não dá-la, à maneira de quem dá os anéis mas fica com os dedos? Foi um raro momento de inteligência dos ditadores, que quase o repetiram com a outra idéia-força, das eleições presidenciais diretas. O povo foi mobilizado pela campanha das diretas já, que queria dizer muito além da colocação de votos na urna. Representava o grito de “chega” e de “basta” da população asfixiada pelo regime militar. Votar para presidente significava mudar o presidente. Talvez por isso o último dos generais não tenha tido coragem: viu que não adiantaria nada e apostou em Paulo Maluf, mas essa é outra história.

Os que resistiam preferiram optar pela transição negociada, da qual Tancredo Neves constituiu-se na maior figura. Era conversar, parlamentar, ceder e obter, sem traumas nem rupturas. E foi como a nova República emergiu: da negociação, através do colégio eleitoral. Tendo aceito a cooptação de muita gente do lado de lá, a começar por Marco Maciel, Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães, Francelino Pereira, Jorge Bornhausen, Hélio Beltrão, José Sarney... (cala-te, boca).

Sobrou, então, entre festas e celebrações da nova República, a terceira idéia-força, a da Assembleia Nacional Constituinte. O que fazer com ela, estando o poder já em mãos do novo grupo? Realizá-la conforme a ortodoxia do Direito significava abrir mão daquele poder e devolvê-lo ao povo. Abdicar da conquista e abrir as portas para o imponderável. Para isso, diante da doença de Tancredo, Sarney precisaria ter enviado mensagem propondo emenda constitucional ao Congresso já no dia 15 de março de 1985, quando de sua investidura. Convocando para dali a um mês eleições gerais para uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. Plena e soberana. Ou nem precisaria, se quisesse seguir o modelo clássico e prescindir de um Congresso vindo do passado.

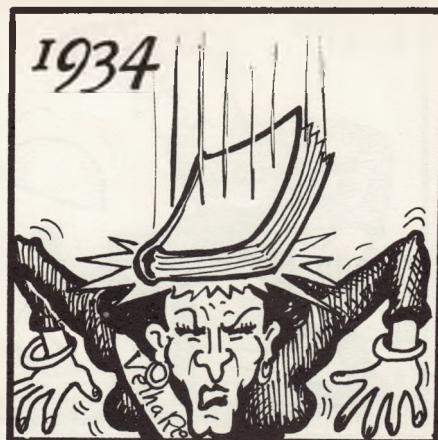
Como ele também tinha vindo, a opção foi apelar para a mesma fórmula brasileira de

sempre: o jeitinho. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que não era Assembleia Nacional Constituinte, mas arremedo. Farsa. Com um pouco de sorte, a forma suplantaria o fundo, o rótulo ocultaria o conteúdo e todo mundo ficaria satisfeito.

Na realidade, se era para isso, não precisava disso. Se era para extirpar da Constituição vigente o lixo autoritário, se era para ordenar juridicamente o país, sem mudanças nem reformas profundas, o próprio Congresso, em 1985, poderia ter feito o serviço. Os congressos detêm o poder constituinte derivado, que lhes permite alterar a Constituição em tudo o que pretendam, menos na Federação e na República. Só as Assembleias Nacionais Constituintes detêm o poder originário, onde, a palavra está dizendo, dá-se origem a uma Constituição.

Além do texto, a legitimidade

Vamos ter uma nova Constituição? Aqui as coisas se complicam. Sem legitimidade e sem representatividade, funcionando superposta e até em inferioridade ao Congresso, que comicamente não vai interromper os seus trabalhos, a Assembleia Nacional Constituinte de 1º de fevereiro não poderá ir além das pernas. Para funcionar, e para durar, as Constituições não devem ser apenas boas de texto. Precisam ser legítimas e representativas. Aí está o exemplo de 1967. Por um passe de mágica, ou melhor, por um ato institucional, o marechal Castello Branco transformou um Congresso exaurido em Assembleia Nacional Constituinte. O produto final não foi ruim. Era um texto razoável para o momento histórico, sem atos institucionais e com um capítulo excelente de direitos e garantias individuais. Uma base para futuros aprimoramentos ditados pelo tempo e as circunstâncias. Mas não durou dois anos. Em dezembro de 1968 era rasgada pelo poder ditatorial, sem mais aquela. Ninguém saiu em sua defesa, ninguém se sentiu lesado, a moda



era entregar-se aos azares da vida, comprar pasta e escova de dentes, usando-as permanentemente no bolso. Por quê? Porque não havia legitimidade naquela Constituição. Nem representatividade.

A situação é outra, hoje. Melhoramos muito em termos institucionais, de 1967 para cá. A ditadura foi banida, apesar de seus efeitos continuarem por aí. Mas o espectro de um fracasso constituinte ronda o horizonte. Uma operação tão cheia de casuísmos, de filigranas, de concessões e de jeitinhos conduz a previsões pouco claras. Até mesmo à de que, um dia depois da promulgação da nova Constituição, assistiremos ir para rua a campanha "pela verdadeira Assembléia Nacional Constituinte".

Tome-se um exemplo prático das seqüelas deixadas pela ditadura, algumas sobre as quais nem sonhávamos, muitas só agora tornando-se públicas e agudas, entre centenas já conhecidas. O Congresso foi humilhado e marginalizado a tal ponto que o exercício da função parlamentar virou brincadeira. Coisa tolerada pelos ditadores de plantão como forma de melhorar sua imagem externa, já que o Congresso, apesar de não poder fazer nada, funcionava. Coisa também aceita complacentemente pelos parlamentares.

Deputados e senadores, poucos resistindo, a maioria acomodando-se, desaprenderam as artes da política, passando a gostar e aproveitar-se daquele jogo, jogado para a platéia. Quando a democracia voltou, foi e continua sendo difícil vestir outra vez o figurino da veracidade, da eficiência e do trabalho visando o interesse nacional. Porque o interesse pessoal, quase sem exceção, exercita-se com muito mais proveito e gosto.

Os amigos e seu clube

Mais do que a Câmara, em função dos anos amargos, o Senado acabou transformando-se num clube fechado. Uma espécie de ação entre amigos, onde todos agiam voltados para dentro. Para eles mesmos. Virou rotina, por

exemplo, para os senadores, nomear parentes e amigos para o quadro funcional da casa. Em profusão. Se a caneta não valia para resgatar a democracia e deitar fora o autoritarismo, servia ao menos para ajeitar situações pessoais. Ficaram os senadores da situação e da oposição unidos na desgraça política, mas felizes por poder gerir o Senado como se gere um desses aristocráticos e fechados clubes de recreação.

A postura, infelizmente, não mudou. Pelo contrário, estendeu-se e atingiu os senadores eleitos em 1982, já no alvorecer das mudanças democráticas. Mas fez mais: não livrou sequer aqueles eleitos dia 15 de novembro. Eles entraram no clube. Cumprirão seus estatutos.

Por isso o Senado impediu a aprovação de solução lógica para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, recusando apoio à tese de que enquanto senadores e deputados estivessem elaborando a nova Constituição, o Congresso deveria ficar à sombra. Ulysses Guimarães propôs a criação de uma comissão representativa encarregada de apreciar o mínimo, apenas os projetos de lei oriundos do Executivo. O Senado vetou. Mais tarde, surgiu a alternativa de duas comissões representativas, uma formada por deputados, outra por senadores. O Senado vetou. Sugeriram o adiamento das eleições das mesas do Senado e da Câmara, para que a Constituinte decidisse soberanamente sobre o que fazer para evitar a superposição de funções. O Senado vetou.

No fundo da irredutibilidade dos senadores está o medo. Eles não querem passar um minuto sequer despojados da plenitude de suas prerrogativas, considerando que o precedente levará ao desenvolvimento da idéia do unicameralismo, no caso de vir a ser adotado o parlamentarismo no país. Também pesaram argumentos menos nobres, como o fisiologismo e a presunção. A necessidade de manter o clube aberto. Funcionando o Senado (e a Câmara) ao mesmo tempo em que a Constituinte, com as respectivas mesas diretoras e as comissões técnicas, suas excelências disporão de mais poder para nomear, valorizar-se e cobrar caro posições e votos. Pouco importa, para eles, que a superposição contrarie a lógica

e o bom-senso, arriscando-se a transformar num pandemônio e numa farsa os trabalhos constituintes. Porque vai faltar tudo, de tempo a instalações, de credibilidade a mecanismos estáveis para que deputados e senadores possam discutir, votar e promulgar como deveriam a nova carta. Afinal, são os mesmos que precisarão, no mesmo período, exercer funções normais na Câmara e no Senado.

Mas o tiro vai saindo pela culatra porque a reação é grande, a começar pela Câmara. Líderes de todos os partidos não entendem como o egoísmo possa ter chegado a tais limites, no Senado. Amaral Netto, do PDS, acentua ter o Senado demonstrado não possuir moral para exercer qualquer tipo de poder. Na Constituinte, lutará pelo estabelecimento do unicameralismo, isto é, pela extinção pura e simples do Senado. Classifica os fatos como uma vergonha.

Sem ser tão contundente, o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, mostra-se perplexo. Nunca viu tanta falta de sensibilidade e está preocupado pelo que poderá acontecer. José Lourenço, do PFL, bate na mesma tecla. Não dá para entender por que os senadores vetaram a solução natural da prioridade para a Assembléia Nacional Constituinte. Os deputados serão 487, os senadores são 72. Qualquer confronto já tem seu resultado previamente conhecido. O troco pode vir por aí, depois de 1º de fevereiro, quando mesmo de maneira torta se iniciarem os trabalhos constituintes. A tese do parlamentarismo, ou de um sistema misto de governo, será capaz de engrossar daqui para lá. E se o presidencialismo clássico deve ceder lugar a outra forma de exercício do poder, a consequência far-se-á sentir de imediato numa pergunta: para que Senado?

Trata-se, na nossa conjuntura, de um possível exagero. A tradição do Império e da República vem consagrando o bicameralismo, apesar do enfraquecimento constitucional do Senado durante os três anos de vigência da Carta de 1934, nem se falando da de 1937, ditatorial, que simplesmente extinguiu a Câmara Alta. Parece difícil vingar qualquer proposta em condições de interromper o mandato dos



senadores ou de acabar com o Senado. Mas o simples referir da hipótese, antes não considerada, dá a medida da reação, que não se limita aos deputados.

Não é de hoje que a opinião pública tem suas lupas assentadas sobre o Senado. Mormomias, trens da alegria, farta utilização dos serviços da casa para fins pessoais, como a gráfica, nomeação sistemática de parentes — tudo pesa contra a imagem da Casa. Mais ainda, agora, quando se sabe que graças aos senadores corremos o risco de ver prejudicada a montagem da nova Constituição. Porque o clube, essa é a verdade, interessa-se menos pela lei maior e fundamental do país. Bastam-lhe os estatutos particulares, dos escritos aos não escritos. No caso, porém, com uma diferença: o Senado não pode dar bola preta para a sociedade. Mas a sociedade pode dar bola preta para o Senado. E nós, para a Assembleia Nacional Constituinte.

Xerifes sequiosos de revanche

Porque há motivos de fundo, além dos de forma. Cinquenta cidadãos de alto nível, vasto saber jurídico, representatividade social e conhecimento aprofundado da realidade brasileira foram convocados, por decreto presidencial assinado em 18 de julho de 1985, para formar a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Chefiava-os mestre Afonso Arinos, que dispensa comentários. Um mestre, realmente. Pois o presidente José Sarney, ao receber o trabalho, precisou engavetá-lo. Jurou que não o enviaria à constituinte, tamanhas as barbaridades perpetradas no texto. Tão grande foi o lirismo em que se lançaram os chamados “notáveis”. Imagine-se a quanto chegarão 559 não-notáveis, se não tiverem juízo.

Pode até ser que tenham, e cheguem a um texto ideal, normativo, enxuto e definidor dos princípios gerais de organização do Estado e de garantia dos direitos do cidadão. Mas pode ser, no reverso da medalha, que elaborem uma

Constituição ainda mais utópica, demagógica, preconceituosa e sem qualquer relação com o Brasil real. O perigo, pelo menos, é grande, tendo em vista o ensaio geral efetuado pelos pupilos de mestre Afonso, por sinal eleito senador pelo Rio de Janeiro e já com passaporte para se tornar o presidente da Grande Comissão Constitucional, a segunda figura da Assembleia Nacional Constituinte, encarregado de sugerir um roteiro para o início dos trabalhos. Qual? Sem dúvidas, o texto dos notáveis, que leva o seu nome.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais tinha por objetivo “desenvolver pesquisas e estudos fundamentais, no interesse da nação, para futura colaboração aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte”. Não era para os notáveis prepararem um anteprojeto acabado e arrumado, mas eles não resistiram à tentação.

Durante doze meses, em seguidas reuniões em Brasília, no Rio e em Itaipava, cidade próxima da antiga capital, chegaram a mais do que meras pesquisas e estudos fundamentais.

Porque o anteprojeto de nova Constituição representa uma peça escrita em chinês, traduzida para o árabe e encenada em grego para uma plateia que só entende o dinamarquês. Uma feijoada completa, onde boíam pés de porco, orelhas, toucinho, chouriço e carne seca.

As Constituições brasileiras têm apresentado vícios e peculiaridades específicas. Por isso sucederam-se atabalhoadamente, sem falar das mil e uma emendas que sofreram ao longo dos anos. Sempre foram elaboradas contra alguma coisa, em repúdio a algum sistema ou até a grupos e a pessoas.

Nossa primeira lei fundamental, de 1824, foi imposta por D. Pedro I contra a Assembleia Nacional Constituinte que ele havia fechado, ou seja, contra os anseios nacionais. A Constituição de 1891, da República, veio contra o Império. A de 1934, contra a República Velha. A de 1937, contra a democracia. A de 1946, contra o Estado Novo. A de 1967, contra a legitimidade e a representatividade nacionais. E a última, de 1969, produto de uma

Junta Militar, contra o mundo. É essa que nos rege ainda hoje, apesar de 27 vezes emendada; nas últimas, para melhor.

Os notáveis, para não ficar atrás, fizeram um texto contra o regime que acabou de escoar pelo ralo a 15 de março de 1985. Poderão até dispor de fortes motivos para tanto, como a nação inteira dispõe, mas sua obrigação seria de dar a volta por cima e pensar no futuro. Jamais ficar punindo o passado. Porque não chegaremos a parte alguma enquanto continuarmos a agir olhando para trás, tentando dirigir de marcha-à-ré, pelo espelho retrovisor.

Há que olhar para a frente, podendo, no máximo ser discutido se vamos com o pé no acelerador ou, cautelosamente, se ainda precisamos acionar os freios. Ainda que sem esquecer nem perdoar o que foi feito com as instituições.

Os notáveis trabalharam menos como pré-constituintes, mais como xerifes sequiosos de revanche. Não tiveram presente uma das mais caras lições do direito penal moderno, para o qual a função da pena é muito mais do que reparar o passado, pois preservar o futuro. A consequência foi o anteprojeto entregue a Sarney.

Tome-se alguns exemplos. Os notáveis estabelecem o parlamentarismo porque os executivos recentes tiveram poder excessivo. Reduzem o número de deputados federais porque durante várias legislaturas o Congresso acovardou-se e não cumpriu o seu papel. Retiram das Forças Armadas a missão de garantir a ordem interna porque, por duas décadas, maus chefes conduziram a instituição militar à condição de mantenedora da desordem jurídica. Diminuem o número de ministros do Superior Tribunal Militar porque aquela corte teve suas prerrogativas exorbitadas. Exigem que a imprensa seja “correta” para merecer a proteção da liberdade porque em muitos casos os meios de comunicação erraram e se acomodaram à prepotência. Criam a figura de um defensor do povo, primo do *ombudsman* sueco, porque durante 21 anos o povo não teve quem o defendesse. Exaltam a retórica da justiça social por vergonha das injustiças acen-



tuadas. Dão privilégios aos estados porque a Federação tornou-se uma ficção de direito. Propõem um absurdo Estado de Alarme Social em função de não ter sido aplicado, como poderia, o Estado de Sítio democrático. Mantêm a imunidade parlamentar desnecessária porque a inviolabilidade tornou-se letra morta durante os governos militares. Admitem o direito de greve para todas as categorias, inclusive do serviço público, porque houve tempo em que as greves legítimas eram sufocadas e massacradas a cassetete. Abrem as portas para excessos e mordomias parlamentares, inclusive de viagens ao exterior, porque deputados e senadores tinham que pedir licença ao Executivo para deixar o país, mesmo em missões do Congresso. Sugerem a maioria absoluta para aprovação de emendas constitucionais porque o velho regime rasgava a Constituição todos os dias e manipulava os dois terços ao seu bel-prazer. Tornam em licenciabilidade a liberdade de formação de partidos

políticos porque nos impingiram, de 66 a 81, a camisa-de-força do bipartidarismo.

Existem bons princípios, é claro, no texto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Mas a presidir tudo, como uma espécie de vasto pavilhão de feira a cobrir todo o gênero de mercadorias, está a preocupação com o passado. A obstinação em ser contra.

Por aí não vamos. Melhor dizendo, por aí foram os notáveis e por aí poderão ir os constituintes eleitos em novembro. Um risco enorme. Porque, vale repetir, se chegarmos a uma Constituição irreal, logo começará a campanha pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, logo que promulgada a próxima. E a nação mais se distanciará do Estado, prenúncio de crises e de impasses incontroláveis, réquiem provável para a nova República tão arduamente construída.

Apesar dos méritos de cada um, os notáveis não conseguiram redigir uma Constituição. Fizeram uma anti-Constituição. Uma lei

fundamental para o Brasil que já passou, tentando corrigi-lo, sem se lembrar do Brasil que virá. Por isso foram casuísticos, prolixos, utópicos e irreais. O anteprojeto serve para outro planeta. A fome, a miséria, a doença, as favelas, o analfabetismo e quantas outras mazelas sociais existam não irão desaparecer por conta de artigos que simplesmente os proibam e verberem.

Junte-se os dois raciocínios acima expostos: de um lado, uma Assembleia Nacional Constituinte que não é Assembleia Nacional Constituinte, ilegítima na formação e nos objetivos; de outro, um ponto de partida para a nova Constituição que nos poderá fazer chegar quilômetros atrás, como se fôssemos caranguejos. A soma, salvo engano, conduzirá ao imponderável. É a receita. ●

Carlos Chagas é chefe da sucursal de "O Estado de S. Paulo" em Brasília e professor do Departamento de Comunicação da UnB. Publicou, entre outros trabalhos, "Guerra das estrelas" (1985).

Resumen

Constituyente

LA RECETA DE LO IMPONDERABLE

Las constituciones brasileñas siempre se elaboraron en contra de algo, en repudio a algún sistema o hasta en rechazo de grupos y personas. Nuestra primera ley fundamental, de 1824, la impuso el rey Pedro I contra la Asamblea Nacional Constituyente que él había clausurado, es decir, contra los anhelos nacionales. La constitución de 1891, de la República, vino contra el Imperio, la de 1934 contra la República vieja, la de 1937 contra la democracia, la de 1946 contra el Estado Nuevo, la de 1967 contra la legitimidad y la representación nacionales y la última, de 1969, fue producto de una Junta Militar contra el mundo.

En el reciente texto de la Comisión Provisoria de Estudios Constitucionales predomina una preocupación por el pasado, y por ese camino pueden continuar los congresistas elegidos en noviembre. Un riesgo enorme. Si llegamos a una constitución irreal luego después de su promulgación comenzará la campaña por la convocación de una nueva Asamblea Nacional Constituyente. Así la nación se distanciará más del Estado, anuncio de crisis y de atolladeros incontrolables, probable réquiem para la nueva República tan arduamente construida.

Abstract

Constitutional Assembly

RECIPE OF THE IMPONDERABLE

Brazilian constitutions have always been directed against something, in repudiation of some system or even of groups and individuals. Our first fundamental law, that of 1824, was imposed by the Emperor Dom Pedro I to oppose the National Constitutional Assembly that he had closed, in other words, to oppose the nation's wishes. The 1891 Republican Constitution was a blow against the Empire. The 1934 Constitution was against the Old Republic. That of 1937 was directed against democracy. The 1946 Constitution was aimed at Vargas's 'Estado Novo'. That of 1967 opposed national legitimacy and representativity. And the most recent one, the 1969 brainchild of the Military Junta, was against the world. The recent text written by the Provisional Constitutional Studies Commission, which will be a guiding light for the deliberations of the present assembly, is mostly concerned with the past. The members of the Assembly, elected in November, may go down the same road. A tremendous risk. If we end up with an unreal Constitution, there will soon be a campaign for a new National Constitutional Assembly to be convened. And the nation will become even more distanced from the State, an omen of crises and uncontrollable deadlocks, probable requiem for a New Republic built at such cost.

Cidadania e conflitos sociais no campo

Alfredo Wagner Berno de Almeida

A originalidade dos instrumentos de violência acionados em conflitos de terra nestas duas últimas décadas evidencia-se tanto em relação ao seu caráter sistemático e generalizado, excedendo inclusive os mecanismos de coerção historicamente observados nos latifúndios, quanto à sua aplicação contínua e descomedida, cujo resultado mais flagrante tem sido um aumento gradativo e incontrolável da criminalidade na área rural, superando limites considerados toleráveis. Deriva ela não de impulsos irracionais, como às vezes possam deixar transparecer as sucessivas chacinas e o casos de massacres em que indígenas e famílias inteiras de trabalhadores rurais são dizimados, mas de artifícios urdidos, convenientemente delineados e refletidos, constituindo-se, não raro, em estratégias próprios de um intenso processo de concentração da propriedade da terra¹.

Mesmo dispondo de dados estatísticos fragmentários, porquanto os registros criminais têm sido de pouca valia na composição de quadros demonstrativos acerca de atos de violência em conflitos de terra, constata-se que já existe uma razoável base quantitativa e um elenco de descrições das ocorrências relativamente consolidados, permitindo asseverar

A amplitude e a intensidade dos conflitos sociais no campo, apresentando elevadíssimos índices de violência, contrastam fortemente com uma conjuntura política mais favorável ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais à terra.

Como entender que, passados quase dois anos de transição a um regime democrático, se tenham mantido a mesma recrudescência e selvageria das ações violentas, dos métodos truculentos e do homicídio organizado e difuso no meio rural?

Tal impasse representa uma questão a ser apreciada na Constituinte, porquanto o acirramento dos conflitos contradiz os princípios da transição à democracia e viola os direitos dos trabalhadores rurais à cidadania plena.

que, de maneira concomitante à elevação dos índices de criminalidade e violência no meio rural, registra-se um aumento do caráter ostensivo dos crimes.

Segundo estatísticas produzidas no âmbito do Ministério da Reforma e do Desenvolvi-

mento Agrário (Mirad) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) verifica-se que no decorrer de 1985 e até os primeiros meses de 1986 foram inventariadas 2.147 (duas mil, cento e quarenta e sete) situações de conflitos de terra. Abrangem uma diversidade de antagonismos e confrontação de interesses concernentes não apenas à dominialidade, mas também às relações de trabalho e à circulação dos produtos agrícolas configurando "zonas críticas ou de tensão social" (Cf. Art. 15 da Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964). A tendência à concentração e ao uso indevido da terra pelo latifúndio mostra-se acompanhada por um aumento generalizado dos conflitos sociais e dos índices de violência. Definidos pelo emprego da força e pelo recurso a constrangimentos físicos e morais, os atos de violência compreendem homicídios dolosos, ferimentos, lesões graves e roubo à mão armada. Objetivam não somente a apropriação das terras, que se encontram exploradas por unidades de trabalho familiar, mas também, em muitas das ocorrências, o saque da produção agrícola resultante das colheitas; o controle da força de trabalho camponesa e a criação de obstáculos para que os trabalhadores rurais tenham impedido o acesso à terra.

Atualizando-se este quadro de arbitrariedades, constata-se, de acordo com as fontes mencionadas, que entre primeiro de janeiro de 1985 e 20 de novembro de 1986 registraram-se 483 (quatrocentos e oitenta e três)² ocorrências de morte em disputas de terra e mais de uma dezena de casos em que trabalhadores rurais envolvidos nestes litígios permanecem desaparecidos ou com seu paradeiro ignorado, consoante denúncias de seus grupos familiares junto aos órgãos competentes. Compreendem 478 (quatrocentos e setenta e oito) casos de homicídios dolosos e 05 (cinco) casos de suicídio. Daqueles, há 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) ocorrências em torno de terras públicas e privadas e 39 (trinta e nove) envolvendo situações de intrusão de terras indígenas. Observa-se que pelo menos dois terços dos homicídios vitimaram trabalhadores rurais.

Estes casos de assassinatos distribuem-se por diferentes unidades da Federação e assinalam regiões emolduradas num quadro geral de conflito e tensão social, que se localizam tanto em áreas de ocupação recente, quanto naquelas de colonização antiga. Não obstante, constata-se uma maior recorrência nas regiões amazônicas (PA, MA) alcançadas pelas frentes de expansão.

Criminalidade organizada e impunidade

Contrariando disposições e regras que tradicionalmente têm sido acatadas no meio rural para disciplinar antagonismos — as quais têm sido classificadas por estudiosos como constituindo um código de violência específico, apoiado em direitos consuetudinários que regulam, dentre outros, “crimes de honra”, “brigas de família” e casos de banditismo — tem-se um conjunto de assassinatos praticados de maneira ostensiva, sem atentar mesmo para as cautelas elementares que caracterizam aquelas ações que infringem normas legalmente instituídas. Além de serem freqüentes os casos de duplo homicídio, exterminando-se mais de um indivíduo por grupo familiar, com declarado propósito de afetar a administração e a composição da força de trabalho das famílias camponesas, destaca-se que os assassinatos são cometidos em lugares de trânsito intenso de pessoas, em coletivos, em barcos, em rodoviárias, em mercados, em feiras e em praças públicas. Parece não haver cuidados maiores com testemunhos oculares ou com a identidade dos que perpetraram semelhantes atos. Preocupações, provavelmente, tidas como desnecessárias ante uma paradoxal certeza de impunidade. O caráter público de tais atos encerra, por outro lado, uma evidente intimidação. A disseminação do medo e de um certo pânico, representam, pois, corolários previsíveis, porquanto a impunidade expressa sobretudo uma manifestação de poder para além daqueles legitimamente constituídos. Acompanham estas características os requintes de perversidade com que os crimes são cometidos e inúmeras outras formas de constrangimentos físicos, tais como espancamentos, lesões corporais, torturas, estupros, degolas e linchamentos.

De qualquer modo, mais que o aumento quantitativo desta estatística deveras trágica, impressionam estas novas modalidades de violência, os crimes perversos, os homicídios dolosos cometidos à bala, os suicídios e centenas de atrocidades que se rotinizaram na área rural. Dentre estas novas formas deve-se ressaltar um aspecto que consiste na variante mais comum dos delitos: o *crime organizado*. Observa-se que os delitos praticados em grupo não se reduzem a poucas exceções e, em verdade, abrangem a quase totalidade dos assassinatos de trabalhadores rurais, de índios, de profissionais liberais de entidades de representação (advogados, educadores) e de clérigos. O aumento da proporção desses crimes organizados chama a atenção para os grupos de malfetores, bandos e quadrilhas, vulgarmente cognominados de “sindicato do

crime”, que infestam tanto o Nordeste, quanto o Centro-Oeste e a Amazônia.

A criminalidade organizada, entretanto, se manifesta sobretudo através da ação do que se convencionou denominar milícias privadas, ou grupo de vigilantes, ou ainda guardas de segurança e vigias, que têm sido seguidamente denunciadas pelas entidades sindicais como coagindo e ameaçando trabalhadores rurais em diferentes unidades da Federação.

Semelhantes atitudes, altamente belicosas, devem ser vistas e interpretadas sob o prisma de que se trata de formas de agressão dependentes de circunstâncias históricas determinadas. Em outras palavras, os meios de violências e coerção tradicionalmente mantidos pelo latifúndio estão sofrendo profundas transformações. Está-se diante de uma violência rural e de um certo tipo de banditismo que despiu as formas tradicionais para se adaptar às novas formas de ocupação da terra ditadas pelos interesses concentracionistas de grandes grupos econômicos.

Um novo tipo de latifundismo

Os conflitos agrários com registro de homicídios representam casos de violência extremados e compreendem antagonismos onde os interesses colidentes alcançaram uma situação limite. Há, entretanto, outras dimensões dos conflitos igualmente graves e de violência flagrante, que também têm se cristalizado a partir do movimento concentracionista da propriedade fundiária e de um novo latifundismo.

A intervenção governamental ao alocar na área rural, nos últimos anos, um enorme volume de incentivos e subvenções, e ao proceder a concessões e a alienações de terras públicas, antes de democratizar o acesso à terra, contribuiu para agravar a concentração da propriedade fundiária e dos recursos públicos destinados à agricultura e à pecuária. Grande parte dos projetos agropecuários da Sudam e da Sudene, que nas duas últimas décadas têm usufruído de incentivos fiscais, refletem, em certa medida, esta situação.

A implantação deste *novo tipo de latifundismo* a despeito de revestida de um propósito de modernização agrícola, não abdicou, entretanto, das formas tradicionais de imobilização da mão-de-obra (peonagem da dívida) e, além disto, instituiu mecanismos coercitivos, fundados na violência, objetivando a desorganização da economia de pequenos produtores agrícolas que há décadas, se não séculos, cultivam e têm morada habitual nestas regiões.

Distribuição dos mortos por região e por unidade da Federação (JAN/1985 – NOV/1986)

Norte

Roraima	02
Pará	162
Amazonas	07
Rondônia	33

Nordeste

Rio Grande do Norte	01
Bahia	38
Alagoas	03
Pernambuco	24
Piauí	08
Ceará	11
Maranhão	50

Sudeste

São Paulo	12
Rio de Janeiro	14
Minas Gerais	40

Sul

Santa Catarina	02
Rio Grande do Sul	02
Paraná	04

Centro-Oeste

Goiás	29
Mato Grosso do Sul	05
Mato Grosso	36

O resultado mais imediato destas tentativas tem sido a expulsão de imensos contingentes de trabalhadores rurais das terras que cultivam e a disseminação de um clima de violência e tensão sem precedentes na área rural.

Além da intensificação dos deslocamentos de trabalhadores rurais para as regiões metropolitanas, agravando os problemas urbanos e conferindo ao país uma renovada e distorcida configuração demográfica, presencia-se uma tendência ascensional das famílias aglomeradas nos denominados *acampamentos*, evidenciando inúmeras situações potenciais de confronto. Em agosto de 1986 foram registrados 18.478 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e oito) famílias alojadas em 99 (noventa e nove) acampamentos localizados notadamente na região Sul³.

Outras situações de conflito referem-se às províncias auríferas garimpadas, que têm se constituído em zonas de graves tensões sociais. Foram recenseados em maio de 1986 cerca de 400 (quatrocentos) mil garimpeiros⁴ e identificadas pelo DNPM 64 (sessenta e quatro) ocorrências de conflito.

As situações de tensão concernentes à inobservância da legislação trabalhista e a adoção ilegal de instrumentos de imobilização da força de trabalho, segundo estimativas do Ministério do Trabalho, em Exposição de Motivo ao projeto que regulamenta o trabalho eventual, datada de junho de 1986, abarcam cerca de cinco milhões de trabalhadores na área rural.

Transição democrática e conflitos de terra

A amplitude e a intensidade dos conflitos sociais no campo, apresentando elevadíssimos índices de violência, contrastam fortemente com uma conjuntura política mais favorável ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais à terra.

Como entender que, passados quase dois anos de transição a um regime democrático, se tenham mantido a mesma recrudescência e selvageria das ações violentas, dos métodos

truculentos e do homicídio organizado e difuso no meio rural?

Mediante essa estatística trágica verifica-se que aqueles inúmeros segmentos de trabalhadores rurais envolvidos em zonas críticas de tensão mostram-se excluídos de direitos inalienáveis. Os contingentes de peões, bóias-frias, posseiros e pequenos proprietários, e os grupos indígenas permanentemente sujeitos a ameaças sofrem múltiplas marginalidades, face a direitos elementares, concernentes à inobservância da legislação trabalhista (peões, bóias-frias, assalariados permanentes), ao não-cumprimento das disposições do Estatuto da Terra (posseiros, arrendatários), à inexistência de justiça (trabalhadores rurais e indígenas vítimas de atos de violência) e à violação do que apregoa o Estatuto do Índio.

A estes é outorgada formalmente a qualidade de cidadãos, mas de fato trata-se de uma espécie de semicidadania, em que usufruem apenas de alguns direitos, sendo-lhes negados outros essenciais ao pleno exercício de suas atividades. Em verdade, os acampados, os trabalhadores imobilizados pelos mecanismos

Acampamentos registrados em agosto

Pode-se afirmar que, numa tendência ascensional, existem atualmente no país 99 (noventa e nove) acampamentos, envolvendo cerca de 18.478 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e oito) famílias e dispostos pelas Unidades da Federação conforme os dados a seguir expostos nos quadros nº 02 e nº 03.

O estado do Paraná foi onde se registrou o maior número de acampamentos com o maior número de famílias acampadas: 44,45% do total de acampamentos, com 31,74% do total das famílias acampadas. Segue-se a este, o estado de São Paulo, com 14,14% de acampamentos e com 25% de famílias acampadas. Outro elevado percentual de acampamentos situa-se no estado do Mato Grosso do Sul, com 15,15% do total de acampamentos e 17,19% do número de famílias acampadas.

Os estados onde se registram os menores índices de famílias acampadas são os de Goiás (0,72%), Mato Grosso (0,54%) e Minas Gerais (0,05%).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACAMPAMENTOS



de força, os garimpeiros, os posseiros despejados arbitrariamente de suas terras e os indígenas com suas áreas intrusadas representam um contingente de "cidadãos de segunda categoria", que não participam inteiramente da *pólis*.

Assevere-se que formas estáveis de democracia não se restringem ao voto. A própria idéia de Constituinte pressupõe a formalização de uma ordem na qual os conflitos sociais possam encontrar uma solução não-coercitiva. A intervenção governamental não pode, portanto, se limitar a regulamentar os antagonismos entre indivíduos e grupos sociais num quadro em que a própria existência dos conflitos agrários é representada oficialmente como algo ineliminável. Expõe-se ao risco de diluir sua capacidade de ação numa percepção naturalizadora, que interpreta inconscientemente os conflitos sociais como um estímulo para o estabelecimento de novas normas e instituições, funcionando como um agente de socialização para ambas as partes contendoras (Coser; 1956: 35). Quando o objetivo do oponente é eliminar ou neutralizar seus rivais, fazendo prevalecer a violência sob todas as suas

formas, e recusando-se a admitir vias de resolução, que transcendam ao domínio da força bruta, tem-se uma contradição fundamental, posto que a outra parte estaria sendo socializada pela submissão absoluta, pelo assujeitamento compulsório, resultado do confronto brutal.

Nos fundamentos de tal concepção funcionalista ressalta uma idéia dos conflitos de terra, e particularmente da violência, como fatores inerentes e indispensáveis ao desenvolvimento das forças produtivas na área rural. Sob esta ótica, a coação e os atos de constrangimento é que resgatariam os camponeses de uma condição de atraso, remindo-os das subordinações tradicionais.

A idéia de subordinação pela força está, entretanto, historicamente vinculada àquela do latifúndio, enquanto forma de concentração da propriedade da terra, que rotineiramente recorre a atos de coerção para se apropriar do excedente camponês. O princípio de agir violentamente nas situações de antagonismos e disputas pela terra tem sido fortalecido e estimulado por padrões ideológicos inerentes à

formação dos latifúndios. A ação brutal e as modalidades de banditismo, agora explicitadas no crime organizado, representariam uma resposta tradicional a problemas sociais de complexidade renovada.

A glorificação da violência

Está-se diante de um feixe de confrontos que, por sua tragicidade e acirramento, não podem ser naturalmente assimilados. Revelam-se empiricamente sintetizados nas múltiplas tensões entre as formas de dominação tradicionais levadas ao extremo e as formas organizadas de participação dos trabalhadores rurais.

Os conflitos funcionam como um mecanismo através do qual o ajustamento para novas condições de entendimento pressupõe de antemão o atendimento das reivindicações e das demandas daqueles trabalhadores. Não obstante, o agravamento dos homicídios dolosos, os conflitos representam novas formas

Conflitos em áreas de garimpo

As províncias auríferas garimpadas que se localizam na região amazônica têm se constituído em zonas críticas de tensão e conflito, envolvendo diferentes grupos sociais com interesses os mais colidentes. Consoante dados e informações elaboradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, foram identificadas no país 64 (sessenta e quatro) situações de conflito em áreas de garimpo. Levantamentos do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), concernentes a atos de violência registrados em conflitos de terra envolvendo áreas de garimpo, assinalam a ocorrência de pelo menos 25 (vinte e cinco) homicídios dolosos entre janeiro de 1985 e agosto de 1986 —, de dezenas de casos de desaparecimento de garimpeiros e de inúmeras situações de despejos com atos de constrangimentos físicos perpetrados por mineradoras. Segundo dados divulgados pela imprensa periódica, no decorrer de 1985 foram identificadas centenas de situações de conflito em áreas de garimpagem na Amazônia.

SUPERPOSIÇÃO DE ÁREAS RESERVADAS À GARIMPAGEM E DE ÁREAS ESPONTÂNEAS DE GARIMPO



assumidas pela participação política dos trabalhadores rurais no decorrer do processo de ruptura com o regime autoritário e de transição à democracia. Constituem uma das formas mais contundentes de chamar a atenção para suas reivindicações e um modo de garantir um acesso não-discriminatório à cidadania. Os conflitos de terra, nesta ordem, consistem na maior expressão que assumem aquelas tensões antes mencionadas.

A mobilização dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, enquanto direito consoante a uma condição de cidadania plena, passa, também, pela necessidade do Estado impor um preceito legal, que escape mesmo ao princípio da dominação naturalizada que o elaborou, qual seja: os direitos particulares de propriedade da terra encontram-se legalmente subordinados à obrigação social de cultivo e de utilização econômica plena. A função social a ser desempenhada pela propriedade da terra (Cf. Art. 2º, § 1º, Estatuto da Terra) e as demais disposições legais de que derivam a garantia de acesso dos trabalhadores rurais à terra e a adequada regulação das relações de trabalho, amparam práticas sociais que colidem com aquelas outras que até nossos dias os latifundiários têm logrado impor de maneira efetiva, e que agora estão sendo aprimoradas e intensificadas.

Os latifundiários ao gastarem suas forças até quase o limite do esgotamento, com a adoção desenfreada de instrumentos de violência os mais extremados, condenam ao fracasso a manutenção de sua própria dominação. Tornam-se cada vez mais vulneráveis às sanções legais, a despeito da impunidade do presente, às penalizações da justiça, ao transgredirem as leis de maneira flagrante e declarada, implementando choques brutais e violências diversas.

As formas de organização que engendram, a molde da União Democrática Ruralista (UDR), surgem para reavivar princípios de uma forma de dominação apoiada no monopólio da terra e no controle do voto, que já não encontra mais seus fundamentos "naturalizados" na vida social e econômica. As organizações são, pois, compelidas a surgir militantemente para tentar evitar este colapso de uma ordem que começa a deixar de ser "natural". Surgem para aglutinar aquilo que já não pode mais se sustentar por si só, individualmente, pelo acatamento "natural". Constituem em verdade organizações que já nascem passadistas, num pano de fundo de anacronismos, no ocaso de uma forma de dominação reinante no meio rural.

A inegável glorificação da violência surge, pois, como o único recurso admissível para a

O material iconográfico que ilustra este trabalho foi obtido junto aos próprios trabalhadores rurais vítimas de violências e arbitrariedades em conflitos de terra. Compreende fotografias que foram feitas por membros das comunidades camponesas no momento mesmo da ocorrência dos atos de constrangimento físico de que estavam sendo vítimas. Há, também, fotos que foram realizadas por integrantes de associações voluntárias e de apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais, que porventura se encontravam presentes quando dos acontecimentos trágicos. Representam, neste sentido, fotografias que circularam anonimamente entre os trabalhadores das zonas críticas de tensão e conflito, até como condição para salvaguardar seus autores de possíveis represálias. Em inúmeros casos foram remetidas aos órgãos públicos competentes, comprovando as reivindicações de justiça social.

O fato de terem sido realizadas nestas condições e com instrumentos de captação visual ao alcance imediato de camponeses explica o caráter não-profissional das fotos e a provável baixa qualidade técnica do material apresentado.

No entanto, para além disto, representam peças documentais essenciais para se visualizar a tragicidade e a truculência que caracterizam hoje os conflitos sociais no campo.

O autor agradece ao cineasta e companheiro de trabalho Murilo Santos o exaustivo e acurado empenho na recuperação e reprodução, para fins de publicação, desse material iconográfico.

Trabalhadores rurais ameaçados de expulsão das terras em que residem e cultivam protestam contra a destruição de roçados e moradias promovida por latifundiários.

Gleba Monte Cristo/São Luiz Gonzaga, MA/Set 85



Trabalhador com dedo decepado por bala de fuzil.

Unai, MG/Março 86
Foto Átila Roque

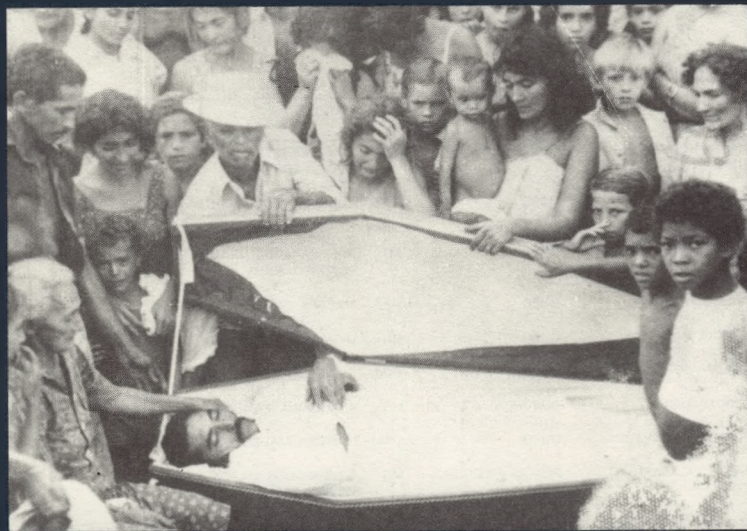


Pistoleiros atiram contra trabalhadores a mando do fazendeiro Paulo Mendes. Os posseiros tentavam, há dois anos, permanecer na área e, apesar da autorização do INCRA para tanto, foram expulsos por pistoleiros e polícia duas vezes.

Gleba Anapu, Fazenda União, Município de José Porfírio, PA/16.4.84.



Foto Clance.



Velório do trabalhador rural Eduardo Resende de Souza, morto por capangas de Manuel Valente.

Tum Tum, MA/Ago. 80
Foto autor desconhecido

Manoel Monteiro de Souza, 76 anos, assassinado com cinco tiros durante uma batida policial no povoado "Pau Santo", da qual participaram cem policiais fortemente armados e comandados pelo próprio Secretário de Segurança Pública – Coronel Silva Júnior.

Lago do Junco, MA/24.11.85 Foto Murilo Santos



resolução dos conflitos agrários, num contexto de lealdade a táticas de extermínio tradicionais, totalmente estranhas a uma conjuntura política favorável ao reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais à terra.

É neste quadro que o aprimoramento técnico dos instrumentos de violência no meio rural tem alcançado um potencial de destruição total, que não há objetivo político que possa justificar seu emprego nos conflitos ora registrados. Os latifundiários aumentam o seu potencial destrutivo com sucessivos aniquilamentos, com demolições de povoados inteiros, com a disseminação do pânico e do medo, notadamente, nos Vales dos Rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Araguaia.

O desencadeamento extremo da violência não se coaduna, todavia, com a transição à democracia. Ainda que a concentração da propriedade fundiária pareça não ter perdido sua prerrogativa de poder político local e se insinue marcante, imbricada com interesses e recursos provenientes do capital industrial⁵, presenciam-se dificuldades imensas para que aquelas formas de dominação se mantenham ou se renovem.

Nos meandros desta ruptura é que a mobilização dos trabalhadores rurais se apresenta mais organizada e mais compacta, embora registre-se acentuado o número de trabalhadores vitimados nas zonas críticas de conflito e tensão. Os trabalhadores rurais lutam para assegurar sua independência enquanto produtores, querem manter domínios que de fato lhes pertencem e não tomar o que pertence a outrem. Exigem o reconhecimento de seus direitos, mesmo em circunstâncias em que objetivam retomar as áreas de onde já foram arbitrariamente expulsos e despejados. Assim, o local de choque e confronto tem sido necessariamente o seu próprio terreno, que de bem conhecer pela lida diária, faz com que no mais das vezes venham a ser atacados fora dele.

Cidadania plena dos trabalhadores rurais

Os conflitos agrários não evoluem e não se acirram, pois, segundo um processo lento e gradual, nem segundo rupturas sucessivas próprias a uma etapa necessária à adequação de uma estrutura agrária arcaica às formas modernas de produção. Mostram-se sujeitos a determinações políticas ditadas pelo grau de mobilização dos trabalhadores rurais e pela capacidade da intervenção governamental de solucioná-los.

Recorrendo-se a estes pressupostos para uma interpretação do agravamento atual dos

Confrontando-se a relação das 15 áreas reservadas à garimpagem com as 21 regiões de garimpo não reconhecidas formalmente, observa-se que há pelo menos 06 casos de intersecção. Melhor explicando: percebe-se que ocorre uma expansão desordenada das áreas legalmente destinadas ao garimpo com uma considerável ampliação de perímetro. Consultando-se os mapas constata-se, por exemplo, que a área reservada do Cumaru expande-se e compreende Tucumã, Redenção e Altamira (PA), constituindo uma grande área contínua de garimpagem; assim como a área reservada de Poxoréo, que passa a incidir naquela área livre denominada Alto Paraguai e Diamantino. Pode também ser tomado como ilustração deste caso a incidência das áreas reservadas de Zé Vermelho, Cabeças e Peixoto de Azevedo com aquelas de Aripuanã, Jurruena e Telles Pires (MT). Trata-se de um conjunto de situações em que áreas de garimpo foram se formando espontaneamente a partir daquelas reservadas, que passaram a não comportar mais o contingente de garimpeiros aí concentrado, que ampliou consideravelmente suas atividades extrativas. Deste modo é que contigualmente às áreas reservadas foram se formando as outras regiões, denominadas pelo DNPM como "focos de garimpagem".

Há ainda um outro conjunto de situações que abrange a formação de áreas de garimpo nas proximidades e não-contigualmente àquelas áreas reservadas. Incluem-se neste caso as de Quinô/Maú e Santa Rosa/Uapi no Território Federal de Roraima.

A delimitação das áreas reservadas apresenta-se, pois, como constantemente sujeita a alterações, resultado da pressão dos garimpeiros sobre novas áreas propícias ao desenvolvimento das atividades extrativas.

Áreas reservadas à garimpagem

DENOMINAÇÃO	SUBSTÂNCIA(S)	U.F.	MUNICÍPIO(S)	PORTARIA DATA	D.O.U. DATA	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO GARIMPEIRA
CARNAÍBA	ESMERALDA	BA	PINDOBAÇU	119-19/01/78	26/01/78	3.692,25	1.100
RIO MADEIRA I	OURO	RO	PORTO VELHO	1345-05/07/79	10/07/78	18.975,75	5.000
POXOREO	DIAMANTE	MT	POXOREO	2230-08/11/79	12/11/79	18.309,96	4.000
PEDRA AZUL	ÁGUA MARINHA	BA	ITAMARAJU/PRADO	443-23/04/80	24/04/80	587,25	200
RIO MADEIRA II	OURO	RO	PORTO VELHO	1034-28/07/80	31/07/80	24.642,98	5.000
SÃO TOMÉ	DIVER. (PEGMATITOS)	RN	LAGES/S. TOMÉ	1464-14/10/83	19/10/81	60.260,90	1.600
JUNCO DO SERIDÓ	DIVER. (PEGMATITOS)	PB/RN	JUNCO DO SERIDÓ JUAZEIRINHO/EQUADOR	1524-27/10/82	30/11/82	35.563,29	700
ZÉ VERMELHO	OURO	MT	ALTA FLORESTA	549-09/05/83	10/05/83	50.000,00	8.000
CABEÇAS	OURO	MT	ALTA FLORESTA	550-09/05/83	10/05/83	121.000,00	10.000
PEIXOTO DE AZEVEDO	OURO	MT	COLIDER	551-09/05/83	10/05/83	657.500,00	25.000
TAPAJÓS	OURO	PA	ITAITUBA	882-25/07/83	28/07/83	2.874.500,00	60.000
CUMARU	OURO	PA	S. FELIX DO XINGU	025-10/01/84	18/01/84	95.145,00	30.000
TEPEQUEM	DIAMANTE/OURO	RR	BOA VISTA	143-31/01/84	06/02/84	12.000,00	200
SANTA TEREZINHA	ESMERALDA	GO	SANTA TEREZINHA	442-30/03/84	04/04/84	2.932,00	17.200
SERRA PELADA	OURO	PA	MARABÁ	D. LEI 7194/84	11/06/84	100,00	50.000
TOTAL	—	—	—	—	—	3.975.298,00	218.000

FONTE: DNPM

Áreas espontâneas de garimpo

DENOMINAÇÃO	SUBSTÂNCIA(S)	U.F.	MUNICÍPIOS	ÁREA (HA)	POPULAÇÃO GARIMPEIRA
SERRINHA/CACHOEIRA/COSTA MARIANENSE	OURO	MA/PA	VIÇEU, CARUTAPERA, LUIZ DOMINGUES, GODOFREDO VIANA	1.400.000	20.000
CUIABÁ/POCONÉ	OURO	MT	CUIABÁ, POCONÉ, VÁRZEA GRANDE, LIVRAMENTO	500.000	10.000
ALTO PARAGUAI/DIAMANTINO	DIAMANTE	MT	ALTO PARAGUAI, DIAMANTINO, POXOREO, JUINA	150.000	11.000
CASSIPORÉ/LOURENÇO	OURO	AP	MACAPÁ, CALÇOENE	400.000	4.000
URUAÇU/NIQUELÂNDIA	OURO	GO	URUAÇU, NIQUELÂNDIA	180.000	3.000
DIANÓPOLIS/PINDORAMA	OURO	GO	DIANÓPOLIS, PINDORAMA	160.000	3.450
ARAGUAINA/XAMBIOÁ	OURO/AMETISTA	GO	ARAGUAINA, XAMBIOÁ	120.000	3.450
TAPAJÓS/AMANA/PARAUAARI	OURO	PA/AM	ITAITUBA, MAUES, PARINTINS	8.000.000	30.000
GOVERNADOR VALADARES/TEOF. OTONI	PEDRAS PRECIOSAS	MG	GOVERNADOR VALADARES, TEOFILO OTONI	50.000	5.000
QUINÔ/MAÚ	DIAMANTE	RR	BOA VISTA	620.000	1.100
SANTA ROSA/SUAPI	OURO	RR	BOA VISTA	160.000	1.600
ARIPUANÃ/JURUENA/TELES PIRES	OURO	AM	HUMAITÁ, ALTA FLORESTA, COLIDER	10.000.000	1.200
CRIXÁS/ITAPACI/MARA ROSA	OURO	GO	CRIXÁS, ITAPACI, MARA ROSA	300.000	4.500
GUIRATINGA/ARAÉS/BARRA DO GARÇA	OURO/DIAMANTE	MT	GUIRATINGA, BARRA DO GARÇA	300.000	4.500
TIBAGI/CURITIBA/APIAI	OURO/DIAMANTE	PR/SP	MORRETES, CURITIBA, CAMPO LARGO, TIBAGI	200.000	1.600
SOCOTÓ/LENÇÓIS	PEDRAS CORADAS	BA	LENÇÓIS, ANDARAÍ	20.000	1.300
GILBUÉS	DIAMANTE	PI	GILBUÉS, MONTE ALEGRE, CORRENTE	100.000	1.100
SOLONÓPOLE/CRISTAIS	TANTALITA BERILO	CE	SOLONÓPOLE, CRISTAIS	60.000	2.500
TUCUMÃ/REDENÇÃO/ALTAMIRA	OURO	PA	REDENÇÃO, ALTAMIRA, SÃO FÉLIX DO XINGU	500.000	8.000
ORIENTE NOVO, PRIMAV. S. SEM CALÇAS	CASSITERITA/OURO	RO	PORTO VELHO, ARIQUEMES, PARU	500.000	3.000
PEDRO II	OPALA	PI	PEDRO II	2.000	300
TOTAL	—	—	—	23.722.000	117.900

FONTE: DNPM

conflitos e sua relação com a ação governamental, pode-se asseverar que no caso da Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária, cujo lançamento ocorreu em maio de 1985 durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, além de se nutrir nos trabalhadores rurais uma crença na possibilidade de resolução dos problemas agrários e da justiça social no campo, transmitia-se ainda uma idéia favorável ao reconhecimento de todos os direitos individuais e públicos de que vem revestida a reforma agrária. Em virtude disto as ocorrências e fatos seriamente ofensivos aos direitos dos trabalhadores rurais à cidadania plena ganharam mais que nunca a evidência de ilegais.

As orientações básicas que nortearam o que veio a ser o Plano Nacional de Reforma Agrária

(Decreto-Lei nº 91.766 de 10 de outubro de 1985), contrariando aqueles propósitos contidos na mencionada proposta, resultaram, entretanto, num retardamento e numa morosidade das ações fundiárias, cujo corolário consiste no não-atendimento, na medida adequada e segundo as próprias metas oficialmente estabelecidas, das reivindicações fundamentais dos trabalhadores rurais. Aumentando cada vez mais o abismo entre as ações fundiárias e aquelas demandas do movimento social, tem-se um quadro que propicia condições a que perdurem e se intensifiquem os conflitos agrários.

Tal impasse representa uma questão a ser apreciada no âmbito da Constituinte, porquanto o acirramento dos conflitos contradiz os princípios da transição à democracia. Entretanto,

em sendo premente o problema, para as entidades sindicais dos trabalhadores rurais a intensificação das formas de mobilização para fazer frente aos confrontos tem se constituído no principal meio para reforçar a percepção do conjunto de trabalhadores rurais de que, em consonância com os ditames legais, está assegurado que devem usufruir das garantias básicas que as instituições públicas asseguram a toda a sociedade civil. ●

Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo e um dos organizadores da coordenadoria de conflitos agrários do Mirad. Publicou inúmeros trabalhos sobre os conflitos de terra no Brasil. Juntamente com Murilo Santos, elaborou o ensaio intitulado *Passamento* (SMDDH, 1983), que reúne copiosa documentação iconográfica sobre trabalhadores rurais assassinados em conflitos sociais registrados no Maranhão.

Resumen

Violencia

CIUDADANÍA Y CONFLICTOS SOCIALES EN EL CAMPO

La amplitud y la intensidad de los conflictos sociales en el campo que presentan elevadísimos índices de violencia, contrastan fuertemente con una coyuntura política más favorable para el movimiento del derecho a la tierra de los trabajadores rurales. ¿Cómo entender que, pasados casi dos años de transición a un régimen democrático, exista la misma recrudescencia y barbaridad en las acciones violentas, en los métodos truculentos y en los homicidios organizados y prolijos en el medio rural?

Esta crisis es un asunto que debe ser estudiado en la Asamblea Constituyente porque la exacerbación de los conflictos contradice los principios de la transición a la democracia y viola los derechos de los trabajadores rurales a la plena ciudadanía.

Abstract

Violence

SOCIAL CONFLICT IN RURAL AREAS AND CITIZENSHIP

The scale and intensity of social conflict in rural areas, which very frequently irrupts into violence, contrast sharply with a political climate that is more favourable to the recognition of rural workers' rights to the land.

How is one to understand that after almost two years of transition to a democratic regime the outbursts of savagery, violent actions, truculent methods and widespread, organized homicide in the countryside remain the same?

This deadlock is an issue that must be examined by the Constitutional Assembly, for the intensification of these conflicts contradicts the principles of transition to democracy and violates rural workers' rights to full citizenship.

Notas e Referências bibliográficas

1. A respeito deste processo, consultando-se a proposta para a elaboração do I PNRA da Nova República, tem-se os seguintes dados:

"De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1980, os estabelecimentos com área igual ou superior a 1.000 hectares representavam cerca de 1% do total de propriedades rurais e aproximadamente 45% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares configuravam quase 90% do total, mas sua participação era de apenas 20% na área total recenseada.

Os dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, cuja implantação foi posterior à promulgação do Estatuto, refletem com maior precisão a concentração da propriedade fundiária, já que individualizam o "imóvel rural", que se constitui numa unidade de propriedade e posse da terra, enquanto que o Censo Agropecuário do IBGE define o "estabelecimento agropecuário", que se constitui em uma unidade de produção.

Assim, os imóveis com mais de 1.000 hectares, que em 1967 ocupavam 46,9% da superfície total dos imóveis rurais do país, passaram a deter 58,3% em 1984. No outro extremo, os imóveis com menos de 100 hectares tiveram sua participação reduzida de 18,7%, em 1967, para 14,0% em 1984. A má distribuição da terra pode ser melhor avaliada pelas cifras coletadas no levantamento: os imóveis com mais de 1.000 hectares representavam, em 1984, apenas 2,9% do total, e os com menos de 100 hectares, 83,2%. Destes últimos, 66,4% (em números absolutos mais de 1.700.000 imóveis) possuíam superfície inferior a 25 hectares.

A concentração da posse da terra, historicamente garantida e contemporaneamente estimulada, fez prevalecer a injustiça social no campo. Enquanto, em 1984, constata-se a existência de 10,6 milhões de

trabalhadores rurais sem terra, os imóveis considerados segundo o Estatuto como latifúndios (portanto, não cumprindo sua função social) apropriavam 409 milhões de hectares. Esses imóveis apresentavam em 1972 cerca de 25% da sua área aproveitável não explorada. Essa situação agravou-se de forma substantiva, tanto que, em 1984, passou a ser de 41% a área aproveitável não explorada". pp. 5, 6.

(Proposta para elaboração do I PNRA. Mirad-INCRA, maio/1986).

2. Cf. Coordenadoria de Conflitos Agrários Mirad-INCRA)

Conflitos de Terra vls. I e II.

Brasília, fevereiro e agosto de 1986.

Vide também informação Técnica CCA, relativa a conflitos de terra, datada de 20 de novembro de 1986. (Mirad).

3. Cf. Coordenadoria de Conflitos Agrários (Mirad-INCRA)

Acamamentos. Brasília, setembro de 1986 pp. 22-29.

4. Cf. Coordenadoria de Conflitos Agrários (Mirad-INCRA)

Garrinpo e Tensão Social. Brasília, outubro de 1986. pp. 45-50.

5. Para um maior aprofundamento leia-se a entrevista de Dr. José Gomes da Silva a Nelson Letaif na revista *Senhor*, nº 256, de 11 de fevereiro de 1986.

6. Coser, Lewis — *The functions of social conflict*

New York, The Free Press/Collier-Macmillan Limited, 1956.

7. Leia-se também num enfoque aproximado a este:

Gurr, Ted Robert — "Das consequências do conflito violento" in: *Manual do Conflito Político*.

Brasília, Ed. UnB, 1983 pp. 273-334.

Yan Michalski

TEATRO: progressos ou retrocessos

Três décadas. Um período em princípio de pouca monta perante a História: quer a História do Teatro ou a História Geral. Mas se nos entregarmos ao exercício de relembrar como era o teatro no Brasil há 30 anos atrás — que foi quando o autor destas linhas começou a transitar pelas platéias e pelos palcos do Rio — e a compará-lo com o que existe hoje, a sensação que ficará é a de que estamos diante de dois universos completamente diferentes. Mais, certamente, do que a grande maioria dos outros campos de atividade, o teatro galopou, queimou etapas, deu cambalhotas, virou “outra coisa” — a tal ponto que às vezes me pergunto se não estamos hoje diante de um fenômeno que só por um misterioso equívoco semântico é designado pelo mesmo vocábulo que em meados da década de 50 rotulava um conceito muito diferente.

Essas radicais mudanças incidiram não só, e talvez nem sequer essencialmente, sobre as formas e os conteúdos do resultado artístico. Formas estas que, sem dúvida, passaram ao longo destes 30 anos por sucessivas e radicais transformações; mas, em última análise, boa parte do que está em cena em 1986 talvez não seja tão diferente assim do que estava em cena em 1956. Bem entendido, entre estes dois pólos passamos, nos anos 60/70, por uma autêntica revolução da estética teatral, à qual devemos algumas dezenas de realizações antológicas, e que abrangeu profundos questionamentos de conceitos básicos — o espaço cênico, a função da palavra, a dicotomia ator-personagem, a técnica da narrativa, os tabus morais — e conduziu à experimentação de linguagens que seriam inconcebíveis poucos anos antes. Mas, passado o impulso inovador que deu origem a essa revolução, a forma do espetáculo que vem predominando nas últimas temporadas refletiu, conservadoramente, para uma formulação estética bastante próxima da que estava em vigor há três décadas atrás. Examinando a carteleira teatral carioca do dia em que este artigo está sendo escrito, percebo que a maioria dos sucessos do momento —

Há algo de podre num reino em que um ator, para poder trabalhar em teatro, precisa pedir humildemente licença à emissora de TV que o contratou; ou em que o êxito da excursão de uma produção teatral pelo país depende decisivamente da concessão, pela emissora, de chamadas gratuitas em cada praça onde o espetáculo se apresenta. Como há algo de podre num reino em que o dono do teatro, ao tratar do aluguel da sua sala de produção, verifica cuidadosamente a ficha técnica, para ver se há no elenco nomes *globais* em número e peso suficiente. Tais episódios traduzem uma relação de dependência que coloca o teatro, sem dúvida, numa posição de humilhante submissão; mas eles constituem apenas a ponta de um *iceberg*.

Sábado, Domingo, Segunda, Lily e Lily, Mulher, Melhor Investimento, Férias Extraconjugais, Trair e Coçar... É só Começar, O Peru, etc., etc. — não importa quão substanciais as diferenças de proposta e de qualidade que os separam, poderiam provavelmente ter sido montados, tais quais ou quase, 30 anos antes. E as realizações que procuram colocar em cena uma linha de pensamento teatral que seria inconcebível em 1956 não só constituem uma reduzida minoria como também não contam entre as que alcançaram a maior repercussão, seja junto ao público consumidor ou na crítica e nos órgãos de divulgação. No meio termo entre os dois pólos encontramos alguns trabalhos — o bem-sucedido *De Braços Abertos* é um bom exemplo — que embrulham numa embalagem moderninha ou modernosa uma narrativa e um conteúdo cuja atualidade, há três décadas atrás, teria sido quase tão pertinente quanto é hoje em dia.

As grandes transformações não se colo-

cam, portanto, essencialmente no terreno da estética teatral ou da temática abordada pelos autores e sim, muito mais, no da organização da vida teatral, bem como no da mentalidade e dos hábitos de quem faz teatro e de quem a ele assiste.

A primeira constatação que se impõe é o enorme crescimento quantitativo da atividade teatral, com as óbvias e variadas conseqüências dele decorrentes. Nos meados da década de 50 costumávamos ter no Rio uma média de seis a oito espetáculos teatrais em cartaz, todos eles a cargo de companhias tradicionais e permanentes, cada uma delas girando em torno de um protagonista dotado de grande empatia popular (Eva Todor, Dulcina de Moraes, Jaime Costa, Procópio Ferreira, Alda Garrido, Bibi Ferreira, etc.), que era também o dono da companhia, responsável pelos lucros ou perdas de cada produção. Mesmo as poucas companhias que se encarregavam, na época, de implantar entre nós propostas mais modernas e ambiciosas de



Ilustração de Fernando Lopes

repertório e de espetáculo, como “Os Artistas Unidos” e o TBC paulista (que, naquele exato momento, mantinha no Rio uma filial, de relativamente efêmera duração) não fugiam a esse esquema estrutural, com a diferença de que por trás deles existiam grupos empresariais que assumiam a responsabilidade econômica, enquanto os astros e as estrelas eram seus contratados, não lhes cabendo a propriedade dos riscos nem dos benefícios financeiros do produto.

Uma das óbvias decorrências dessa produção teatral numericamente tão diminuta era que cada um dos espetáculos que entrava em cartaz tornava-se, potencialmente, um acontecimento. Sobretudo no caso das realizações artisticamente mais ambiciosas, a partir do início dos ensaios a imprensa encarregava-se de acompanhar, através de volumoso noticiário, o processo dos preparativos, criando um clima de expectativa que chegava ao auge no momento

da estréia, e cujas repercussões desdobravam-se sobre toda a temporada do espetáculo. Esse clima era reforçado pela existência de uma clara polarização do panorama teatral. De um lado, estavam presentes, a partir das pioneiras experiências do Teatro dos Estudantes, do Teatro Universitário e dos Comediantes na década anterior, e com maior ênfase a partir da fundação do TBC em 1948, elementos de um teatro novo, artesanal e artisticamente em rápido processo de amadurecimento, procurando valentemente alcançar o seu objetivo de reproduzir com eficiência o que de bom se fazia nos palcos da Europa e dos Estados Unidos. No outro campo, o velho comercial e digestivo, baseado no histrionismo e na empatia popular do protagonista-vedete, e que havia permanecido praticamente imutável desde a década de 20, procurava resistir à ofensiva da modernização liderada pelos competentes e esclarecidos diretores europeus que haviam aportado no Brasil durante ou logo após a Segunda Guerra

Mundial. Em função do inevitável confronto entre estas duas tendências, pairava no ar a sensação de que algo estava acontecendo, algo estava se mexendo; e a faixa do público mais progressista acompanhava com real orgulho os evidentes progressos que as companhias mais ambiciosas traziam ao teatro brasileiro. Por outro lado, apesar da oferta numericamente reduzida, o panorama comportava uma variedade de propostas capaz de satisfazer os gostos das principais faixas do público. Cada teatro da cidade possuía, inclusive, uma certa *marca registrada* em matéria de tipo de espetáculos que costumava oferecer, o que permitia ao espectador dirigir-se a tal e não outra sala, em busca de um programa identificado com o seu gosto pessoal, quase que independentemente do título da peça e da ficha técnica do espetáculo em cartaz. Finalmente, as atividades de lazer que mais tarde conquistariam grande preferência popular — os *shows* de música, a televisão — estavam ainda numa fase muito incipiente, de modo que o espaço ocupado pelo teatro era sólido e intocável. Por mais discutíveis que fossem, na época, as suas opções temáticas e estéticas, notadamente no que se refere à sua virtualmente completa alienação dos problemas da atualidade nacional, o fato é que ele exercia, junto ao seu público específico, uma função social e cultural de inegável importância e prestígio.

Hoje em dia, no Rio, cerca de 30 a 40 espetáculos disputam o exíguo espaço das carteleiras teatrais e dos outros meios de comunicação; isso sem falar nos incontáveis espetáculos de teatro infantil. Este vertiginoso crescimento permite concluir que o teatro está mais na moda do que nunca. A conclusão é verdadeira, se considerarmos apenas a quantidade de pessoas que pretendem dedicar-se à hoje extraordinariamente mitificada carreira de ator — um dado confirmado pelos cada vez maiores contingentes de jovens que procuram os cursos e as escolas de teatro. Mas a esse enorme aumento da oferta teatral não corresponde, nem de longe, a ampliação equivalente

das bases estruturais em que a atividade se apóia. A começar pelo público disponível, que certamente não cresceu na mesma proporção e que, pulverizado entre tantos cartazes, é flagrantemente insuficiente para proporcionar a todos eles o indispensável amparo econômico. Em decorrência disso, um elevado número de produções está fadado a não conseguir equilibrar a despesa com a receita; e entre os que conseguem tal equilíbrio, a maioria, ainda assim, não o consegue numa medida suficiente para remunerar suas equipes artístico-técnicas com importâncias que sejam significativas para a sua sobrevivência.

Por outro lado, os meios de comunicação simplesmente não podem dar vazão à divulgação e discussão desse grande volume de produção teatral. Não conseguiriam fazê-lo ainda que dispusessem do mesmo generoso espaço que reservavam à cobertura dos poucos cartazes existentes há 30 anos atrás. Como o espaço encolheu, e como o número de espetáculos cresceu vertiginosamente, a cobertura tornou-se muito mais seletiva: os poucos espetáculos que são considerados *assunto*, pelo critério jornalístico convencional (dentro do qual a presença de astros e estrelas consagrados ocupa um lugar de destaque) recebem uma divulgação razoável. Os outros têm de contentar-se com algumas parcimoniosas linhas, francamente insuficientes para que a opinião pública possa de fato tomar conhecimento da sua existência e da essência da sua proposta. E as grandes empresas que hoje em dia patrocinam um razoável número de espetáculos teatrais, fornecendo notadamente fundos para a sua divulgação — coisa com a qual nem se sonhava há três décadas atrás — compreensivelmente dão prioridade, com raras exceções, àquelas produções que podem trazer-lhes o maior retorno publicitário, e que são precisamente aquelas que espontaneamente já fazem jus ao maior volume de cobertura na imprensa, e não aquelas que carecem de acesso a essa cobertura. O resultado é que cresce assustadoramente o número de trabalhos cujo ciclo vital esgota-se praticamente às escondidas da opinião pública, proporcionando aos seus participantes apenas a discutível gratificação de ter concretizado o seu *projeto*, mas sem nenhuma possibilidade de exercer, fora do circuito fechado do próprio grupo e dos seus familiares e amigos, qualquer atuação sobre a sociedade, num sentido mais amplo.

Há 30 anos atrás, o esquema de produção tendo a companhia permanente como base de sua estrutura estava no auge: basta dizer que no início dos anos 50 o TBC chegou a ter simultaneamente sob contrato cinco diretores e mais de 20 atores, que recebiam seus salários, quer estivessem escalados ou não para a peça

que estava em cartaz ou em ensaios. E na segunda metade da mesma década várias *companhias filhotes* desmembraram-se do corpo do TBC — a Companhia Nydia Lícia — Sérgio Cardoso, o Teatro Cacilda Becker, o Teatro dos Sete, a Companhia Tônia-Celi-Autran — sonhando em reproduzir, cada uma de seu lado e a seu modo, a estrutura “estável” da empresa-mãe.

Foi um sonho que durou pouco tempo. Já a partir de 1960, as dificuldades econômicas impossibilitaram a sobrevivência das companhias permanentes. Elas foram sendo rapidamente substituídas pelo sistema de produção avulsa, no qual um empresário — que pode ser um diretor ou ator com algum capital na mão e que opta por autoproduzir-se — resolve montar um espetáculo, contrata o elenco e a equipe artístico-técnica, aluga o teatro, viabiliza os outros aspectos da montagem, tudo isso com vistas apenas a esse trabalho único. Uma vez a temporada encerrada, o grupo se desfaz, e cada um vai à luta em busca de novos empregos. Nos últimos anos, também este sistema sofreu um certo esvaziamento, por falta de empresários dispostos a investir, individualmente, dinheiro nessa cada vez mais custosa e arriscada atividade. A figura do investidor individual que assume todos os riscos tende, então, a ser substituída por uma cooperativa, na qual os próprios artistas que integram a equipe dividem entre si as responsabilidades financeiras e os eventuais lucros. Isto não altera, porém, o princípio da produção avulsa, tão diferente do extinto sistema das companhias permanentes.

A diferença principal reside, evidentemente, na falta de continuidade de um trabalho coletivo. Ela afeta, de modo muito substancial, o resultado artístico: quando uma equipe se reúne apenas para uma montagem única, é difícil esperar que essa montagem se constitua numa amadurecida síntese das convicções, ideais e temperamentos artísticos de todos os envolvidos, contrariamente ao que acontece quando um agrupamento de artistas tem a oportunidade de transformar-se num autêntico conjunto, testando sua criatividade em cima de toda uma série de trabalhos, e aprendendo a receber, cada um, legítimas influências de todos os outros. Também um verdadeiro processo de experimentação torna-se difícil na ausência de um tal continuidade. E o público tem dificuldade em identificar com clareza a natureza de cada proposta, num mercado tão fraccionado; enquanto na época das antigas companhias o espectador sabia com bastante precisão o que podia esperar das realizações de cada conjunto, pois este já havia de algum modo firmado uma marca registrada coletiva, cristalizada ao longo de anos seguidos de convívio.

Se o número dos espetáculos anualmente lançados no mercado aumentou enormemente, não se pode dizer o mesmo do número de teatros em funcionamento. Algumas salas novas foram abertas em anos recentes, mas outras tantas foram desativadas. Em todo caso, os palcos disponíveis, que há 30 anos atrás conseguiam absorver toda a oferta, hoje em dia revelam-se amplamente insuficientes; e o déficit de espaços constitui-se num dos problemas cruciais da vida teatral. A disputa pelos teatros tem sido uma luta de foice, os aluguéis das salas particulares atingem valores que só estão ao alcance das produções assumidamente comerciais, e os grupos sem nomes conhecidos no elenco, ou que se propõem a realizar um trabalho menos submisso à bilheteria, simplesmente não encontram local onde se possam apresentar. Surge, em função disso, o conceito de “horário alternativo”, que seria absolutamente inconcebível nos anos 50. Naquele tempo, cada teatro era ocupado por uma única produção, que ali se apresentava religiosamente de terça a domingo, com duas sessões às quintas e aos domingos, e duas ou até três aos sábados, totalizando nove ou dez sessões por semana. Hoje, a produção *nobre* que ocupa o teatro normalmente só se apresenta de quarta a domingo, com um total de seis ou excepcionalmente sete sessões semanais. As noites de segunda a terça constituem o “horário alternativo”, explorado por uma outra produção, de menor poder econômico, que às vezes se apresenta num horário mais “alternativo” ainda, ou seja, à meia-noite de sexta-feira e de sábado; sem falar numa produção infantil que habitualmente ocupa as vesperais do fim de semana.

O teatro como apêndice da TV

Mas não há dúvida de que a maior e mais profunda mudança de hábitos que se operou, nestes 30 anos, na vida teatral resulta do impressionante crescimento da popularidade da televisão, e do fato de ela se ter progressivamente tornado o principal mercado de trabalho para praticamente todas as categorias de profissionais ligados às artes cênicas: os atores, evidentemente, em primeiro lugar, mas também os autores, diretores, cenógrafos, etc. A situação que prevalecia antes inverteu-se por completo: para o profissional, o vínculo com a TV costuma ser o emprego principal e o verdadeiro ganha-pão, enquanto o teatro passou a ser pouco mais do que um *hobby*, ou um *bico*. E, em termos institucionais, o teatro tende a ser quase um apêndice altamente dependente da televisão, que assumiu resolutamente o papel de *matriz* da atividade.

O fenômeno é complexo demais para ser reduzido aos simplificadores termos do bem e

do mal. É claro que há algo de podre num reino em que um ator, para poder trabalhar em teatro — onde, na imensa maioria dos casos, se formou, e onde seu ofício pode ser exercido com uma riqueza de recursos bem maior do que na TV — precisa pedir humildemente licença à emissora de TV que o contratou; ou em que o êxito da excursão de uma produção teatral pelo país depende decisivamente da concessão, pela emissora, de chamadas gratuitas em cada praça onde o espetáculo se apresenta, concessão esta que costuma ser outorgada como um favor aos bem-comportados contratados da emissora, eventualmente autorizados a viajar entre uma e outra gravação. Como há algo de podre num reino em que o dono do teatro, ao tratar do aluguel da sua sala a uma produção, verifica cuidadosamente a ficha técnica, para ver se há no elenco nomes *globais* em número e peso suficiente, na ausência dos quais é provável que o teatro será alugado a um outro grupo. Tais episódios traduzem uma relação de dependência que coloca o teatro, sem dúvida, numa posição de humilhante submissão; mas eles constituem apenas a ponta de um *iceberg* muito mais complicado do que isso.

Em qualquer capítulo de uma novela das oito em que atue, o ator é visto por algumas dezenas de milhões de espectadores. Um número astronômico, que ele nunca chegará a atingir, nem de longe, somando todos os espectadores que poderão vê-lo em cena durante toda a sua carreira teatral, por mais longa e bem-sucedida esta possa vir a ser. A consciência desta monumental penetração popular não pode deixar de mexer com a cabeça do ator. Sentir-se canal desse impressionante fenômeno de comunicação, e instrumento através do qual se criam modas e modismos, opiniões e mentalidades, maneiras de ser e de pensar, conduz quase inevitavelmente a uma até certo ponto inebriante sensação de poder e gratificação, reforçada pelas manifestações de idolatria que o astro televisivo recebe, onde quer que vá, pelo prestígio mundano avalizado pelas notas nas colunas sociais e, *last but not least*, pelo menos no caso de uma elite particularmente valorizada pelo lbope, por uma remuneração generosa e um nível material de vida com que os atores do teatro anterior ao advento da telenovela nem poderiam sonhar. Curiosamente, aliás, essa remuneração pode hoje chegar a ser, no caso de alguns grandes sucessos, igualmente ou até mais elevada no teatro; mas também aqui o referencial que impõe todos os valores continua sendo a televisão: com raras exceções, os eventuais altos salários no teatro cabem apenas àqueles artistas que conseguiram valorizar os seus nomes nas novelas.

Tudo isso faz com que o teatro passe a ser, no dia-a-dia do artista, uma atividade



secundária. Isto não significa apenas que ele dedica muito menos horas do seu dia, mês ou ano profissional ao teatro do que a televisão; significa também que ao ter de escolher entre um contrato no primeiro ou no segundo veículo, ele muito provavelmente escolherá o segundo. Significa, ainda, que os horários dedicados aos ensaios de teatro só poderão ser aqueles que a escala das gravações deixa livres. Daí uma cada vez maior dificuldade de compor o elenco para uma peça com mais de dois ou três papéis que exijam intérpretes de peso, já que os atores cogitados estarão, com toda probabilidade, ocupados em novelas que são gravadas em horários diferentes. Daí, também, permanentes dores de cabeça durante o período dos ensaios e, às vezes, até, durante a carreira do espetáculo.

O preço que o artista, enquanto indivíduo com responsabilidades muito fortes e específicas dentro da dinâmica social do país, paga



pela ascensão que a televisão inegavelmente lhe proporcionou sob vários aspectos, é muito alto. De saída, ele se resume, em parte, numa curiosa contradição. Por um lado, sua voz ressoa hoje com um alcance muito maior do que no passado, graças precisamente à penetração que a popularidade conquistada através do vídeo lhe garante. Da mesma forma como ele vende abundantemente produtos, quer através do *merchandising* camuflado ou dos comerciais explícitos, ele poderia também *vender*, com seu prestígio pessoal, idéias, progresso, reflexão, desmistificação. Mas, por outro lado, ele está impossibilitado de utilizar esse seu potencial de ressonância, porque o esquema que lhe dá acesso a esse potencial exige que ele abra mão de qualquer vislumbre de questionamento, e cobra-lhe uma imagem de *bom moço* (ou *boa moça*). De contestador que ele era, por natureza, antes de entrar na engrenagem televisiva — e vale a pena lembrar o papel de vanguarda desempenhado pela categoria na resistência contra a ditadura — ele transformou-se, sem se dar conta disso, num conservador que, através de seu ofício, veicula valores consagrados pelo esquema dominante, e na sua vida pessoal defende a casa de campo com piscina que a TV lhe permitiu comprar (ou lhe permitiu sonhar em comprar), bem como outros semelhantes símbolos do conforto da alta burguesia. É evidente que no passado, quando ele era, digamos, muito mais “classe média”, era-lhe muito mais fácil manter uma posição de independência e incluir-se entre as forças progressistas e reivindicadoras da nação.

Inevitavelmente, esta evolução acaba refletida no resultado artístico do seu trabalho. Até mesmo porque o público, na sua imensa maioria, também lhe cobra um comportamento artístico condizente com os valores já assimilados e consagrados, e não vê com bons olhos qualquer desvio desse comportamento na direção de um trabalho mais inconformista e experimental. Como as emissoras de TV obedecem nos seus códigos estéticos aos padrões de linguagem que o público absorve com a maior facilidade, eis o artista enquadrado em convenções nas quais se torna quase impossível evitar a redundância e a superficialidade (o que, bem entendido, não exclui necessariamente a possibilidade de realizar vez por outra, dentro destas limitações, trabalhos de apreciável qualidade).

O teatro, também neste sentido, fica a reboque da televisão. Seus compromissos econômicos, infinitamente menos pesados do que os da TV, poderiam a rigor capacitá-lo a ousar mais, a explorar de vez em quando terrenos estéticos e temáticos menos seguros. Ocorre, porém, que o público, a esta altura dos

acontecimentos, se acha majoritariamente condicionado pelos códigos de leitura que lhe foram impostos pelo íntimo convívio com a TV. Destes códigos fazem parte uma narrativa fatalmente linear, uma representação convencionalmente realista, uma cenografia decifrável à primeira vista e, de preferência, luxuosa; e assim por diante. Quando vai ao teatro, o espectador espera inconscientemente reencontrar estas constantes estilísticas que lhe são familiares. Quando não as encontra, e as vê substituídas por recursos mais “experimentais” (ou, simplesmente, mais abstratos, simbólicos ou poéticos), sente-se desambientado, marginalizado, e a comunicação entre palco e platéia não se estabelece com a desejada fluidez. Sem dúvida, em vários momentos de um passado mais ou menos recente, quando a televisão não tinha ainda o mesmo poder de “fazedor de cabeças” de que hoje dispõe, o público teatral tinha mais facilidade de captar propostas cênicas anticonvencionais, como prova o considerável êxito de bilheteria de vários espetáculos de vanguarda nos anos 60 e 70. Hoje, dificilmente tal sucesso se reproduziria.

O quadro acima esboçado refere-se especificamente ao meu campo de observação, que é a vida teatral do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a situação estrutural é bastante diferente, já que ali praticamente inexistente o canto de sereia representado pelos empregos na televisão, pois a virtual totalidade da produção de ficção televisiva acha-se concentrada no Rio. E essa situação é forçosamente muito diferente fora do chamado *eixo*, quer nas poucas capitais de maior importância onde já se firmou um trabalho teatral num plano profissional ou semiprofissional, quer em cidades menores onde floresce, em todas as regiões do país, um dinâmico movimento amador. Entretanto, apesar dessas diferenças estruturais, todos esses centros parecem reproduzir, cada um em sua própria

escala, um esquema semelhante ao que se verifica no Rio: um grande crescimento quantitativo da atividade teatral, ao qual não corresponde um proporcional crescimento do público; o predomínio de uma criação conservadora e pouco ousada, pouco diferente, em termos estéticos e temáticos, daquilo que era habitual nos palcos do país há 30 anos atrás; precariedade da oferta de espaços cênicos; pouca possibilidade de manter grupos estáveis capazes de desenvolver uma real continuidade de trabalho coletivo; e uma radical submissão das linguagens teatrais aos códigos impostos pela televisão. O teatro regional, notadamente, que por volta de 1980 prometia uma contribuição muito interessante para o fortalecimento de um teatro não conformista e questionador, parece ter tido ultimamente o seu ímpeto criador consideravelmente esvaziado.

Repensar o teatro enquanto teatro

A reflexão acima desenvolvida pode parecer, numa primeira leitura, saudosista. Não é esta a sua intenção. Num momento em que a análise e a discussão dos rumos que o teatro brasileiro vem trilhando se encontram num nível muito baixo — um pouco por falta de espaços adequados na imprensa, um pouco por acomodação e falta de ânimo para cutucar aspectos pouco agradáveis do panorama, um pouco pela natural dificuldade de formular diagnósticos firmes num período que se caracteriza claramente como uma fase de transição — pareceu-me oportuno levantar algumas contradições flagrantes. Em particular, a contradição entre, por um lado, o enganador *boom* quantitativo da atividade teatral e o inédito prestígio adquirido pelos seus oficiais e, por outro, a perda de substância artística, de capacidade de renovação e de alcance social que essa ativi-

dade sofreu, em comparação com outras épocas, sob vários aspectos eventualmente mais difíceis, e no entanto mais férteis em realizações inspiradas e ousadas.

Tais contradições, evidentemente, não fecham as portas a todas as *voltas por cima* possíveis. No momento, a condição primeira para essas *voltas por cima*, quaisquer que elas venham a ser, talvez seja um decidido esforço no sentido de repensar o teatro enquanto teatro. Ou seja, não enquanto um apêndice da televisão ou um primo pobre dos *shows* musicais que eletrizam a juventude (a este propósito, uma aproximação entre o espírito do *rock* e a mentalidade do recente teatro *besteirol* talvez não seja fora do propósito). E sim enquanto um meio de comunicação artística dotado de uma magia, de uma mística e de uma gramática próprias e inconfundíveis, e que têm sido lamentavelmente negligenciadas em tempos recentes.

É possível que o reencontro desse teatro que se reassuma como uma forma de expressão rica em características próprias comporte alguns sacrifícios. Talvez esse teatro, para existir no contexto atual, tenha de refugiar-se em salas pequenas e simples, aceitar-se como uma atividade eminentemente artesanal, dirigida a platéias pouco numerosas, platéias de iniciados num certo sentido. Talvez, nestas condições, ele só possa oferecer trabalho a bem poucos artistas, e talvez esse trabalho tenha de situar-se, do ponto-de-vista material, num plano mais próximo do amador do que do profissional; embora, paradoxalmente, do ponto-de-vista de preparo especializado, esses artistas tenham de estar muito acima das exigências do profissionalismo atual.

Ou talvez não seja nada disso... ●

Yan Michalski é escritor, jornalista, crítico teatral e dramaturgo.

Resumen

Teatro

TEATRO BRASILEÑO 1956-1986: PROGRESOS O RETROCESOS

Debe haber algo corrupto en el ambiente cuando un actor necesita pedir permiso humildemente a la emisora de televisión que lo contrató para poder trabajar en teatro; o que el éxito de la excursión por el país de una producción teatral dependa decisivamente de la concesión, por la emisora, de llamadas gratuitas en cada lugar donde el espectáculo se presente. También hay algo en descomposición cuando el dueño de un teatro, al tratar del arriendo de su sala de producción, verifica cuidadosamente la ficha técnica para ver si hay en el elenco nombre *globales* en número y peso suficiente. Tales episodios traducen una relación de dependencia que coloca, sin duda, el teatro en una posición sumisa y humillante. Lamentablemente, estos hechos constituyen sólo la punta de un *iceberg*.

Abstract

Theatre

BRAZILIAN THEATRE 1956-1986: PROGRESS OR REGRESSION.

Something is rotten in a state in which an actor must needs beg on humbly bended knee for permission to work in the theatre from the TV company that has hired him; or in which the success of a theatrical company's tour around the country hangs on the TV company's granting of free shows in every town where the spectacle is staged. Something is rotten, too, in a state in which a theatre owner carefully runs his eye down the cast list, before renting out his premises, to check that there are enough weighty "global" * names on it to make it worth his while. Such episodes highlight a relationship of dependence in which in theatre plays a humiliatingly submissive second fiddle; but they are just the tip of the iceberg.

* Translator's note: "global" is a pun on the name of the largest Brazilian television network, Rede *Globo*.

Duas empresas orgulhosas de sua tradição.
Duas empresas buscando os mesmos objetivos.
Duas companhias que se tornaram uma.
Sperry Corporation e Burroughs Corporation
 se sentem orgulhosas em anunciar sua
união.

UNISYS

Apresentamos UNISYS. Uma empresa de
10 bilhões de dólares, com mais de
100.000 funcionários dedicados, em mais de
100 países.

UNISYS. A força e a estabilidade de uma
empresa, com os recursos da Sperry e da Burroughs
combinados, resultaram nessa nova potência

A potência².

E, devido à magnitude dessa união de forças,
a indústria da informática entra em uma nova era.
Uma era de escolha significativa. Uma era de real
competição.

Dessa competição, surgirá um único vencedor.
Você.

UNISYS

A potência²

Atlântico

Um mar de sutilezas e incertezas

Mário César Flores

O Brasil, sem deixar de ser continental, é um país marítimo. Desde os primeiros anos coloniais até hoje nosso desenvolvimento sempre esteve vinculado a sistemas transoceânicos de interesses econômicos, e, conseqüentemente, ao transporte marítimo. A evolução tecnológica dos últimos decênios tende a aumentar a preocupação com o mar na medida em que se amplia o papel econômico dos recursos marinhos.

São compreensíveis, portanto, os cuidados brasileiros com o Atlântico Sul, cujo uso como hidrovia e fonte de recursos é essencial para o progresso e a segurança do Brasil e demais países que o circundam. A tudo isso, some-se agora o interesse mundial crescente pela Antártica, a cujo futuro o Brasil, maior país marítimo do hemisfério sul, não poderia ficar indiferente.

Os que se dedicam ao mar e o entendem como importante alicerce de um projeto nacional amplo e completo, certamente apreciarão encontrar um tema como o deste artigo na revista *Humanidades*, publicada pela maior Universidade da capital que erigimos a 1000 quilômetros da costa, como parte de uma política de interiorização. Assiste-lhes pelo menos o direito de sentir neste fato um agradável sabor de apelo marítimo no planalto... E, para aproveitar essa circunstância favorável, o artigo tem início com algumas observações sobre o mar em geral, sucintas, mas úteis para o entendimento do texto posterior, que enfoca objetivamente a inserção do Brasil no cenário marítimo que o afeta diretamente.

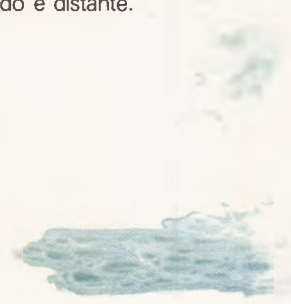
O mar e seu papel

O mar ocupa 4/5 da superfície da Terra; o Pacífico sozinho é maior do que toda a superfície terrestre do planeta! Sob uma pers-

pectiva global, as áreas efetivamente terrestres são praticamente ilhas ou penínsulas e mesmo as comunicações entre regiões unidas por continuidade terrestre são comumente marítimas, em virtude de dificuldades criadas pelo clima, relevo, vegetação e, por vezes, pela geografia política, que introduz na equação dos transportes a variável da soberania e da vontade política¹. A própria economicidade dos transportes situa em primeiro lugar o hidroviário, para grandes cargas e grandes distâncias, seguindo-se-lhe o duto, o ferroviário, o rodoviário e o aéreo. Note-se que essa vantagem não decorre apenas do menor custo: também a velocidade é maior no transporte hidroviário, desde que a comparação se condicione pelos parâmetros grandes cargas e grandes distâncias.

Assim, se não existirem óbices geofísicos severos (raros e restritos, no mar) e se o arbítrio humano não criar dificuldades alheias à compulsão da natureza (restrições políticas e legais discriminatórias contra a hidrovia, por interesse ou ignorância), o transporte hidroviário se impõe naturalmente, como o demonstra o fato de que mais de 90% do comércio internacional se processe pelo mar, sendo que, para certos

países, inclusive os EUA, o Japão, a Inglaterra e o próprio Brasil, esse percentual se aproxima dos 100%. A acelerada evolução da tecnologia moderna e os fenômenos políticos e estratégicos mais relevantes do mundo contemporâneo, como o confronto Leste x Oeste, a bipolarização militar, a descolonização e os litígios Norte x Sul, não alteraram essa situação, de modo que a integração mundial continua e continuará a depender do mar, pelo menos enquanto o saber humano não superar algumas leis básicas da física hoje conhecida, que conferem vantagens sensíveis ao transporte hidroviário pesado e distante.



Sul:



Nos últimos decênios vem sendo muito ampliada outra dimensão econômica do mar: a relacionada com o uso de seus recursos naturais. O interesse econômico pela utilização desses recursos já ultrapassou a pesca, passando a abranger também a extração intensiva de hidrocarbonetos e o início da extração de minerais; a pesca, pioneira nesse campo, já atinge níveis que ameaçam produzir reflexos negativos sobre o equilíbrio da vida na biosfera! Essas atividades vêm ocorrendo em áreas marítimas relativamente restritas, porque é nelas que os recursos existem em quantidade compensadora, à vista dos elementos de juízo conhecidos, ou porque a tecnologia disponível ainda não permite estendê-las². Contudo, tanto as áreas pesquisadas como a tecnologia crescem dia-a-dia e a servidão do homem ao mar aumenta com elas.

Finalmente, convém não esquecer que o mar é importante cenário de conflitos de toda ordem, dos clássicos entre Estados aos atos de terrorismo e pirataria. A proteção das comunicações marítimas próprias, o ataque às do inimigo e a projeção de poder militar através do mar têm sido aspectos importantes, quando não fundamentais, dos conflitos clássicos. E, modernamente, volta a recrudescer (ainda em nível episódico, mas crescente) a delinquência marítima, sob a forma de terrorismo, pirataria e transporte ilegal (por exemplo, de drogas e armas), que haviam entrado em recesso nos últimos 200 anos, desde a implantação da "pax britânica" avalizada pela Royal Navy — isto é, desde que a Grã-Bretanha, tendo atingido o nível de grande potência marítima, permitiu-se superar sua fase anterior de pirataria oficiosa, praticada pelos corsários armados pela Coroa...

É curioso observar que a evolução tecnológica contemporânea, não tem alterado os aspectos tradicionais do mar como cenário de conflitos. Pelo contrário: os Estados continuam a se preocupar com as comunicações marítimas e o uso do mar como via de projeção de poder (em suas modalidades clássicas e numa nova: os mísseis com armas nucleares, lançados sobre terra, de submarinos). Só que, em acréscimo a esses aspectos tradicionais, eles também se preocupam hoje, inclusive as grandes potências, com o controle da captura e extração de recursos marinhos e com a ordem marítima em geral, nela incluída a repressão de ilícitos de nível policial-marítimo.

O Brasil e o Atlântico Sul

A importância do Atlântico Sul para os países marítimos em geral e o Brasil em

particular pode ser analisada sob vários ângulos. A formação do autor conduz naturalmente a uma certa ênfase (não exclusiva) para o ângulo da segurança, mas isso não significa que outros aspectos sejam secundários, como se pode concluir do fato de que dos primeiros anos coloniais até hoje nosso desenvolvimento sempre esteve vinculado a sistemas transoceânicos de interesses econômicos (e, conseqüentemente, ao transporte marítimo), refletidos nos "ciclos" do pau-brasil, do açúcar, do café e da borracha e na mineração do ouro, pedras preciosas, manganês, ferro e outros produtos menos relevantes, tudo voltado para o mercado externo. A pauta de exportação está hoje mais diversificada e, na importação, o petróleo substituiu o escravo africano como fonte externa de energia, mas, no conjunto, o modelo econômico continua vinculado a um complexo de interesses internacionais cuja satisfação depende do mar.

O ângulo estratégico encontra algum respaldo na história pois, enquanto nossa fronteira terrestre foi caracterizada pela dinâmica expansionista de gradativa eliminação das restrições de Tordesilhas, só sustada eficazmente pelos contrafortes dos Andes e pela reação espanhola no Prata, no fim do século XVIII, na frente marítima predominou uma atitude de preocupação com a ameaça projetada pela Grã-Bretanha, Holanda e França, potências contrárias ao "statu quo" ibérico nos oceanos, sobre nosso litoral e comunicações marítimas. Esse tipo de ameaça se estendeu por quase cinco séculos e inclui em seu acervo histórico as invasões francesas e holandesas — a segunda holandesa tendo sido a maior ameaça externa ocorrida até hoje contra a integridade territorial brasileira —, as incursões inglesas e francesas e, já no século XIX, a atuação inglesa contra o tráfico negreiro, no litoral africano e no nosso (neste último, envolvendo episódios de triste lembrança para nossa soberania), além de outros episódios menos relevantes, como, por exemplo, a interferência naval estrangeira (européia e norte-americana) em plena baía da Guanabara, na revolta da Armada, em 1893.

O caso da atuação contra o tráfico negreiro, cuja componente ética não está em discussão aqui, reflete bem a vulnerabilidade marítima brasileira à pressão dos interesses de grandes potências. A razão humanitária invocada servia, na verdade, a interesses econômicos: a necessidade inglesa de ampliar o mercado brasileiro de trabalhadores assalariados e a de favorecer a concorrência antilhana (a propósito: na mesma época, a Inglaterra desenvolvia seu modelo industrial capitalista sobre a desumana exploração da mão-de-obra inglesa "livre"). Será que podemos estar seguros de que amanhã não

virá a ser uma questão "humanitária" a exploração, pelas grandes potências, dos recursos marinhos de águas próximas ao Brasil, "em proveito da humanidade"?

Essa vulnerabilidade histórica merece ser realçada. Se, por um motivo ou outro, o Brasil vier a sofrer coerção com algum conteúdo militar, exercida por grande potência, o caminho natural dessa coerção será o mar e seu objetivo provável, nossas comunicações e frente marítima. A hipótese pode parecer improvável à primeira vista, mas é conveniente não descartá-la como inverossímil no nosso complexo mundo atual, com suas mazelas e seus conflitos. O confronto anglo-argentino em virtude da pesca em torno das Malvinas (novembro de 1986) é um exemplo típico desse problema, como o foi também a ameaça de pressão naval da França em 1963, em apoio aos seus barcos de captura de lagosta ao largo do Nordeste Brasileiro.

Na primeira metade do presente século estivemos envolvidos em duas guerras mundiais e em ambas a ameaça fez-se sentir essencialmente no mar; na segunda, a perda de inúmeros navios comprometeu nossa Marinha Mercante por cerca de 20 anos! E se, nos anos críticos da guerra fria, o confronto entre os EUA e a URSS tivesse chegado ao nível bélico, novamente seria marítima a principal ameaça ao Brasil, por ser o submarino o único instrumento militar que a URSS poderia ter operado no teatro sul-atlântico. Aliás, é oportuno ressaltar aqui que esse teatro não mais está imune à presença de submarinos dos sistemas nucleares estratégicos das superpotências, já que o aumento do alcance dos mísseis já permite executar o lançamento de latitudes brasileiras!

A evolução tecnológica dos últimos decênios, descompassada do aperfeiçoamento dos mecanismos políticos destinados ao trato dos interesses marítimos, tende a aumentar a preocupação com o mar, na medida em que se amplia o papel econômico dos recursos marinhos. O relativo insucesso da recente conferência sobre o direito internacional marítimo, conduzida pela ONU ao longo de vários anos (insucesso porque a Convenção não foi assinada por várias potências marítimas), indica que ainda não podemos contar com uma ordem marítima ajustada à perspectiva da grande maioria da humanidade. Reconheço que seria difícil ocorrer uma suave admissão de normas limitadoras dos poderosos, como prevê o texto da Convenção, mas o fato é que a conferência evidenciou tanto a atualidade do histórico descompasso entre ética e poder, como a probabilidade de ser o mar um possível cenário de manifestações desse descompasso.

A tudo isso, some-se agora o interesse mundial crescente pela Antártica, de cujo futuro o Brasil, maior país marítimo do hemisfério sul, não poderia ficar indiferente. Aderimos em 1975 ao Tratado da Antártica e no verão 82-83 iniciamos um programa de pesquisas naquele continente e em suas águas, no setor que dá continuidade ao Atlântico Sul. O engajamento na grande aventura antártica constitui mais um sério compromisso marítimo para o Brasil.

São compreensíveis, portanto, os cuidados brasileiros com o Atlântico Sul, cujo uso como hidrovia e fonte de recursos é essencial para o progresso e a segurança do Brasil e demais países que o circundam, vários deles ainda em processo de consolidação nacional dependente de apoio pelo mar e vulnerável à hostilidade marítima. Na luta contra o subdesenvolvimento que os aflige, o transporte marítimo exerce um papel primordial, como bem o demonstra o caso do Brasil, cujo comércio externo, sobre o qual se fundamenta o modelo econômico que, certo ou errado, adotamos³, se processa em cerca de 98% pelo mar. A forte dependência marítima brasileira, hoje muito aumentada pela importante extração de petróleo da plataforma continental, também se aplica aos outros países sul-atlânticos que almejam e podem pretender um sensível progresso a curto prazo, como, por exemplo, a Argentina e a Nigéria.

Esclareço aqui que, neste artigo, a expressão Atlântico Sul se refere a um oceano que se estende até um pouco ao norte da linha do Equador, atingindo aproximadamente a reta que une Trinidad-Tobago a Cabo Verde/Senegal. Embora o limite formal da OTAN passe ao norte de Cabo Verde, o segmento nordeste dessa linha atravessa a área que pode ser considerada como flanco marítimo sul da OTAN, sob a perspectiva das preocupações européias. Já seu segmento sudoeste atravessa a área de transição entre o Atlântico Sul e o Caribe. Ou seja: a linha a que acabo de me referir, toda ela em baixas latitudes norte, atravessa as áreas de transição entre as águas de elevado interesse para a OTAN em geral e os EUA em particular e o Atlântico Sul estratégico. Sobre ele, debruça-se o Brasil ao longo de 7000 quilômetros de frente marítima de clima raramente hostil, que proporcionam ao país excelentes condições para o comércio marítimo externo e interno (esse último, hoje em dia muito aquém de sua potencialidade), para a captura e extração de recursos do mar, para acesso ao novo mundo antártico e, sob a perspectiva estratégica, para apoiar o exercício do controle do que se passa em áreas importantes do Atlântico Sul, inclusive na junção entre as partes Norte e Sul do Atlântico.

Quando tratamos de segurança internacional numa determinada região faz-se necessário considerar fundamentalmente dois aspectos do problema: o quadro político decorrente da convergência ou divergência dos interesses nela presentes e os níveis de poder disponíveis para incrementar interesses próprios, eventualmente em detrimento dos adversos.

Até a Segunda Guerra Mundial os interesses e o poder interagiam no Atlântico Sul em função das potências européias, que controlavam boa parte de sua periferia; complementarmente, interagiam também, em nível modesto, em função dos interesses dos países regionais independentes, quase todos sul-americanos. Os EUA raramente se faziam presentes no nosso então marginalizado⁴ oceano austral, pois, no que concerne ao Atlântico, suas preocupações estratégicas concentravam-se no Caribe e no Atlântico Norte ocidental.

Essa situação começou a mudar quando, nos primeiros anos 40, a ameaça do Eixo, a incapacidade inglesa, o colapso francês e o despreparo brasileiro compeliram a Marinha norte-americana a se ocupar da defesa anti-submarino do tráfego marítimo sul-atlântico, inclusive ao longo de nosso litoral. Nos últimos 35 anos a mudança alterou suas características e aumentou sua velocidade, em virtude da bipolarização em torno das superpotências e da descolonização. Ambos esses movimentos aluíram os alicerces do passado, simultânea e paradoxalmente globalizando e pulverizando interesses e valores político-ideológicos, econômicos e estratégicos, exacerbando as injunções locais do confronto EUA x URSS, facilitando a emergência de distúrbios entre países desigualmente desenvolvidos e desigualmente providos de recursos e revitalizando conflitos com raízes históricas, econômicas e raciais.

A bipolarização entre os mundos ocidental e o comunista tem desempenhado um papel ponderável, definindo em última instância os limites permissíveis das demais influências que, contidas pelo poder e interesses das superpotências, não podem ameaçar as regras básicas do confronto global. Dentro desses limites, lutam os países sul-atlânticos para ascenderem na escala do progresso sócio-econômico ou, até mesmo, para emergirem do pauperismo dramático, enfrentando falta de capital, instrução deficiente, estruturas impróprias, insuficiência de elites, litígios locais diversos e, é claro, a pressão das superpotências, que cultivam a precedência de seu confronto, subordinando-lhe o apoio que prestam ao progresso sócio-econômico e suas interveniências em problemas regionais. Vê-se isso nitidamente com a atuação da URSS/Cuba e dos EUA em Angola e as atitudes norte-americanas

na questão da Namíbia e no episódio das Malvinas em 1982 (nesse último, tendo ficado bem clara a questão dos valores relativos da OTAN e do TIAR, para os EUA...).

Sob o enfoque marítimo, os países sul-atlânticos interessam às superpotências pelos reflexos sobre as comunicações marítimas⁵; a captura e extração de recursos do mar não aparentam ser fatores de mérito vital no confronto entre os EUA e a URSS: nesse campo, as duas superpotências singram rumos similares, que compartilham com outros países marítimos. Isso não significa, porém, que a utilização dos recursos marinhos nunca foi ou será manipulada pelas superpotências, em proveito de suas políticas de confrontação; o acordo de pesca argentino-soviético, que permitiria à URSS pescar em águas próximas às Malvinas (acordo recente) não deixa de ser uma sutil farsa soviética na solidez da solidariedade do Ocidente...

Mas o que realmente significa o Atlântico Sul como via de transporte? Para a economia brasileira ele é vital, como sempre foi: o Brasil é uma península econômica cujo tênue istmo é constituído por suas ligações terrestres com países vizinhos, responsáveis por menos de 3% do comércio externo! Para o mundo em geral, o grau de sua essencialidade não é tão expressiva como para o Brasil, mas ele não deixa de ter razoável importância, como se pode inferir do fato de que por ele tem passado, nos últimos anos, cerca da metade do petróleo consumido na Europa e 1/5 do consumido nos EUA.

Esse complexo intercâmbio marítimo implica num trânsito de aproximadamente 20 a 25.000 navios/ano ao largo do sul da África e cerca do dobro pelas proximidades de Cabo Verde e do nordeste brasileiro. Aproximadamente metade desses números — mais da metade ao largo do nordeste brasileiro e menos, ao sul da África — diz respeito a navios envolvidos em transporte de interesse brasileiro. Trata-se de um ponderável tráfego (pouco inferior à metade do existente no Atlântico Norte), que crescerá muito se Suez ou Panamá vierem a ser objeto de restrições.

Todo esse tráfego depende da eficácia do conceito da livre navegação e da boa ordem internacional marítima em paz e exige proteção e segurança em situação de conflito. Quanto à livre navegação e à ordem marítima em paz, até agora o Atlântico Sul tem sido poupado de problemas sérios — o que não nos dá o direito à convicção de que assim será no futuro. Com respeito à segurança em situação de conflito, ela merece aqui algumas considerações específicas.

Segurança marítima

A capacidade militar das Marinhas dos países sul-atlânticos é limitada; nenhum deles tem condições de ameaçar e, o que é mais importante, proteger rotas marítimas distantes de suas bases, tanto em improváveis conflitos regionais como, com muito mais razão, em conflitos envolvendo super e grandes potências. Apenas a Argentina, o Brasil, e, em nível bem inferior, a África do Sul, possuem Marinhas com alguma operacionalidade oceânica; as demais são modestas, de defesa costeira e apenas a da Nigéria procura dar alguns passos para ampliar sua capacidade oceânica. A própria Argentina, cuja Marinha é relativamente bem dotada, praticamente nada pôde fazer contra a extensa e vulnerável linha do apoio logístico inglês no conflito das Malvinas, que se estendia da Inglaterra à Ascensão e de Ascensão ao Teatro de Operações austral; vale comentar, sobre isso, que se essa linha tivesse sido ameaçada com credibilidade e alguma persistência, o problema inglês teria se complicado e, para tanto, bastaria que a Argentina tivesse podido operar uns poucos bons submarinos (apenas um moderno operou no conflito).

Em síntese: a Argentina, o Brasil e, mais modestamente, a África do Sul, podem atuar com alguma expressividade em áreas limitadas e relativamente próximas, mas nenhum país sul-atlântico está capacitado para as grandes extensões do Atlântico Sul, hoje incontestavelmente sob o arbítrio estratégico da Marinha dos EUA, sempre que estiverem envolvidos interesses importantes dessa superpotência — como seria o caso se o hipotético (e felizmente improvável) conflito Leste x Oeste se concretizasse em nível bélico.

Evidentemente, nessa hipótese o Atlântico Sul não será um teatro marítimo vital: essa condição caberá ao Atlântico Norte, através do qual fluiria pela terceira vez em guerra mundial o decisivo apoio norte-americano à Europa (o papel do Atlântico Norte para a OTAN seria similar ao do Mediterrâneo para o Império Romano, no conflito com Cartago). Entretanto, essa posição inferior não autoriza a ignorar que a URSS dispõe hoje de uma grande Marinha, que poderá destacar para o teatro secundário do Sul ao menos algumas unidades, provavelmente submarinos⁶, que subverteriam a tranquilidade desse teatro...

A presença soviética no Atlântico Sul em tempo de paz (até agora diminuta em termos militares) e seu risco potencial em guerra chegaram a estimular, há poucos anos atrás, na Argentina, Uruguai e África do Sul, a idéia de

um instrumento político de segurança marítima regional.

À África do Sul ele interessava (e talvez ainda interesse hoje) para reduzir os efeitos negativos de sua política racista e como instrumento de apoio regional na efervescente situação do cone sul-africano, cuja evolução poderá vir a contar com interferência soviética, já que a URSS interessa comprometer o acesso ocidental aos recursos da área e a segurança do tráfego marítimo no contorno sul da África. Quanto a Argentina e ao Uruguai, o interesse pode ter sido estimulado por injunções internas: ambos os países viviam sob regimes militares e é óbvio que as Marinhas ver-se-iam reforçadas nos quadros internos de influência e poder. Ademais, é provável que a Argentina o visse como adequado para obter respaldo regional em seu contencioso com a Inglaterra (Malvinas)⁷.

No Brasil predominou o entendimento de que em paz nada-há a fazer para inibir o livre e ordeiro uso dos mares e, quanto à hipótese bélica, aquele instrumento seria inócuo como fator dissuasório e para a ação efetiva, sem a decisiva participação dos EUA e outras potências da OTAN. Além disso, entendeu o Brasil que ele poderia vir a ser prejudicial, já que os países africanos tenderiam a se sentir ameaçados, daí decorrendo um estímulo para o aumento da influência soviética que, até agora, não tem tido o sucesso imaginado como iminente, ao término da descolonização.

O entendimento brasileiro parece ter sido correto, tanto assim que a única preocupação hoje é Angola, mas mesmo essa terá solução na medida em que seja alcançado um compromisso satisfatório⁸ para a independência da Namíbia e uma composição política que lhe proporcione tranquilidade interna. Atingidos esses requisitos, a predominância dos interesses que ligam Angola aos países ocidentais vingará naturalmente.

A preocupação com as posições de apoio para o instrumental militar que ameaçaria e, inversamente, protegeria o transporte marítimo, não pode se restringir apenas ao litoral dos continentes e ilhas costeiras (abrangidos pelas observações anteriores); também as posições oceânicas interessam, razão porque cabem aqui umas poucas observações sobre algumas ilhas cujo estatuto político ainda está vinculado ao imperialismo marítimo inglês dos séculos passados. Refiro-me essencialmente a Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha⁹. As Malvinas, bem localizadas em relação ao contorno sul da América, constituem um caso singular que justificaria um artigo específico e Geórgia do Sul está demasiado longe das rotas comerciais; seu valor como posição é mais ligado ao acesso à Antártica e aos recursos

marinhos das frias águas austrais, do que ao controle daquelas rotas.

Ascensão é importante para o controle das águas entre os salientes brasileiro e africano que, além de serem atravessadas por rotas relevantes (também brasileiras), já constituem área viável para os submarinos do sistema nuclear soviético — razão pela qual a Inglaterra permite que os EUA dela operem aviões de patrulha anti-submarino, embora mantendo o direito de usar sua pista, o que fizeram intensamente no conflito das Malvinas.

Santa Helena e Tristão da Cunha não dispõem de boas condições naturais para apoio a navios e aviões, mas não é impossível superar as dificuldades; Tristão da Cunha goza de posição privilegiada para controlar o trecho central da rota Boa Esperança — Rio/Santos/Prata.

As três ilhas permanecem em mãos inglesas, não sendo, em princípio, de se esperar que elas sejam usadas em detrimento dos países regionais; contudo, não se pode ter convicção absoluta a respeito (em 1982, Ascensão exerceu papel importante na ação inglesa contra a Argentina). A evolução dos interesses de toda ordem pode induzir confrontos hoje imprevisíveis, inclusive entre países mais menos desenvolvidos, capazes de justificarem o uso dessas ilhas como apoio a atividades navais e aéreas. Todas as três não têm população própria, não lhes podendo ser atribuído o conceito de autodeterminação que a Inglaterra invoca (de maneira pouco convincente, diga-se de passagem) para as Malvinas. O Brasil precisa acompanhar com ativo interesse a evolução de longo prazo dessas ilhas, já que seria lastimável que elas viessem algum dia a constituir motivo de preocupação especial¹⁰.

Recursos marítimos: atritos e incidentes

Desenvolvamos um pouco, agora, o quadro de causas e efeitos, de ações e reações político-estratégicas nos oceanos em geral e no Atlântico Sul em particular, sob a perspectiva do interesse crescente pelos recursos dos mares (pesca, petróleo e, ainda em nível discreto, minerais).

Evidentemente, são os países melhor dotados de capital e tecnologia os que mais se aproveitam desses recursos, e entre eles não se incluem os países sul-atlânticos. São relativamente modestas as atividades pesqueiras do Brasil, Uruguai e Argentina, se comparadas com as exercidas no Atlântico Sul (e na parcela do Antártico que lhe dá continuidade) pelo Japão, União Soviética, Espanha, Formosa,

Coréia do Sul, Polônia, Alemanha Oriental e outros países. Quanto aos recursos do subsolo, apenas o Brasil e, em pequena escala, a Argentina extraem petróleo de suas plataformas continentais; felizmente, ao contrário do que ocorre com a pesca, nem mesmo as maiores potências do mundo se lançaram, até agora, nesse tipo de atividade em águas sul-atlânticas. Nessas águas, ressalvada a pesca, o maior esforço das grandes potências marítimas no Atlântico Sul é a pesquisa oceanográfica, que se estende até mesmo às águas próximas aos países que o margeiam. É, particularmente sensível a condução pela URSS e pelos EUA, estimulada não tanto por motivos econômicos e sim pelas aplicações militares (por exemplo: pesquisas relacionadas com o controle do trânsito ou com a seleção de áreas de patrulha discreta, dos submarinos dos sistemas estratégicos nucleares, em função do relevo submarino e das características do meio líquido).

Infelizmente, a longa conferência sobre direito internacional marítimo patrocinada pela ONU e encerrada em 1982 não chegou ao bom termo porque vários países desenvolvidos e ricos se negaram a aceitar regras restritivas à liberdade que beneficia os poderosos; temos, portanto, o direito de duvidar da eficácia de um instrumento de direito internacional que não conta com a sanção de grandes potências militares e econômicas (EUA, Inglaterra, RFA, Itália e outras). Também a Argentina não assinou até hoje a Convenção, mas é de se supor que suas restrições cessarão com a solução do problema Malvinas.

A América sul-atlântica tem tido experiência prática nessa área. Em 1963 estivemos envolvidos num curioso confronto com a França, felizmente interrompido a tempo, relacionado com a captura da lagosta em águas do Nordeste, e nos últimos anos têm sido comuns os incidentes de pequeno vulto, em diversas áreas costeiras. Em várias ocasiões os que têm ocorrido ao largo do litoral do Amapá (envolvendo pesqueiros de empresas de capital norte-americano) chegaram a exigir o uso da força. Um episódio grave ocorreu ao largo da Patagônia em 1977: numa verdadeira operação militar a Esquadra argentina apreendeu, em cerca de 24 horas, algumas dezenas de barcos de pesca soviéticos, búlgaros e de outras nacionalidades. Passados nove anos, um acordo de pesca argentino-soviético serviu de gatilho para a Inglaterra reacquer o confronto anglo-argentino, cerceando a pesca não autorizada por ela, a menos de 150 milhas das Malvinas (vale lembrar que a pesca no Atlântico Sul é mais intensa exatamente nas águas austrais da América, onde a plataforma continental se estende além do arquipélago objeto do confronto).

Não foi possível conseguir informações para avaliar esse tema no que concerne às águas africanas, onde a pesca parece ser, ao menos à vista dos conhecimentos atuais, menos atraente do que nas águas austrais sul-americanas; mas é provável que um maior conhecimento do Atlântico Sul oriental venha a estimular naquelas águas tanto a pesca como os embarços internacionais. O aprisionamento de dois pesqueiros soviéticos em águas de Ghana, em 1968, que levou a URSS a praticar uma pequena demonstração naval de intimidação ao largo daquele país, é um exemplo do que pode vir a acontecer com o aumento das atividades pesqueiras e a melhora do poder naval de defesa costeira dos países da África Negra.

Em síntese: mesmo sem entrar no mérito das várias questões específicas, é óbvio que os recursos do mar, objeto de direito controverso e de inequívoco potencial de atritos e incidentes, são capazes de gerar em intranquilidade sul-atlântica. Suas injunções e consequências tendem a dissociar em campos distintos os países de grande e menor desenvolvimento, cujos interesses nem sempre coincidem. Agravando tudo isso, a incontinência dos interesses econômicos dos países ricos (nessa área como em outras), freqüentemente apoiados por seus governos, enfraquece as resistências da harmonia internacional e estimula o confronto entre a ética e o poder, daí resultando a diluição das solidariedades globais que predominavam nos anos críticos da guerra fria. Em compensação, esses problemas ajudam a aglutinar os países regionais carentes de condições para disputar com os ricos e poderosos o saque aos recursos do mar.

Essa grave questão e seu potencial de consequências prejudiciais ao bom relacionamento internacional se projeta além do limite geográfico sul do Atlântico, atingindo as frias águas antárticas. O atual interesse pela Antártica decorre, em parte ao menos, do potencial das águas antárticas e subantárticas, já freqüentadas rotineiramente por navios de pesca da União Soviética, Coréia do Sul, Japão, Formosa, Polônia, Alemanha Oriental, Espanha, França, Noruega, Argentina e Chile. Numa época de falta de carne como a vivida no Brasil em 1986, não podemos deixar de imaginar o quão útil seria para o povo brasileiro se ingressássemos na captura das proteínas daquelas águas...

Forjando o futuro

Deparamo-nos com uma realidade indiscutível: o Brasil, sem deixar de ser continental, é

um país marítimo, cujos interesses e segurança no mar se inserem num cenário de interesses e segurança multifacetado, envolvendo as superpotências, as grandes potências distantes e os países regionais, sul-atlânticos.

Pareceria natural, portanto, que devêssemos procurar compromissos vinculando o Brasil e outros países, regionais ou não, em torno de ideais e propósitos comuns, mas isso não é fácil porque raramente os mesmos países compartilham posições similares nos vários tipos de problemas. Talvez o mar seja o cenário onde se detecta de forma mais sensível o complexo interrelacionamento entre os conflitos Leste x Oeste e Norte x Sul e entre ambos e os litígios locais.

São poucos os acordos de segurança na região sul-atlântica. O mais antigo e abrangente é o tênue e combalido TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), cuja amplitude geográfica se restringe à parte ocidental do oceano; não podemos esperar deste Tratado enfermo qualquer fruto eficaz, salvo quando estiverem envolvidos interesses importantes da potência que o avaliza, os EUA. Compromissos dessa natureza também não têm prosperado no complexo e incerto campo das relações entre os países do litoral africano e a URSS; a ressalva atual relevante é o relacionamento entre o bloco soviético e Angola, cujo futuro é duvidoso, na medida em que os contenciosos externo (Namíbia e África do Sul) e interno (UNITA) forem resolvidos. O Brasil caminha com muita prudência nessa área, para evitar (como já foi dito um pouco acima) a emersão de desconfianças que produziriam consequências contrárias aos propósitos visados — inclusive o reforço do relacionamento com super ou grandes potências de fora da região.

Assim, o que fazer?

O ponto crucial dessa pergunta reside no confronto entre as duas superpotências. Por mais que desejemos poupar o Atlântico Sul de suas agruras, isso é inviável não apenas devido à importância de alguns países sul-atlânticos como fontes de recursos para o Bloco Ocidental e ao valor (relativo, mas sensível) das rotas nele contidas, mas também devido ao aperfeiçoamento tecnológico que está transformando o Atlântico Sul (atualmente, pelo menos sua parte setentrional) em área útil para o posicionamento de submarinos do complexo nuclear estratégico da URSS. Essa viabilidade operacional introduz nosso oceano no quadro geoestratégico nuclear de âmbito global, perturbando sua tranquilidade (o uso de Ascensão como base para os aviões de patrulha norte-americanos ilustra bem esse problema).

Entretanto, embora aceitando ser utópico pensar em “neutralização” do Atlântico Sul, há espaço político para reduzir a penetração das injunções do confronto global. É esse o sentido da declaração conjunta “Presidente Figueiredo-Presidente Viola” (maio de 1981) em Uruguiana, na qual foi mencionada a conveniência de ser o Atlântico Sul mantido a salvo de tensões e confrontações internacionais — o que obviamente só faz sentido no quadro daquele confronto.

Também é esse o sentido da declaração emitida quando da visita do Presidente Sarney ao Uruguai, que registrou a “firme oposição a qualquer tentativa de militarização do Atlântico Sul, que deve ser preservado como zona de paz e cooperação”. Termos similares foram usados pelo presidente brasileiro em Portugal e Cabo Verde e também no discurso que pronunciou na ONU (setembro de 1986), quando ressaltou a oposição à presença de armas nucleares no Atlântico Sul.

Finalmente, é esse o sentido da proposta de resolução levada à ONU — e nela aprovada contra o voto dos EUA —, que prevê uma “zona de paz e de cooperação do Atlântico Sul”. No encaminhamento dessa proposta o Brasil manifestou especificamente suas preocupações com a situação no sul da África e a presença militar de países de fora da área. A aprovação da Assembléia Geral multilateralizou as iniciativas anteriores, produzindo uma moldura ético-política que, paulatinamente e a prazo longo, deverá incrementar a cooperação e o desenvolvimento em um quadro tão alheio quanto possível (um “possível” crescente, é o que se espera) das injunções do conflito global.

O sentido político dessa resolução engloba o reconhecimento de identidade própria para o Atlântico Sul, aceita que a responsabilidade pelo que nele se passa é primordialmente local, admite que existem interesses comuns ou conciliáveis na área e considera esse oceano útil para a solução de problemas regionais, convida a resguardá-lo de tensões e confrontos que possam comprometer essa utilidade. Ela enfatiza o relacionamento cooperativo Sul x Sul, em substituição aos relacionamentos de confrontação Leste x Oeste e Norte x Sul.

Alguns países da OTAN se abstiveram, evitando contrariar as posições antagônicas dos Estados sul-atlânticos e dos EUA; esta foi a atitude de Portugal, diferente, portanto, da atitude da Espanha, que votou favoravelmente à resolução.

A Inglaterra a aprovou julgando-se por ela beneficiada, já que o conceito de país da área não exclui a presença residual do passado

imperial-marítimo, o que lhe permite ser potência também sul-atlântica (Malvinas, Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão). Essa interpretação constitui uma cunha no propósito brasileiro; ela confere à Inglaterra a condição de grande potência regional (seu poder naval pode ser fazer sensível aqui, como ocorreu em 1982) e introduz na área um sócio relevante da OTAN.

A URSS aprovou a resolução porque o Atlântico Sul é para ela (ao menos hoje) secundário e porque sua presença nesse oceano está hoje muito mais fundamentada nas frotas mercante e de pesca (que, no caso soviético, exercem papel estratégico e de informações) do que em navios de combate (a presença “visível”, pois pouco sabemos sobre a presença submarina, provavelmente modesta). A presença “por procuração” em Angola é uma carga que deve ser reconhecida pelos pragmáticos líderes soviéticos como de vida curta, uma vez resolvidos os problemas que a induziram.

Quanto aos EUA, seu voto contrário prende-se ao conceito estratégico daquele país, que atribui enorme valor ao uso dos oceanos (comunicações marítimas e projeção de poder), o que é praticamente exigido por sua condição de superpotência global, vinculada pelo mar ao seu mundo de influência e interesses, ao passo que a URSS continua a ser vinculada ao seu mais pela massa continental do que por via marítima (num conflito com os EUA, as ligações marítimas com Cuba entrariam em rápido colapso...). Assim, é um princípio dos EUA negar qualquer pretensão de cerceamento de sua liberdade de agir no mar, razão porque não aceitam a zona de paz sul-atlântica, não aceitaram as zonas não nuclearizadas do Índico e do Pacífico Sul (que alguns países daqueles oceanos tentaram implementar) e não assinaram a Convenção de direito do mar, recém-formulada (essa, por motivos estratégicos e econômicos).

Isso não significa que os EUA tenham atualmente grande interesse e presença militar no Atlântico Sul; pelo contrário, um e outro são diminutos. Significa apenas a intenção clara e sincera de não se deixarem limitar por quem não tem poder para fazê-lo, o que não constitui novidade histórica... Em particular, é óbvio que os EUA não se deixarão limitar quando estiverem envolvidos objetivos interpretados como vitais, sobretudo se relacionados com o confronto EUA x URSS. Temos que conviver com essa possibilidade, que nos sugere ser conveniente manter algum relacionamento naval com a superpotência em cuja área de interesse direto o Brasil se insere (relacionamento mais autônomo do que o do tempo do Acordo Militar de 1952), para que sua presença sul-atlântica seja influenciada também pela

cooperação consentida e não apenas por interesses alheios aos sul-atlânticos (note-se o limite desta idéia, pois não é possível ir além do aceitável para os EUA).

Se quisermos fazê-la efetiva e estável, a redução da presença das maiores potências marítimas precisa ser objeto de crescente compensação regional (no ritmo permitido pelas dificuldades sócio-econômicas), pois seria inviável perenizar a rarefação estratégica. Temos que entender isso, não alimentando o equívoco de que a “zona de paz e cooperação” dispensaria as Marinhas da área. Na verdade, o sucesso da iniciativa do Brasil depende do aumento da contribuição da Marinha brasileira e de outras Marinhas dos dois lados do Atlântico Sul, isoladamente ou em cooperação mútua, para a ordem marítima nesse oceano. Depende também da capacidade naval regional de elevar o patamar de risco para ações locais das Marinhas das maiores potências, contrárias aos interesses da comunidade sul-atlântica¹¹. O ideal seria elevá-lo ao ponto de condicionar o sucesso daquelas potências a uma forte escalada da violência, só aceitável por objetivos vitais cuja contestação caber-nos-ia evitar politicamente. O desiderato político que inspirou a iniciativa brasileira passa, portanto, pelo aumento da credibilidade das Marinhas do Brasil e de seus vizinhos da América e da África sul-atlânticas¹², condição necessária para que as potências de fora se sintam menos compelidas — e menos atraídas — a manifestarem aqui seu poder naval, a revelar ou contrariando interesses regionais.

Entretanto, o mar é cenário múltiplo e seus atores não-militares exercem um papel tão ou até mais importante, nas circunstâncias atuais do mundo. Entende-se, assim, que aquele desiderato passa também (e talvez principalmente, a curto prazo) por um sensível e convincente aumento das atividades marítimas regionais de natureza tanto econômica (transporte e recursos marinhos) como científica e de apoio (oceanografia física e biológica, meteorologia, cartografia náutica e segurança da navegação), ao largo dos litorais sul-americano e africano, nas extensões oceânicas e nas águas antárticas e subantárticas.

Todas essas atividades são apropriadas para a cooperação, em que despontam as responsabilidades do Brasil e da Argentina em proveito de ambos e da comunidade sul-atlântica em geral; o “acerto de ponteiros” desses dois países é condição para qualquer sucesso expressivo. Algo precisa ser feito — e com urgência — principalmente no que concerne às pesquisas no mar, pois o interesse mundial é crescente e se os países regionais não engajarem de forma concreta, as potências marítimas distantes en-

gajarão a nossa revelia, como vêm engajando, sem considerar aos interesses sul-atlânticos.

A sociedade e as lideranças nacionais devem entender esse compromisso entre a prática marítima e o ideal político, respaldando a

implementação das ações que se fazem necessárias, com o peso da opinião pública e o acerto das decisões governamentais. ●

Rio de Janeiro, novembro de 1986.

Mário César Flores é oficial da Marinha, vice-almirante. Este artigo está parcialmente fundamentado em outro intitulado "A Importância do Atlântico Sul nas Relações Internacionais", publicado na revista "Política e Estratégia", volume II, nº 1, Janeiro-Março de 1984, editada pela "Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura", São Paulo.

Resumen

Relaciones internacionales

ATLÂNTICO SUR – UN MAR DE SUTILEZAS Y INCERTIDUMBRES

El Brasil, sin dejar de ser continental, es un país marítimo. Desde los primeros años coloniales hasta hoy, nuestro desarrollo siempre estuvo vinculado a sistemas transoceánicos de intereses económicos y, consecuentemente, al transporte marítimo. La evolución tecnológica de los últimos decenios tiende a aumentar la preocupación hacia el mar en la medida en que se amplía el papel económico de los recursos marinos.

Por lo tanto, son comprensibles las inquietudes brasileñas hacia el Atlántico Sur, cuyo uso como hidrovía y fuente de recursos es esencial tanto para el progreso y la seguridad del Brasil como para los demás países que lo rodean. A este cuadro se le suma, ahora, el creciente interés mundial por la Antártica, de cuyo futuro el Brasil, país marítimo más grande del hemisferio sur, no podría quedar indiferente.

Abstract

International Relations

SOUTH ATLANTIC – AN OCEAN OF SUBTLETIES AND UNCERTAINTIES

Brazil is a maritime country as well as a continental one. From the first years of colonialism till today our development has always been linked to transoceanic systems of economic interest and, consequently, to maritime transport. The technological evolution of the last decades has tended to increase the amount of attention given to the sea in accordance with a widening of the economic value of marine resources.

Brazil's concern about the south Atlantic is understandable since its use for transport and as a source of resources are essential for its progress and security as well as the progress and security of countries that surround it. To all this must now be added the growing world interest in Antarctica, whose future Brazil cannot remain indifferent to, being the largest maritime country in the southern hemisphere.

Notas

- Exemplo: a restrição argentina ao trânsito de exportação brasileira para o Chile, em 1978 e 1981, por influência do contencioso de Beagle.
- O Brasil convive com uma limitação dessa natureza: a extração de petróleo de águas muito profundas, na bacia de Campos.
- Aliás, mantivemos, pois é o modelo que se prolonga desde o início da colonização, com pequenas variações adjetivas e qualitativas.
- Marginalizado sobretudo depois da abertura dos canais de Suez (1869) e Panamá (1914), até a era dos imensos supergraneleiros (petróleo e minério), que não podem usá-los.
- Evidentemente, existem outros interesses, não-marítimos: a expansão/contenção do comunismo e o acesso (interesse ocidental) ou negação desse acesso (interesse soviético) aos recursos naturais da região.
- Na avaliação do autor, apoiada inclusive em opinião de importante autoridade militar norte-americana, o emprego de navios de superfície (e de aviação) seria inviável ou, pelo menos, pouco duradouro, pois depende de apoio seguro e confiável no teatro, que os soviéticos teriam dificuldade de sustentar.

- Já antes do governo Alfonsín a Argentina se desinteressara, talvez porque sua situação econômica e seu contencioso com a Inglaterra inibissem uma atitude de sabor anti-União Soviética, um grande parceiro econômico atual.
- O "compromisso satisfatório" é mútuo: deve criar um Estado que proteja Angola da África do Sul e, ao mesmo tempo, que não constitua ameaça potencial para a segurança do tráfego marítimo pelo sul da África (não poderia haver concessão de facilidade de base para a URSS na Namíbia).
- Cabo Verde e São Tomé/Príncipe são excelentes posições para o controle da rota da Europa e do Golfo da Guiné, respectivamente, mas são países independentes e se inserem no quadro geral dos países da costa ocidental da África.
- O engajamento cooperativo em projetos científicos nessas ilhas seria um bom princípio de manifestação de interesse.
- Lembre-mos que a ação britânica contra o tráfego negreiro, que tanto feriu a soberania brasileira, foi respaldada pelo fracasso da Marinha imperial em coibi-lo (se é que os governos controlados pelas elites agrárias tiveram mesmo a intenção de coibi-lo...).
- Na presente conjuntura, essa afirmação não diz respeito à África do Sul.

A tutela civil das forças armadas - o caso espanhol

Rosa Freire d'Aguiar

Enquanto Madri se preparava para os funerais do decrépito Generalíssimo Franco, ao qual nenhum chefe de Estado de relevo compareceu, os exilados afirmavam, em uníssono, que Juan Carlos, o herdeiro, formado à sombra de Franco desde os 9 anos de idade, seria uma marionete nas mãos dos fiéis discípulos do ditador.

Equivocaram-se. Mas os temores, então, eram justificados. Franco levaria para a sepultura o legado do franquismo? Uns poucos, otimistas, argumentavam que um ano antes duas empedernidas ditaduras da Europa do Sul, a Grécia dos coronéis e Portugal salazarista, haviam ruído como castelos de cartas. Os pessimistas retrucavam que os *poderes fácticos* — as Forças Armadas, a Igreja e o empresariado — não abririam mão dos privilégios em benefício de qualquer veleidade democrática. *Pronunciamento*, lembravam, era, mais que uma palavra espanhola, um recurso tradicional dos militares do país.

Naquele início de inverno, o espectro do golpismo pesava nos céus da Espanha, ora como leve neblina, ora como nuvens sombrias que prenunciavam temporal. Esta sinistra meteorologia política persistiu por alguns anos. Admitiu-se, embora só no papel, a existência de partidos políticos, mas com um casuismo feito por encomenda para não desagradar aos militares: ficavam proibidos os partidos "totalitários", isto é, o comunista. A onda de greves que pipocou em fevereiro — houve um dia em que 2.500 empresas pararam — levou autoridades civis e militares a perderem-se em discussões bizantinas sobre a natureza do movimento. As greves tinham raízes trabalhistas, mas sua extensão, evidentemente, era um complicado imbróglio político. As forças de repressão agiram e alguns militares não perderam a oportunidade de denunciar os "arruaceiros inimigos da pátria", um cenário farramente reprisado em outras latitudes.

Nos primeiros passos da transição espanhola, a grande indagação era sobre a conduta dos dois poderes tradicionais que durante as quatro décadas anteriores serviram de baluarte ao franquismo — os militares e os membros do clero.



fotos da autora

Desde que o Generalíssimo Franco morreu, em novembro de 1975, depois de um mês de agonia que levou à sua cabeceira médicos e milagreiros, a Espanha mergulhou num clima de expectativas sobre que rumos tomaria o país depois de quatro décadas de ditadura. Anos antes, o caudilho cunhara a célebre frase: “todo ha quedado atado, my bien atado”, supondo que seu sucessor, Juan Carlos de Borbon, cumpriria o juramento solene, feito num dia de 1969 diante do Parlamento, de perpetuar o essencial do franquismo.



O rei Juan Carlos foi o eloquente avalista da redemocratização, e, valendo-se de sua autoridade de comandante supremo das Forças Armadas, soube desarticular as inúmeras tentativas de desestabilização promovidas por grupos castrenses marginais inconformados com o governo civil.

Como ocorreria mais tarde no Brasil, a transição espanhola trazia em seu bojo políticos atuante do regime anterior. Não houve, como em Portugal, uma ruptura entre o regime agonizante e o novo. Era possível chegar à democracia com os protagonistas da autocracia? A indicação do elegante Adolfo Suárez para a chefia do governo, em julho de 1976, não elucidava a questão. Suárez dirigira a rádio e TV estatais do franquismo e freqüentara o *Movimiento Nacional*, única agremiação permitida pelo Generalíssimo. Mas, como também aconteceu no Brasil da Nova República, Suárez e seu gabinete tiveram faro apurado para detectar a urgência das reformas que os espanhóis pediam, aos gritos e sussurros. Em seus quase cinco anos de mandato, ele iniciou o diálogo com a oposição socialista, legalizou de fato o partido comunista e os sindicatos, e consolidou seu prestígio convocando, para junho do ano seguinte, as primeiras eleições que a Espanha conheceu depois de 40 anos de abstinência de voto.

Foram tempos de euforia. Nada menos do que 158 partidos disputavam o horário gratuito na televisão. O novo Parlamento — 350 deputados e 250 senadores — tinha maioria centrista (a União do Centro Democrático, de Suárez, fez 34 por cento dos votos) mas contava com uma surpreendente bancada socialista, liderada por Felipe González, que conseguiu 25 por cento das cadeiras. A missão precípua das *Cortes* era a redação da nova Carta Magna. O anteprojeto constitucional foi entregue a uma pequena comissão de 7 deputados, três centristas, um socialista, um comunista, um nacionalista catalão e um do partido de direita *Alianza Popular*. Durante quatro meses, eles trabalharam a portas fechadas. Enquanto isso, os outros parlamentares, unidos a sindicatos e empresários, elaboraram o conhecido Pacto de Moncloa, no qual cada um fez suas concessões para se chegar à concórdia necessária e enfrentar os graves problemas políticos e econômicos. O

anteprojeto dos “sete sábios” foi discutido primeiramente na Câmara. Os partidos de esquerda, em minoria, pregavam o consenso, para evitar a ascendência da maioria de centro-direita. No Senado, houve diversas modificações de nítido cunho conservador que, finalmente, foram atenuadas com a formação de uma comissão mista de senadores e deputados.

É inegável que o exercício democrático exigido pelo Pacto de Moncloa contribuiu para amenizar, em torno da Constituição, os antagonismos entre a situação e a oposição. Em 31 de outubro de 1978, em sessões plenárias simultâneas, Câmara e Senado aprovaram o texto. Para conferir-lhe a necessária credibilidade, o texto foi referendado pela população, que em sua imensa maioria — 87 por cento — o aprovou. Depois de 14 meses de debates e 400 horas de discussões no Parlamento, a Espanha tinha uma constituição moderna que liquidava com o entulho autoritário do franquismo.

A maioria de seus 169 artigos não suscitou desavenças. Abolia-se a pena de morte, garantiam-se a liberdade sindical e o direito de greve, a assistência social aos desempregados, aos idosos e aos deficientes. O texto inovou ao defender os direitos dos consumidores e a proteção do meio ambiente. Criou o defensor do povo, inspirado no modelo sueco do *ombudsman*, e um Tribunal Constitucional que, em última análise, defende a própria Carta Magna. Aboliu explicitamente a tortura e a extradição por motivos políticos. Com a idéia fixa do consenso, os paleo e neofranquistas aceitaram o artigo 32, que abriu as portas para a futura lei do divórcio, enquanto socialistas e comunistas, historicamente republicanos, não discutiram o regime de monarquia parlamentar.

Apesar da resistência da bancada da *Alianza Popular*, representante do discreto lobby dos militares de direita, chegou-se ao acordo vital sobre o papel das Forças Armadas. Pela nova Constituição, sua missão passa a ser “garantir a soberania e a independência da Espanha, defender sua integridade territorial e a ordem constitucional”. A título de comparação, a Constituição brasileira em vigor atribui às Forças Armadas “a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”, “Ordem constitucional” e “poderes constituídos” podem parecer sinônimos. A diferença é sutil, mas fundamental. Garantir a “ordem constitucional” significa defender a Constituição, enquanto a segunda expressão abre caminho para que um grupo determinado instaure um “poder constituído” que as Forças Armadas têm de defender.

A grande polêmica dos constituintes espanhóis foi o delicado problema das autono-

mias regionais que, apesar do extremo centralismo repressor de Franco, mantinha-se intacto, senão agravado. Bascos, catalães, galegos e andaluzes, com suas línguas e culturas próprias, exigiam maior autonomia do governo central. Houve reações inflamadas por parte dos que temiam o desmembramento da pátria. Mas a maioria concordou que à Espanha *una y indivisible* de Franco devia-se substituir a Espanha das autonomias, com estatutos de autogoverno e a elevação de suas línguas à categoria de oficiais, ao lado do castelhano.

O respeitado historiador inglês Raymond Carr, professor de Oxford e especialista em temas espanhóis, escreveu em seu livro *España, de la dictadura a la democracia*, que a Constituição de 1978 tinha o indiscutível mérito, em relação a todas as anteriores, de “não ser a imposição unilateral de um partido nem a expressão de uma só ideologia”. Pela primeira vez, um texto constitucional não expressava a vontade dos vencedores sobre os vencidos. Dois dias depois de sancionada pelo Rei Juan Carlos, em 27 de dezembro de 1978, o Parlamento se dissolvia e Suárez convocava novas eleições, das quais novamente sairia vencedor.

Embora dotados de um invejável arcabouço jurídico e institucional, os espanhóis entraram, nos meses seguintes, numa curiosa fase de desencanto. A Constituinte acendera esperanças desmesuradas, como se ela fosse a panaceia para todos os males que se acumulavam, o desemprego, as altas taxas da inflação, o aumento da mendicância, a explosão da pornografia. A Espanha bocejava.

Um difuso sentimento de desilusão, aliado ao abandono de muitos valores tradicionais, mas sobretudo a recrudescência do terrorismo basco fermentavam num caldeirão que acabou explodindo entre os militares impacientes com os rumos tomados pelo governo. O separatismo da organização terrorista ETA — e seu corolário de bombas e atentados — fortalecia os bolsões dos revanchistas favoráveis a um retrocesso. Seu argumento, tão triste quanto verdadeiro, era de que os militares e os membros da força paramilitar da Guarda Civil haviam-se transformado no alvo predileto do ETA. Só entre 1978 e 1982, oito generais sucumbiram às bombas bascas.

Além de todos os problemas decorrentes do fim de uma longa ditadura, os espanhóis tinham de enfrentar a difícil batalha de conter o terrorismo e evitar que algum aventureiro se imbuísse da “missão redentora” de salvar a pátria antes unida e coesa. Nas casernas circulavam panfletos denunciando “esquerdistas” no governo. O Jornal “El Alcázar”, de grande penetração nas Forças Armadas, trazia enxurradas



Mesmo condenado a 30 anos de prisão por ter liderado a mais séria ameaça de retrocesso político ocorrida na Espanha, em fevereiro de 1981, o tenente-coronel Tejero Molina tornou-se um ídolo da extrema-direita, cujos poucos adeptos formavam comandos para colarem seu retrato em todo o centro de Madri.

de artigos rejeitando, em filigrana ou abertamente, o novo regime, o rei, a Constituição, a permissividade da juventude.

Mesmo entre os mais lúcidos, havia como que um fatalismo diante da iminência de um golpe. Não por acaso, o título do romance de García Márquez, recém-publicado em Madri, *Crônica de uma morte anunciada*, inspirava os que temiam a morte da frágil democracia. Era uma espécie de síndrome coletiva que levava a sociedade civil a assentar as lupas sobre o que se passava nos quartéis. O que se via não era alentador. Ainda em 1977, oficiais de alta patente, reunidos em Valência, arquitetaram um plano de governo provisório presidido por um militar. Em cada 20 de novembro, aniversário de morte do Caudilho, milhares de manifestantes iam para a praça do Oriente, no centro de Madri, clamando por “el ejército al poder”. Dias antes do referendo constitucional, desbaratava-se a “Operação Galáxia”, promovida por um até então desconhecido tenente-coronel da Guarda Civil, Antônio Tejero Molina, que pretendia seqüestrar Adolfo Suárez e todo seu gabinete e precipitar uma intervenção do exército.

O grotesco Tejero Molina, com seu chapéu tricorne de plástico e um revólver no coldre, voltaria ao noticiário no dia 23 de fevereiro de 1981, ao comandar a invasão do Parlamento e manter sob seqüestro, durante 18 horas, os dirigentes da classe política da Espanha. Foi

esta a mais séria intentona do pós-franquismo, desbaratada a tempo graças à firmeza e aos profundos compromissos democráticos do Rei. Treze meses depois, Tejero e seu principal comparsa, o General Milans del Bosch, que chegou a decretar o estado de sítio na região militar de Valência, eram ambos condenados a 30 anos de prisão por um tribunal militar.

A simples realização do processo poderia ter vacinado os que ainda sofriam da doença infantil do golpismo. Mas apenas cinco meses mais tarde, na reta final da campanha que levou o socialista Felipe González ao poder, revelava-se à população, estarecida, mais um complô preparado para eclodir na véspera da eleição de 28 de outubro de 1982.

O andaluz Felipe González, apadrinhado nos tempos de exílio pelo social-democrata Willy Brandt, estava longe de ser um *enfant terrible* da Internacional Socialista. Porém, a instalação de um governo de esquerda, o primeiro em mais de 40 anos, assanhou uma franja militar disposta a aventuras inconstitucionais. O escritor Jorge Semprún, que viera do Japão a Madri especialmente para dar seu voto ao partido socialista, dizia-nos, à época, que “o Exército continua inquieto e irritado com a evolução democrática”.

Adolfo Suárez abria o caminho para despolitizar as Forças Armadas. Os ministérios das três Armas haviam sido fundidos no Ministério



Na Praça do Oriente, tradicional reduto dos nostálgicos do franquismo, todo dia 20 de novembro, aniversário da morte do caudilho, os seguidores do líder neofascista Blás Piñar reuniam-se para vender toda sorte de objetos com as cores da pátria que julgavam ameaçada pela democracia.

da Defesa, entregue a um civil. Suprimira do calendário oficial as festas de 18 de julho e 1 de abril que celebravam o início e o fim da guerra civil de 1936-39. Tentou rejuvenescer o Alto Comando com uma lei que passava para a reserva ativa os generais-de-exército aos 64 anos, os de divisão aos 62, e os de brigada aos 60. Foram reformas importantes, mas insuficientes, como deixaram patentes as dezenas de conspirações castrenses.

Os socialistas tinham em mente uma reforma mais profunda e estrutural que, sem desmoralizar os militares, levasse a uma efetiva separação de tarefas: aos políticos, a política; aos militares, a defesa da pátria. O socialista Luis Solana, integrante da Comissão de Defesa da Câmara, resumiu esplendidamente o pensamento do partido: "temos um Exército terceiro-mundista".

A expressão traduzia-se no seguinte:

— um extremo grau de politização exercida em nome da ideologia do "inimigo interno" — versão espanhola da doutrina de segurança nacional que freqüentou as ditaduras latino-americanas recentes. O combate ao "inimigo interno" justificava, por exemplo, que em torno de Madri estacionasse a famosa divisão Acorazada Brunete-1, a maior força de carros blindados do Exército.

— um ensino militar arcaico. No currículo das academias militares, elaborado exclusivamente

pelos chefes de Estado-Maior, ainda se ensinava a disciplina "guerra civil: cruzada contra o comunismo". Por outro lado, dos 2.436 oficiais em posto de comando, apenas 102 falavam inglês, e 133, francês. (Dados do Ministério da Defesa de 1983.)

— uma imensa insatisfação material a nível pessoal e a nível de equipamentos. Um piloto militar do avião de caça *Phantom* ganhava três vezes menos do que seu colega civil que pilotava um jato da Iberia. A parafernália bélica também se achava defasada, e não eram poucos os militares conscientes de que o regime autoritário anterior negligenciara suas necessidades operacionais.

— uma ausência de diálogo com a sociedade civil, fruto de décadas de desconfianças mútuas. O militar típico, formado numa academia militar, por professores exclusivamente militares, geralmente casado com a filha de um militar, vivia em vilas cercadas de arame farpado e guaritas contra eventuais atentados. Ilustrativo deste isolamento era a condição prévia que todo militar, naquele momento, impunha ao falar a um jornalista estrangeiro: o anonimato.

— uma alta dose de indisciplina. Em diversos quartéis os comandantes faziam vistas grossas aos retratos de Franco que permaneciam pendurados nas paredes ao lado de outro menor — este obrigatório — do rei Juan Carlos. Os protagonistas de violentas campanhas de ca-

lúnias contra o rei eram punidos, no mais das vezes, com complacência.

— um inchaço de efetivos. As três Armas somavam 400 mil homens, além dos 63 mil integrantes da Guarda Civil, dependentes do Ministério da Defesa. O Exército contava com 250 mil pessoas. Comparativamente, o Exército do Brasil, território 16 vezes maior do que a Espanha e com mais do triplo de população, conta com 182 mil homens.

O promotor da profunda reciclagem das Forças Armadas foi um jovem economista de 39 anos, portentosa barba, ex-prefeito de Barcelona e dono de um surpreendente conhecimento da psicologia militar: o ministro da defesa Narcis Serra. Ele intuía que o problema militar era o nó górdio da consolidação democrática. Serra sabia também que toda organização militar nutre tremenda susceptibilidade a críticas e mudanças estruturais. Nos seus cinco primeiros meses frente ao ministério, ouviu exaustivamente a oficialidade, anotou suas queixas e reivindicações. Não foi só na América Latina que o desastre da guerra das Malvinas deixou os militares preocupados. Também na Espanha, como lembra o brasileiro Alfred Stepan em seu recente livro *Os militares: da abertura à Nova República* (Ed. Paz e Terra, 1986), eles tinham a convicção de que "os militares argentinos, que se tinham organizado para dominar os inimigos internos, estavam completamente despreparados para lutar contra uma das maiores potências internacionais". Nas três Forças, o ponto-de-vista predominante era o do capitão de cavalaria José Luís Pitarch, que num corajoso livro escrito em 1981, *Diario abierto de un militar constitucionalista*, advertia seus companheiros de que "é precisamente a intervenção das Forças Armadas na política o que coloca em máximo perigo a harmonia castrense".

Em março de 1983, o Ministro da Defesa submetia ao Parlamento um pacote de medidas corajosas visando a tornar as Forças Armadas mais autônomas e profissionais. Três anos depois, quando Narcis Serra inaugurou seu segundo período na pasta, pode-se afirmar que o grosso das reformas está em vigor e com um inegável êxito. Seus pontos principais são os seguintes:

— para consolidar a precípua tarefa de defesa do território, primordial em qualquer Exército moderno, as nove regiões militares peninsulares reduziram-se a seis, com o conseqüente deslocamento das mais operativas para as fronteiras do país.

— para enxugar os efetivos, deu início a um projeto de cortar 90 mil homens entre os 250 mil que formavam o Exército. Em 1985, já se atingira o patamar de 226 mil.

— o intuito de profissionalização vem sendo realizado com o programa que visa acolher 40

mil voluntários nas três Armas. O objetivo é duplo: formar quadros competentes para lidar com temas como informática e guerra eletrônica, e ao mesmo tempo diminuir o desemprego que se alastra entre a juventude espanhola:

—o ainda complicado entrosamento entre militares e civis foi um dos objetivos da lei de ensino militar. Agora, o currículo escolar é estabelecido de comum acordo com o ministro. Enfatizou-se o ensino de outras línguas, como o árabe, o russo, português e italiano. Mas, sobretudo, estruturou-se um amplo intercâmbio entre as academias militares e as universidades, com a presença de professores civis naquelas, e a presença de cadetes em faculdades do Estado.

—a nova lei do serviço militar reduziu de 15 para 12 meses o tempo de recrutamento. Reduziram-se pela metade os três meses que os conscritos passavam nos temidos Centros de Instrução de Recrutas, acampamentos de exercícios extremamente violentos. A reivindicação dos recrutas que pediam para cumprir o serviço obrigatório em suas regiões natais também foi atendida. Em 1987, todos os conscritos servirão perto de suas cidades, mantendo assim o contacto familiar.

—a reforma da justiça militar delimitou sua competência a “delitos cometidos por militares na ativa e que lesem interesses especificamente militares”. Em vigor há seis meses, a lei varre por completo a prática do franquismo de militares julgarem delitos políticos cometidos por civis. Inversamente, qualquer militar que atente contra a democracia, como aconteceu com Tejero Molina em 1981, comparecerá diante de um tribunal civil.

Alguns avanços propostos pelo Ministério da Defesa ainda causam atritos. Um deles é a política de promoções, que deve levar em conta não apenas a antiguidade, como era a norma antes, mas critérios profissionais e objetivos. Às vezes os Estados-maiores das três Armas se deparam, na lista que submetem ao ministro para a promoção ao generalato, com alguns nomes preferidos em favor de outros, menos antigos, mas mais afinados com a nova mentalidade democrática. A lei de objeção de



A moderação e a firmeza transmitidas pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) mobilizaram gente de todas as idades e condição social na campanha de Felipe González, que em outubro de 1982 inaugurou a alternância do poder na Espanha e tornou-se chefe de governo com maioria absoluta no Parlamento. Em junho de 1986, apesar da inevitável perda de popularidade trazida pelo desgaste do poder, González foi reeleito, novamente com maioria absoluta, para um segundo mandato que expira em 1990.

consciência, substituindo os 12 meses de serviço militar por um período de até 3 anos de prestações civis, causou alguma perplexidade, mas foi finalmente digerida. Dois assuntos pendentes em 1982 puderam também ser solucionados: a aposentadoria aos militares republicanos derrotados por Franco em 1939 e a anistia, e conseqüente integração, dos líderes da *Unión Militar Democrática* que nos estertores do franquismo, em julho de 1975, foram expulsos do Exército por pregarem a volta à democracia. As duas dívidas morais foram quitadas. Outro tabu quebrado foi a inédita decisão de nomear um civil para chefiar a centenária Guarda Civil, em princípio responsável pela segurança da população mas tantas vezes comprometida com conspiradores.

A contrapartida de tantas mexidas estruturais foi um substancial aumento de verbas para as Forças Armadas. A Aeronáutica, prima pobre da família, obteve a almejada compra de 72 caças americanos F-18 A.

Em 1981, o orçamento global da defesa era de 329 bilhões de pesetas (cerca de 2 bilhões de dólares). O de 1985 chegou a 618 bilhões, cerca de 3,3 bilhões de dólares, correspondendo a 10,1 por cento do orçamento geral da nação. Curiosamente, foram os socialistas, tão temidos pelos militares quando chegaram ao poder, que obtiveram o consenso nacional para promover a mais arrojada reforma militar empreendida num país por longo tempo sujeito à tutela castrense. É verdade que o rei Juan Carlos foi o grande avalista de todo o processo. Num discurso que ficou célebre, em cerimônia militar de janeiro de 1984, Juan Carlos sublinhou que numa democracia as Forças Armadas constituem o “braço armado” da soberania nacional — metáfora bem distinta da noção nitidamente autotária, ainda vigente em muitos países, de que a instituição militar é a “coluna vertebral” do Estado.

Rosa Freire d'Aguiar é jornalista e foi correspondente em Paris das revistas *Manchete* e *IstoÉ*, de 1973 a 1986.

Resumen

España

LA TUTELA CIVIL DE LAS FUERZAS ARMADAS – EL CASO ESPAÑOL

Desde que el generalísimo Franco murió, en noviembre de 1975, luego de un mes de agonía que llevó a su cabecera a médicos y milagrosos, España penetró en un clima de expectativas sobre los rumbos que tomaría el país después de cuatro décadas de dictadura. Años antes, el caudillo había acuñado la célebre frase: “todo ha quedado atado, muy bien atado”, suponiendo que su sucesor, Juan Carlos de Borbón, cumpliría el juramento solemne hecho en 1969 frente al Parlamento, de perpetuar lo esencial del franquismo.

Abstract

Spain

THE CIVILIAN TUTELAGE OF THE ARMED FORCES – THE CASE OF SPAIN

After Generalísimo Franco died in November 1975, following a month of agony which brought doctors and miracle-workers to his bedside, Spain plunged into a climate of expectancy with respect to the direction the country would take after four decades of dictatorship. Years before, the caudillo had coined the famous phrase: ‘what is sealed must be well sealed’ supposing that his successor, Juan Carlos of Bourbon, would fulfil the solemn oath made in Parliament in 1969, of perpetuating the essence of ‘franquismo’.

O mito de psique e a simbólica da luz

Eudoro de Sousa

O *Asno de Ouro*, *Lúcio* ou *Metamorfoses* é um romance; e, como tal, uma narrativa de amor. Mas também é uma história romanceada do conhecimento, que termina pela iniciação nos mistérios. Luciano, ou outro que seja o autor do *Lúcio* grego, explorou somente o lado ridículo de um sortilégio malogrado e das subseqüentes aventuras de um mago-aprendiz. Mas o autor do *Lúcio* latino, intencionalmente ou não, trouxe para a superfície do eventual um dos abismais mistérios da existência: a complementariedade do cômico e do trágico, do riso e das lágrimas, do Carnaval e das Cinzas, da vida e da morte. No fundo de uma realidade que não se objetiva senão alternadamente, tem de morar a indiferença dos opostos.

Sob o título de *Lúcio*, *Metamorfoses* ou *Asno de Ouro*, legaram-nos as letras latinas um notável romance, da autoria de Apuleio, cujo argumento, na parte mais extensa, coincide com o de um conto atribuído a Luciano, escrito em língua grega, e também intitulado de *Lúcio*. O último livro da obra latina narra a iniciação do protagonista nos mistérios de Ísis, e é, porventura, a fonte mais copiosa de que dispomos



para o estudo desse culto tão difundido pelo império romano. Na extensão de dois livros — parte do IV e do VI e todo o livro V — dá-nos o ilustre africano de Madaura a única versão literária do mito de *Eros* e *Psique*.

Na composição do *Asno de Ouro*, que parece constituir o principal atrativo da crítica, têm incidido os mais diversos juízos, prevalecendo, todavia, o que resulta da comparação das versões de Apuleio e de Luciano. Neste caso, a opinião mais generalizada tanto desfavorece o escritor latino, censurando-o por haver desfigurado a fábula com impertinente misticismo, quanto louva o escritor grego porque se limitou a redigir uma deliciosa sátira dos costumes da sociedade antiga.

Consintamos, até certo ponto, na opinião da crítica. Ao lermos as *Metamorfoses* entendemos que dificilmente se pode harmonizar o jeito grotesco das primeiras páginas com a solenidade hierática das últimas. Compreendemos, portanto, a censura que resulta do confronto com o *Lúcio* grego, em que a tonalidade humorística se mantém inalterada, do princípio até o fim. Quanto mais se assemelham as aventuras do asno, paralelamente descritas nas duas obras, tanto mais importunos se afiguram o mito de Psique e a iniciação Isíaca; e, tanto, que no romance de Apuleio, chegarão esses “episódios” a ser considerados como supérfluos e até como poções!

Sê-lo-iam, efetivamente, se o propósito das *Metamorfoses* coincidissem com o do *Lúcio*; mas não cremos que Apuleio apenas pretendesse divertir o público. Correndo, embora, o risco de errar o alvo, atribuindo ao romance um significado, em que o autor jamais cogitou, temos de presumir que as suas deficiências estruturais, se na realidade existem, são devidas a certa intransparência da intenção coesiva das suas heterogêneas partes. Se assim for, o problema transpõe o âmbito da “literatura” e formular-se-ia nos seguintes termos: *nos anos derradeiros do paganismo helenístico-romano, que idéia teria associado um mito e um rito de indiscutível nobreza, às conseqüências picarescas de um ato de magia negra? Que relação existirá entre 1) as aventuras de Lúcio, 2) o mito de Psique e 3) a iniciação nos mistérios?*

Se a relação for tão íntima e necessária quanto nos parece, o ponto de partida é indiferente. Partamos, pois, do mito de Psique.

Eros e Psique, as duas figuras aladas que se abraçam e beijam, são conhecidas por numerosas representações plásticas, algumas das quais datam do século IV a.C.¹, mas só Apuleio relatou o mito, nas mais belas páginas do *Asno de Ouro*. Na tradução de Francisco Antônio de Campos, publicada em Lisboa, no ano de 1847², encontrá-las-á o leitor de língua portuguesa, sem as reais dificuldades do origi-

nal latino, mas com o frescor que só a deliberada proximidade da fonte lhe proporcionará. Entretanto, um breve resumo servirá de referência a quem não possa imediatamente recorrer ao texto.

Era uma vez um rei e uma rainha que tinham três filhas de rara beleza. Porém, tanto excedia a formosura da mais jovem a daquela “que os louvores dos homens podem convenientemente celebrar”, que chegara o povo da cidade e das regiões vizinhas a divulgar a fama de que Venus “publicamente patenteava a sua divindade e era conversável no meio do povo”. A donzela dirigiam as súplicas, em seu nome sacrificavam. E assim, pouco a pouco caía no esquecimento o culto da deusa, até que esta, de ânimo inflamado pelo ciúme, exige do filho vingança da afronta.

Entretanto Psique — tal era o nome da donzela — não colhia saboroso fruto da adoração que o povo lhe tributava. O mesmo culto a apartava da felicidade que a suas irmãs não fora recusada: havia muito que elas tinham desposado reis, enquanto Psique lamentava sua desamparada solidão. Mas se triste era o presente, maiores dores lhe reservava o futuro. Falara o Oráculo de um lugar terrível, onde a mísera havia de celebrar fúnebres esponsais com um monstro que aos próprios deuses enchia de pavor. E como ao Destino todos, mortais e imortais, se submetem, Psique, acompanhada pelo povo em pranto, vai, a passos firmes, de encontro ao drama da sua existência.

Do alto de um rochedo desce a um vale delicioso, em que se ergue um palácio encantado. Vozes de corpos invisíveis convidam-na a sentar-se à mesa nupcial; e, chegada a noite, recebe em seu leito o incógnito amante, o qual logo a adverte dos horíveis tormentos que terá de sofrer, se mais confiar na perfídia das irmãs, do que nas delícias da hora presente. Mais tarde, Amor — que outro não era o noturno visitante — mais claramente pronuncia as ameaças da Fortuna: “aquelas lobas, com grande afínco te armam insídias nefandas, a principal das quais é que examines o meu semblante, o qual, como tantas vezes te tenho dito, se uma vez o vires, nunca mais o verás”. Mas, como que para lhe atenuar o tormento da inquietação, também anuncia a próxima maternidade. Ilusória consolação! O destino do filho está indissoluvelmente ligado ao destino da mãe: “se guardares o nosso segredo”, lhe diz Amor, “nosso filho será divino”; se o divulgares, será mortal”.

O destino cumpre-se. Dóceis nas suas mãos onipotentes, a inveja e a perversidade das irmãs sobrepujam os sentimentos que poderiam tornar Psique invulnerável às arremetidas da fatalidade. Certa noite, a descuidosa moça

tira a lucerna, cheia de azeite e brilhando com uma luz clara, de sob o alqueire que a encobria, do esconderijo que preparara, e empunhando o ferro em que depusera as suas esperanças, aproxima-se do leito onde dorme o horrendo monstro. Pois tal cuidava ela que fosse o amante, desde que mais puderam em seu ânimo as pérfidas irmãs, do que um amor que já não se contentava de ser cego. Mas, ai!, eis que lhe entrega o rasgado seio da noite, em lugar do temido dragão, a imagem sublime de um deus adormecido. Arrebatada, estremece e arde, toda ela, e agora, não somente as entranhas de seu ser obscuro; depois, insaciável, leva-a a curiosidade a tocar as armas que jaziam aos pés do leito e, de mãos ainda frementes, fere-se nas setas do poderoso deus: “assim a ignorante Psique se inflama de amor por Amor”.

É então que, movida pela nostalgia do senhor de todos os fogos, uma gota ardente da lucerna cai no ombro da divindade, que desperta e desaparece, não cuidando da ferida que deixou aberta e que só ele poderia sanar.

Este é o primeiro momento crítico no drama de Psique. A existência dela decorrerá, depois, num vaguear inquieto pelo mundo, em busca de Amor, que a curiosidade lhe arrebatara. Recorre a Ceres e a Juno, que não lhe valem, por tal lhes não ser lícito. Por fim, cai em poder de Vênus, que já então a procurava, não só pela antiga afronta, como também pela vingança frustrada. Mal acolhendo as súplicas da jovem, impõe-lhe a deusa tarefas que tanto excedem as possibilidades humanas, que mais parecem meios certos de perdição: separar um monte de sementes diversas, trazer lã dos carneiros do sol, ir em busca da água estígia e, por fim, descer aos infernos e de lá trazer num cofre um pouco da formosura de Prosérpina.

Em todas as provas lhe assiste Amor; presta-lhe os entes e as coisas o auxílio que permite levá-las a bom término. As formigas separam as sementes numa noite de trabalho; a “cana viçosa, suave criadora de música”, aconselha-a a esconder-se dos ardores do sol; a águia “ave real do supremo Jove”, enche a urna de água estígia; a torre donde Psique intenta arremessar-se “para ir ter aos infernos em direitura”, ensina-lhe o caminho e proporciona-lhe o viático; e, quando no regresso a invade “um sono infernal e verdadeiramente estígio” por, mais uma vez, não ter resistido à curiosidade, é o próprio Eros que acorre e “limpando cuidadosamente o sono e colocando-o segunda vez no seu anterior lugar”, desperta Psique com o inocente toque de uma de suas setas.

Este despertar é outro momento crítico, na aventura de Psique. Mas o segundo ferimento das setas de Amor confere-lhe a imortalidade e o gozo pleno da união perfeita com o divino esposo.

Em nota extensa, que dedica às interpretações tradicionais, alega o tradutor português do *Asinus Aureus* os indícios de profundo interesse que a paixão aventurosa de Psique mereceu dos poetas e estudiosos modernos. Em Portugal, Sá de Miranda, em França, La Fontaine, Corneille e Molière, e muitos outros poetas de outros países metrificaram a fábula antiga. Quanto a estudos interpretativos, Francisco Antônio de Campos menciona os mais importantes, publicados até 1813³, expondo, em seguida, a sua própria interpretação, que muito se ressentia do alegorismo astrológico de Charles Dupuis.

"Psique é mais bela do que suas irmãs: isto é exato, porque estas são a parte irracional da alma, a vida animal, os dois princípios, o irascível e o concupiscível, donde procedem todas as paixões; enquanto Psique é a parte intelectual, a razão, que Deus lhes infundiu como imagem da sabedoria divina. O autor, para dar-nos uma idéia da excelência da sua beleza, diz-nos que Vênus lhe tinha inveja, e esta ficção é muito feliz, por ser conforme com os princípios teológicos anteriormente estabelecidos⁴. Vênus, de que depois se fez uma deusa, na sua origem não era senão o astro deste nome, cuja luz rivaliza com a do sol e da lua; e sendo Psique uma emanção destes astros, continua contra ela a mesma rivalidade que existia entre seus progenitores. O rei e a rainha devem portanto ser o sol e a lua.

"É também mais nova do que suas irmãs, e esta circunstância conforma-se igualmente com os mencionados princípios. A parte irracional da alma, representada pelas suas irmãs, é denominada pelos Pitagóricos e pelos Platônicos veículo e carro da alma, e era portanto necessário que elas fossem anteriormente formadas para poderem servir de envoltório à inteligência, quando descesse do sol.

"A sua descida do alto de um rochedo para um vale formoso, é a descida da lua, para se unir a um corpo, sem que por isso renuncie à sua natureza. E quando neste vale encontra um Palácio construído por mãos mais que humanas, calca aos pés pedras preciosas e é servida por vozes incorpóreas, o autor quer dizer-nos nesta pintura, que a alma enquanto for inocente e pura de toda a mancha terrestre, gozará de todo o gênero de felicidades, terá os astros a seus pés, e será servida por anjos invisíveis de que, segundo a doutrina de Platão, todo o ar está cheio, para a acompanharem e servirem. Mas se a alma esquecendo-se de sua natureza divina, não amar o que é divino, imortal e eterno; se não fugir a tudo o que é corpo, para desejar unicamente objetos invisíveis, perderá toda a sua felicidade, não poderá elevar-se à contemplação de Deus, nem unir-se a ele, que é o fim para que foi criada.

"Psique não pôde conservar por muito tempo a sua pureza. Suas irmãs, a ira e o desejo, a persuadiram a que procurasse ver a figura de seu marido, ou o objeto corpóreo do seu amor; ela o viu e ficou encantada de sua beleza. Por este fato, seu amor até ali intelectual, tornou-se mundano; e sua tendência para os objetos invisíveis mudou de direção, amando um objeto corpóreo; de que resultou a perda imediata de toda a sua felicidade. Neste estado a alma não podia voltar à sua antiga inocência, nem tornar para a habitação dos imortais, sem ser completamente purificada. Foi então que Vênus, não a vulgar, mas Vênus-Urânia, que preside aos amores castos, a mandou apregoar por Mercúrio, para a punir como escrava sua fugitiva, e estas duas circunstâncias com facilidade se explicam. É escrava fugitiva do amor casto para um amor sensual; e Mercúrio é o encarregado da missão, porque, segundo esta doutrina, ele é condutor das almas tanto na sua descida, como na sua volta para o mundo inteligível.

"Psique em sua desgraça tinha implorado o auxílio de Ceres e Juno. Elas a trataram até com dureza, desculpando-se com Vênus-Urânia, que tinha ofendido com um amor sensual. E havia ainda outra razão para a não protegerem. Estas deusas são virtualmente a lua, a deusa poliônima, como se verá na bela invocação do Livro XI, na qual se resumem todas as deusas do sexo feminino, assim como no sol todos os deuses do sexo masculino, e tendo ela manchado sua natureza divina, não podia a lua, donde tirava a sua origem, auxiliá-la em seu amor sensual, de que devia purgar-se.

"Então Psique entregou-se espontaneamente a Vênus, e principiam seus trabalhos, que não são mais que a sua purificação.

"As purificações segundo o ritual órfico, faziam-se pelo ar, pela água e pelo fogo. O primeiro trabalho que lhe deu Vênus foi o separar um monte de diversas sementes, misturadas todas juntamente. O crivo que significa a ventilação, era o emblema do ar; e no Livro XI, o veremos figurar na procissão isfaca, com este atributo. E ainda que neste lugar se não faz menção do crivo, talvez fosse para não descobrir muito a alegoria da fábula; mas não há a menor dúvida que o crivo é o instrumento próprio para a separação das sementes.

"O segundo foi que lhe trouxesse lã dos carneiros do sol, cuja braveza na ardência do calor, é exprimida com toda a exageração pela deusa Cana, que lhe ensinou os meios de a poder obter. Assim, não podemos deixar de ver neste trabalho a purificação pelo fogo. A circunstância de ser a deusa Cana, que lhe ensinou os meios de obter a lã, parece não ser tomada ao acaso. Síringa sofreu esta metamorfose para conservar a pureza da sua virgindade

contra as perseguições de Pã, e este fez dela os sete tubos da sua flauta, que são o emblema da harmonia celeste. O socorro que ela lhe deu é portanto natural.

"O terceiro foi ir buscar a água estígia, que é verdadeiramente a purificação pela água. A água, os dragões e mais circunstâncias, parecem relativas à astronomia, mas de que não estou em estado de poder dar explicação.

"Depois desta purificação ainda a alma não está em estado de se unir ao seu princípio. Precisa de descer à região das sombras, porque só de lá pode passar ao seu último destino. Foi por isso que Vênus a remeteu a Prosérpina; e na volta teve o letargo, que se pode considerar a primeira morte das almas, segundo a doutrina platônica. Assim, depois de purificada, ficou restituída à sua antiga pureza, celebrou-se o casamento legítimo, porque o antecedente era ilegítimo, e foi recebida no número dos imortais. Em todos estes trabalhos foi auxiliada pelo amor, porque conforme a mesma teologia, é ele quem dirige o carro da alma, de que a inteligência é o cocheiro. Tal é, na minha opinião, o verdadeiro sentido da fábula⁵.

A opinião que Francisco Antônio de Campos diz ser a dele, na verdade, era a de Charles Dupuis, aliás expressamente nomeado numa nota subsequente, acerca da religião "*toda astrológica*" dos Egípcios⁶. Era, em suma, a opinião comum dos alegoristas do século XVIII, cujos representantes mais notáveis, além do mencionado autor da *Origem de todos os cultos*⁷, foram o Padre Bergier, que publicou dois volumes relatando *A origem dos deuses do paganismo e o sentido das fábulas descoberto por uma explicação passo a passo das poesias de Hesíodo*⁸ e Court de Gebelin, autor de nove grandes volumes sobre *O mundo primitivo, analisado e comparado com o mundo moderno, considerado no seu gênio alegórico e nas alegorias às quais conduziu este gênio*⁹.

O princípio do método vem excelentemente formulado à página onze da terceira parte do primeiro volume desta última obra: "O gênio alegórico dos antigos consistiu na inclinação e no jeito de espírito que levaram os sábios da Antiguidade a velar as suas lições sob emblemas e enigmas, próprios a torná-las mais atraentes, mais vivas, mais animadas, para que fossem solicitadas com mais diligência e retidas com mais facilidade. Por este engenhoso artifício, vertiam no sensível as verdades mais abstratas; mudavam em imagens e quadros as mais áridas proposições e as mais difíceis de compreender; era assim mais amável, mais doce e menos ofensiva, a verdade; personificavam-se os seres inanimados e os seres morais; toda a natureza assumia nova face; revestindo perfeições e belezas corporais, o que havia de mais metafísico parecia sensível como a natu-

reza; as próprias relações que existem entre os grandes objetos da natureza e as respectivas influências nos homens metamorfoseavam-se numa história de Personagens Ilustres, que despertavam a imaginação e cujos agradáveis aspectos jamais se extinguíam. Este gênio alegórico desenvolvia-se em palavras figuradas, provérbios, metáforas, apólogos, enigmas, narrativas mitológicas, símbolos e pinturas hieroglíficas”.

Como se depreende da passagem que trasladamos, o alegorismo negava à expressão magnífica um significado próprio. Assentava, por conseguinte, nestes pressupostos: 1) que as imagens *dizem outra coisa* (allegoreuêin; alegoria), que não a imediatamente expressa; e 2) que uma doutrina, primária e anterior, é portadora do sentido das imagens secundárias e ulteriores.

Datam os primeiros ensaios da exegese alegorizante, do princípio do século V ou fim do século VI a.C., das réplicas de Teágenes de Régio às críticas da filosofia nascente à mitologia de Homero e Hesíodo, e a sua culminância, do sistema de Creuzer¹⁰, cuja *Simbólica*, publicada em 1810-1812, foi traduzida para francês em 1838, por Guigniaut, sob o título *Religiões da Antiguidade*¹¹.

Não é de estranhar que no ano de 1847, em Lisboa, o nosso intérprete permanecesse fiel aos iluministas franceses do século XVIII, nem tampouco, que desconhecisse o sistema mais amplo de Creuzer. Não surpreende, portanto, que a interpretação do mito de Psique proceda pela retroversão da “fábula” na psicocosmologia “pitagórica” e “platônica”. Aliás, devemos conceder que este mito prestava-se, mais do que qualquer outro, contextualizado nos antigos poetas da Grécia, a semelhante exegese, na medida em que traz em si evidentiíssimos sinais daquele artifício que, para os teorizadores do alegorismo, como o citado autor de *O Mundo Primitivo*, seria o processo universal da formação dos mitos.

Mas o alegorismo não é o único método exegético. Creuzer julgou ter inaugurado nova época na interpretação da mitologia; mas os detratores da *Simbólica*, como Lobeck, Voss e Hermann¹² não caíram no logro. Um verdadeiro *simbolismo* só surgiria em 1859 com a publicação do *Ensaio sobre a simbólica funerária dos Antigos*, da autoria de J. J. Bachofen¹³. Porém, vejamos: tanta diferença haverá entre os sistemas de Creuzer e de Bachofen, a ponto de só o segundo merecer a designação que o primeiro reivindicava?

Não é raro surpreender, em escritores de arqueologia e de história antiga, a perplexidade do investigador que se encontra perante “um livro de imagens sem texto”¹⁴. Tal é, *mutatis mutandis*, a mágoa do filólogo, quando se lhe

deparam os mitos referidos pelos clássicos. A Afrodite que irrompe do seio das ondas fecundadas pelos genitais de Urano; o rapto de Perséfone, perpetrado pelo subterrâneo Plutão e a dolorosa busca de Deméter; a interrupta gestação de Dioniso, levada, depois, ao termo natural dentro de uma coxa de Zeus, e tantos outros eventos fabulosos, — não só estes em que intervêm apenas os deuses, mas também aqueles, como a paixão aventurosa de Psique, em que os mortais convivem com os imortais —, constituem a imensidade de páginas de um “livro de imagens sem texto”.

A missão do mitólogo é interpretar as imagens. Entendem uns, — e estes são os alegoristas —, que a interpretação consiste em inscrever na página ilustrada a legenda explicativa, que basta procurar na própria literatura. E assim preencheu a psicologia neoplatônica ou neopitagórica a lacuna que Apuleio deixara aberta nas páginas das *Metamorfoses* que relatam o mito de Eros e Psique. Entendem outros, — e estes são os simbolistas —, que as imagens *falam por si* e que o texto explicativo, se existe, é cronologicamente posterior e nada de novo acrescentará ao *mutus liber*, ou, quando muito, apenas virá explicitar tangencialidades entre duas esferas de consciência, traduzir noutra linguagem um sentido que se supõe já estar implícito nas imagens.

Cabe a Johann Jakob Bachofen, que foi mestre de direito romano na Universidade de Basileia, o mérito de haver confirmado, mediante um compreensivo sistema da imaginação mítica, um ou outro fugaz pressentimento de que a imagem precede o conceito em todo e qualquer caso em que de um mito autêntico se trate. E tanto mais importa citá-lo neste estudo, quanto mais certo é que ao inspirado “arqueólogo” romântico devemos também uma exegese do mito de Psique, das mais esclarecedoras. Demos, pois, a palavra ao autor da *Simbólica Funerária do Mundo Antigo*.

“O mito é a exegese do símbolo. Desenvolve aquele, numa sucessão de atos exteriormente ligados, o que este traz unitariamente em si. O mito assemelha-se à exposição filosófica discursiva, na medida em que decompõe o pensamento numa série de imagens correlatas, deixando ao observador a possibilidade de tirar a última conclusão acerca do respectivo nexos (...) Demasiado pobre é a humana linguagem para revestir de palavras a riqueza de pressentimentos que desperta a cíclica mutação vida-morte e as supremas esperanças dos iniciados. Só o símbolo, e o mito correspondente, poderão satisfazer estes nobres anseios. O símbolo desperta o pressentimento; a linguagem somente esclarece. O símbolo fere simultaneamente todas as cordas do espírito humano; a linguagem necessita entregar-se sempre a um

único pensamento. O símbolo mergulha as suas raízes nos mais recônditos abismos da alma; a linguagem passa como a brisa pela superfície do intelecto...”¹⁵.

O mito é a exegese do símbolo e as raízes do simbólico mergulham no mais recôndito dos abismos da alma! Relevemos, nestas palavras o germe de um conceito de expressão, muito mais vasto e compreensivo do que as idéias que andam vulgarizadas. Com efeito, o homem não se exprime apenas pela palavra falada ou escrita. Seria até lícito afirmar, atendendo à ordem de sucessão dos meios expressivos, historicamente estabelecida, que é pela linguagem escrita que, em último lugar, a consciência humana se projeta no plano do intemporal. Da ordem de sucessão infere-se vulgarmente a hierarquia da perfeição: o último seria o perfeito. Mas esta perspectiva, se bem que lisonjeira para a facilíma loquacidade do homem civilizado, não abre muito largos horizontes às audaciosas reivindicações da taciturna plástica, e, demais, a palavra fácil e fluente não poucas vezes se revela bem débil sustentáculo para o impetuoso vôo das Musas.

Por outro lado, a inclinação irracionalista e antiintelectualista dos poetas românticos; o inconformismo de poetas e estéticas modernistas perante os modelos “clássicos” depõem, nem que só por via indireta da polémica estéril, contra o abuso de interpretações alegóricas. Ao passo que o artista defende, contra toda a crítica retardatária e reacionária, a imediata e imediável significação da sua obra, mormente quando se recusa a separar a essência do significado do que faz, no mesmo passo reivindica o direito a uma fenomenologia da expressão que garanta a autonomia da arte.

Eis porque o método exegético de Bachofen, não obstante as reais deficiências que, na aplicação, as disciplinas filológica, etnológica e arqueológica lhe tenham apontado (para ser de todo coerente e consistente, Bachofen devia ter permanecido sempre mudo, na contemplação dos símbolos), poderia ter inaugurado uma verdadeira fenomenologia da expressão mítica, pois, ao invés dos alegoristas, o erudito professor de Basileia, quando se propunha interpretar um monumento do passado, inferia o conceito da imagem e não a imagem do conceito. Obedecia, assim procedendo, à convicção de que no momento da imaginação ainda não está atualizado o momento da ideação, se bem que um dia possa vir a parecer que a nebulosidade da imagem era como que um invólucro do núcleo incandescente da idéia. Noutros termos: o exegeta simbolista, ao contrário do intérprete alegorista, confia na originalidade, na autenticidade, na veracidade *sui generis* das imagens. E como o conceito vem histórica e fenomenologicamente



Desenho de lâmpada grega em bronze.

após a imagem, a exclusão do conceito-explicitante, significa, da parte do exegeta, uma tentativa de se situar na mesma época da história ou de se recolher ao mesmo grau de consciência, produtivos da imagem mítica. Ou ainda: se a interpretação alegórica reduz a o passado do mitologema ao presente do filosofema, a exegese simbólica, pelo contrário, refere a atualidade da filosofia à ancestralidade da mitologia.

Tal o princípio, ou um dos princípios, do simbolismo de Bachofen. A sua aplicação à fábula de Eros e Psique desenvolve-se em algumas das mais belas páginas do livro mencionado. É certo que a perfeita inteligência do seu pensamento necessitaria prévia exposição da filosofia da história do professor de Basileia. Mas, recordando em seus termos gerais a conhecida teoria do *Matriarcado*, — aliás deformadíssima por certa crítica tendenciosa —, não tropeçaremos em obstáculos insuperáveis.

“Especialmente instrutiva é a relação da lâmpada com Psique. No mito atribui-se à lucerna uma função que nos esclarece acerca do respectivo papel nos “mistérios” (...) Mais pela divina beleza do seu corpo, que por consciente decisão, é Psique arrastada para a confusão da sensualidade e absorvida pelo pântano da materialidade. Como escrava de Afrodite, terá que percorrer longa série de expiações e de provações e atravessar todos os horrores do mundo infernal. Por fim, possuída pelo sono estígio, imóvel, qual inanimado cadáver, recebe Psique, uma vez despertada pelo contacto de uma seta, o revestimento da imortalidade e, unida a Eros, o tranqüilo gozo de todas as suaves delícias que em vão procurara ao serviço de Afrodite. Dois graus da existência feminina, semelhantes à dupla série de figuras

pintadas de tantos vasos gregos; comparáveis às duas partes do Fausto de Goethe: a alma feminina, primeiro, ao serviço de Afrodite, dominada pela matéria, levada a cada passo do fatal destino para sempre renovados e inesperados sofrimentos e, por fim, aos mais fundos abismos da matéria, mas, depois, renascida para a nova e revigorada existência, transitando da vida afrodítica para a vida psíquica. Aquele grau, inferior, tem caráter telúrico; este, superior, tem caráter urânico (...) Ali, tudo é inquietação e sofrimento, inesperadas ilusões e obscuras soluções; aqui, repouso, eternidade, seguro prazer, a magia da luz, que a tranqüila noite de luar derrama sobre a diurnamente revolta e ruidosa habitação dos homens; ali, a impureza da matéria telúrica, a serpente e o junco, ambos nascidos do pântano profundo e sombrio, sinais e emblemas da irregrada cópula da água e da terra; aqui, a mariposa, provinda da material crisálida — vinda à luz, procurando a luz e dela participando; ali, a material, Afrodite, aqui, a Afrodite Urânia; ali, a união hetérica, aqui, a união conjugal; ali, *sôma* (corpo), aqui *psykhé* (alma); ali, a obscura matéria terrestre, aqui, a terra celeste purificada, a Lua, o mais puro dos corpos telúricos. Em Psique, ascende a própria Afrodite ao grau lunar, o mais alto que a materialidade da mulher pode atingir (...) O mesmo laço que une Lunus e Luna, Amor e Psique, Aquiles e Helena. O beijo que os reúne é o *basium* do esposo à esposa, não o *savium* do amante à hetera. A pureza e a castidade do amor, que alcançou a final plenitude, estão expressas no grupo de figuras que se abraçam e beijam, com uma perfeição à qual nenhuma representação lírica poderá aspirar...”¹⁶

Tal a exegese de Bachofen, a qual, diversamente do que fizeram os alegoristas,

como Francisco Antônio de Campos e as autoridades que ele cita e em que baseia os seus métodos interpretativos, ainda que aludindo à gnoseologia platônica e à escatologia dos mistérios, fixa a sua atenção muito principalmente na representação plástica do grupo alado dos amantes, e no papel que um símbolo, a lucerna, desempenha, tanto no ritual da iniciação, como nas metamorfoses do amor humano, que têm por fundamento transumano, digamos assim, o grande mistério da feminilidade. É claro, e mais claramente o veremos na sequência deste estudo, que Bachofen instalou, no próprio centro da sua exegese do mito de Psique, o “dado imediato”, pois a história relatada por Apuleio é, em primeiro lugar, o mito do amor e da morte, e só mediatamente a alegoria do processo psicológico e gnoseológico divulgado pelo neoplatonismo. Decerto, os neoplatônicos e, muito antes, o mesmo Platão, procederam deliberadamente a uma transposição intelectual do mistério¹⁷ que explica muitos sucessos, na aparência “fabulosos”, referidos pelo escritor latino. A semelhante transposição dedicaremos à maior parte da próxima sequência deste ensaio; mas devemos advertir o leitor de que através da simbólica do amor, por Bachofen transferida para o centro do círculo em que se move a sua interpretação, é que mais satisfatoriamente se poderá resolver o problema que propusemos de início: o da composição do *Asno de Ouro*.

No relato de Apuleio, os acontecimentos decorrem numa sequência de copiosíssimo pormenor, que revestem o mito de Psique de um aspecto fantasioso, que mais adequado parece ao gênero literário do conto. Por isso, sofrem as respectivas interpretações de uma confusão que antigos e modernos não cuidaram de evitar, sendo certo que muitas vezes não se esforçam por distinguir o mito autêntico de um conto fantástico.

Nem todos os sucessos de um conto devem ser considerados como desenvolvimentos da imagem arquetípica, célula germinal de um mito. O redator do conto poderá compô-la artificialmente, quer dizer, envolvê-la de imagens acessórias, de modo a servir determinado propósito, inclusive o de simplesmente divertir o público. Admitamos que Apuleio, pretendendo *ilustrar* a cosmopsicologia pitagórica ou platônica, redigisse um conto onde ficara entretecido o mito de Psique. Então, bem procede o alegorista, retrovertendo imagens em conceitos. Mas se prossegue no rigoroso paralelo entre eventos míticos e ensinamentos filosóficos, *por isso mesmo deverá cuidar de que eles jamais se contradigam*. E caso é, que numa exegese, como a do tradutor português do *Asinus Aureus*, precedentemente citada, uma

contradição se nos depara, fatal para o sistema alegórico. É forçoso mostrá-la e demonstrá-la. Antes porém, importa reunir alguns esclarecimentos necessários.

Ainda que um ou outro pormenor denuncie a "importação", as doutrinas pitagóricas e platônicas acerca da origem e do destino das almas, são especificamente gregas, pelo menos na sua tonalidade expressiva. E o mesmo se pode dizer, quanto ao mito de Psique, se o despojarmos do circunstancial e do acessório, que o dilui na textura do conto.

Outros mitos gregos refletem certas imagens incluídas no mito de Psique, a que os intérpretes, não sem motivos justificáveis, concedem as suas preferências. Nutre a alma de muitos povos a crença de que só com a vida se paga o alto preço da contemplação da divindade: "quem vê Deus, morre", diz a sabedoria de remotos séculos, pela voz do povo. Mas há uma alternativa: "quem vê um deus, morre ou cega". Esta variante, genuinamente grega¹⁸ de uma crença tão difundida, nasceu na religião, desenvolveu-se na poesia e foi transposta para a filosofia. Por haver surpreendido uma deusa em sua esplendorosa nudez, Actéon perdeu a vida, e Tirésias, a vista. Dir-nos-á um erudito poeta de Alexandria que tal é a pena imposta pela inexorável lei de Crono¹⁹: a sanção tem fundamento no reino da fatalidade, da fatalidade que permanece indômita até pela própria vontade dos deuses. Não pôde a compassiva Atena evitar que a luz se extinguísse nos olhos de Tirésias, nem Ártemis poderia, ainda que o quisesse, arrancar o corpo de Actéon às presas dos ferozes mastins.

No relato de Apuleio, o ritual dos mistérios (Livro XI) imita, por atos claramente significativos, a sorte de Actéon e Tirésias, a de Penteu e de Sémele, mas no culto, a ordem dos acontecimentos aparece invertida. A Ísis helênica e romana revela-se ao iniciado no meio da noite e nos umbrais da morte: "cheguei aos confins da morte, e tendo caminhado sobre o limiar de Prosérpina, voltei dali conduzido através de todos os elementos; à meia noite vi o sol cintilando com cândida luz, cheguei à presença dos deuses celestes e infernais e adorei-os de perto"²⁰. E assim, também em Eléusis, "na morte (*teleutân*), como na iniciação (*teleísthai*)", por entre as chamas do *anáktoron*, o adepto podia ver com seus olhos mal acomodados às trevas da noite mística, "Brimo dando à luz a Brimos", a "Forte" parindo o "Forte"²¹. Quer dizer. Se os poetas mitólogos da Grécia apresentavam como consequência fatal de um encontro fortuito, a morte ou a cegueira, o fato talvez se deva a que, nos cultos "mistéricos", se representavam, embora na sequência inversa, os atos do drama em que o chegar aos confins da vida e da morte e aos limites do dia e da

noite, o mesmo era que passar os umbrais de uma *vita aeterna* que transcorreria a uma *lux perpetua*. Na verdade a equação morte = cegueira parece implicar a dos opostos, vida = contemplação. Assim se compreende que o perfeito iniciado, que ao neófito poderia dizer: "não há morte", fosse denominado *epóptês*, isto é, "o que viu". Esta equação, transpuseram-na os gregos, da mitologia para a gnoseologia; e tanto mais naturalmente se efetuou a transposição, quanto mais certo é que o próprio idioma o prefigurava. A prova desenvolver-se-á nas páginas que seguem.

Se tivéssemos de arrancar do fundo da memória, um a um, todos os vocábulos de que necessitamos para descrever determinada ação ou situação, decerto seríamos menos loquazes. Acontece, porém, que a linguagem, mormente a linguagem do homem culto, dispõe de um farto repositório de locuções fixas, queremos dizer, de certos grupos de palavras que habitualmente designam os mesmos objetos. Assim, por exemplo caricatural, um crime raramente se diz apenas "crime", mas um "nefando crime" ou um "crime atroz"; a força ou a estatura que muito excede a média comum, é quase sempre uma "força titânica" e uma "estatura gigantesca"; os conflitos e dramas sentimentais, é freqüente que os digamos "conflitos trágicos" e "dramas pungentes".

Estas e outras locuções congêneres, compostas de um nome e de um epíteto, fundidos na moeda corrente e demasiado gasta pelo uso e abuso jornalísticos, dificultam a expressão genuína de um pensamento original. Eis porque as evita a poesia autêntica, que a justo título reivindica o mérito de falar em qualquer país e em qualquer época, a linguagem primordial. Pois se, no vivente fluir do verbo, ela tem de recortar o seu corpo sonoro, esse corpo é sempre o *único* em que pode encamar a alma da inalienável mundi-visão do poeta. A poesia diz, como se pela primeira vez o dissesse, aquilo que contemplou, como se pela primeira vez o contemplasse.

Não há dúvida: a elocução comum é inimiga da dicção poética. Porém, de entre todas as expressões fixas, solidificadas e forjadas a golpes repetidos da rotina, é preciso distinguir algumas das que podemos designar por "fórmulas tradicionais".

Tradição não é rotina; e, assim, nem sempre uma fórmula tradicional é elocução comum. Por muito que se digam e redigam, por muito que se escrevam e reescrevam certos grupos de palavras, como "candura da inocência" e "negrume do pecado", nunca eles perderão o originário vigor expressivo que a poesia da linguagem lhes imprimiu. Tanto um como o outro é, ou parece ser, criação espontânea da linguagem de um povo, de uma época ou de

uma cultura, — criação espontânea, pois, quer num quer noutro, já não resta vestígio do fato lingüístico, consciente e intencional, de um indivíduo. Por isso nos referimos agora à *poesia da linguagem*, e não à *linguagem da poesia*; e fazemo-lo com o manifesto propósito de opor a espontaneidade da natureza à intencionalidade da arte. Muitas das nossas fórmulas não passam de ruínas da linguagem poética; trazem em si o sinal da origem que tiveram na poesia de idades pretéritas. Mas outras há, que mantêm, perene, uma vida que é a mesma vida do povo ou dos povos, da cultura ou das culturas, que lhes deram o ser. Examinemos mais de perto esta questão.

Em português vulgarmente se diz e escreve que "uma alma de criança veste a *candura* da inocência". Fala-se correntemente da *negrura* do crime e do pecado, de *tenebrosos* desígnios e intenções dos malvados; da *glória* e da *auréola* da santidade. Há feições *irradiantes* de beleza e inteligência; e as que *resplandecem* de graça. Espírito *lúcido* e *arguto* é o do sábio; e diz-se que a *luz* da sabedoria dissipa as *trevas* da ignorância, e a fórmula vem do século das *Luzes*, do *Iluminismo* da *Ilustração*, da *Aufklärung*. Personagens e ações do passado remotíssimo, dizemos nós que se "perdem na *noite* dos tempos". *Obscuros* pressentimentos são todos aqueles que o futuro não *esclareceu* ainda. E também há as *sombras* superstições, adversas a uma fé *esclarecida*; e as *brumas* da memória, e idéias *nebulosas*; outras *límpidas* e *diáfanas*, pelas quais claramente se *vê* a verdade que andava *oculta*, e agora se *revela*, *mostra* e *demonstra*. Também se fala da *chama* da vida ou do amor; que nasce e morre, ou se *alumia* e *apaga*, e da *luz moribunda*, da luz dos olhos, que a morte *extinguiu*. E dos *videntes* e *visionários*; do que é *evidente* e *elucidativo*; dos *iluminados* e dos *contemplativos*, de *sombras* da dúvida e de *sombrios* desesperos; de auroras e crepúsculos de civilizações, etc., etc.

Não só em português tais ditos e escritos se nos deparam. Buscássemos nós em todos os idiomas vulgares e eruditos de qualquer povo convivente no vasto âmbito desta cultura que é a nossa, as locuções poéticas e prosaicas, cujo sentido se polariza segundo as virtudes contrárias da luz e das trevas, e dificilmente obteríamos o inventário que a todas abrangesse. Bastam, porém, os exemplos citados, e outros que facilmente acudirão à memória do leitor, para que se verifique esta comum e fundamental característica, que constitui, digamos, a unidade e a substância de todo o complexo formular: *por onde a treva se divide da luz, por aí se apartam o bem e o mal, o belo e o feio, a vida e a morte, a ciência e a ignorância*. De um lado, alinham-se dia, vida, bem, belo, verdade,

conhecimento, memória, palavra; do outro, em contraposição, noite, morte, mal, feio, erro, ignorância, olvido, silêncio.

Mas não basta verificar o fato; é preciso explicá-lo. E a questão enuncia-se deste modo: *por que é que a mesma linha ideal divide o dia da noite e aparta a vida da morte, e o conhecimento da ignorância?*

Em resposta, afigura-se-nos que a consciência de uma certa *co-substancialidade da Vida e da Luz*, e, por conseguinte, da Morte e das Trevas, é universal. Supomos que não exista nem haja existido ser humano que não se apercebesse de que o *nascer é um abrir os olhos para a luz* e de que toda a vitória sobre a morte é uma vitória sobre o Érebo. Com efeito, no termo da humana sabedoria está expressamente formulada a grande equação escatológica:

[Vita Aeterna = Lux Perpetua.]

Outro tanto não sucede quanto à consciência da co-naturalidade *da luz e do conhecimento*. Esta, parece-nos caracterizar exclusivamente o grupo de povos que, do ponto de vista cultural e lingüístico, são designados por indo-europeus. Eis o que, na seqüência, tentaremos demonstrar.

Partimos, por conseguinte, deste fato verificado: na nossa língua, e em todas as outras que hoje no mundo representam a família indo-européia, abundam "fórmulas tradicionais", designadamente binários constituídos por nome e epíteto, que parecem não ter outra razão de ser, senão aquela que resultaria de uma primordial consciência daquilo que referimos como co-naturalidade da luz e do conhecimento. Ora o certo é que nós sentimos — mas apenas sentimos —, a veracidade de imagens tais como "espírito lícido" ou "espírito arguto" (repare-se que *arguto* tem por raiz *arg-, que está presente em *argentum*, o brilho resplandescente da prata) ou então "espírito obnubilado" ou "espírito confuso", "inteligência esclarecida" e "verdade deslumbrante", "idéia clara", "límpida", "diáfana", etc. Todos nós sentimos a propriedade de imagens deste tipo. Mas não sabemos porque são verídicas; não reconhecemos imediatamente o "porquê" da sua veracidade. E não sabemos, não o reconhecemos, senão depois, ao referirmos, por via da história, o seu próximo significado à mais distante significação de uma cultura que toda ela se expressou em palavras tais que, quando diziam *ver*, significavam *conhecer*, e quando diziam *conhecer*, significavam *ver*.

Essa cultura não é certamente a de Roma, na sua feição original. Na palavra *scientia*, derivada de *scio*, reside um primitivo conceito de separação, divisão, distinção; e em *sapere* e *sapientia*, o étimo aponta para a



**EROS —
Desenho
baseado em
escultura do
Museu
Capitólio,
Roma**

sensitividade gustativa, não para a visual. Se os latinos fossem mais coerentes, do ponto de vista da expressão falada ou escrita, nunca mencionariam o *lumen orationis* ou os *eloquentiae fulmina*, como o fez Quintiliano, aludindo a Cícero. A coerência etimológica ordenaria, neste caso, o uso de bem diverso tipo de imagens. Mas a verdade é que todos os grandes escritores da Itália foram à escola da Grécia e ali reaprenderam ou rememoraram, através da linguagem dos mestres, que a *luz etérea* (ou o *fogo eterno* que é a sua fonte originária) e o *verbo alado* são dois modos, digamos assim, da mesma substância, dois aspectos da mesma realidade. Com efeito, na Grécia, diversamente do que acontecia em Roma, a linguagem trazia em si mesma os sinais da originalidade e da autenticidade da platônica teoria das idéias, tal como o Filósofo a ilustrou pela celebrada alegoria da caverna.

Nunca, por demais, havemos de admirar quanto claramente se manifesta na antiga Hélade esta verdade indiscutível: que a linguagem é cultura *in nuce* e que a estrutura de um idioma prefigura a atitude especulativa de um povo, perante o mundo em que vive. É possível que a filosofia seja universal. Mas, na sua história, no seu desenvolvimento progressivo, o "momento" étnico ou nacional permanecerá sempre conexo às origens; e se não confundirmos o início com as origens de um processo evolutivo, facilmente verificaremos que a autêntica universalidade da filosofia, de todos os países e de todas as épocas, reside na permanente originalidade do pensamento grego, e tal como ele se revela no próprio idioma.

A prova do que afirmamos decorreria pelos seguintes trâmites.

1. Primeiro, fixando o étimo significado de alguns vocábulos que em grego designam a atividade especulativa, nomeadamente os das famílias de *eidénai*, *theorēin* e *epistasthai*.

- A. Gr. *eidénai*: conhecer, saber.
- R.* [w]eid-: cf. Sanscr. *vēdah* (conhecimento), *vētti* (ele sabe...)
- grau e: Gr. [w] *eidénai* (saber),
[w] *eidos* (forma visível)
- grau o: [w] *oída* (eu sei)
- grau zero [w] *ideîn* (ver),
[w] *idéa* (idéia, o que é dado através do ver)
[w] *istôr* (beócio: "o que sabe").

Lat.: só no grau zero: *vidēre* (ver, improdutivo na área semântica de "conhecimento").

Alem.: *Wissen* (saber)

Celt.: Dru-*ides* (o que vê penetrantemente? o que muito sabe?)

B. Gr. *theorēin* (contemplar) = *théa* + *horáo*

a) *théa* (espetáculo); *Theáomai* (eu vejo, contemplo) da R. *dhau-, donde, também, *thaŭma* (maravilha, "o que é digno de admiração"), *thaumázein* (admirar, maravilhar-se).

b) *haráo* (eu vejo), da R. *wer-, cf. lat. *vereor*, *veritas* e alem. *wahren*, *Wahrheit* (verdade).

C. Gr. *epistasthai* (= "sich in der erfordernten Haltung etwas gegenüberstellen", Hoffmann, *Etym. Wörterb. des Griechischen*, p. 88, isto é, "defrontar-se com algo, na posição ou atitude requerida").

2. Em seguida, estudando a palavra *alêtheia* e notando que a etimologia nos conduz a admitir uma primordial oposição entre dois pares afins: de um lado, os de *mostrar-se* e *lembrar-se*; de outro lado, os de *ocultar-se* e *esquecer-se*.

Gr. *alêtheia*, de *a-lêthe[s]ia, (de *alêthés*):
a-privativum + lêth-, etc.

R. *Läth- (*lêth-): *lanthánomai* (esquecer-se) e *lanthánein* (estar oculto); daí Hoffmann, op. cit. "wer keine Vergesslichkeit (*lêthos) begeht, Nichts verschweigt", isto é, "quem não comete nenhum olvido, nada silencia" (= tudo desoculta pela palavra) esse é *alêthés*. Cf. gr. *Lêthe* (= *Améle*). Plat. Rep. X p. 621 a; lat. *latere*.

3. Por fim, ascendendo das línguas clássicas a uma velha (e hipotética) raiz I.-E.: *bha-, concluir-se-ia que, mediante a língua grega e o idealismo platônico, ambos concordes na afirmação, implícita ou explícita, de que o ser se revela pela luz, e o conhecer, pelo verbo, se expressa da maneira menos equívoca a tal unidade da cultura indo-européia:

- R. I.-E. *bha-
 a) *bhā-
 Gr. phā-mi (phē-mi) "eu falo"
 Lat. fa-ri, "fábula", "fabulare"
 b) *bhā-
 Sanscr. bhā-ti (brilha)
 Gr. phainō, de *phan-jō (mostro)
 phā-os, phōs (luz)

NOTA: a relação de "falar" com "mostrar-se" ou "aparecer", em latim, só ocorre *negativamente*, em expressões como "*silet luna*", "*luna silens*", que designam a lua nova (= lua oculta).

Estas explicações eram imprescindíveis para que não restasse a menor dúvida acerca do que acima afirmamos: na Grécia, a linguagem traz em si mesma os sinais da originalidade e da autenticidade da teoria platônica do conhecimento. Isto é indiscutível; e não apenas porque o "conhecer" seja um "ter visto" (*oída*) ou porque a "figura" ou o "aspecto" (*eidos*) e a "idéia" (*idea*) signifiquem etimologicamente aquelas realidades que só através do "ver" (*ideîn, hórasthai*) e do "contemplar" (*theoreîn*) nos são presentes. Platão, ao imaginar a célebre alegoria da *República*, perdeu uma oportunidade, como jamais se lhe deparara no *Crátilo*, para conjugar etimologicamente os nomes das coisas com as coisas denominadas. Pois, do "situar-se na requerida atitude perante algo", que traduz o primitivo significado de *epístasthai*, isto é, da palavra "saber" difícilmo seria achar figuração mais adequada do que essa, precisamente, que ele nos mostrou pelos gestos do homem que revolve seu olhar do fundo do antro ensombrado para a claridade do fogo próximo e, depois, para a fonte longínqua de todos os fogos: o Sol. É num *voltar-se para ver* — numa "conversão" — que consiste a grega *epistēmē*.

Talvez a teoria da reminiscência tenha raízes órficas ou, para quem não queira que tenha existido um orfismo, raízes pitagóricas, ou ainda, para quem de todo não queira renunciar aos órficos, raízes orfeo-pitagóricas; isto é, que provenha de um influxo das mesmas doutrinas que, em parte, vemos expressas no mito escatológico da *República*. Na verdade, ao lermos essas páginas do inspirado miturgo da Academia, não podemos ficar esquecidos dos versos de uma *Lamela Áurea*, que preceitua ao defunto adepto, o itinerário do Além:



EROS E PSIQUE —
 (detalhe) desenho
 baseado em escultura
 do Museu Capitólio,
 Roma

Acharás à esquerda da mansão de
 Hades uma fonte,
 e junto dela apumado um cipreste
 branco.

Perto dessa fonte não te aproximes
 muito!

Outra acharás, cujas águas, do lago
 da Memória correm frígidas...²²

É possível que a outra fonte seja a do rio *Lethe*, ou do *Ameles*, — a do olvido, em suma, que as almas deviam beber, antes de regressar à terra, em obediência ao "dos deuses remoto decreto, sempiterno, e por amplos juramentos selado"²³, que lhes impunha o reintroduzir-se no ciclo fatal da geração e da corrupção. Mas a teoria da reminiscência, tal como se expressa, se encontra no *Menon*, também poderia ter resultado, simplesmente, de uma retroversão em mitologia, do conceito que já estava implícito na significação etimológica de "verdade" (alêtheia).

Seja como for, certo parece que a *conaturalidade da visão e do conhecimento é, na Grécia antiga, "fato linguístico" antes de ser "conceito filosófico"; é "poesia da linguagem" antes de vir a ser "linguagem da filosofia".*

E já agora não deixa de ter interesse observar como Aristóteles manteve fidelidade, quer ao pensamento implícito no idioma, quer ao ensinamento explícito do Mestre. Quem leia as primeiras linhas da *Metafísica*, com o propósito de descobrir o que as palavras dizem, e não o de subentender o que elas queriam dizer, ficará prontamente esclarecido. Assevera o Estagirita que "todos os homens por natureza desejam conhecer" ou "têm o natural desejo de saber"; e alega: "prova é que se comprazem na sensibilidade (...) e que, entre todas as sensações preferem as (que lhes são dadas através) dos olhos". Mas, vejamos: que é o que prova a alegada preferência da visão? Será o universal ou o natural desejo de conhecer? Noutros

termos: a verificada preferência pelo sentido visual está no texto de Aristóteles como prova de que "todos os homens" desejam conhecer, ou como sinal de que "por natureza" (*physei*) eles possuem aquele desejo? É claro que a pergunta não resulta vã, senão quando ignorarmos a doutrina etimológica acima exposta. De contrário, não subsiste sombra de dúvida de que *tão naturalmente os homens desejam "conhecer"* (eidénai), *quão naturalmente preferem "ver"* (tôn aistéseôn... he dià tôn ommátôn). Ainda por outras palavras: dir-se-ia que Aristóteles pretendeu sugerir como ingenuamente a gnoseologia nascera da etimologia; como da palavra nascera o conceito de conhecimento. E neste ponto, dizíamos, permanece o Filósofo tão fiel ao ensino do Mestre, como dócil às sugestões do próprio idioma; pois se confrontarmos esta passagem da *Metafísica* com um fragmento do *Protréptico*²⁴, ficamos cientes de que sempre ele afetou do mesmo sinal de preferência as faculdades intelectiva (*tò phroneîn*), contemplativa (*tò theoreîn*), a sensitiva visual (*tò toîs ómmasin horân*).

Está, pois, cumprido o propósito inicial: a existência atual de "fórmulas tradicionais", constituídas pelo riquíssimo vocabulário da luz e da visão, explica-se, ao que nos parece, por duas causas. A primeira é a vivência arquetípica, digamos assim, em virtude da qual a luz se revela a todos os homens como o elemento, natural ou sobrenatural, de que nasce e em que perdura tudo quanto é bom, justo e belo. A segunda causa, que age no sentido de vincular as imagens da luz aos conceitos de ciência e verdade, não é senão aquela mesma causa da sobrevivência da cultura grega por mais de vinte séculos após se haver extinguido o último eco das vozes mortais dos grandes filósofos de Atenas.

Talvez não seja arquetípico, como o primeiro, este segundo vínculo, que une as

imagens da luz aos conceitos de ciência e verdade; mas, decerto, ele é bem típico da cultura da Hélade.

E agora chegamos ao oportuno momento de denunciar a contradição dos intérpretes alegoristas do mito de Psique, a que atrás nos referimos. Esquecido de que o *saber* é um *ter visto*, de que pela visão se acede à ideação; olvidado do sentido manifesto da mais famosa alegoria platônica, e de que o Sol é a mais pura representação sensível da Idéia do Bem e da Beleza, e da fonte de toda a Verdade, da qual, por sua vez, toda a terrena fonte luminosa é imitação transitória, esquecido, enfim, do estilo próprio da gnoseologia grega, o nosso intérprete e, com ele, todos os que o antecederam e grande número dos que lhe sucederam, persistiram em considerar o "episódio" da lâmpada como o "pecado mortal" de Psique: "por este fato, seu amor, até ali intelectual, tornou-se mundano; e sua tendência para os objetos invisíveis mudou de direção, amando um objeto corpóreo, de que resultou a perda imediata de toda a sua felicidade".

Se a interpretação do alegorista acertasse no essencial significado do mito, deveríamos concluir que, lida na "fábula", a cosmopsicologia contradiz a gnoseologia; noutros termos, que, em certo momento, a doutrina neoplatônica acerca da origem e do destino das almas opor-se-ia à doutrina platônica do conhecimento. Não será necessário percorrer todos os corolários de semelhante contradição, para concluirmos pela superioridade da exegese simbolista de Bachofen. Aqui, pelo contrário, o desocultar a lâmpada assinala o trânsito da vida

natural para a vida anímica e, portanto, um momento de elevação, e não um momento de queda, na existência de Psique.

É certo que, neste mito, o autor do *Matriarcado* apenas focalizou as imagens que desenvolvem uma simbólica do amor. Mas tão certo é que a filosofia grega transpôs para o mesmo sistema duas simbólicas, — a do amor e a do conhecimento, quando, através de Platão, a teologia órfica, ou orfeo-pitagórica, irrompe de um dos mais profundos estratos da consciência religiosa pré-helênica. Bachofen não dispunha, em seu tempo, do imenso repertório de informação etnológica, arqueológica e psicológica a que poderia recorrer para fundamentar teses não muito diversas das que efetivamente defendeu, mas não teria incorrido na censura de apriorismo deliberado e desregrada fantasia se nesse referencial tivesse podido apoiar a sua convicção de que a própria *feminilidade*, ou alguns de seus aspectos, é o dado primacial e fundamental do mito de Psique, e de que Eros e as metamorfoses do amor, decorrentes das várias fases ou dos diferentes graus, no desenvolvimento da mesma feminilidade, bastam para constituir o símbolo ou o arquétipo, ou ainda, o tema principal, cujas variantes se desenrolam nos diversos sentidos que as conhecidas interpretações se esforçaram por determinar, isto é, no sentido de uma alegoria da *história da alma*, no sentido de uma alegoria da *teoria do conhecimento* e no sentido de uma alegoria do *ritual dos mistérios*.

O Asno de Ouro, Lúcio ou Metamorfoses é um romance; e como tal, uma narrativa de

amor. Mas também é uma história romanceada do conhecimento, que termina pela iniciação nos mistérios. Luciano, ou outro que seja o autor do *Lúcio* grego, explorou somente o lado ridículo de um sortilégio malogrado e das subseqüentes aventuras de um mago-aprendiz. Mas o autor do *Lúcio* latino, intencionalmente ou não, trouxe para a superfície do eventual um dos abismais mistérios da existência: a complementariedade do cômico e do trágico, do riso e das lágrimas, do Carnaval e das Cinzas, da vida e da morte. No fundo mais fundo de uma realidade que não se objetiva senão alternadamente, tem de morar a in-diferença dos opostos.

O lado sério da história ficou assinalado pelo mito de *Eros e Psique*, o qual, em toda a verossimilhança, se repete em termos de ação dramática no final do romance, na iniciação isíaca. Lúcio e Psique, ambos vítimas da ignorância e da curiosidade, da ingênua aspiração humana ao alargamento e aprofundamento do horizonte natural, percorrem juntos trajetórias paralelas do mesmo destino. Talvez Apuleio não tivesse demonstrado claramente tal paralelismo; mas se de qualquer modo o não sugerisse, razão de sobejo teria a crítica, preferindo o conto grego ao romance latino. ●

Eudoro de Sousa é filósofo e pensador português, nascido em Lisboa, 1911. Embora sua formação acadêmica tenha se realizado em Portugal, França e Alemanha, a maior parte de sua contribuição intelectual foi dada ao Brasil, para onde veio definitivamente em 1953. Foi professor fundador da Universidade de Brasília, e fundador também do Centro de Estudos Clássicos de Brasília, fechado sumariamente em 1969.

Resumen

Filosofía

EL MITO DE PSIQUE Y EL SIMBOLISMO DE LA LUZ

El *Asno de oro*, *Lucio* o *Metamorfosis* es un romance y, como tal, una narrativa de amor. Pero también es una historia novelada del conocimiento que termina en la iniciación de los misterios. Luciano, o quien sea el autor del *Lucio* griego, exploró solamente el lado ridículo de un sortilegio malogrado y las subsecuentes aventuras de un mago-aprendiz. Pero el autor del *Lucio* latino, intencionalmente o no, llevó a la superficie de lo eventual uno de los abismales misterios de la existencia: la complementación de lo cômico y de lo trágico, de la risa y de las lágrimas, del carnaval y de las cenizas, de la vida y de la muerte. En el fondo de una realidad que no se objetiva sino alternadamente tiene que existir la in-diferencia de los opuestos.

Abstract

Philosophy

The myth of Psyche and the symbolism of light

The Golden Ass, *Lucius* or *Metamorphoses* is a romance; and, as such, a tale of love. But it is also a romanced history of human knowledge, which ends with initiation in the mysteries. Lucian, or whoever may have been the author of the Greek *Lucius*, explored only the ridiculous side of an unhappy attempt at sorcery and the ensuing adventures of a sorcerer's apprentice. But the author of the Latin *Lucius*, *Lucius Apuleius*, intentionally or otherwise, brought to the surface of contingency one of the unfathomable mysteries of existence: the complementarity of comedy and tragedy, of laughter and tears, carnival and Ash Wednesday, life and death. In the depths of a reality that cannot be objectified except alternately, must lie the in-difference of opposites.

Referências bibliográficas

1. Roscher (ed.) *Ausführliches Lexikon der griechischen und römischen Mythologie*, art. EROS, vol. I col. 1370 e ss. enumera e descreve as representações plásticas do mito de Psique. V. também Cumont, *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*. Paris, 1942, p. 111, 319 n. 7 e 324.
2. Esta tradução foi publicada anonimamente. O seu autor, Francisco Antônio de Campos, Barão de Vila Nova da Foscoa, escreveu-a

quando homiziado por motivos políticos. De Apuleio, também traduziu a *Apologia*, em 1359.

3. O tradutor português cita as obras de Fulgêncio, Bergero (Bergier?), Torlácio e John Bellamy, a deste último publicada em 1813. Entre a bibliografia mais recente, temos R. Reitzenstein, *Das Märchen von Amor und Psyche bei Apuleius*, Leipzig-Berlin 1912; do mesmo, *Noch einmal Eros und Psyche*, em ARW 28, 1930, pp. 42-87; Enrico Cocchia, *Romanzo e Realtà nella vita e nell'attività letteraria di Lucio Apuleio*, Catania, 1915; L. Bieler, *Psyches 3. und 4. Arbeit bei*

- Apuleius*, em ARW 30, 1933, pp. 242-270; Dr. A. Stocker, *La légende d'Amour et Psyché (L'humanisme psychologique des Anciens)*, Ed. du Rhin, 1944; B. Mosca, *La favola e il problema di Psiche*, Adria, 1935; A. Dyroff, *Das Märchen von Amor und Psyche*, Köln, 1941, e, por fim, R. Markelbach, *Roman und Mysterium in der Antike*, München, 1962.
4. Trad. de F. A. de Campos, pp. 422-426 (nota à p. 199).
 5. *Ibid.* pp. 426-431.
 6. *Ibid.* p. 444, nota à p. 400 sobre a religião dos egípcios.
 7. Charles Dupuis, *Origine de tous les Cultes*, 3 vols. in-4º e um-Atlas. Paris, 1795. Foram publicados depois vários "abrévés". Destes, temos presente a ed. de 1820.
 8. *L'origine des dieux du paganisme, et le sens des fables découvert par une explication suivie des poésies d'Hésiode*. Paris, 1767.
 9. Court de Gebelin, *Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne, considéré dans son génie allégorique et dans les allégories auxquelles conduisit ce génie*. Paris, 1787.
 10. Friedrich Crezer, *Symbolik und Mythologie der alten Völker, besonders der Griechen*. Leipzig, 1810-1812. Só conhecemos esta obra por referências, resumos e estudos críticos (destes, o melhor é o E. Howald, *Der Kampf um Crezers Symbolik*) demasiado breve e pouco satisfatório, quanto a referências úteis, é a seleta de J. De Vries, *Forschungsgeschichte der Mythologie*. Freiburg-München, 1961). A melhor exposição é a de Otto Gruppe, *Die griechischen Kult und Mythen in ihren religiösen Beziehungen zu den orientalischen Religionen* (1887). vol. I p. 34 e ss.
 11. J. D. Guignaut, *Réligions de l'antiquité...* 11 vols. in-8º Paris 1825-1851, publicados em colaboração com A. Maury e E. Vinet.
 12. A. Lobeck, *Aglaophanus sive de theologiae mysticae graecorum causis libri tres*, Königsberg, 1829 (2ª ed. 1961); H. Voss, *Antisymbolik*, Stuttgart, 1824; Gottfried Hermann, *Ueber das Wesen und die Behandlung der Mythologie, ein Brief an Herrn Hofrat Creuzer*, Leipzig, 1819. Sobre a filosofia "romântica" e a interpretação dos mitos, v. M. Wegner, *Altertumskunde*. Freiburg-München, 1951, especialmente as pp. 177-185.
 13. J. J. Bachofen, *Versuch über die Gräbersymbolik der Alten*, 1ª ed. 1859, 2ª ed. 1925; a terceira consta do "Corpus" de Basileia, cuja publicação foi iniciada em 1943 (v. *Dioniso em Creta*, n. 9). A Vico, Bachofen, Hegel e Marx se devem os mais compreensivos e abrangentes sistemas da história universal, com mais ou menos afortunados destinos. A cultura atual dignificou diversamente estes nomes. Quanto à teoria do Matriarcado, tumultuosamente argumentada com documentação quase exclusivamente "clássica", essa só despertou a atenção de raros estudiosos, sobretudo de língua alemã. No decurso de muitos decênios, o nome de Bachofen não figurou na bibliografia dos tratadistas e escassas vezes se pronunciou *ex cathedra*. Mas apesar do silêncio hostil, o influxo do seu pensamento não deixou de influir no campo em que se investigam os problemas da religião e da mitologia da antiguidade clássica. No espaço restrito de uma "nota", não podemos, evidentemente, traçar o perfil do grande pensador, nem apresentar um resumo da sua obra. Limitar-nos-emos a indicar as fontes. Bachofen escreveu as seguintes obras (entre muitas, cuja relação completa o leitor pode encontrar nas páginas finais da seleta, em três volumes, de C. A. Bernoulli, cf. *infra*): *Versuch über die Gräbersymbolik der Alten* (Ensaio sobre a simbólica funerária dos Antigos). 1ª ed. 1859, 2ª ed. 1925, com um prefácio de C. A. Bernoulli e um estudo introdutório de Ludwig Klages. *Das Mutterrecht. Eine Untersuchung über die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur* (O Matriarcado. Investigação sobre a ginecocracia do Mundo Antigo, segundo a sua natureza religiosa e jurídica). 1ª ed. 1861, 2ª ed. 1897. *Das lykische Volk und seine Bedeutung für die Entwicklung des Altertums*. (O povo lício e o seu significado para o desenvolvimento da Antiguidade). 1ª ed. 1862. Ed. abreviada de Manfred Schröter, Leipzig, 1924. *Die Unsterblichkeitslehre der orphischen Theologie auf den Grabdenkmälern des Altertums* (A doutrina da imortalidade da teologia órfica nos monumentos sepulcrais da Antiguidade). 1ª ed. 1867. 2ª ed. 1939 (ed. W. Keiper, de Berlin), constituindo o 5º vol. das "obras completas". Além deste volume, que o saibamos, só foi publicado outro, o primeiro das *Antiquarische Briefe. Die Sage von Tanaquil. Eine Untersuchung über den Orientalismus in Rom und Italien* (A lenda de Tanaquil. Investigação sobre o orientalismo em Roma e na Itália), 1870. Terminada, ou em vias de terminar, encontra-se a monumental edição das "*Gesammelten Werke*", para o editor Benno Schwabe, de Basileia. Três antologias em língua alemã e uma em língua francesa, foram dadas à publicidade, desde 1926. A primeira, de Manfred Schröter, intitula-se *Der Mythos von Orient und Occident* (München, 1926, de que há uma recente reprodução fotostática). A segunda é a de C. A. Bernoulli: *Urreligion und antike Symbole* (3 vols. Leipzig, 1926). A terceira, que constitui o 52º vol. das "Kröner Taschenausgabe", foi coligida por Rudolf Marx: *Mutterrecht und Urreligion* (Leipzig, 1941). Em 1938 editou a Alcan 140 páginas escolhidas e prefaciadas por Adrien Turel, sob o título *Du règne de la mère au patriarcat*. A antologia francesa contém os prefácios, quatro parágrafos do *Matriarcado* e da *Lenda de Tanaquil* e bibliografia. O antologista dá notícia de que em 1903 "um grupo de feministas francesas publicou, sob o título de *Le droit de la mère dans l'antiquité*, uma tradução do prefácio do *Mutterrecht*, com um prêmio sufragista". — Quanto a estudos: o mais esclarecedor é da autoria de Alfred Baeumler: compreende as trezentas páginas de "introdução" na antologia de M. Schröter, acima mencionada. O mérito sem par destas páginas reside na bem sucedida inserção do pensamento de Bachofen num sistema do romantismo. Quando da publicação da sua antologia, já Carl Albrecht Bernoulli, no volume *Johann Jacob Bachofen und das Natursymbol* (Basel, 1924) expusera o pensamento do seu compatriota insigne, com a mestria que lhe conhecíamos da leitura do *Franz Oeverbeck und Friedrich Nietzsche. Eine Freundschaft* (Jena, 1908), livro justamente considerado como uma das principais "fontes" da biografia do criador do *Zaratustra*. Em J. J. Bachofen *Geschichtsphilosophie* (München, 1929), Georg Schmidt expõe ordenadamente as principais articulações da filosofia da história, que dá fundamento e garantia ao *Matriarcado*. Estes estudos foram precedidos e, a bem dizer, suscitados, pela revalorização empreendida por Ludwig Klages, nas últimas páginas do seu livro *Von Kosmogonischen Eros* (1ª ed., Jena, 1921). Estas páginas e as da 2ª parte do terceiro volume de *Der Geist als Widersacher der Seele* (Leipzig 1932), intitulada *Das Weltbild des Pelasgertums* desenvolvem a gnoseologia de Klages pelos corolários antiintelectualistas dos teoremas de Bachofen. Em *De la déesse Nature à la déesse Vie* (Paris, 1931), Ernest Seillière dedica cinquenta páginas de exposição e crítica à "introdução" de A. Baeumler a *Der Mythos von Orient und Occident*.
 14. M. P. Nilsson, *A History of Greek Religion*. Oxford. 1925, p. 10. Palavras escritas a propósito dos monumentos da religião creto-micênica: "a picture-book without text".
 15. Bachofen, *op. cit.* (2ª ed. p. 93 e ss.).
 16. *Ibid.* As citas referidas em (15) e (16) foram extraídas da antologia de C. A. Bernoulli, vol. I, pp. 312-321.
 17. V., neste volume, *Mito e Dialética em Platão*.
 18. Ludwig Radermacher, *Mythos und Sage bei den Griechen*, Bruenn-München-Wien, 1938, p. 57: "Es scheint ursprünglicher Glaube der Hellenen zu sein, dass der Anblick eines Gottes Tod oder Blindheit bringe". A propósito desta crença, o autor chama a atenção para Paus. X 32, 18.
 19. Callim Hymn. V, vv. 100 e ss.
 20. Apull. *Metamorph.* XI 23.
 21. Hippolytus, Ref. omn. haer. V 8, 39 (Wendland) = N. Turchi, *Fontes Historiae Mysterorum...* Roma, 1930, nº 130 (p. 89).
 22. A. Olivieri, *Lamellae Aureae Orphicae*. Bonn, 1915, p. 12 (= Kern, *Orphicorum Frag.* 32 = frag. 17 Diels).
 23. Empédocles, frag. 115.
 24. Cf. W. Jaeger, *Aristoteles*, vers. cast. para o F. C. E., México, 1946, p. 86.

Ano 2000: mais trabalho e muita pobreza

Ricardo Lima



Fotos de Juan Patgines

A dívida social brasileira tem muitas faces, mas nenhuma a identifica melhor que a enorme dimensão da pobreza absoluta. Resgatar essa dívida significa incorporar à sociedade brasileira, como cidadãos, 25 milhões de miseráveis que sobrevivem com rendimentos mensais inferiores a 15 dólares. Vários anos de crescimento econômico sustentado e de políticas públicas compensatórias não serão suficientes para fazê-lo. No mercado de trabalho brasileiro do século XXI ainda haverá milhões de trabalhadores sub-remunerados, se o país não passar por profundas alterações estruturais.

A pobreza extrema de milhões de brasileiros e a renda mais concentrada dentre países que têm peso econômico no mundo são duas das principais questões sociais do Brasil. No que diz respeito à pobreza, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) de 1985, aproximadamente um quinto da população brasileira é constituído de membros de família com renda média mensal por pessoa inferior ou igual a um quarto de salário mínimo (menos de quinze dólares).

Em grande parte, tanto a magnitude da pobreza quanto a má distribuição da renda estão relacionadas com o funcionamento do mercado de trabalho. Este, considerando tanto seu estrato formal como informal, absorve quase toda a mão-de-obra (com exceção de períodos de crise, como a de 81/83 quando o

desemprego aberto alcançou em torno de 5 milhões de pessoas), mas *a remunera mal*. Em 1985, um ano de impressionante recuperação econômica, mais de 44% dos trabalhadores ganhavam no máximo um salário mínimo ou estavam desempregados (quase 2 milhões desempregados e mais de 23 milhões subempregados: 3,4% e 40,9% da PEA — População Economicamente Ativa — respectivamente).

Algumas questões se colocam imediatamente: que perspectivas se vislumbram a partir do comportamento desse mercado de trabalho diante de diferentes taxas de crescimento do PIB (produto interno bruto), levando-se em conta algumas previsíveis mudanças tecnológicas e de participação na força de trabalho? Pode-se esperar solução, até o ano 2000, para as questões da pobreza, do desemprego, do

subemprego e da má distribuição de renda? Ou, pelo menos, que se reduzam as dimensões desses problemas com relação aos dias de hoje?

Uma visão mais ampla

A experiência brasileira de crescimento sustentado a taxas relativamente altas por vários anos, mas com a permanência de uma imensa parcela da população sobrevivendo em condições extremamente precárias, parece invalidar a chamada teoria da *trickle down*. Na prática, tem-se mostrado falsa a idéia de que os benefícios do crescimento econômico afetam positivamente primeiro os estratos mais altos da pirâmide social para, em momentos subse-

qüentes, atingir as classes médias e mesmos os amplos segmentos que incluem os mais pobres e os miseráveis. Não só no Brasil, mas também em vários outros países em desenvolvimento.

Fica claro, então, ao contrário do que deseja a aparentemente ingênua teoria — na verdade, *ideológica* — que o crescimento econômico sustentado *não é suficiente* para a solução das questões levantadas anteriormente, embora, sem dúvida, seja uma das condições necessárias. Indicativo disso é o fato de que mesmo as *variantes liberais* — crescimento com políticas públicas compensatórias e, em alguns casos, até com esforços para desconcentrar a renda — daquela posição de *laissez faire* extremado também não têm tido êxito no que diz respeito à redução da pobreza absoluta.

A solução buscada exige, além do crescimento, alterações estruturais profundas, do ponto de vista daqueles que acreditam na humanização do capitalismo, ou mudanças radicais que envolvem a superação deste sistema, do ângulo dos que não crêem na possibilidade de atenuação das contradições decorrentes dos interesses antagônicos de classes sociais dominante e dominadas.

Essas observações, contudo, não invalidam a tentativa de responder parcialmente aquelas perguntas, através da observação de tendência do mercado de trabalho brasileiro e através de um cuidadoso exercício de projeção, levando-

se em conta o que ocorreu no passado ao nível de setores e de subsetores da economia, o provável comportamento das pessoas no que diz respeito à sua participação na PEA e a mais ou menos previsível alteração nas elasticidades emprego-produto setoriais que deverão ocorrer como consequência de mudanças tecnológicas.

É o que se faz a seguir, não tanto em busca de respostas completas e de soluções bem delineadas, mas com o objetivo de ampliar o conhecimento que se tem dos efeitos do crescimento econômico sobre o emprego e, sobretudo, no caso do Brasil, sobre o *sub-emprego* da força de trabalho. Espera-se que isso possa contribuir para o abandono de certas proposições simplistas e para a procura de alternativas que tenham mais a ver com as peculiaridades da economia brasileira.

Breve nota metodológica

A metodologia utilizada, para o nível de agregação aqui apresentado, é relativamente simples mas envolve algumas technicalidades algo complicadas para o leitor leigo. Sem prejuízo da compreensão, apresentam-se, em linhas gerais, os conceitos e o método utilizado mas não se expõem as formulas básicas para a

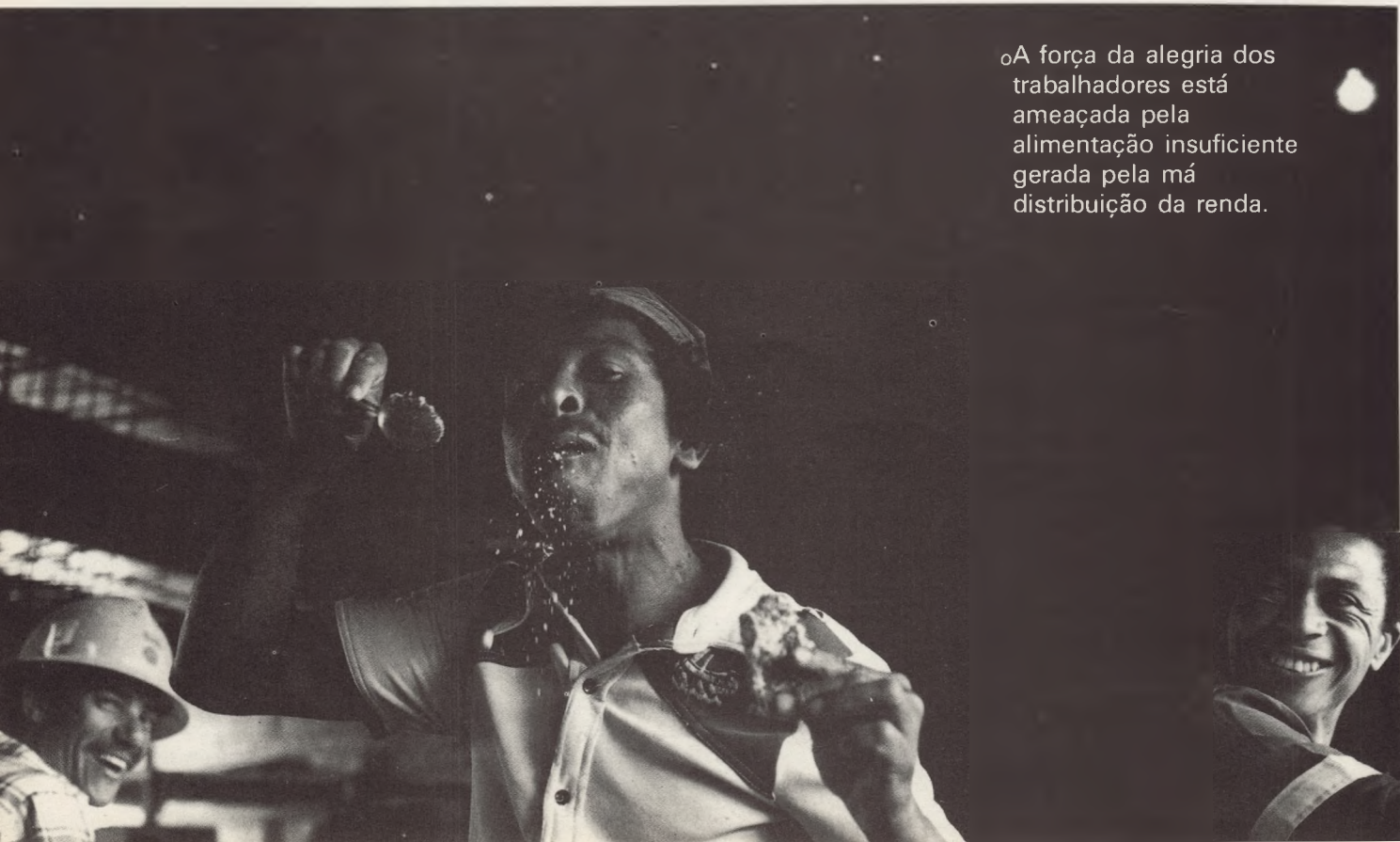
estimação do emprego total, do emprego dos que ganham mais de um salário mínimo e, conseqüentemente, do subemprego.

Entende-se que a oferta de mão-de-obra — discutida rapidamente na seção seguinte — é igual à População Economicamente Ativa (PEA) e que o desemprego aberto é dado pela diferença entre esta e o total de pessoas ocupadas na economia (composto de pessoas sub-remuneradas e de pessoas não sub-remuneradas).

Identifica-se subemprego com sub-remuneração. Essa última, levando-se em conta o baixo nível do poder de compra da menor remuneração legal, inclui as pessoas que ganham mensalmente em todos os trabalhos um salário mínimo ou menos. (O poder de compra do salário mínimo hoje corresponde a algo em torno de apenas 40% a 60% daquele vigente no final da década de cinquenta — dependendo dos índices utilizados para deflacioná-lo.)

Esse conceito de subemprego, que considera apenas a remuneração, deixando de lado considerações sobre o número de horas trabalhadas, é o mais adequado para o duplo propósito aqui contemplado: analisar um período relativamente longo de crescimento econômico sustentado e associar resultados relativos ao mercado de trabalho à questão da pobreza. Há autores (vide notas bibliográficas) que preferem utilizar o conceito de subemprego

oA força da alegria dos trabalhadores está ameaçada pela alimentação insuficiente gerada pela má distribuição da renda.



restrito — em que são consideradas subempregadas as pessoas que percebem menos de um salário mínimo mensal em todos os trabalhos e trabalham menos de quarenta horas semanais — mas este, certamente, é mais adequado para medir tendências em época de crise (recessões) do que analisá-las em períodos de crescimento sustentado.

O subemprego, portanto, é calculado pela diferença entre o número total de ocupados e o número de ocupados não sub-remunerados. Para calcular essa diferença é necessário dispor de duas elasticidades emprego-produto: uma para o total de pessoas ocupadas (que se estima sem maiores problemas) e outra para as pessoas ocupadas não sub-remuneradas.

A estimação da elasticidade emprego-produto relativa aos não sub-remunerados é feita por aproximação. Ela é definida como a razão entre a taxa média geométrica de crescimento do emprego dos não sub-remunerados, para o período 1970-1980 como em todas as estimativas deste trabalho, e a taxa média geométrica de crescimento do produto gerado pelos não sub-remunerados no mesmo período. A primeira pode ser estimada a partir de informações censuais, mas não é possível obter a segunda dos dados das contas nacionais. Utilizou-se, então, o artifício descrito a seguir para estimar o valor aproximado da elasticidade em causa.

Sabe-se que a elasticidade emprego-produto relativa a todos os ocupados — a relação entre a taxa média geométrica de crescimento de todos os ocupados e a mesma taxa para todo o produto — é menor que a elasticidade relativa aos não sub-remunerados. Do outro lado, uma elasticidade híbrida calculada entre duas taxas conhecidas — a taxa de crescimento da ocupação não sub-remunerada e a taxa de crescimento de todo o produto — é maior que a elasticidade relativa aos não sub-remunerados que se deseja calcular. Optou-se, então, para minimizar o erro na estimativa, pelo uso da média aritmética simples entre a elasticidade relativa a todos os ocupados e a elasticidade híbrida referida.

Finalmente, como as projeções, realizadas com as elasticidades referentes à economia como um todo, foram sempre inferiores à soma das parcelas das projeções feitas com as elasticidades relativas aos setores (e subsetores) — isso ocorre porque mudam os pesos relativos dos setores ao longo dos anos —, acatou-se o resultado para a economia como um todo e reajustaram-se todas as elasticidades setoriais de modo a que a soma do emprego dos setores seja igual à ocupação total (vide todas as elasticidades estimadas na Tabela 1).

Duas palavras sobre a oferta de mão-de-obra

A estimativa da PEA foi feita com base nas projeções de população do IBGE/CELADE. Aplicaram-se às taxas de atividade, por sexo e idade, da PNAD 1985 (dados expandidos para incluir a região rural Norte) as taxas de crescimento das taxas de atividade censuais do período 1950/1980.

A Tabela 8 apresenta os resultados referentes apenas ao total da PEA, que é o que interessa nessas notas. A Tabela 9, baseada em outra fonte, dá uma idéia, ainda que grosseira e não compatível com a projeção do IBGE/CELADE, dos incrementos de pessoas na PEA por situação de domicílio (rural e urbano), por sexo e por idade.

Restringem-se as informações sobre a oferta de mão-de-obra a essas duas tabelas porque a preocupação principal deste trabalho é com a evolução da demanda de mão-de-obra e, especialmente, com a divisão entre pessoas

No ano 2000, milhões de brasileiros ainda não terão um trabalho dignamente remunerado



Tabela 1 – Brasil – 1970/1980 – Elasticidades Emprego-Produto

SETORES	ELASTICIDADES		ELASTICIDADES PÓS AJUSTE	
	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS
1. AGROPECUÁRIA	- 0,0689	1,0791	- 0,3491	0,8112
2. INDÚSTRIA	n.u.	n.u.	0,7376	0,9500
2.1. Indústria exceto				
Construção Civil	0,8302	1,0339	0,7157	0,9595
2.2. Construção Civil	0,9975	0,9922	0,7550	0,9166
3. SERVIÇOS	n.u.	n.u.	0,4970	0,7173
3.1. Comércio	0,7432	0,9579	0,5939	0,8650
3.2. Transporte e Comunicações	0,2755	0,3783	0,1802	0,3191
3.3. Outros Serviços	n.u.	0,8093	0,5056	0,7325
4. TOTAL	0,4260	0,8174	0,4260	0,8174

FONTE: Fundação IBGE – Censos Demográficos – Brasil – 1970 e 1980.

n.u. – elasticidades não utilizadas. O total agregado do emprego dos setores Indústria e Serviços foi obtido através da soma dos respectivos subsectores (Indústria exceto Construção Civil + Construção Civil, Comércio + Transporte e Comunicações + Outros Serviços) ao invés de se utilizarem as elasticidades. Este critério também foi observado para o total da ocupação de Outros Serviços (Prestação de Serviços + Atividades Sociais + Administração Pública + Outros Serviços).

Tabela 2 – Brasil – 1985/2000 – Demanda de Mão-de-Obra por Setores (Hipótese de crescimento do PIB: 1986 – 6%; 1987/89 – 7% e 1990/2000 – 4%)

SETORES	(milhões de pessoas)					
	PESSOAS OCUPADAS		PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS		PESSOAS OCUPADAS SUB-REMUNERADAS	
	1985	2000	1985	2000	1985	2000
1. AGROPECUÁRIA	16,3	14,5	5,5	8,1	10,8	6,4
2. INDÚSTRIA	12,1	21,4	9,4	19,6	2,7	1,8
2.1. Indústria exceto						
Construção Civil	8,9	15,8	7,0	14,8	1,9	1,0
2.2. Construção Civil	3,2	5,6	2,4	4,8	0,8	0,8
3. SERVIÇOS	26,4	38,1	16,7	28,2	9,7	9,9
3.1. Comércio	5,9	8,6	4,0	6,9	1,9	1,7
3.2. Transporte e Comunicações	1,9	2,3	1,7	2,3	0,2	0,0
3.3. Outros Serviços ¹	18,6	27,2	11,0	19,0	7,6	8,2
4. TOTAL	54,8	74,0	31,6	55,9	23,2	18,1

FONTE: Fundação IBGE – Censos Demográficos – Brasil – 1970 e 1980.

Fundação IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 1985.

Dados expandidos para a inclusão da Região Rural Norte – dados inéditos.

FGV – Centro de Contas Nacionais – Revista Conjuntura Econômica.

¹ O número de pessoas ocupadas do setor Outros Serviços no ano 2000 foi obtido através da soma do total projetado para Prestação de Serviços, Administração Pública, Atividades Sociais e Outras Atividades.**Tabela 3 – BRASIL – 1990/1995 – Demanda de Mão-de-Obra por Setores (Hipótese de crescimento do PIB: 1986 – 6%; 1987/89 – 7% e 1990/2000 – 4%)**

SETORES	(milhões de pessoas)					
	PESSOAS OCUPADAS		PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS		PESSOAS OCUPADAS SUB-REMUNERADAS	
	1990	1995	1990	1995	1990	1995
1. AGROPECUÁRIA	15,7	15,1	6,5	7,2	9,2	7,9
2. INDÚSTRIA	15,6	18,3	12,9	16,0	2,7	2,3
2.1. Indústria exceto						
Construção Civil	11,7	13,6	9,7	12,0	2,0	1,6
2.2. Construção Civil	3,9	4,7	3,2	4,0	0,7	0,7
3. SERVIÇOS	31,1	34,5	21,1	24,3	10,0	10,2
3.1. Comércio	7,1	7,8	5,1	5,9	2,0	1,9
3.2. Transporte e Comunicações	2,1	2,2	2,0	2,1	0,1	0,1
3.3. Outros Serviços ¹	21,9	24,5	14,0	16,3	7,9	8,2
4. TOTAL	62,4	67,9	40,5	47,5	21,9	20,4

FONTE: Fundação IBGE – Censos Demográficos – Brasil – 1970 e 1980.

Fundação IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 1985.

Dados expandidos para a inclusão da Região Rural Norte – dados inéditos.

FGV – Centro de Contas Nacionais – Revista Conjuntura Econômica.

¹ O número de pessoas ocupadas do setor Outros Serviços no ano 2000 foi obtido através da soma do total projetado para Prestação de Serviços, Administração Pública, Atividades Sociais e Outras Atividades.

subempregadas (sub-remuneradas) e pessoas não sub-remuneradas.

Projeções e resultados

Os resultados apresentados nos Gráficos 1 e 2 e nas Tabelas 2 a 7 referem-se a duas projeções de demanda de mão-de-obra calculadas a partir das taxas de crescimento do PIB previstas no Plano de Metas para o período 1985-1989 (6% em 1986 e 7% ao ano para o período 1987-1989) e de taxas distintas, conforme a projeção seja pessimista ou otimista (4 e 6% ao ano, respectivamente), para o período 1990-2000.

Para as taxas de crescimento do produto setorial foram utilizadas aquelas previstas pelo governo para 1986, e, para o restante do período, foram estimados valores consistentes com o crescimento global da economia previsto para cada ano, de acordo com a contribuição dos setores para este crescimento global.

Essas projeções naturalmente refletem a estrutura produtiva dos anos setenta e tendências do período 1970-1980 e são, portanto, incapazes de captar mudanças estruturais que venham ocorrer no futuro. O exercício aqui realizado tenta mostrar o que deverá acontecer no mercado de trabalho na ausência destas mudanças estruturais (que se pretende mostrar serem necessárias e inadiáveis se se pretende encarar seriamente a questão social). Não se pode esquecer, ainda, que as variáveis utilizadas são objeto de modificação a partir da ação de movimentos da sociedade civil – não captados pela projeções – e que, portanto, não é de se esperar que as necessárias correções de rumo dependam apenas de políticas governamentais.

De fato, essas correções deverão acontecer muito mais induzidas, direta ou indiretamente, por ações resultantes da dinâmica social e política do país, do que pelo planejamento de políticas públicas por parte do Estado.

Demanda de mão-de-obra na hipótese pessimista

A Tabela 2 (vide também Gráfico 1) mostra a configuração da demanda setorial de mão-de-obra nos anos de 1985 e 2000 (para os anos intermediários de 1990 e 1995 vide Tabela 3), na hipótese de crescimento médio do PIB de 4% ao ano a partir de 1990 (e de 6,75% entre 1986 e 1989), ou seja, na hipótese “pes-

Tabela 4 – Brasil – 1985/2000 – PEA, Pessoas Ocupadas, Desemprego Aberto, Pessoas Sub-remuneradas e Desocupação Total (Hipótese de Crescimento do PIB: 1986 – 6%; 1987/89 – 7% e 1990/2000 – 4%)

DISCRIMINAÇÃO	(milhões de pessoas)				$\Delta\%$ a.a. 1985/2000
	1985	1990	1995	2000	
1) População Economicamente Ativa (PEA)	56,7	64,2	72,5	81,1	2,4
2) Pessoas Ocupadas	54,8	62,4	67,9	74,0	2,0
3) Desemprego Aberto	1,9	1,8	4,6	7,1	8,8
% da PEA (3/4)	3,4	2,8	6,3	8,8	
4) Pessoas Ocupadas Sub-remuneradas	23,2	21,9	20,4	18,1	-1,7
% da PEA (4/1)	40,1	34,1	28,1	22,3	
5) Desocupação Total	25,1	23,7	25,0	25,2	0,0
% da PEA (5/1)	44,3	36,9	34,5	31,1	

FONTES: Tabela 2 e Tabela 3.

simista". Essa hipótese implica um crescimento médio anual do Produto Interno Bruto de 4,7% entre 1985 e 2000, de modo que neste último ano o PIB brasileiro seria igual ao dobro do que foi em 1985. Não é, portanto, tão pessimista assim. A Tabela 4 apresenta um quadro-resumo do comportamento da oferta e da demanda de mão-de-obra (utilizado para a construção do Gráfico 1) ainda na hipótese pessimista.

Um crescimento de 4,7% ao ano, contudo, é insuficiente para reduzir a desocupação total em termos absolutos. Um em cada três brasileiros da PEA não terá emprego ou será sub-remunerado porque cerca de 25 milhões de brasileiros continuarão não plenamente ocupados (25,2 milhões no ano 2000, contra 25,1 em 1985). A situação é claramente pior do que a de 1985, porque o desemprego aberto se multiplica, passando de aproximadamente 2 milhões em 1985 para mais de 7 no ano 2000. O subemprego, como definido aqui – pessoas com remuneração mensal, em todas ocupações, de um salário mínimo ou menos –, continuará alto, atingindo mais de 18 milhões de trabalhadores.

Para se ter uma idéia dos custos que essa situação acarretaria para o país – além dos custos morais, psicológicos e materiais que sofreriam os trabalhadores – só o seguro-desemprego, projetando-se as previsões do Plano de Metas, demandaria recursos da ordem de 2 a 3 bilhões de dólares anuais no ano 2000 e nos anos seguintes.

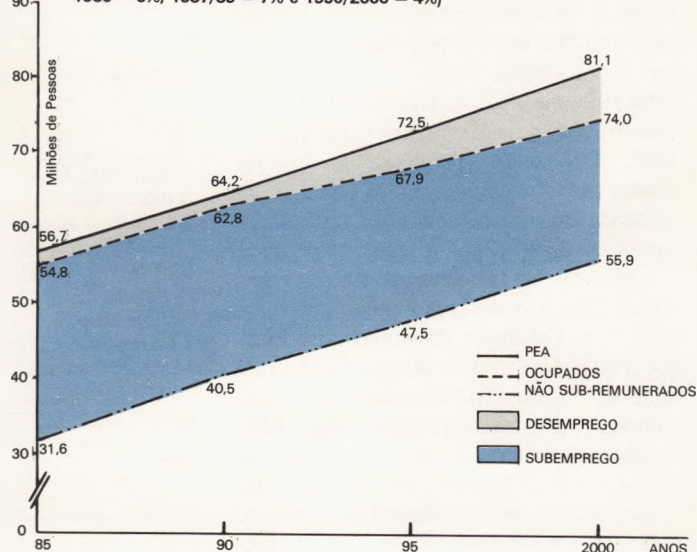
Dada a configuração da PEA (vide Tabela 9), é alta a probabilidade de o desemprego estar concentrado nas grandes cidades (mas haverá desemprego também na agricultura, particularmente de mulheres), será constituído tanto por homens como por mulheres (o incremento da PEA masculina no período será de quase 13 milhões e da feminina de quase 12) – especialmente de homens na faixa de 20 a 59 anos e de mulheres jovens.

O subemprego se distribuirá virtualmente por todos os setores, com concentração em "outros serviços" – prestação de serviços, administração pública, atividades sociais e outras atividades – (8,2 milhões de trabalhadores) e na agricultura (6,4 milhões). Mais de 80% do subemprego deverão estar nesses dois setores. A indústria e a construção civil terão cerca de 1 milhão de subempregados cada uma e o comércio quase 2 milhões.

É preciso ressaltar que muito provavelmente o desemprego e o subemprego estão subestimados nesta projeção. Apesar de as elasticidades emprego-produto já levarem em conta o impacto da modernização (mecanização, uso de novas técnicas, avanços da biotecnologia na agricultura; automação, especialmente nos serviços; e robotização, na indústria) é provável que não a tenham captado integralmente. O grande aumento da produtividade do trabalho, que é de se esperar, deverá reduzir ainda mais a elasticidade emprego-produto em todos os setores, de modo que a absorção de mão-de-obra – em particular dos não sub-remunerados – provavelmente será menor que a estimada.

De uma forma sintética, pode-se dizer que o incremento do desemprego decorre do fato de que com 4,7% a.a. de crescimento do PIB, o crescimento do total de ocupados (ganhando mais ou menos que o salário mínimo) é menor que o crescimento da PEA. No caso, esta última cresce 2,4% a.a. no período e o total da ocupação apenas 2% (Tabela 4). Observa-se (Tabela 1) que a elasticidade global emprego-produto implícita é de 0,426 – maior do que a

Gráfico 1 – Brasil: 1985/2000
PEA e demanda de mão-de-obra (hipótese de crescimento do PIB: 1986 = 6%, 1987/89 = 7% e 1990/2000 = 4%)



FONTE: TABELA 4

que freqüentemente se utiliza para o caso brasileiro (0,4). A utilização desta última, naturalmente, teria acarretado um resultado em que o desemprego seria ainda maior.

O crescimento dos trabalhadores não sub-remunerados (3,8% a.a., portanto maior que o da PEA), faz com que o subemprego se reduza tanto em termos absolutos quanto relativos – as ocupações desse tipo têm elasticidade maiores, da ordem de 0,8174 (Tabela 1) – mas não o suficiente para compensar o crescimento do desemprego aberto.

É claro que o subemprego calculado também estará subestimado se entre 1985 e 2000 houver aumento do salário mínimo médio real (o que é de se esperar que ocorra pela grande defasagem com relação a valores vigentes no passado, pelos ganhos de produtividade esperados e pelas pressões que os trabalhadores certamente farão nesse sentido).

O resultado final é a manutenção da desocupação total – desemprego mais subemprego – em termos absolutos em torno de 25 milhões de pessoas (em termos relativos cai de 43,3% para 31,1%, mas sua composição piora: passa a ter mais desempregados e menos subempregados).

Demanda de mão-de-obra na hipótese otimista

A Tabela 5 (vide também Gráfico 2) apresenta a configuração da demanda setorial de

mão-de-obra nos anos de 1985 e 2000 (para os anos intermediários de 1990 e 1995 vide Tabela 6), na hipótese de um crescimento anual médio do PIB de 6,2% no período (6,75% ao ano no quadriênio 1986-1989 e 6,0% a.a. entre 1990 e 2000). Ao final do período o PIB brasileiro seria duas vezes e meia maior que o de 1985. A Tabela 7 apresenta um quadro-resumo do comportamento da oferta e de demanda de mão-de-obra (utilizado na confecção do Gráfico 2) na hipótese otimista.

Nesse caso, o crescimento é suficiente para acabar com o desemprego aberto (menos, é claro, com o chamado desemprego friccional, que a projeção é incapaz de captar – algo em torno de 2% da PEA) mas não com o sub-emprego. É provável que surja escassez relativa e localizada de mão-de-obra – que, curiosamente, no caso brasileiro convive com sub-emprego quase generalizado em alguns setores e regiões – e demandas crescentes por programas de formação profissional, de retreinamento e de reciclagem de força de trabalho. É também provável que a PEA tenda a crescer mais do que o estimado (aposentados, donas de casa, jovens, deficientes físicos seriam “estimulados” a participar do mercado de trabalho) e que aumente o poder de barganha de alguns trabalhadores na mesa de negociação.

Quase 15 milhões de pessoas, porém, permanecerão sub-remuneradas – isto é, sub-empregadas no nosso conceito. Portanto, 18% da PEA – quase um em cada cinco brasileiros –

Tabela 5 – Brasil – 1990/1995 – Demanda de Mão-de-Obra por Setores (Hipótese de crescimento do PIB: 1986 = 6%; 1987/89 = 7% e 1990/2000 = 6%)

(milhões de pessoas)

SETORES	PESSOAS OCUPADAS		PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS		PESSOAS OCUPADAS SUB-REMUNERADAS	
	1985	2000	1985	2000	1985	2000
1. AGROPECUÁRIA	16,3	13,9	5,5	10,1	10,8	3,8
2. INDÚSTRIA	12,1	25,2	9,4	23,8	2,7	1,4
2.1. Indústria exceto Construção Civil	8,9	18,4	7,0	18,0	1,9	0,4
2.2. Construção Civil	3,2	6,8	2,4	5,8	0,8	1,0
3. SERVIÇOS	26,4	41,9	16,7	32,6	9,7	9,3
3.1. Comércio	5,9	9,7	4,0	8,1	1,9	1,6
3.2. Transporte e Comunicações	1,9	2,4	1,7	2,4	0,2	0,0
3.3. Outros Serviços ¹	18,6	29,8	11,0	22,1	7,6	7,7
4. TOTAL	54,8	81,0	31,6	66,5	23,2	14,5

FONTES: Fundação IBGE – Censos Demográficos – Brasil – 1970 e 1980.

Fundação IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 1985 – Dados expandidos para a inclusão da Região Rural Norte.

FVG – Centro de Contas Nacionais – Revista Conjuntura Econômica.

¹ O número de pessoas ocupadas do setor Outros Serviços no ano 2000 foi obtido através da soma do total projetado para Prestação de Serviços, Administração Pública, Atividades Sociais e Outras Atividades.

Tabela 6 – Brasil – 1990/1995 – Demanda de Mão-de-Obra por Setores (Hipótese de crescimento do PIB: 1986 = 6%; 1987/89 = 7% e 1990/2000 = 6%)

(milhões de pessoas)

SETORES	PESSOAS OCUPADAS		PESSOAS OCUPADAS NÃO SUB-REMUNERADAS		PESSOAS OCUPADAS SUB-REMUNERADAS	
	1990	1995	1190	1995	1990	1995
1. AGROPECUÁRIA	15,7	14,9	6,6	8,1	9,1	6,8
2. INDÚSTRIA	15,9	20,1	13,2	17,8	2,7	2,3
2.1. Indústria exceto Construção Civil	11,9	14,9	9,9	13,4	2,0	1,5
2.2. Construção Civil	4,0	5,2	3,3	4,4	0,7	0,8
3. SERVIÇOS	31,3	36,4	21,3	26,4	10,0	10,0
3.1. Comércio	7,2	8,4	5,1	6,5	2,1	1,9
3.2. Transporte e Comunicações	2,1	2,3	2,0	2,2	0,1	0,1
3.3. Outros Serviços ¹	22,0	25,7	14,2	17,7	7,8	8,0
4. TOTAL	62,9	71,4	41,1	52,3	21,8	19,1

FONTES: Fundação IBGE – Censos Demográficos – Brasil – 1970 e 1980.

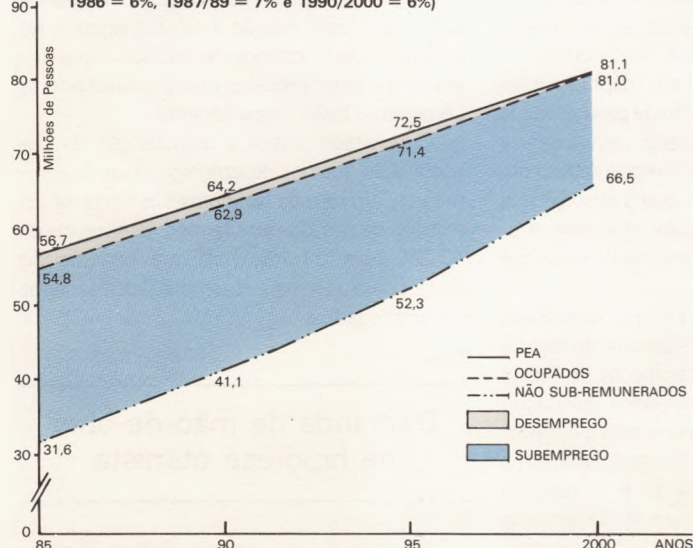
Fundação IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 1985 – Dados expandidos para a inclusão da Região Rural Norte.

FGV – Centro de Contas Nacionais – Revista Conjuntura Econômica.

¹ O número de pessoas ocupadas do setor Outros Serviços no ano 2000 foi obtido através da soma do total projetado para Prestação de Serviços, Administração Pública, Atividades Sociais e Outras Atividades.

Gráfico 2 – Brasil: 1985/2000

PEA e demanda de mão-de-obra (hipótese de crescimento do PIB: 1986 = 6%, 1987/89 = 7% e 1990/2000 = 6%)



FONTE: TABELA 7

Tabela 7 – Brasil – 1985/2000 – PEA, Pessoas Ocupadas, Desemprego Aberto, Pessoas Sub-remuneradas e Desocupação Total (Hipótese de Crescimento do PIB: 1986 = 6%; 1987/89 = 7% e 1990/2000 = 6%)

(milhões de pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1985	1990	1995	2000	Δ% a.a. 1985/2000
1) População Economicamente Ativa (PEA)	56,7	64,2	72,5	81,1	2,4
2) Pessoas Ocupadas	54,8	62,9	71,4	81,0	2,6
3) Desemprego Aberto % da PEA (3/4)	1,9	1,3	1,1	0,1	-0,2
4) Pessoas Ocupadas Sub-remuneradas % da PEA (4/1)	3,4	2,0	1,5	0,0	-3,1
5) Desocupação Total % da PEA	23,2	21,8	20,2	14,6	-3,6

FONTES: Tabela 5 e Tabela 6.

não terão um trabalho dignamente remunerado.

Também nesta hipótese o subemprego estará em "outros serviços" e na agropecuária (quase 80% nestes dois setores), mais no primeiro — que, em número absoluto, terá um pouco mais de subempregados que em 1985 (7,7 milhões no ano 2000, ou mais da metade do subemprego naquele ano). A construção civil, com 1 milhão de subempregados, em termos absolutos também piora sua posição e o comércio reduz o subemprego de 1,9 milhão em 1985 para 1,6 milhão no ano 2000.

O crescimento econômico à taxa média de 6,2% a.a. melhora a situação do mercado de trabalho mas não extingue, nem mesmo reduz substancialmente, o subemprego. O que ocorre aí é que com a ocupação total crescendo a taxas maiores que a PEA (2,6% a.a.) o desemprego aberto tende a desaparecer. Porém, mesmo com os postos de trabalho não sub-remunerados crescendo a 5% a.a. — correspondente a uma elasticidade de 0,8174 —, a extinção do subemprego não ocorreria nas primeiras décadas do século XXI.

Ficou claro que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para resolver o problema da desocupação no Brasil. Naturalmente, por si só, também não é capaz de minorar substancialmente o problema da pobreza absoluta. Nem de resolver, ainda que parcialmente, o problema da exagerada concentração da renda (de fato, experiências históricas, inclusive a brasileira, mostram que mais concentração é perfeitamente compatível com crescimento econômico acelerado).

Considerações finais

Nestas considerações finais pretende-se mostrar que mesmo o crescimento anual sustentado de 6,2% em média até o ano 2000 não será alcançado sem grandes esforços e sacrifícios da população e da economia brasileira. Tanto do setor público quanto do setor privado.

Esse crescimento implica em multiplicar o PIB por 2,5 e em elevar a renda per capita para em torno de US\$ 3.000 (de 1986).

Não se conseguirá tal proeza em curto espaço de tempo sem uma retomada do investimento e sem um grande incremento no nível da inversão global da economia. É necessário que o nível do investimento alcance algo em torno de 20% do PIB — cerca de 5% pelo setor público e 15% pelo setor privado. O nível de poupança interna do país tem se mostrado claramente insuficiente nos últimos anos para a retomada pretendida. Por exemplo, em 1985,

não alcançou sequer 16% (muito aquém do nível necessário ao crescimento especificado na hipótese otimista).

É necessário, portanto, um grande esforço para aumentar o investimento e a poupança interna. Para se ter uma idéia da magnitude deste esforço continuado, no ano 2000 o investimento bruto fixo teria de ser da ordem de sete vezes aquele de 1985.

Ainda assim, como foi visto, o problema do subemprego estaria longe de ser resolvido. Faz sentido, então, com base no que já se conhece da economia brasileira, de seus problemas sociais e do funcionamento do mercado de trabalho, arrolarem-se algumas condições necessárias para o bom encaminhamento de soluções para os problemas do desemprego, do subemprego, da pobreza absoluta e da má distribuição da renda e da riqueza.

Em primeiro lugar, não há esperança sem crescimento econômico sustentado e relativamente alto (taxas de crescimento do PIB de, no mínimo, 6% a 7% ao ano); no curto prazo, taxas acima desse patamar também podem trazer sérios desequilíbrios (como mostra a recente experiência de 1986).

O crescimento econômico sustentado não torna prescindíveis políticas públicas compensatórias (alimentação e nutrição, assistência social, etc.), porque a maioria das pessoas na faixa de pobreza absoluta não se beneficia do crescimento econômico mesmo quando o PIB cresce a taxas bastante elevadas.

Crescimento sustentado, políticas públicas compensatórias e políticas públicas que visam o provimento de serviços que são obrigação de todo Estado moderno (educação, saúde e saneamento, habitação, previdência e seguridade social, segurança, etc.) não são suficientes para eliminar o subemprego e erradicar a pobreza absoluta, e precisam ser complementadas por quatro conjuntos de medidas econômicas:

a) aumento do poder de compra dos trabalhadores, especialmente daqueles que recebem o salário mínimo (é claro que essa idéia, além da intenção de restaurar, e ultrapassar, níveis mais altos do salário mínimo real que ocorreram no passado, tem implícita a suposição de que o aumento do poder de compra desse salário se irradia para parte da estrutura de remunerações — especialmente para os níveis de rendimentos, inferiores e superiores, próximos ao salário mínimo — afetando, principalmente, pessoas subempregadas ou virtualmente subempregadas). Os aumentos reais médios teriam que ser superiores a 5% a.a., porque a esta taxa — somente após dez anos seriam alcançados os níveis de poder de compra do salário mínimo do final da década de cinquenta;

Tabela 8 — Brasil — 1985/2000 — Oferta de Mão-de-Obra (PEA), População de 10 Anos ou Mais e População Total (mil pessoas)

Anos	População Total	População de 10 Anos ou Mais	PEA*
1985	135.564	101.124	56.680
1990	150.368	113.670	64.246
1995	165.083	127.145	72.473
2000	179.487	141.065	81.070

FONTE: FIBGE/CELADE — "Estimaciones Y Proyecciones de Población 1950 — 2025", Fascículo F/BRA. 1 — Julio, 1984.

* Para o cálculo da PEA foi aplicada a taxa de crescimento das taxas de atividade do período 1950/1980 sobre as taxas de atividades da PNAD 1985 expandida, e estas sobre a População de 10 Anos ou Mais.

DISCRIMINAÇÃO	Milhões de Pessoas	% do Incremento
TOTAL	24,5	
Urbano	24,9	101,6
Rural	— 0,4	— 1,6
HOMENS	12,8	52,3
Urbano	13,8	56,3
Rural	— 1,0	— 4,0
MULHERES	11,7	47,7
Urbano	11,1	45,5
Rural	0,6	2,3
PEA de 10 a 19 anos (Urbano)		
Homens	0,7	2,9
Mulheres	1,3	5,1
PEA de 20 a 59 anos (Urbano)		
Homens	12,9	51,7
Mulheres	9,7	38,9
PEA de 50 anos ou mais (Urbano)		
Homens	0,19	0,8
Mulheres	0,16	0,6

FONTES: Henriquez, Maria Helena — Projeções da População Total, Urbana Rural e Economicamente Ativa Segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985 (IPEA/INPES Texto para discussão Interna, 70). Os dados básicos para a projeção do ano 2000 foram extraídos desta publicação.

- b) mudança do estilo de desenvolvimento de forma a assegurar maior geração de empregos e empregos de melhor qualidade do que permite a atual estrutura econômica (principalmente através de mudanças estruturais na agricultura e de mudanças na política industrial; na direção, ambas, da produção de maior volume de bens de consumo de massa — bens de salário);
- c) melhoria da distribuição (desconcentração) da renda e da riqueza (através, principalmente, da via tributária e de mudança da estrutura fundiária); e
- d) para que aumentos no poder de compra dos salários, mudanças no estilo de desenvolvimento para a incorporação de grandes massas à sociedade de consumo brasileira, e uma melhor distribuição de renda tenham

os efeitos de justiça social desejados, é ainda necessário que se desarmem os mecanismos institucionais automáticos de reconcentração da renda e da riqueza que frequentemente funcionam como forças de reprodução da pobreza (incentivos e isenções fiscais, subsídios, alguns aspectos da legislação e da “política social” e, sobretudo, instrumentos que permitem e até incentivam a especulação financeira). Ao mesmo tempo há que se tomar medidas que evitem a fuga de capitais do país.

A observação deste rol de medidas permite que se conclua que a questão social não pode ser atacada ao nível da ação do Estado por uma

“política social” dissociada da política econômica. Só um conjunto de ações econômico-sociais, com as duas componentes — a social e a econômica — atuando concentradamente, poderá minimizar o prazo em que a erradicação da pobreza absoluta e a redução das desigualdades serão alcançadas. De fato, a grande política social é a política econômica que se preocupa com o homem. A partir deste ano da Constituinte, com certeza, a sociedade civil cobrará mais e mais que o governo resgate a dívida social, que utilize a política econômica como o grande instrumento para a promoção do desenvolvimento social que toda a nação reivindica. ●

Ricardo Lima é professor do departamento de economia da UnB desde 1970, engenheiro e mestre em economia. Fez doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley, e especialização em economia da educação na Universidade de Stanford. Desde 1975 realiza pesquisas e publica artigos na área de mercado do trabalho. É atualmente coordenador de Emprego e Salário do IPLAN/PEA.

O autor deseja agradecer particularmente a Ismael Carlos Oliveira, que muito contribuiu na própria concepção deste trabalho, a Maria Helena Henriquez, Steve Muller, Simone Varandas e outros técnicos da CES/IPLAN que participaram tecnicamente de sua elaboração e, finalmente, a Lina Rodrigues de Carvalho, que não poupou esforços para que ele fosse concluído dentro do prazo.

Resumen

Mercado de trabajo

AÑO 2000: MÁS TRABAJO Y MUCHA POBREZA

La deuda social brasileña tiene muchos lados, pero ninguno la identifica mejor que la enorme y absoluta dimensión de pobreza. Rescatar esa deuda significa incorporar a la sociedad brasileña, como ciudadanos, a 25 millones de miserables que sobreviven con salarios mensuales inferiores a quince dólares. Para lograrlo no serán suficientes varios años de estimulante crecimiento económico, ni de equilibradas políticas públicas. Si el país no vive profundas alteraciones estructurales, habrá todavía en el siglo XXI millones de trabajadores mal remunerados en el mercado de trabajo brasileño.

Abstract

Labour Market

THE YEAR 2000: MORE WORK AND A LOT OF POVERTY POOR

Brazil's social debt has many facets, but none is more descriptive of it than the enormous dimensions of absolute poverty. redeeming this debt means incorporating into Brazilian society, as citizens, 25 million wretches who eke out an existence on a monthly income of less than 15 dollars. Several years of sustained economic growth and compensatory public policies will not be enough to achieve this. Unless the country undergoes profound structural change, there will still be millions of underpaid workers in the Brazilian labour market in the XXIst century.

Bibliografia

1. CAMARANO, Ana A. et. al. *Dinâmica Demográfica e Crescimento da Força de Trabalho no Brasil: 1980/2000*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/IPS. 1984.
2. CAMPINO, Antônio C.C. et. al. *Programa Alimentar de Emergência*. 1986 (Relatório submetido à Secretaria de Planejamento da Presidência da República).
3. CELADE — *Método para Proyecciones Demográficas* — Série E. nº 1003, San José, Costa Rica. 1984.
4. FGV — Contas Nacionais. *Revista Conjuntura Econômica* — Vários números, 1985 e 1986.
5. HENRIQUES, Maria Helena F.T. — *Projeções da População Total, Urbano e Rural e Economicamente Ativa Segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985. (IPEA/INPES. Texto para Discussão Interna, 70).
6. et. al. — *Tendências a Médio Prazo da Previdência Social Brasileira: Um Modelo de Simulação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985. (IPEA/INPES. Texto para Discussão Interna, 73).
7. IBGE — *Censo Demográfico de 1970: Brasil* — Rio de Janeiro, 1973.
8. , *Censo Demográfico de 1980: Brasil* — Rio de Janeiro, 1983.
9. , *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1985: Brasil*

Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1986 (informações inéditas).

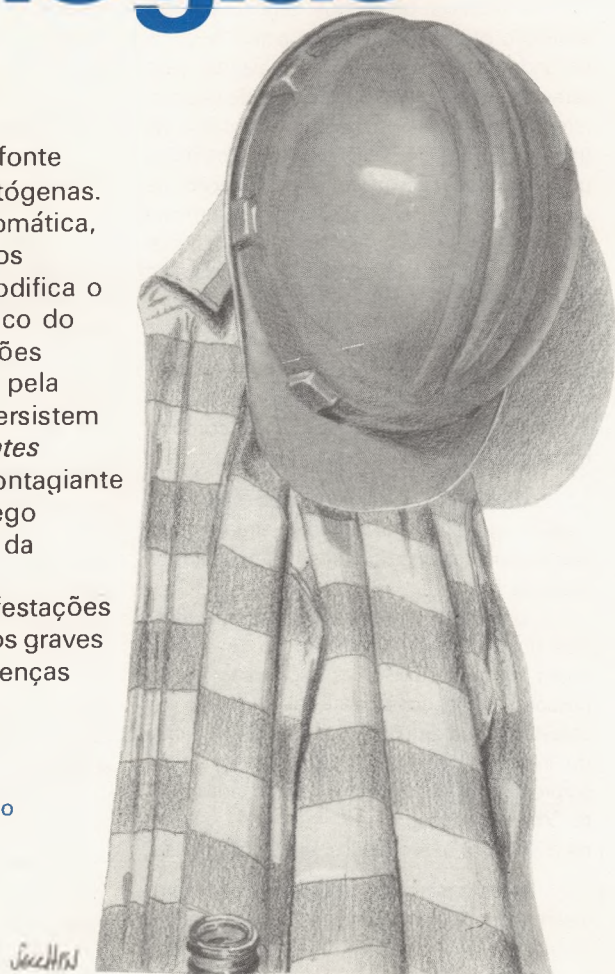
10. IBGE/CELADE – *Brasil – Estimativas y Proyecciones de Población 1950-2025*. Fascículo F/BRA. 1. Julio. 1984.
11. LIMA, Ricardo R.A. – “Política de Emprego no Brasil: Avaliação e Sugestões”. *Não Há Vagas-Emprego Urgente*. Curitiba: IPARDES, novembro/1984, 63-72. Também publicado in *Sociedade e Estado*. Vol. 1(1): 101-118, Jun. 1986.
12. _____, *Desemprego: Um Problema Estrutural da Economia Brasileira*. Fortaleza. 1983 (Trabalho apresentado no Seminário sobre Política de Emprego no Brasil: Viabilidade e Alternativas; promovido pela ANPEC e pelo CAEN).
13. _____, *O Subemprego e a Questão Social no Brasil*. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro: ABEP, outubro/1986, 1019-1043.
14. _____, *Situação Atual do Emprego e da Renda no Brasil*. Brasília: CES/IPLAN/IPEA. Out., 1986 (Trabalho apresentado na V Conferência Regional de Responsáveis pelo Planejamento do Emprego na América Latina e no Caribe; promovido pelo PREALC/OIT, em Buenos Aires, Argentina, de 4 a 7 de novembro de 1986).
15. OLIVEIRA, Ismael C. et. al. – *Ocupação, Emprego e Distribuição de Renda*. Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH. 1984 (IPEA/IPLAN/CNRH, Documento de Trabalho, 16.l).
16. SCHWARTZMAN, Jacques – *Absorção de Mão-de-obra no Brasil, 1970-2000: um Exercício com Taxas de Crescimento Proporcionais*. Curitiba. 1986 (Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Economia).

O desemprego como fonte de patologias

Oswaldo Macêdo

O desemprego é uma fonte permanente de tensões patógenas. Afeta a harmonia psicossomática, desmantela os instrumentos biológicos de defesa e modifica o comportamento imunológico do desempregado. As alterações psicossomáticas causadas pela inatividade compulsória persistem mesmo depois dos *pacientes* reempregados. Afecção contagiante para a família, o desemprego deteriora também a saúde da mulher e dos filhos do ex-trabalhador, com manifestações depressivas mais ou menos graves e com a exacerbação de doenças crônicas ou latentes.

70ª Reunião da OIT
Tema: O Desemprego no Mundo



A medicina antes de ser uma ciência natural é uma ciência social.

(Virchow – 1848)

O desemprego é a mais perversa das patologias sócio-econômicas. Não apenas por insidiosa e tórpida, pela sua sub-reptícia morbidade e latente letalidade, mas, principalmente, por ser uma afecção *cultural* evitável.

É a mais sinistra das patologias sociais. Sem comemorativos, sem sintomas mínimos premonitórios.

De repente, eis! O desemprego. O fantasma que frequentou o mundo onírico e os ideais de dois apóstolos do trabalho como religião e que atendiam por Frederick Taylor e Henri Fayol...

O desemprego tem a mesma etiologia da fome, da mortalidade infantil, das oligofrenias e das carências imunitárias das crianças geradas por mães famélicas e/ou amamentadas com leite *made...*

Há uma profusa e densa bibliografia, em todos os idiomas, principalmente em economês – jargão de poucas declinações e de muitas *flexões* – ouriçado de sociologices, explicando detalhadamente as etiologias do desemprego, da fome, da subnutrição. A posteriori...

O economista é o oráculo, o árbitro, o administrador teórico das causas e dos efeitos do desemprego, da fome, da oligofrenia, da explosão demográfica.

Os economistas? Explicam tudo. Depois...

São os sofistas que chegaram até nós. Chegam matematicamente depois dos carrascos e das revoluções, para explicá-los. Ah, os sofistas...

São meus íntimos, de longa data. Na Grécia eles se movimentavam sem cerimônias, pendulando entre os mitos e os pré-socráticos. São aparentados de um certo Heráclito de Éfeso, cultivam o estilo do oráculo, anunciam por sinais — só tormentas e catástrofes — e se furtam à passividade e à suficiência verbal dos simples.

Platão traçou deles retratos e caricaturas.

Dominam as assembléias e conseguem a preferência do comércio do seu saber pela manipulação retórica; são vivandeiros de condutas, determinações, leis, roteiros e teorias, pregoadas num jargão compreensivo para os do mesmo ofício, ensinado, hoje, por hermeticos comunicólogos em uma escola de Chicago...

O desemprego é uma afecção programada, é um processo mórbido que afeta a harmonia psicossomática, que dismantela os instrumentos biológicos de defesa, modificando o comportamento imunológico do desempregado. É uma afecção contagiante para a família.

O sem-trabalho é um paciente portador de uma síndrome de etiologia aética, admitindo-se que, apesar de conhecida, a sua erradicação não é cogitada, dado que os recursos terapêuticos *demoram* nas mãos dos economistas — servos voluntários, áulicos invertebrados dos detentores do poder, sofistas, administradores conscientes e pressurosos de todas as patologias sócio-econômicas evitáveis, (*Discurs de La Servitude Volontaire* — 1577 — de Etienne de La Boétie).

Os economistas, eles próprios, também são agentes etiológicos do desemprego, embuçados nos planejamentos das siglas — *FMI* — de índices — *Dow Jones* — de locuções — *Prime rate* — de recomendações — *há que esquecer o consumo*...

Num editorial (Brit. Med. Journ., 283, 6307, 1630, 1982/II) W. Linford Rees chama a atenção dos médicos, ao modo de *help*, sobre os reflexos sanitários do *estado de desocupação*, que começou a ser considerado somente depois de 1982.

O desemprego é uma fonte permanente de tensões patogênicas, atuando inicialmente no campo da consciência, entendido como tal o espaço subjetivo que todo indivíduo constrói e vive, onde ele se identifica, se conhece e integra os acontecimentos do mundo exterior — *nicho ecológico do mundo interior*. Este espaço, o campo da consciência, posto que multidimensional, se reduz por amputações, face aos conflitos de intensidade e de duração imprevisíveis, como o desemprego.

Eisemberg e Lazarsfeld, mencionados por W. Linford Rees, descreveram a resposta psicológica de perda do emprego — *out of work* — em três frases.

A primeira, de choque, seguido de uma aceitação *otimista*, como inesperadas férias; a segunda fase, de *progressivo alarme*, pela seriedade do problema, especialmente se ocorrerem numerosos insucessos na procura de trabalho; e a terceira, finalmente, que determina uma resignada aceitação e cristalização da *identidade de desocupado*, que não procura mais ocupar-se com regularidade e assume uma sensação de inferioridade, de submissão e de perda de ânimo para continuar.

Despojado dos atributos sociais mínimos, vaga andrajoso, sujo, humilde e exageradamente agradecido. Inventa *estórias* que justificam a fatalidade da sua situação. E, como os mendigos, não procura mais trabalho.

Os distúrbios psíquicos mais evidentes — tensão, agressões aos familiares, irritabilidade, depressão, — são particularmente frequentes na segunda fase.

Um estudo longitudinal das consequências do desemprego, referido no Brit. Med. Journ., cita modificações biológicas nestas pessoas — hipertensão arterial, aumento do colesterol, aumento ou diminuição exagerada do índice ponderal. Em alguns casos foram surpreendidas modificações relacionadas com fenômenos de depressão, irritabilidade, perda de autocritica e, em alguns, alterações visuais.

Estas alterações, por vezes, persistem, mesmo depois dos *pacientes* reempregados.

O seguro-desemprego não impede as injúrias que o desemprego determina. Em alguns casos, apenas, retarda. Como uma incubação.

É de constatação médica cotidiana — de ver e de ouvir — que há uma deterioração da saúde, não só do ex-trabalhador, mas, também, da mulher e dos filhos, com manifestações depressivas, mais ou menos graves, e com exacerbação das doenças crônicas e/ou latentes — asma, psoríase, distúrbios gastrointestinais, déficit na habilidade, no desempenho, no rendimento da atividade laborativa que exercia com *desembaraço*.

Quase todos, ao reiniciarem suas atividades no novo emprego, em função das deformações psicossomáticas causadas pela inatividade compulsória, tornam-se desajeitados, *gauches*, emperrados, para exercer um mister que dominavam com naturalidade.

Um pai desempregado *marca*, indelevelmente, os filhos.

Nas crianças em idade escolar, verifica-se uma baixa no rendimento intelectual, geralmente, cortejado por diferentes e repetidas modificações de caráter — é a *disconduta* —, a desadaptação e o desinteresse progressivos.

As crianças ficam distanciadas do ambiente escolar, aéreas, *olhando-para-ontem*, sintonizadas com os silêncios dos pais.

Vítimas inermes de uma sociedade injusta, as legiões de afetados pelo desemprego despencam pelo plano inclinado da degradação sócio-econômica e psicossomática, assistindo, indiferentes, aos seus ténues, esfrangalhos e últimos atributos sociais e familiares se dispersarem. Só sobrevivem com expedientes amorais.

Não cabe à medicina propor soluções de caráter técnico, mas é do seu ministério alertar para a gravidade diante dos problemas que surpreende.

Principalmente, os evitáveis.

Denunciando-os. ●

Oswaldo Macêdo, doutor em Medicina e jornalista profissional, é consultor científico da FUNTEVÉ, RJ.

Resumen

Economía y salud

EL DESEMPLEO COMO FUENTE DE PATOLOGÍAS

La cesantía es una fuente permanente de tensiones patogénicas, afecta la armonía sicosomática, dismantela los instrumentos biológicos de defensa y modifica el comportamiento inmunológico del cesante. Las alteraciones sicosomáticas causadas por la obligada inactividad persiste hasta después que el *paciente* se reintegra. La cesantía es una afección contagiosa para la familia, deteriorando también la salud de la esposa y de los hijos, y presenta manifestaciones depresivas más o menos graves con un aumento de las enfermedades crónicas y latentes.

Abstract

Economy and Health

UNEMPLOYMENT AS A SOURCE OF PATHOLOGIES

Unemployment is a permanent source of pathogenic tensions. The unemployed person's psychosomatic harmony is affected, his biological defence mechanisms dismantled and his immunological behaviour is modified. Psychosomatic alterations caused by compulsory idleness persist even after patients' return to work. A contagious affection as far as the family is concerned, unemployment impairs the health of the ex-worker's wife and children, provoking more or less serious manifestations of depression and exacerbating chronic and/or latent illnesses.

O discurso do poder no romance latino-americano

Octavio Ianni

De tanto representar a nação, Estado, sociedade e povo, o tirano se crê a origem do povo, sociedade, Estado e nação. Nunca se vê como singular, sempre como universal. É o símbolo e fundamento do todo. A mesma trama de relações que o engendra produz a sua fantasmagoria. Todos são levados a acreditar que antes reinava o caos. Agora tudo está em ordem, sob a tutela do demiurgo.

O Senhor Presidente, Primeiro Magistrado, Patriarca, Generalíssimo, Supremo, fala por todos. Interpreta os sentimentos e os desígnios da sociedade. É uma espécie de demiurgo. "Nunca nos lembra outro senão a imagem do Estado, da Nação, do povo da Pátria". Dispensa intérpretes, intermediários, competidores. Esta é "a única obsessão de um Chefe Supremo: proteger o bem-estar comum, a liberdade, a independência, a soberania da Nação".¹ É um monumento de generosidade, sacrifício e trabalho. Conhece o melhor caminho, a estrada do progresso. Hoje, como sempre, avisa, aconselha, interpreta, inventa.



O povo, pouco ou nada sabe; precisa de direção. Aqui, diz o Senhor Presidente, tenho de estar em toda parte. Coube-me governar um povo preguiçoso. "Gente que tem a melhor intenção do mundo para fazer e desfazer, mas que por falta de vontade não faz nem desfaz nada". Fala-se muito, demais, mas pouco se realiza. Naturalmente "sou eu, é o Presidente da República que precisa fazer tudo". Tanto, que "se não fosse por mim não existiria a fortuna, já que até de deusa cega tenho que me fazer na loteria".² Imensa é a tarefa do governo. Tudo pode virar anarquia. "A política, a abjeta política, com seus alvoroços, suas brigas de partidos, suas ferozes batalhas parlamentares, estava trazendo a confusão e a desordem a este país essencialmente razoável"³. O povo precisa de um homem forte. É o presidente solitário, odiado, temido, mas amado, que tudo vê, prevê e provê; o brotar das plantações, a chuva que cai, o silêncio do trovão. Por isso não se tolera a controvérsia, crítica. "Toda essa história de conservadores e liberais não significa nada, para mim não há senão gente boa e gente má, gente de trabalho e vagabundos, gente ordeira e desordeiros. Aqui o que importa é reunir toda gente boa para impor respeito aos vagabundos e colocar este país a trabalhar"⁴. Nenhuma oposição maiormente independente pode ser permitida. A Pátria não deve ser debilitada por controvérsias políticas. O inimigo e a desordem estão sempre latentes no organismo da sociedade. E o povo é incapaz de proteger-se. Deixa-se contaminar pelo vírus da anarquia, desordem, subversão. Por isso, nenhuma oposição será tolerada. A estabilidade social exige que toda erva daninha seja arrancada.

De tanto representar a nação, Estado, sociedade e povo, o tirano se crê a origem do povo, sociedade, Estado e nação. "Não havia outra pátria senão a feita por ele à sua imagem e semelhança com o espaço mudado e o tempo corrigido pelos desígnios de sua vontade absoluta"⁵. Nunca se vê como singular, sempre como universal. É o símbolo e fundamento do todo. A mesma trama de relações que o engendra produz a sua fantasmagoria. Todos são levados a acreditar que antes reinava o caos. Agora tudo está em ordem, sob a tutela do demiurgo.

O tirano se crê único, um átomo solto de qualquer laço. Tanto se deleita no sensualismo do poder absoluto que se imagina gerado por si mesmo. Um ser excepcional, que aparece de século em século, ou em cada longo dia de cem anos. "Eu pude ser concebido sem mulher pela força apenas de meu pensamento"⁶. Daí a impressão de gente e mito, onipresente e imortal. Vive por fora e além da biografia e história. Tudo o que faz aparece como façanha, cerimônia rito.

A ilusão do progresso supõe a paz social a qualquer preço. A pátria se apresenta como um vasto ermo, aonde tudo está em ordem. Nada perturba o curso do tempo. "Não quero mitos. Nada caminha tanto neste continente como um mito". Tivemos muitos. Os Andes conheceram Tupac Amaru, que guerreou os espanhóis. Tem havido gaúchos invulneráveis às balas, guerrilheiros escondidos nas matas, talhados nas montanhas. O "mito desse haitiano — Mackandal, creio que se chamava — capaz de transformar-se em mariposa, iguana, cavalo ou pomba. Mito de Emiliano Zapata, subindo ao céu, depois de morto, num cavalo negro com hálito de fogo"⁷. A tirania não suporta qualquer idéia, símbolo, líder, carisma, salvo os que ela mesma inventa, cultiva.

Aquele que não se identifica com o Estado não é solidário com a Pátria, ignora o Hino, desconhece as cores da Bandeira. Na melhor das hipóteses, pode ser indiferente. Mas essa já é uma forma de ser suspeito. Quem não está com o governo pode ser alheio, alienígena, apátrida, exótico, estrangeiro, subversivo, materialista, ateu, inimigo dos valores ocidentais e cristãos. Não se sabe de onde vem, como surge. Aparece do nada, de modo inexplicável, de um momento para outro. De repente, o ambiente fica impregnado por um pólen indefinido, "um fermento soterrado, uma força fugidia, escorregadia, oculta e entretanto manifiesta, embora silenciosa, com viva palpação de sistema sanguíneo, numa cotidiana fabricação de folhetos clandestinos, manifestos, proclamas, panfletos de bolso, feitos em gráficas fantasmas"⁸. Algum líder, carisma, símbolo, idéia, começa a invadir a sociedade. Pode germinar entre os indefesos, ou indiferentes, e espalhar-se impalpável entre os humildes, pobres, trabalhadores, camponeses, mineiros, operários.

A identidade de cada um e todos com o governo, o Estado, é fruto de alguma revolução redentora, que suprime a desordem e a crítica, a demagogia e o carisma. Assim se resolvem os problemas, organiza-se a sociedade, protege-se o povo. É o Estado que institui a identidade do indivíduo, cidadão. O Estado é a Nação. Tudo é naturalmente nacional. "Aqui nacionalizei tudo para todos. Árvores, plantas tintórias, medicinais, madeiras preciosas, minerais. Até os arbustos de erva-mate nacionalizei. Não digo os animais, os pássaros; estes jamais abandonam suas comarcas natais. As nuvens brotam da umidade da terra, da água dos rios, da respiração das plantas. Voltam à terra, aos rios, às plantas. Nuvens, pássaros, animais, até as criaturas inanimadas nos predicam sua lealdade ao torrão natal"⁹. As pessoas, coisas e idéias tornam-se nacionais, definidas, articuladas, naturais. A invenção da identidade nacional es-

tabelece, automaticamente, o limite entre o que é e o não. Uma nova ordem passa a constituir o cenário do progresso; a segurança estabelece a razão do desenvolvimento; a paz social funda a riqueza. O trabalho se impõe à preguiça e luxúria.

Tudo se resolve pela paciência, obediência. Nunca se deve dar o passo maior que a perna, colocar o carro adiante dos bois, acelerar as coisas, precipitar os atos. Cada coisa tem o seu tempo, modo, ser, identidade. A ordem das coisas e idéias é essencial à estabilidade, paz. Nada de indiferença, alheamento, crítica, protesto, blasfêmia. O que conta é o trabalho que germina no curso do tempo. O tempo está pleno de trabalho por realizar-se. Nada há que antecipar-se ao curso natural das coisas. Há o tempo da sementeira e o da sementeira. A colheita virá no seu então. Cada momento tem a sua duração. O tempo é o melhor alimento, o tesouro inconsumível, não tem começo nem fim. "Rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo", compreendendo as suas disposições, "não se rebelando contra o seu curso". O vagar e a espera previnem o risco, o defrontar-se com o que não é. Ninguém "há de começar nunca as coisas pelo teto". Quem se impacienta, desesperado, não é sábio. "Ai daquele que se antecipa no processo das mudanças prematuras: terá as mãos cheias de sangue"¹⁰. O segredo da duração do tempo é o trabalho escondido, recôndito, aonde se guarda a ascense que purifica.

Todo aquele que pergunta, questiona, objeta, critica, resiste, está sujeito ao mando do governo. O Estado não suporta óbices, desgastes. A sua eficácia será tanto maior quanto mais operar sem obstáculos, desvios, transtornos. Quem se opõe, por ação ou omissão, está condenado. "Primeiro eliminaremos os subversivos, logo os colaboradores, depois os simpatizantes, por últimos os indiferentes"¹¹. Trata-se de depurar a sociedade. "Não se alarmem: pensem que trinta mortinhos no México são como um mortinho na França. Daqui não sai um só cadáver. Amanhã bem cedinho todos serão incinerados. Não haverá um montão de cortejos fúnebres nos cemitérios"¹². Além do mais, o ser humano não desaparece, transmigra. "É maior crime matar uma formiga que um homem, porque o homem ao morrer reencarna, enquanto que a formiga morre definitivamente"¹³. Para livrar o organismo social do vírus da impaciência e anarquia, a violência se torna necessária, indispensável. A Nação não pode deixar-se abalar pelos afoitos.

Só o governo sabe quando é a época da ditadura e a da democracia. O povo precisa ser orientado, educado, em conformidade com as razões do Estado. Cabe ao governo zelar para

que a democracia se realize, organize, rotinize; não se extravie. "As baixas formas da democracia são ênfase aos direitos; as altas formas aos deveres"¹⁴. O processo democrático só pode ser efetivo se ocorrer na sua devida época. Nunca começar a casa pelo teto. Ai daquele que se antecipa, precipitando mudanças prematuras. Os fatos devem conformar-se às leis.

O mando do governo organiza-se no discurso, esconde-se nas palavras. As notícias fazem os fatos. Quem narra o acontecido é o sobrevivente. Não se pode dar crédito aos mortos, familiares, amigos, companheiros, comparsas. Ninguém merece confiança, nem os indiferentes. Quem sabe o que acontece organiza o acontecido. "Faça um comunicado à imprensa desmentindo torturas e assassinatos políticos. Diga que foi aberto um inquérito"¹⁵. Aquele que faz o discurso institui a interpretação e o fato. Inventa as coisas que conferem com as palavras. Cria o certo e o proibido, a diferença e a identidade, a imagem e a semelhança. O povo pode entender mal as coisas, o sucedido. Não está preparado para pensar, decidir, votar. Precisa ser orientado. "É perigoso dizer ao povo que as leis não são justas porque ele as obedece crendo que são justas. É preciso dizer-lhe que têm de ser obedecidas porque é preciso obedecer aos superiores. Não porque sejam justos somente, mas sim porque são superiores. Assim é que toda sedição fica conjurada"¹⁶. Não se deve permitir sequer a dúvida. O governo estabelece o fato e a interpretação; fabrica o dito e a dita. "O que importa não é a verdade intrínseca das coisas, mas a maneira como elas vão ser contadas ao povo"¹⁷.

A batalha com as palavras do discurso implica na briga com a escritura e o escritor, da mesma maneira que com o dito e o feito. Há sempre uma procura do justo ponto de inflexão entre o sim e o não. O governo, que representa tudo e todos, empenha-se sempre na construção da verossimilhança. Não é fácil a tarefa do escriba do discurso. Recebe conselhos para não empregar palavras impróprias, que não se combinam com o humor e o pensamento do governo. O escritor é livre de formular como quiser aquilo que interessa ao Estado instituir. "Escrever não significa converter o real em palavras mas sim fazer que a palavra seja real. O irreal só está no mal uso da palavra no mal da escritura"¹⁸. Aos poucos fabrica-se a nação, ao fabricar-se o acontecido e o não.

Nem todo discurso do poder aparece no que diz o governo ou o seu porta-voz. Uma parte fundamental expressa-se em escritos de intelectuais: ensaístas, cientistas sociais, filósofos, romancistas, poetas. As entonações do discurso têm muito a ver com a colaboração de intelectuais: convictos, cétricos, resignados. Uns

delitam-se à sombra do poder. Outros colocam-se à distância, independentes, solitários, fazendo de suas obra cerimônias letradas. Constroem a sua narrativa com pompa e circunstância, como se nunca servissem ao imediato, cotidiano, prosaico. Emprestam a sua originalidade, estilo, dicção, à visão do mundo dos que mandam. Expressam-se por imagens, figuras, metáforas, parábolas. Lidam principalmente com universais, arquétipos, nos quais nunca transparece a desdita do povo. Nos quais a desdita aparece transfigurada em sacrifício, oferenda.

"A matança de Tlatelolco nos revela que um passado que acreditávamos enterrado está vivo e irrompe entre nós. Cada vez que aparece em público, apresenta-se mascarado e armado; não sabemos quem é, exceto que é destruição e vingança". É assim que o passado emerge de longe e institui o presente. "O que aconteceu em 2 de outubro de 1968 foi, simultaneamente, a negação daquilo que quisemos ser desde a Revolução e a afirmação daquilo que somos desde a Conquista, e até mesmo antes". O passado, invisível, revela-se transparente, presente. A história se transfigura no mito. "O que se desdobrou ante os nossos olhos foi um ato ritual: um sacrifício. Viver a história como um rito é a nossa maneira de assumi-la; se, para os espanhóis, a conquista foi uma *façanha*, para os índios foi um *rito*, a representação humana de uma catástrofe cósmica". Os deuses jogam, brincam, devoram. "Nos seus jogos — que são guerras que são danças — os deuses criam, destroem e, às vezes, se autodestroem. Ao se imolarem, recriam o mundo. O jogo dos deuses é um jogo sangrento que culmina num sacrifício que é a criação do mundo. A destruição criadora dos deuses é o modelo dos ritos, das cerimônias e das festas dos homens: sacrifício é igual a destruição produtiva". A sede dos deuses transforma o sofrimento do povo em oferenda. "O culto exigia que os deuses fossem alimentados com sangue humano, para assegurar a marcha do universo. Idéia sublime e aterrador: o sangue como substância animadora do movimento dos mundos, um movimento análogo ao da dança e ao da guerra"¹⁹.

O massacre dissolve-se na metáfora do sacrifício ritual, holocausto. A história transforma-se em mito, o presente em passado, a matança em rito. O discurso engenhoso permite o engenho da história. Essa é uma missão fundamental dos intelectuais. "São vocês os chamados a abrir as portas da paz e da civilização para o país"²⁰. A palavra resolve o intrincado do acontecido. Descolada do feito, pode alçar voo. A beleza do discurso transfigura o acontecimento, recobre o singular, autonomiza o universal, elide a duração do tempo. O

massacre aparece como sacrifício, oferenda, redenção, graça. A magia da escritura é a bandeira do sacerdote das letras.

O discurso interpreta e inventa. De tanto re-construir os fatos, lutas, matanças, acaba por fabricar outra imagem da nação. Cria um país imaginário, fantástico, grotesco, no qual o povo nunca se espelha. A tradição oral "é a única linguagem que não se pode saquear, roubar, repetir, plagiar, copiar. O falado vive sustentado pelo tom, gestos, movimentos do rosto, olhares, sotaque, alento do que fala. Em todas as línguas as exclamações mais vivas são inarticuladas"²¹. Ainda que o discurso do poder tente parasitar a fala do povo, permanece o hiato entre as duas nações: aquela simbolizada pelo tirano, na qual vivem as classes dominantes, e a do povo, grupos e classes subordinados. Uma se organiza no discurso, a outra na fala.

Não há dúvida de que o povo aprende a viver também no país fabricado. A opressão, sofrimento, medo criam-se nesse imaginário transfigurado em real, indiscutível, inexorável. De tanto viver no que não é, acaba por aceitá-lo como real. Para sobreviver é necessário conhecer inclusive a fantasia do outro, tirano, algoz. "O Eu só se manifesta através do Ele"²². O governo, general, ditador, é um vasto espelho da nação, no qual todos acabam por ser obrigados a refletir-se. Mesmo para negá-lo, é preciso começar por reconhecê-lo. Todos são levados a entrar na invenção do ditador, na locura que o tirano simboliza.

O próprio tirano entra nesse mundo de mentira. A farsa imaginária se torna o seu espaço real, cotidiano, prosaico. Não escapa à tirania. De tanto fabricar os fatos, as realizações, a ordem, a paz social, acaba por sucumbir às exigências desse mundo. Tudo se naturaliza. O grotesco desse imaginário não se completa a não ser quando o tirano também se insere como personagem no cenário da representação. Ai nasce a solidão do poder.

O Senhor Presidente, Primeiro Magistrado, Patriarca, Generalíssimo, Supremo, é um déspota triste, insone, cruel, apocalíptico. Uma figura insólita atravessando o continente e a história. Parece mentira, imaginação, fantasmagoria. Ultrapassa as dimensões do comum dos mortais. Transforma tudo em que toca e não. Todos estão marcados pela sua vibração, sombra, presença, ausência. Altera os lugares do espaço, corrige o largo do tempo. "Havia se livrado de tantos escolhos de desordens telúricas, de tantos eclipses aziagos, tantas bolas de fogo no céu, que parecia impossível que alguém do nosso tempo confiasse ainda em prognósticos de baralhos referentes ao seu destino". Era o poder em-si, feito figura. "O

senhor não é o governo, general, o senhor é o poder". Um poder humano e divino, recoberto pela graça dos deuses, cujos atos de ira transformam-se em ritos de sacrifício e criação. "Através dos vidros nublados da carruagem presidencial havia visto o tempo interrompido por ordem sua nas ruas abandonadas"²³. Ai se forma o ermo do lugar. O apogeu do poder gera a extrema solidão. "Só. Levando nas costas

minha deserta pessoa. Só, sem família, sem lar, em país estranho. Só. Nascido velho, sentindo que não podia morrer mais. Condenado a desviver até o último suspiro. Só. Sem família. Só, velho, doente, sem família, sem sequer um cachorro a quem voltar os olhos"²⁴. De tanto fabricar uma nação imaginária, torna-se personagem da fábula. Grotresco, porque já não pode mais ser pessoa, regressar a si. A re-

presentação é o seu modo de ser. Universal solto no espaço e no tempo. Produto do descolamento entre o real e o imaginário, o signo e o objeto, o dito e a desdita. Páramo aonde vagam o discurso e o poder. ●

Octavio Ianni é sociólogo, professor da USP. Autor, entre outros trabalhos, de *Revolução e Cultura* e *Classe e Nação*.

Resumen

Literatura y poder

EL DISCURSO DEL PODER EN LA NOVELA LATINOAMERICANA

De tanto representar a la nación, al Estado, a la sociedad y al pueblo, el tirano se juzga el origen del pueblo, de la sociedad, del Estado y de la nación. Nunca se ve como singular, siempre como universal. Él es el símbolo y fundamento de todo y la misma trama de relaciones que lo engendra produce su fantasmagoría. Todos son llevados a creer que antes reinaba el caos y ahora todo está en orden bajo la tutela del demiurgo.

Abstract

Literature and Power

THE DISCOURSE OF POWER IN THE LATIN AMERICAN NOVEL

From so constantly representing the nation, State, society and people, the tyrant believes himself the origin of the people, society, State and nation. He never sees himself as singular, always as universal. He is the symbol and bedrock of everything. The same web of relationships that engenders him, gives birth to his phantasmagoria. Now all is in order, under the tutelage of the demiurge.

Referências bibliográficas

1. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, tradução de Galeno de Freitas, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, pp. 56 e 306.
2. Miguel Ángel Asturias, *El Señor Presidente*, 5ª edição, Editorial Losada, Buenos Aires, 1966, p. 239.
3. Alejo Carpentier, *O Recurso do Método*, tradução de Beatriz A. Cannabrava, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1984, p. 22.
4. Arturo Uslar Pietri, *Oficio de Difuntos*, Editorial Seix Barral, Barcelona, 1976, p. 115.
5. Gabriel García Márquez, *O Outono do Patriarca*, tradução de Remy Gorga, Filho, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1975, p. 167.
6. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 117.
7. Alejo Carpentier, *O Recurso do Método*, citado, pp. 214-215.
8. Alejo Carpentier, *O Recurso do Método*, citado, p. 171.
9. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 260.
10. Raduam Nassar, *Lavoura Arcaica*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975, pp. 49-59.
11. General Ramón Camps, citado por Flávio Tavares, "Desaparecidos, uma ferida aberta na história argentina", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 de setembro de 1984, p. 18.
12. Declaração de origem governamental registrada por Carlos Fuentes, *Tiempo Mexicano*, 3ª edição, Editorial Joaquín Mortiz, México, 1972, p. 153.
13. General Maximiliano Hernández Martínez, citado por Roque Dalton, *Las Historias Prohibidas del Pulgarito*, 7ª edição, Siglo Veintiuno Editores, México, 1983, p. 125.
14. General Maximiliano Hernández Martínez, citado por Roque Dalton, *Las Historias Prohibidas del Pulgarito*, citado, p. 126.
15. Ignácio de Loyola Brandão, *Zero*, romance pré-histórico, Editora Brasília, Rio de Janeiro, 1975, p. 278.
16. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 77.
17. Chico Buarque e Ruy Guerra, *Calabar*, Elogio da Traição, 3ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974, p. 88.
18. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 54.
19. Octavio Paz, *O Labirinto da Solidão e Post-Scriptum*, tradução Eliane Zagury, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, pp. 209, 240-241, 243 e 248. Todas as citações são de *Post-Scriptum*, que na versão original se publicou autonomamente: *Posdata*, 1ª edição, Siglo Veintiuno Editores, México, 1970, pp. 40, 106, 112 e 121.
20. Arturo Uslar Pietri, *Oficio de Difuntos*, citado, p. 98.
21. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 52.
22. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 53.
23. Gabriel García Márquez, *O Outono do Patriarca*, citado, pp. 127, 208 e 236.
24. Augusto Roa Bastos, *Eu O Supremo*, citado, p. 252.

Marque um encontro permanente com os autores
mais expressivos do pensamento contemporâneo,
das artes às ciências. Assine.

Humanidades

a revista séria que dá prazer

A Universidade de Brasília convida você a pensar os problemas da atualidade

É difícil para a universidade brasileira hoje, com a estrutura atual, enfocar problemas concretos em suas atividades e incorporar pessoas de fora dos seus quadros. Os Núcleos Temáticos representam justamente um caminho complementar aos departamentos universitários para a atividade acadêmica.

Reúnem contribuições de diferentes categorias científicas para a abordagem pluralista e crítica de um mesmo tema de estudo, eleito a partir de questões contemporâneas relevantes (fome, habitação, energia, paz e direitos humanos, o futuro do Brasil e outros).

Isso só é possível porque os Núcleos Temáticos incorporam experiências de especialistas de diversas áreas do conhecimento, pertencentes ou não à comunidade acadêmica.

Os Núcleos Temáticos são, portanto, um espaço novo que a UnB abre para a troca de vivências profissionais, configurando a sua característica principal – o estudo crítico multidisciplinar.

Os Núcleos Temáticos desenvolverão estudos sistemáticos, materializados através de seminários, congressos, propostas de políticas públicas, cursos, projetos e laboratórios de tecnologia aplicada.

Participe

Os Núcleos Temáticos estão abertos à participação de todos, dentro e fora da universidade. Consulte a relação dos Núcleos Temáticos já formalizados para definir sua área de interesse e entre em contato com os seus coordenadores.

Você pode também propor a criação de novos núcleos encaminhando suas sugestões ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), responsável pela coordenação de todas as atividades dos Núcleos Temáticos.

CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Relação dos Núcleos

- 1 – **Núcleo de Estudos Ambientais (NEA)**
Coordenadora: Maria Novaes Pinto
(Departamento de Geografia
Fone: 274-0022 R. 2373)
- 2 – **Núcleo de Estudos da Europa do Leste (NEEL)**
Coordenador: Marcos Pinto Braga
(Departamento de História –
Fones: 274-0022 R. 2366 e 273-6256)
- 3 – **Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT)**
Coordenadora: Vilma Figueiredo
(Departamento de Sociologia –
Fones: 273-6571 e 274-0022 R. 2389 e 2368)
- 4 – **Núcleo das Licenciaturas (NL)**
Coordenadora: Benigna Maria de Freitas Villas Boas (Faculdade de Educação –
Fones: 273-0205 e 274-0022 R. 2133)
- 5 – **Núcleo de Estudos em Transportes (NET)**
Coordenador: Márcio Villas Boas
(Faculdade de Arquitetura –
Fones: 274-0022 R. 2457 e 274-5444)
- 6 – **Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos (NECLA)**
Coordenador: Nielsen de Paula Pires
(Departamento de Relações Internacionais e Ciências Políticas
Fones: 273-3930 e 274-0022 R. 2483)
- 7 – **Núcleo de Estudos Urbano-Regionais (NEUR)**
Coordenador: Aldo Paviani (Departamento de Geografia
Fone: 274-0022 R. 2474)
- 8 – **Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP)**
Coordenador: José Geraldo de Sousa Júnior (Assessoria Jurídica
Fones: 274-0022 R. 2349 e 274-7172)
- 9 – **Núcleo de Estudos em Saúde Pública**
Coordenador: Eleutério Rodriguez Neto.
(Faculdade de Ciências de Saúde
Fones: 274-0022 e 273-0105 R. 2270 e 2261)
- 10 – **Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPeM**
Coordenadora: Profª Ana Maria Vicentini
(Depto. de Desenho –
Fone: 274-0022 R. 2320 e 2318)
- 11 – **Núcleo de Pesquisas Etnológicas Comparadas – NUPEC**
Coordenador: Prof. Roque Laraia
(Depto. de Antropologia –
Fones: 273-3264 e 274-0022 R. 2368)
- 12 – **Núcleo de Estudos Asiáticos – NEA**
Coordenador: Prof. Joaquim Pinto de Andrade
(Depto. de Economia –
Fone: 274-0022 R. 2370)
- 13 – **Núcleo de Estudos do Mundo Árabe – NEMA**
Coordenador: Prof. Muhdi Koosah
(Depto. de Arquitetura e Urbanismo –
Fones: 274-0022 R. 2450 e 273-0155)
- 14 – **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros**
Coordenadora: Profª Adalgisa do Rosário
(Depto. de História –
Fone: 274-0022 R. 2474)



Narcoterrorismo, produto "for export"

O mundo do narcotráfico integra em sua dimensão um universo de grupos sociais, culturas e estruturas político-econômicas muito diversificados. Para ele convergem a realidade do camponês andino produtor, em toda a sua crueza, com a rotina do burocrata novaiorquino consumidor, fazendo de ambos o invólucro de um negócio multimilionário que dá a muito poucos fortunas suficientes para pagar dívidas externas; a outros, a possibilidade de sua subsistência, e a muitos, o germe de sua autodestruição. Duas alternativas políticas foram imaginadas no sistema interamericano para combater o narcotráfico. A primeira, norte-americana, pretende reduzir o fenômeno a um estranho produto chamado "narcoterrorismo". A outra, engendrada no seio da OEA, apresenta-se mais conforme à complexidade que o tratamento do problema merece. Da forma como ambas interagem depende em boa medida o futuro do "narco".

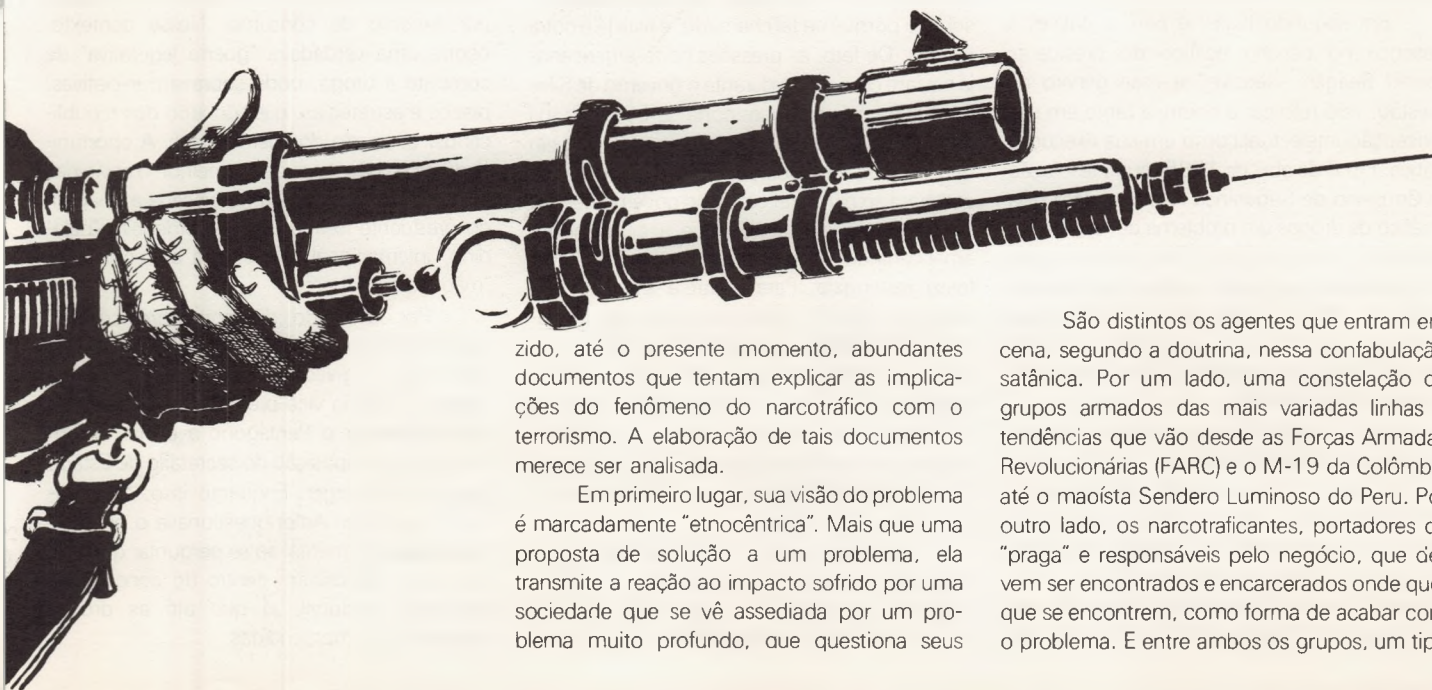
Daniel Rótulo Decuadra

Tradução de Marcos Bagno

A tentativa de estabelecer um vínculo entre movimentos guerrilheiros e narcotráfico não é nova. Para o jornalista Penny Lemoux isso já era visível no ano de 1979, quando escrevia na revista *Inquiry* que "a versão atualizada da Doutrina da Segurança Nacional da *Drug Enforcement Administration* (DEA) tenta vincular a subversão aos narcotraficantes".

Hoje já se confirmaram as palavras de Lemoux. A DEA, subordinada ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, tem produ-

padrões culturais de convivência. Por isso, sua finalidade é única e exclusiva: criar mecanismos de preservação dessa mesma sociedade. Pouco interessam nesse contexto as causas últimas do fenômeno como as que, por exemplo, incidem sobre a produção da droga (estruturas político-econômicas dependentes, valores culturais e regionais, etc.); só uma coisa importa: exterminar a praga do "narcoterrorismo", possível destruidora das bases da sociedade ocidental.



zido, até o presente momento, abundantes documentos que tentam explicar as implicações do fenômeno do narcotráfico com o terrorismo. A elaboração de tais documentos merece ser analisada.

Em primeiro lugar, sua visão do problema é marcadamente "etnocêntrica". Mais que uma proposta de solução a um problema, ela transmite a reação ao impacto sofrido por uma sociedade que se vê assediada por um problema muito profundo, que questiona seus

São distintos os agentes que entram em cena, segundo a doutrina, nessa confabulação satânica. Por um lado, uma constelação de grupos armados das mais variadas linhas e tendências que vão desde as Forças Armadas Revolucionárias (FARC) e o M-19 da Colômbia até o maoísta Sendero Luminoso do Peru. Por outro lado, os narcotraficantes, portadores da "praga" e responsáveis pelo negócio, que devem ser encontrados e encarcerados onde quer que se encontrem, como forma de acabar com o problema. E entre ambos os grupos, um tipo

particular de relação, já não concebida como uma aliança conjuntural, mas como partes estruturadas que produzem um fenômeno chamado "narcoterrorismo", cujo objetivo último é desestabilizar governos democráticos no hemisfério ocidental, em meio a uma confrontação Este-Oeste de nível mundial. É ilustrativo, nesse sentido, o seguinte parágrafo de um Boletim da DEA: "Cuba e Nicarágua têm sido governos ativos tanto no tráfico de drogas quanto na exportação de terroristas, duas atividades que enfraquecem as estruturas políticas e sociais dos governos democráticos do hemisfério ocidental"¹. Portanto, a missão é combater o inimigo em nível internacional. A segurança tem, para essa doutrina, limites planetários.

É assim que se cria, pela resolução nº 30 do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, o Grupo Interdepartamental sobre Terrorismo, com o objetivo de coordenar políticas internacionais de contenção do fenômeno. Integrado pelo vice-presidente da República, pelo Conselho de Segurança Nacional, Departamento de Justiça, FBI, CIA, Departamento de Defesa, entre outros órgãos, o núcleo burocrático elaborou uma estratégia de combate e prevenção contra o inimigo, que contém vários pontos: a coordenação efetiva entre as agências do governo envolvidas no combate ao terrorismo e o próprio Departamento de Estado; medidas de proteção e defesa tanto de instalações quanto de agentes no exterior; e, o que mais interessa, um nível de cooperação internacional fluido no combate ao inimigo, desenvolvendo prioritariamente um tipo de vínculo bilateral, mais que multilateral, já que assim o aconselha a realidade política adversa. Isso permite negociar com maior êxito.

Em segundo lugar, e bem a calhar, a presença no cenário político do presidente Ronald Reagan, "sensível" a esse gênero de questão, veio reforçar a doutrina tanto em sua concepção intelectual como em sua execução prática. Em 8 de abril de 1986, outra resolução do Conselho de Segurança Nacional declarava o tráfico de drogas um problema de "segurança nacional" para os EUA. Daí advinha uma consequência importante: a partir de agora o presidente ficava autorizado a usar efetivos militares na luta contra o narcotráfico, inclusive fora das fronteiras nacionais. Significativamente, em 4 de setembro, como parte de sua "Campanha nacional contra o abuso da droga", o presidente Reagan declarava no ponto 4 de sua estratégia: "A cooperação internacional é um elemento-chave do programa. O abuso da droga é um problema não apenas americano, mas mundial. Enquanto assumimos a liderança em seu combate, necessitamos juntar esforços com agências internacionais na captura dos

delinquentes. Eles têm de saber que não há lugar algum neste planeta onde suas atividades criminosas sejam toleradas"².

Bolívia 86: os militares entram em cena

Em julho de 86, para assombro internacional, a doutrina encontrou sua oportunidade e foi posta em cena. O lugar eleito: a região selvagem do Chapare, na selva boliviana, onde se produzem não poucos dos 600 milhões de dólares de divisas que entram anualmente sob forma ilegal na Bolívia por causa do narcotráfico. Para os EUA, tratava-se de combater o principal produtor de "pasta de coca", matéria da qual se extrai o cloridrato chamado cocaína. A operação "conjunta" das forças antinarcóticas bolivianas ("leopardos") e as tropas e equipamentos de infra-estrutura norte-americanos abrigava a esperança do êxito no combate ao narcotráfico no lugar onde, dizia-se, tal operação tinha de ser feita: na verdadeira fonte de produção da droga. A experiência teve transcendência do ponto de vista internacional mais pelo que não se disse do que pelo que se disse, e mais pelo que não fez do que pelo que fez.

Em primeiro lugar, pergunta-se: a forma e condições como foi estabelecida a operação "conjunta" permitem falar de uma verdadeira cooperação internacional deliberadamente buscada por ambos os governos? Neste sentido, para além do pedido formal de envio de tropas feito pelo governo de Paz Estenssoro, que ninguém pode negar, ficou a indagação sobre o porquê de tal chamado, e esta já é outra história. De fato, as pressões norte-americanas já haviam começado durante o governo de Siles Suazo, o qual sofreu um corte de 50% em sua assistência militar e financeira, motivado pelo que os EUA qualificaram de "passividade" no combate ao narcotráfico. Já no governo de Paz, via-se latente o risco de que a ajuda norte-americana em alimentos para a gestão 86/87 fosse restringida. Para piorar a situação, em dezembro de 85 o presidente boliviano, fundador do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), fracassou em sua tentativa de substituir as plantações de coca, legais em seu país, pelas de outros produtos: as ofertas em dólares tinham sido comparativamente escassas para os camponeses em relação aos lucros obtidos com a venda das folhas.

Em segundo lugar: pode-se dizer que a "operação" tenha tido êxito? Na realidade, ninguém, nos diferentes organismos burocráticos envolvidos, pensou em momento algum

que a operação produzisse uma diminuição superior a 25% do tráfico. O objetivo principal era causar uma alta do preço da cocaína como consequência da redução da oferta que sobreviria e, em todo caso, forçar uma retirada temporária dos traficantes da região. Rapidamente os "narcos" demonstrariam que sua competência empresarial, assim como a profissionalização do negócio, permitir-lhes-ia enfrentar a repressão com sobejo sucesso: apesar de terem sido descobertos vários laboratórios clandestinos, souberam fazer com que o preço da cocaína não subisse nos EUA e encontraram novas rotas para transformação da "pasta", tais como a região sudoeste do Brasil (Mato Grosso), o norte argentino, etc. Sem mencionar o desgaste que a "operação" produziria para o governo boliviano, acusado pela oposição política de violar a Constituição ao não solicitar a autorização do Congresso para a entrada de tropas estrangeiras em seu território. A isso seguiu-se um pedido de informes e uma interpelação parlamentar. Tampouco demorou a fazer-se ouvir o protesto sindical e camponês dos milhares de plantadores de coca da região do Chapare e das de Chimore e Shinhota, que realizaram passeatas, declararam-se em estado de emergência e solicitaram a renúncia do presidente que ameaçava subtrair-lhes sua fonte de trabalho.

Nos Estados Unidos deu-se a combinação de dois fatores. De um lado, os que eram favoráveis à operação: uma opinião pública convulsionada pelo crescimento do consumo da cocaína sob a forma do *crack*, estimando-se que nos colégios urbanos de ensino médio um terço dos alunos já teriam provado a droga, e pela morte recente naquele período de dois desportistas famosos, Len Bias e Don Rogers, por excesso de consumo. Nesse contexto, ocorre uma verdadeira "guerra legislativa" de combate à droga, onde sobravam iniciativas, planos e estratégias, quer do lado dos republicanos, quer do dos democratas. A oportunidade, pois, não havia de ser melhor: o envio das tropas à distante Bolívia fortaleceria a imagem do presidente Reagan como verdadeiro "paladino" internacional, disposto a enfrentar com "mão dura" o "narco".

Por outro lado, diversos fatores criavam obstáculos à "operação". Nesse sentido, o fator não menos significativo foi o que obrigou a intervir o próprio vice-presidente George Bush para pressionar o Pentágono a enviar os homens, dada a oposição do secretário de Estado Gaspar Weinberger. Enquanto isso, o conselheiro legal Allan Adler questionava o procedimento governamental ao se perguntar que tipo de coisas não cairiam dentro do conceito de segurança nacional, já que até as drogas estavam ali compreendidas.

Cabe perguntar-se, diante dos fatos comentados, se seria possível montar uma operação semelhante para combater o "narco" em qualquer outro país latino-americano. Nesse sentido, tanto o México quanto o Brasil já descartaram tal possibilidade; o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, declarava em setembro último que seu país tem força armada e competência suficientes para combater o tráfico. Também parece remota, senão impossível, sua realização no Peru, outro dos grandes produtores de coca, onde o governo de Alán García — além de manter alguns conflitos internacionais com os EUA em relação ao tema da dívida externa — já montou seus próprios dispositivos de combate ao narcotráfico, sem a "ajuda" norte-americana.

A dinâmica internacional dará conta do que possa suceder em outros países da região.

Resta, enfim, a necessidade de deixar esclarecida outra questão, que aflorou no episódio boliviano. Tem a ver com o fato de que a presença de tropas norte-americanas em países latino-americanos cria um elemento de irritação e instabilidade políticas. Some-se a isso a preocupação quanto às derivações e usos que esta presença possa significar, assim como os fins últimos que ela persegue. Os obscuros contornos ideológicos da doutrina da "segurança nacional" fazem erguer dúvidas e inquietações a este respeito. Um fato alimenta tais inquietações: parte das tropas que vieram à Bolívia combater o narcotráfico foram enviadas do Panamá, sede do Comando Sul dos EUA. Dali são enviados especialistas antiterroristas a países como El Salvador para combater a guerrilha, à qual chamam "conflitos de baixa intensidade", nos quais procuram "ganhar mentes e corações", assessorando tropas locais. As declarações do general John Galvin, chefe desse Comando, acerca da missão que cumpre o envio desse tipo de tropas só servem para aumentar ainda mais as inquietações e alimentar as especulações: "Uma das tarefas que as forças anticomunistas cumprem é convencer as populações civis de que tais forças lutam para melhorar as condições de vida e segurança de seus cidadãos"³.

OEA: a busca de um caminho diferente

O velho organismo interamericano pôs em marcha suas engrenagens e, com a presença de todos os seus membros, celebrou sua Primeira Conferência Especializada sobre Narcotráfico, entre 22 e 25 de abril do ano

passado, para tentar dar uma proposta política ao problema.

Ali se assentaram as bases de uma nova concepção do fenômeno do narcotráfico como problema internacional, suas causas e as formas de combatê-lo. A assinatura de um Programa de Ação Conjunta contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, e de uma Ata sobre o Tráfico de Estupefacientes, por parte dos membros presentes, serviu para articular uma forma de ataque ao problema.

Os documentos assinados declaram que o combate ao narcotráfico e o desenvolvimento econômico e social estão relacionados, não se podendo compreender sua existência senão através da divisão em países produtores e países consumidores. Tentou-se sobretudo delinear uma estratégia com a finalidade de traçar uma política de ação conjunta entre os diversos países, no âmbito da cooperação internacional. Essas políticas de redução da demanda, do uso indevido, assim como do tráfico — foi explicado — devem ser inseridas no objetivo de aumentar o desenvolvimento dos povos e, nesse contexto, compatibilizar-se com os direitos humanos, respeito às tradições e costumes de grupos nacionais e preservação do meio ambiente: o narcotráfico constitui um fenômeno global que pode ameaçar a soberania dos Estados e a integridade dos povos⁴.

O diagnóstico do problema, assim como as complexidades que encerra, envolvendo estruturas diferentes que permitem seu real funcionamento, foi estabelecido nos documentos assinados, num contexto que tem como eixo fundamental essa divisão entre países produtores e consumidores. Isso incide de forma definitiva sobre as políticas concebidas de combate ao problema, dando-lhes uma dimensão nova e multifacetada. Essa mesma dimensão e conteúdos encerram aspectos postos agora sobre a mesa de discussão internacional, de projeções importantes para os países envolvidos, principalmente no que diz respeito à implementação da face repressiva do fenômeno.

Um deles se refere à participação, também em nível produtivo, desses países na elaboração da droga. O cloridrato da cocaína não pode ser obtido sem uma etapa de processamento químico, que precisa da participação dos chamados solventes, tais como o éter, a acetona, etc. No Programa de Ação fixou-se a necessidade de reprimir também neste nível, e a necessidade de controlar "a fabricação, importação, exportação, transporte, comercialização de solventes, precursores e produtos químicos"⁵. Isto fere sem dúvida alguma os interesses das multinacionais com sede quer nos EUA, quer nos países europeus

(Holanda, Alemanha Federal), onde atualmente não existe nenhum tipo de controle sobre sua comercialização. Hoje é permitido que tais empresas se transformem, por exemplo, nas principais fornecedoras dos "narcos" colombianos.

Outro aspecto, não menos importante, diz respeito à futura elaboração de uma lei repressiva que além de processar os responsáveis pelo tráfico chegue a "detectar a origem dos recursos depositados em instituições financeiras e outras instituições comerciais ou transferidas entre elas pelos traficantes"⁶. E agrega a seguir a tipificação do delito do chamado "congelamento de bens", com independência do lugar onde haja ocorrido, chegando-se a pleitear a possibilidade de confisco de tais bens. Como dado esclarecedor é necessário ter em conta que se calcula que a participação dos bancos norte-americanos no negócio não é inferior a 100 bilhões de dólares anuais e, em nível mundial, a 400 bilhões. Já em 1980 o senador William Proxmire, presidente da comissão de bancos do Senado norte-americano, afirmava que "seis em cada dez bancos movimentam contas de traficantes". E o alarme chegou aos bancos. As palavras de William Brown, presidente do Banco de Boston, considerado um dos redutos do "dinheiro sujo", assim o confirmam: "A lei de sigilo bancário norte-americana não impõe obrigação alguma de investigar as atividades do cliente". E advertiu que "ir mais longe nisso constitui uma violação da vida privada"⁷.

Que acontecerá ao "narco"?

Em primeiro lugar é preciso observar que o "mercado" da droga, e em particular o da cocaína, mantém-se estável. A complexa e bem articulada organização dos narcotraficantes faz pensar que seus níveis de "profissionalismo" permitir-lhes-á enfrentar com êxito arremetidas "à boliviana", sempre e quando não cheguem estas a níveis mais profundos e de mais largo alcance. Dois fatores parecem contribuir essencialmente para manter esse mercado. Um deles é a tendência à permanência, quando não ao aumento, dos níveis de consumo nos EUA, onde a "revolucionária" descoberta do *crack*, o novo "cachimbo da paz" da juventude americana, vendido a apenas dez dólares, popularizou ainda mais a compra da cocaína. O outro fator é a manutenção do preço de venda da droga em forma estável. Isto pelo manejo que os "narcos" possuem do negócio: quando o produto ameaça subir, aplicam diferentes medidas de "congelamento", como o rebaixamento de sua

pureza ou a venda aos gramas, que não desce de cem dólares o grama.

Num tal contexto é necessário indagar-se sobre quais são os alcances e os limites que as políticas de combate à droga podem ultrapassar. E não cabem dúvidas de que só políticas conjuntas no campo da cooperação internacional de largo alcance podem conseguir certos níveis de eficácia. Por seu turno, essas políticas não podem esgotar-se em sua face repressiva e, sim, abarcar o fenômeno em sua expressão multi-causal. Elas também apresentam diferentes dilemas e perspectivas segundo o tipo de país de que se trate. Para os essencialmente consumidores, como os EUA, o problema é de como frear uma tendência crescente ao abuso das drogas, um abuso que compreende cada vez mais camadas sociais e que é produto de seu próprio modelo de sociedade desenvolvida, com um sofisticado estilo de vida consumista. O caminho político que se tentou ainda não resultou em grande êxito, embora seja de se esperar que se insista nele, enquanto não haja mudanças políticas significativas. Sem dúvida, as estratégias de "cooperação" bilateral permi-

tem aos EUA empregar com maior eficiência seu potencial hegemônico.

Para os países essencialmente produtores, como o são os latino-americanos (Colômbia, Peru, Bolívia etc.), o problema é de como libertar-se de certos obstáculos típicos do subdesenvolvimento e que estão profundamente enraizados na existência do fenômeno do narcotráfico. Sua forma de estrutura produtiva, tipo de relações e estratificação sociais, valores culturais, assim como sua extrema vulnerabilidade frente a problemas da natureza do "narco" são alguns dos ingredientes que se devem necessariamente levar em conta na elaboração de suas estratégias. Para tais países, os caminhos do multilateralismo parecem ser os mais adequados, pois lhes permitem resguardar-se com maior êxito das políticas hegemônicas que o vizinho do Norte leva a cabo; elas não lhes têm trazido benefícios e seus efeitos de curta duração pouco ou nada têm a ver com sua verdadeira problemática de índole interna.

Por fim, nesse contexto, é preciso indagar-se sobre quais serão os níveis de eficácia de um organismo como a OEA nesta matéria ante

a eventual pretensão por parte dos EUA de insistir com sua doutrina de segurança nacional hegemônica e subordinante. A tradição do organismo não alimenta esperanças; talvez, porém, o passo dado em abril do ano passado seja também reflexo de que algo está mudando não só no seio da organização, mas mais significativo, das próprias relações interamericanas.

Por enquanto só fica o desejo de que tal se dê; e a segurança de que o combate ao narcotráfico exige a mais profunda e mais adequada atenção, sabendo que, como disse alguém, a solução não está em buscar cocaína nas mochilas dos guerrilheiros latino-americanos. ●

Daniel Rótulo Decuadra é advogado, jornalista e professor de Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidad de la República Oriental de Uruguay. Recebeu uma bolsa para permanecer na Universidade de Brasília durante o segundo semestre de 1986.

Resumen

Tráfico de drogas

EL NARCOTERRORISMO, PRODUCTO DE EXPORTACIÓN

El mundo del narcotráfico integra, en su dimensión, un universo de culturas, grupos sociales y estructuras político-económicas bastante diversificados. Convergen la cruda realidad del campesino andino productor con la rutina del burócrata neoyorquino consumidor, involucrando a ambos en un negocio multimillonario que da, a muy pocos, fortunas suficientes para pagar deudas externas; a otros otorga la posibilidad de subsistencia y a muchos el germen de su autodestrucción. El sistema interamericano pensó dos alternativas políticas para combatir el narcotráfico. La norteamericana pretende reducir el fenómeno a un desconocido producto llamado *narcoterrorismo*. La otra engendrada en el seno de la OEA, se presenta más conforme con la complejidad del problema que con el tratamiento que éste merece. De la manera como tales alternativas se relacionen depende en buena medida el futuro del "narco".

Abstract

Drug-Trafficking

THE TERRORISM OF DRUG-TRAFFICKING, 'FOR EXPORT'

The world of drug-trafficking comprises a world of highly diverse social groups, cultures and politico-economic structures. In this world, the reality of the Andean peasant producer, in all its cruelty, converges with the routine of the New York bureaucrat consumer. Both are involved in a multimillionaire business that gives to the very few fortunes large enough to pay foreign debts, to others the possibility of subsistence and to many the germ of their self-destruction. Two alternative policies have been envisaged in the interAmerican system of combating drug-trafficking. The first, the North American one, aims to reduce the phenomenon to a strange product known as 'narcoterrorism'; the other, a brainchild of the OAS, conforms more to the complexity which dealing with the problem deserves.

Notas e referências bibliográficas

1. Boletim da DEA – Verão de 1985 – vol. 12 – nº 1, p. 26: "Combatting international terrorism".
2. "Weekly Compilation of Presidential Documents", Sept. 86. Vol. 22, nº 36, p. 1135-1141, "National campaign against drug abuse".
3. "Folha de São Paulo", 22 de set. de 1986. Exterior. "Aumenta a presença militar dos EUA na América Latina".
4. "Programa Interamericano de Ação contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas", aprovado na I Conferência Especializada Interamericana sobre o Tráfico de Estupefacientes. OEA, ser. K, XXXI, 1. doc. 22/86 rev. 2. 25 de abril. "Princípios e objetivos".

5. *Idem*, cap. 2.

6. *Idem*, cap. 2.

7. *Cuadernos del Tercer Mundo*. Año 9, nº 91, julio de 86, p. 69.

O presente estudo foi feito com base também nas seguintes consultas:

– "Newsweek", julho de 1986, p. 26, "Guns, Drugs and Politics".

– "US News World Report", julho de 1986, "Drugs in America".

– "Le Monde diplomatique international", 3 de setembro, "La Croisade antidrogue de M. Reagan".

– Boletim de Estupefacientes da ONU, vol. 36, nº 2-1984.

– Manual da Polícia de Repressão aos Estupefacientes, editado pela Polícia Federal do Brasil.

– Seminário JAQUE, Montevideu, Uruguai, julho de 1986. "La guerra contra la coca y su reinado".



A mulher moçambicana, que participou lado a lado com o homem na luta pela libertação nacional, continua tendo um papel fundamental na reconstrução do país e consolidação da Independência.

fotos de Antonio Marmelo e Ronaldo Vasconcelos

Por que o "apartheid" ataca tão ferozmente Moçambique

Calane da Silva

Numa escola de um distrito de Tete uma criança acorada no banco cabeceira: mais do que o sono é a fome aguda que lhe entontece. Foi para as aulas apenas com uma chávena de chá sem açúcar.

Numa zona do interior da Província de Manica um grupo de camponeses reconstrói as casas da aldeia totalmente queimadas por um ataque traiçoeiro desencadeado por bandidos armados há poucos dias.

Numa aldeia do interior da Província de Gaza ferreiros antigos estão transformando restos de estilhaços de bombas lançadas pela força área inimiga em instrumentos para lavoura e utensílios domésticos.

Com mais ou menos intensidade tudo isto está ocorrendo em quase todo o território de Moçambique. Quem está impondo este imenso sacrifício ao povo moçambicano? Serão apenas as secas que grassam dramaticamente em grande parte do país há quase sete anos? Não! Trata-se sobretudo da mais insidiosa guerra preparada, municiada e financiada pelo regime do "apartheid" contra a República Popular de Moçambique e contra a soberania e independência desta jovem nação africana.

A proclamação da República Popular de Moçambique em 25 de junho de 1975, fruto de uma guerra popular prolongada contra o colonialismo português, não trouxe, todavia, a tão desejada paz ao país como era e é a vontade e empenhamento do povo e da própria FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

Na verdade, as mesmas forças colonialistas e racistas que ajudaram militar e economicamente o então regime fascista português a agredir o povo moçambicano (a antiga Rodésia do Sul e a África do Sul do "apartheid"), se empenharam desde logo num programa de desestabilização contra a novíssima República.

Assim, herdando um país com 90% de analfabetismo, economicamente arrasado pela devastação colonial, sem quadros moçambicanos em número e qualidade, pois os existentes eram na maioria filhos de colonos, muitos

dos quais foram incitados pelos próprios pais a abandonar a terra que os viu nascer, Moçambique teve de iniciar a reconstrução nacional, não só com estas dificuldades, mas vítima desde logo de uma agressão antiga e continuada dos países racistas e coloniais vizinhos.

Por outro lado, é necessário também ter em conta que Moçambique tinha uma economia dependente da prestação de serviços ferroviários à Rodésia e África do Sul, que escoavam o grosso das suas mercadorias pelos portos moçambicanos, advindo, aliás, daí, a maior parte das divisas necessárias ao país. A produção local, que fazia entrar mais alguma moeda estrangeira, situava-se na área agrícola com a produção e exportação de algodão, castanha de caju, chá, cana-de-açúcar, copra e sisal.

Esta cota parte agrícola era sobretudo explorada por companhias estrangeiras que obtinham lucros enormes, mercê de um trabalho quase escravo da mão-de-obra moçambicana. A cultura do algodão era por outro lado uma atividade obrigatória, fiscalizada diretamente pela administração colonial, roubando aos camponeses espaço e tempo para a produção de sua própria alimentação de subsistência.

Deste modo foi também fácil à então Rodésia e África do Sul começarem de imediato a atuar economicamente contra Moçambique: a Rodésia desviando o escoamento das suas mercadorias para os portos sul-africanos, e a África do Sul reduzindo drasticamente as suas remessas através do porto de Maputo. São, portanto, estes dois países que começam a praticar sanções contra Moçambique, ao contrário do que seria de esperar, ou seja, serem eles punidos com sanções pelos países da comunidade internacional — na altura, 1975, já determinadas pela ONU contra o regime ilegal da Rodésia do Sul.

Agressão rodesiana e organização de bandidos

O regime racista da Rodésia do Sul foi o primeiro a agredir Moçambique, poucos meses após a proclamação da Independência Nacional, a pretexto de que a RPM dava guarida aos nacionalistas zimbabwuanos.

Devido à sistematização desses ataques e da própria situação econômica criada por esses países, analisada acima, Moçambique acabou por acatar as resoluções das Nações Unidas, fechando as fronteiras com o regime ilegal.

Com o incremento da luta armada de libertação nacional no interior da Rodésia, o exército racista desesperado e encurralado, mas

Presidente Samora Machel, que após a morte de Eduardo Mondlane dirigiu a luta até à Independência Nacional. Foi um grande combatente pela causa da libertação dos povos. A seu lado Joaquim Chissano, seu sucessor e atual presidente da República Popular de Moçambique e do Partido FRELIMO.



de qualquer modo poderoso, resolveu aproveitar indivíduos pertencentes a grupos militares, para-militares e agentes da polícia política portuguesa que os colonialistas tinham formado e organizado em Moçambique, e que se tinham refugiado precisamente na Rodésia e África do Sul após a independência do país, para com eles formar grupos de bandidos armados. Estes grupos tinham por missão sabotar infra-estruturas sociais e econômicas e fazer uma guerra eminentemente terrorista, de modo a desencorajar as populações moçambicanas a darem apoio aos nacionalistas zimbabwuanos refugiados em Moçambique e também a atrasar e impedir a própria organização e formação do Estado moçambicano ainda fraco.

Os prejuízos humanos, materiais e econômicos foram enormes. Calcula-se em dezenas de milhares o número de mortes; a destruição de hospitais e postos de saúde, assim como de escolas construídas ou em construção, nas pequenas cidades, vilas e aldeias, ultrapassou as duas centenas. A tudo isto somam-se pontes, linhas férreas, comboios, caminhões e ônibus sistematicamente destruídos, totalizando um prejuízo na ordem de 1 bilhão de dólares americanos.

Apesar de uma resolução das Nações Unidas ter ordenado ajuda econômica a Moçambique, uma vez que os prejuízos econômicos advinham do cumprimento das próprias

determinações daquela organização mundial, pouco ou quase nenhum dinheiro chegou para fazer face aos prejuízos. Contudo, com empréstimos e solidariedade de vários países e organizações, iniciou-se a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela agressão rodesiana desde 1976 a fins de 1980, ou seja até à vitória das forças nacionalistas zimbabwuanas.

Objectivo hegemônico do regime do "apartheid"

Derrotado o regime rodesiano e proclamada a República do Zimbabwe, a África do Sul do "apartheid" imediatamente herdou toda a infra-estrutura de desestabilização e terrorismo criada pelos racistas rodesianos e, beneficiando-se de sua gigantesca capacidade econômica e militar, o regime de Pretória reorganiza, financia e amplia esses grupos terroristas e suas ações no interior de Moçambique. Assim, logo em 1981 começam a atacar Moçambique, quer através do seu próprio exército regular (aviação e marinha), como por exemplo o bombardeamento dos arredores de Maputo e a destruição das 20 bóias de sinalização do porto da Beira, como e principalmente através dos tais bandidos armados designados pela propagan-



Produzindo farinha a partir de utensílios tradicionais. A fome ainda grassa no país não só por causa de uma seca prolongada, mas sobretudo pela ação desestabilizadora dos bandidos armados criados, municiados e financiados pelo regime do "apartheid". Local: um bairro perto da cidade de Pemba, capital da Província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique.

da sul-africana como MNR (Movimento de Resistência Nacional).

Recrutando entre jovens adolescentes raptados das aldeias, mas sobretudo entre ladrões, marginais, drogados, assassinos, bandidos, criminosos anti-sociais de toda a ordem, os racistas treinam e armam esta escória social que tem vindo a semear um rasto de sangue e brutalidade só comparável aos atos mais bárbaros e hediondos praticados pelos nazistas no último conflito mundial.

Desde 1981 até agora os sul-africanos e seus bandidos armados já causaram mais de 130 mil assassinatos de camponeses indefesos, incidindo os seus crimes mais contra velhos, mulheres e crianças. Os prejuízos materiais, ao exemplo do que fez o defunto regime rodesiano, ascendem já a 4,5 bilhões de dólares americanos, quase o montante da dívida externa moçambicana.

O "apartheid" é o nazismo da nossa era, como frisava o Presidente Samora Machel no célebre e já histórico discurso na 7ª Cimeira dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Déli em 1985. Samora Machel analisou profundamente o porquê dessa designação e os motivos mais profundos da agressividade do regime racista sul-africano, sobre os quais nos debruçaremos a seguir.

A África do Sul ataca Moçambique e todos os países da região em nome da civiliza-

ção ocidental e em nome de uma luta que ela diz ser contra a penetração do comunismo na África Austral.

Contudo, esta ação desestabilizadora e agressiva dos racistas tem por objetivo imediato a destruição das vias de comunicação pela importância estratégica que elas têm para o desenvolvimento dos países independentes da África Austral. A ação desestabilizadora visa perturbar as atividades dos Estados membros da SADCC (Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral) e frustrar o esforço para a criação de um sistema de cooperação econômica regional que liberte os países da zona da dependência econômica da África do Sul.

Infelizmente, desta situação o mundo conhece apenas aquilo que é veiculado pelas agências internacionais de comunicação a partir da própria África do Sul, ou seja, do ponto de vista do "apartheid".

Afinal, quem ameaça o "apartheid"?

A República Popular de Moçambique tem feito todos os esforços no sentido de abrir caminhos para a paz na região. Mesmo em relação ao regime racista de Pretória, o governo

moçambicano assinou o conhecido Acordo de N'Komati, um acordo de não-agressão, em que o governo racista se comprometia a desmantelar as bases de apoio aos bandidos armados, e Moçambique, por seu turno, também se comprometia a não deixar instalar bases de agressão contra Pretória, salvaguardando embora o seu estatuto de nação livre e soberana no sentido do apoio moral e diplomático aos nacionalistas que lutam contra o "apartheid", tal como acontece hoje com grande parte das nações do mundo e da própria ONU.

Moçambique até agora cumpriu escrupulosamente o Acordo de N'Komati, ao contrário do regime racista que continuou e continua a apoiar cada vez mais e sistematicamente os bandidos armados (braço armado do exército sul-africano em Moçambique), fato este que foi substancialmente comprovado nos documentos encontrados na base principal dos bandidos assaltada e destruída numa zona montanhosa e florestal (Reserva Nacional de Fauna e Flora da Gorongosa), no centro do país, nos finais de 1985. Estes documentos comprovativos, e o próprio fato de ações terroristas continuarem a ser alimentadas por Pretória, que testemunham o não-cumprimento do Acordo de N'Komati, foram na devida altura apresentados aos dirigentes dos países ocidentais. Esta desonra pública não fez todavia recuar Pretória do seu belicismo.

Mas, afinal, quem ameaça na verdade o "apartheid"?

A África do Sul justifica as suas ações contra Moçambique e outros países da região afirmando que é ameaçada por estes Estados. É, porém, a independência dos Estados da região, a liberdade e dignidade dos povos, a alternativa de uma civilização anti-racista que se desenvolve naquela grande área do continente africano, a igualdade entre os homens de todas as raças e cores, é tudo isto, repetimos, a verdadeira ameaça ao "apartheid".

São as escolas moçambicanas frequentadas gratuitamente por crianças de todas as raças e credos religiosos, são os hospitais onde pessoas de todas as cores e raças recebem gratuitamente cuidados médicos, são os projetos de desenvolvimento que vão matar a fome e a nudez, a edificação de uma nação em que o racismo, o tribalismo e todas as formas de discriminação não têm lugar, são todas estas realizações que a África do Sul teme, são o tal "mau exemplo" de Moçambique e daí a sanha bárbara contra a jovem República.

Liquidar em Moçambique o embrião da nação

Para além do que já foi frisado, há ainda um objetivo ainda mais maquiavélico do "apartheid" relativamente a Moçambique. Pretória já não pretende apenas derrubar o governo e o Estado legitimamente constituídos da República Popular de Moçambique. Ela se empenha numa guerra terrorista e desestabilizadora tendo por fim último a liquidação da possibilidade do crescimento e consolidação da Nação moçambicana, do embrião já germinado da nacionalidade a partir da base, do chão da terra, e, por isso, com excelentes possibilidades de criar raízes profundas. O "apartheid" pretende bantustanizar Moçambique.

Na verdade isso torna-se evidente pelos métodos utilizados na sua guerra não declarada à RPM. Quando os bandidos armados atacam uma aldeia eles viram a sua arma assassina sobretudo e primeiramente contra o professor ou alfabetizador, o agente sanitário, enfermeiro ou médico, os deputados eleitos pelo povo do local e o secretário do Partido FRELIMO da área. Matam, por conseguinte, estes elementos que são, lá bem no seio do país e no coração do povo, os principais catalisadores e mobilizadores do crescimento da consciência nacional, da liquidação do tribalismo, da visão mais ampla do que é a nação moçambicana em desenvolvimento.

Mas os bandidos não ficam por aqui. Eles queimam também a aldeia para dispersar a



população e destroem todos os meios mais avançados de produção agrícola. Seja um trator ou uma charrua puxada a tração animal, eles destroem esses meios de produção para que a população, novamente dispersa, volte à produção primitiva com enxadas e paus.

Contudo, no caso da zona ser densamente povoada e habitada eles executam exatamente os mesmos crimes, apenas acres-

centando o seguinte: impõem uma "administração" local comandada pelo antigo feiticeiro (força obscurantista) e impõem como chefe o antigo régulo (chefe tribal da zona).

Daqui se pode deduzir este objetivo último do "apartheid" contra Moçambique: transformar esta emergente nação moçambicana (as nações demoram sempre mais a nascer do que os Estados) num bantustão

Breves notas sobre a República Popular de Moçambique

A sua capital é Maputo, situada ao extremo sul do território, e o país está dividido em 10 províncias.

A população ascende hoje a 14 milhões de pessoas, com um aumento demográfico na ordem de 2,3 por cento ao ano.

O território moçambicano se estende por enorme latitude entre o Rio Rovuma e o Rio Maputo (Norte e Sul, respectivamente) e a sua superfície é de 801.590 quilômetros quadrados. Situada na costa oriental da África e banhada pelo Oceano Índico numa extensão de 2.470 quilômetros de costa, a República Popu-

lar de Moçambique faz fronteira ao Norte com a Tanzânia e a Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia.

A República Popular de Moçambique é um estado soberano e independente, tendo proclamado a sua independência em 25 de junho de 1975.

A Independência nacional foi fruto de uma longa luta (guerra popular prolongada) desencadeada em 25 de setembro de 1964 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra o colonialismo português.



A cultura, na generalidade ou como neste caso particular, a dança e o canto, também foi libertada e por isso se expandiu com a conquista da Independência Nacional.

dominado por forças retrógradas, por dirigentes fantoches e submissos aos racistas sul-africanos, tal como estão fazendo no interior da própria África do Sul.

Toda esta máquina montada pelo "apartheid" para destruir o Estado moçambicano e evitar o crescimento da nação, não obteve ainda os efeitos desejados. Ora, isto leva a crer que o regime de Pretória, cada vez mais denunciado ao nível internacional e com uma crescente insurgência da população no interior da própria África do Sul, a clique do "apartheid", irá certamente desenvolver novas táticas e manobras criminosas no seu empenho desestabilizador contra Moçambique e os países da zona. A morte do presidente Samora Machel

não será já um indício da sua nova tática de terrorismo de Estado?

Os próximos meses mostrar-nos-ão até que ponto esta nova tática da longa estratégia desestabilizadora terá sucesso.

Porém, a luta pela libertação dos povos da África Austral continua, e como dizia frequentemente o presidente Samora Machel: "Ninguém pode parar o vento com as mãos".

Calane da Silva é jornalista e escritor moçambicano. 41 anos de idade, nascido em Maputo, colaborador permanente e um dos fundadores da Revista "Tempo", principal semanário da imprensa moçambicana. É membro da direção da Associação dos Escritores Moçambicanos.

Resumen

África

¿POR QUÉ EL "APARTHEID" ATACA TAN FEROZMENTE A MOZAMBIQUE?

La proclamación de la República Popular de Mozambique el 25 de junio de 1975 no trajo la tan deseada paz para el país. En verdad, las mismas fuerzas coloniales y racistas que ayudaron militar y económicamente al entonces régimen fascista portugués a agredir al pueblo mozambiqueño (la antigua Rodesia del Sur y África del Sur, del "apartheid"), se empuñaron en un programa de desestabilización contra la joven República.

Abstract

Africa

WHY DOES "APARTHEID" ATTACK MOZAMBIQUE WITH SUCH FEROCITY?

The proclamation of the People's Republic of Mozambique on the 25th of June 1975 failed to bring the country the peace it so dearly longed for. Indeed, the same colonialist and racist forces that had given the fascist Portuguese regime military and economic aid to repress the people of Mozambique before 1975 (former Southern Rhodesia and the *apartheid* regime in South Africa) soon embarked on a programme to destabilise the fledgling Republic.

O processo de difusão cultural da psicanálise é praticamente indissociável do seu próprio desenvolvimento teórico e técnico. Desde muito cedo, Freud e seus primeiros discípulos se esforçaram para levar o 'ponto de vista psicanalítico' para além das fronteiras da disciplina que estavam criando, tentando torná-la atraente para pesquisadores em campos vizinhos e para as camadas 'cultas' da população. A história dos esforços de disseminação da psicanálise por parte dos próprios psicanalistas é, no entanto, bem menos heróica que as versões românticas da luta de Freud contra os preconceitos de sua época, seu 'isolamento esplêndido' enquanto lançava as bases de um conhecimento subversivo.

Esta história é, portanto, bem menos conhecida entre analistas e todos os que se interessam por psicanálise. Freud, sem dúvida, sofreu porque efetivamente desenvolvia algo que era realmente *novo*, mas ele e aqueles que o cercaram, ao lutarem pela 'causa', criavam dispositivos que difundiam e garantiam a difusão da psicanálise na cultura ocidental. Foi assim que o movimento psicanalítico se alastrou pelo mundo, e foi graças a esses personagens que a psicanálise acabou se tornando hegemônica no campo psicológico-psiquiátrico.

Mas a difusão não teve o mesmo sucesso nos vários países. No Reino Unido, por exemplo, a psicanálise chegou cedo, inspirou a criação e o funcionamento de várias instituições, deu origem às 'escolas' britânica e inglesa, mas nunca realmente conseguiu influenciar a cultura como um todo de modo marcante e visível. Em contraste com a situação britânica da psicanálise, o destino desta nos Estados Unidos foi muito diferente, chegando a dar origem, a partir da Segunda Guerra Mundial, a uma 'cultura psicanalítica'. E também na França, na Argentina e no Brasil a psicanálise veio a se difundir intensa e extensamente, dando origem a culturas psicanalíticas.

A própria noção de 'cultura psicanalítica' é, no entanto, ambígua, requerendo assim melhor definição para que se possa entender o que aconteceu com a psicanálise nesses países. Primeiramente, esta não é uma noção psicanalítica, mas um conceito que observadores e críticos do processo de difusão da psicanálise usam com maior ou menor grau de explicitação (ver, por exemplo, Turkle, 1979, Castel, 1981). 'Cultura psicanalítica' é uma noção derivada da sociologia e da antropologia e, obviamente, é uma hipótese que tenta chamar atenção para as implicações e causas da difusão maciça de psicanálise em determinado contexto sócio-cultural — mas sabemos que, em termos rigorosos, não é possível existir uma cultura que seja *realmente* psicanalítica.

Em um trabalho anterior (Figueira, 1984), defini cultura psicanalítica como um padrão de presença da psicanálise na cultura, que surge quando a difusão psicanalítica se aproxima de um ponto de saturação, quando a psicanálise difundida se torna uma *Weltanschauung* que é partilhada, de modo mais ou menos consciente, por um grande número de membros de uma sociedade, principalmente pelos segmentos culturalmente dominantes. Esta *Weltanschauung*

ca, de um *eidos* e de um *ethos* psicanalíticos que circulam através do dialeto do psicologismo.

As culturas psicanalíticas variam segundo seu centro de gravidade, isto é, segundo o *tipo* de psicanálise (e a *qualidade* de sua inserção no social) que são predominantes. Enquanto a cultura psicanalítica francesa parece ser predominantemente intelectual, e a norte-americana parece ter se organizado em torno de uma psicanálise que logo conquistou o *establishment*

A cultura psicanalítica brasileira

Sérvulo Augusto Figueira

psicanalítica circula através do dialeto do psicologismo — que os norte-americanos chamam pelo nome feliz de 'psychobabble' —, e opera através de duas vertentes: a) através de um modo de entender a 'natureza do homem', isto é, através de um *eidos* psicanalítico que gera processos cognitivos estandardizados ou *conceitos e lógica para o pensamento*; b) através de uma ordenação da experiência com base neste entendimento da 'natureza do homem', isto é, através de um *ethos* psicanalítico que gera ênfases emocionais estandardizadas ou um *código para o controle e a expressão de emoções* (ver Berger, 1965; Bateson, 1958). Toda cultura psicanalítica é, portanto, passível de ser entendida como o resultado de uma articulação complexa, e nem sempre harmôni-

psiquiátrico, a cultura psicanalítica brasileira está centrada no *alto consumo de terapêuticas psicanalíticas* e na importância que idéias e termos psicanalíticos assumiram enquanto um *mapa* para a orientação de várias dimensões da vida cotidiana e familiar da classe média brasileira.

A situação da psicanálise no Brasil torna-se bastante interessante quando atentamos para dois fatos básicos que a caracterizam. Em primeiro lugar, a difusão psicanalítica contribui significativamente para a modernização e psicologização de grupos sociais que são extremamente privilegiados na sociedade brasileira, e que convivem com uma massa de marginalizados, com milhões de pessoas que sobrevivem em condições miseráveis, sem qualquer noção



de cidadania, sem qualquer garantia de justiça. Assim, encontramos uma clivagem social profunda entre este grupo e as frações de classe média que partilham de formas sofisticadas de pensamento individualista, e que são responsáveis pela presença maciça de uma sensibilidade psicologizada em grande número de veículos de comunicação de massa.

Alguns dos efeitos desta clivagem podem deixar perplexo um observador mais

A situação da psicanálise no Brasil torna-se bastante interessante quando atentamos para dois fatos básicos que a caracterizam. Em primeiro lugar, a difusão psicanalítica contribui significativamente para a modernização e psicologização de grupos sociais que são extremamente privilegiados na sociedade brasileira, e que convivem com uma massa de marginalizados, com milhões de pessoas que sobrevivem em condições miseráveis, sem qualquer noção de cidadania. A segunda característica é o fato de que não existe, propriamente, uma psicanálise *brasileira*, uma versão da psicanálise criada e desenvolvida por psicanalistas brasileiros que resulte de uma relação fecunda entre a psicanálise enquanto discurso "transcultural" e as formas culturais nacionais.

atento. Como nossas redes de televisão são poderosas e penetram fundo no país, há sempre um aparelho de televisão num lugarejo do interior do Brasil para permitir, por exemplo, que populações pobres discutam as vantagens e desvantagens psicológicas dos diversos tipos de orgasmo feminino. Mas a clivagem entre pobres e ricos está também associada à precariedade de várias instituições que são consideradas básicas nas sociedades democráticas ocidentais. Quando, por exemplo, uma menina de classe média de uma cidade como o Rio de Janeiro aparece morta — como aconteceu recentemente —, há jornalistas, autoridades e psicanalistas que são capazes de discutir a sério os possíveis efeitos sobre o comportamento desta menina do fato de que seus pais eram separados, enquanto os acusados de sua morte se utilizam de influências poderosas para ocultar provas que os incriminam, corrompendo assim os passos mais elementares da justiça. Além da imperdoável cegueira que é discutir a vítima, as pessoas que psicologizam a apreciação dos fatos concorrem, ao não lutar para que os fatos sejam apurados honestamente, para que os procedimentos básicos da justiça não se instalem no país e, indiretamente, para que essa



profunda clivagem em nossa estrutura social não se torne pensável. Em poucas palavras, a psicologização generalizada que resulta da instalação e crescimento de uma cultura psicanalítica no Brasil reforça modalidades de pensamento (eidos) e sentimento (ethos) que estão em total descompasso com a realidade que a maioria da população brasileira conhece.

A segunda característica da situação da psicanálise no Brasil que a torna interessante é o fato de que não existe, propriamente, uma psicanálise *brasileira*, uma versão da psicanálise criada e desenvolvida por psicanalistas brasileiros que resulte de uma relação fecunda entre a psicanálise enquanto discurso “transcultural” e as formas culturais nacionais. Generalizando e simplificando a questão, é possível falar de psicanálise *inglesa*, *francesa* e *norte-americana* como formas hegemônicas do pensamento e da prática psicanalíticas nesses três países (ver Figueira, 1983). O curioso em relação à cultura psicanalítica brasileira é, então, que ela não tem como centro de gravidade uma psicanálise *brasileira*, mas, preponderantemente, um aglomerado de importações psicanalíticas da Inglaterra, e mais recentemente da França e dos Estados Unidos.

Além disso, a especificidade cultural de um país como o nosso no contexto da cultura ocidental também aparece no campo psicanalítico. Se comparamos num gráfico o número de pessoas e o volume de dinheiro que circulam em torno de práticas direta e indiretamente relacionadas com a psicanálise, o Brasil estará, em termos relativos, bem próximo dos Estados Unidos, no mínimo empatado com a França e, certamente, acima da Inglaterra. Agora, se lançamos em outro gráfico o número de livros e revistas especializados que são anualmente publicados e o número de instituições que efetivamente utilizam o ‘ponto de vista psicanalítico’ em seu funcionamento interno, o Brasil certamente aparecerá como um quarto lugar muito distanciado dos três primeiros.

Uma das consequências destas características da cultura psicanalítica brasileira é que os meios de projeção profissional dos psicanalistas tendem a estar dissociados dos *testes tradicionais das profissões*, isto é, provas de competência através de publicações e discussões abertas entre pares. Parece haver uma tendência no Brasil, possibilitada pela existência de um grande mercado interno de pacientes e de grande possibilidade de recrutamento de novos terapeutas, para que os psicanalistas se destaquem no seu contato com a mídia (ao se tornarem, por exemplo, ‘minicelebridades’), ou que façam carreira através de grupos fechados em sociedades psicanalíticas (grupos articulados em torno de versões abramileiradas de dis-

curso psicanalíticos importados, e soldados por relações transferenciais contraídas no divã, que tendem a perdurar para muito além dele). Em poucas palavras, e deixando de lado várias exceções, *produzir e publicar* psicanálise não são atividades centrais e imprescindíveis para o psicanalista brasileiro que desejar ‘sucesso’ de público — este, e seu corolário imediato, o dinheiro, podem ser facilmente obtidos sem maiores demonstrações de *competência especificamente psicanalítica*. Esta característica do campo psicanalítico brasileiro, que vem mudando muito devagar ao longo dos últimos cinco anos, poderá levar, caso não surja uma geração de psicanalistas que se destaque pela sua competência e produção especificamente psicanalíticas, a um esvaziamento e empobrecimento crônico de parte deste campo no Brasil.

Como já foi dito antes, no Brasil, a cultura psicanalítica está centrada no *alto consumo de terapêuticas psicanalíticas* e na importância que idéias e termos psicanalíticos assumiram enquanto um *mapa* para a orientação de várias dimensões da vida cotidiana e familiar da classe média brasileira. É possível encontrar psicanálise, analistas, pacientes, teorias psicanalíticas, fragmentos de pensamento analítico, o ponto de vista analítico, etc., em quase todos os meios de comunicação, em anúncios, em textos de capa de disco, em telenovelas, em entrevistas de artistas e atores famosos, no *curriculum vitae* de pessoas que dizem estar em análise com o analista A ou B, nas brigas entre pais e filhos, nas separações de casais, no modo de viver a gravidez, e em muitos outros quadrantes da vida cotidiana. A distribuição da psicanálise difundida tende a ser muito homogênea e pouco descontínua. A palavra ‘psicanálise’ e o rótulo ‘psicanalista’ são cercados de uma aura de prestígio, sendo, portanto, citados e manipulados nas mais diversas circunstâncias. Os agentes ou instituições que utilizam *idéias psicanalíticas* tendem a fazê-lo de modo explícito, nomeado e rotulado — isto é, tomando a psicanálise como um ‘paradigma’ ou ‘ideologia’ que, inteiro e por si só, deve ser capaz de inspirar e reorganizar inteiramente uma área do *fazer* ou do *pensar*.

A esta altura deste texto, já deve estar bastante claro para o leitor que, para discutir a difusão da psicanálise no Brasil, estou usando uma noção do que é ‘psicanálise’ que não é limitada pelas definições — em geral muito discrepantes — que os diversos psicanalistas dão de sua disciplina, e que levam a classificações maniqueístas do tipo *a boa/a má* psicanálise, *o bom/o mau* psicanalista. Não é possível entender a complexidade da situação da psicanálise no Brasil, ou em qualquer outro contexto, se não se tenta entender o fenômeno da difusão *do ponto de vista dos sujeitos, grupos e institui-*

ções afetados, usando definições de psicanálise que não são apenas psicanalíticas, e que permitem perceber os diversos níveis de interdependência e interação entre as diferentes, e muitas vezes contraditórias, posições dentro do campo psicanalítico.

Se Freud (1933) disse que a psicanálise não é (e não fornece as bases para) uma *Weltanschauung* independente, precisamos de uma definição ‘alternativa’ do que é psicanálise para conseguir entender como é que ela pode dar origem a uma *Weltanschauung* numa cultura psicanalítica, e como o próprio Freud lançou as bases de tal transformação (ver Figueira, 1984). Como não há espaço para entrar nesta questão aqui, o importante é registrar que, diante da difusão maciça da psicanálise no Brasil, um grande número de nossos psicanalistas ora conseguem não perceber o fenômeno, ora, imitando os franceses, consideram a psicanálise difundida como psicanálise ‘recuperada’, ora, emulando os ingleses, consideram que a psicanálise difundida não é ‘séria’ e que resulta de uma vã popularização (ver Figueira, 1985).

Mas, qualquer que seja a nossa posição enquanto psicanalistas diante da psicanálise difundida e popularizada, é inegável que esta última está constantemente exercendo pressão sobre a teoria, a clínica e as instituições psicanalíticas, e que a psicanálise corre o risco de ter que pagar um preço alto caso não consiga *pensar* as consequências múltiplas desta pressão. Além disso, no Brasil, onde há difusão maciça de psicanálise e alto consumo de terapêuticas de inspiração psicodinâmica, e onde não há uma psicanálise nacional com identidade e força próprias, a difusão pode acabar tendo um efeito de retorno muito mais grave sobre o próprio campo psicanalítico, ao dificultar a emergência de um pensamento psicanalítico produzido no Brasil. Num certo sentido, se as questões que cercam uma possível produção brasileira em psicanálise não são enfrentadas, corremos o risco de gerar uma psicanálise que é cada vez mais o reflexo pouco crítico de seu sucesso de público, o resultado da ‘adaptação’ pouco pensada de vários discursos psicanalíticos importados às condições tropicais. . .

Esses são alguns riscos que a psicanálise parece correr na cultura psicanalítica brasileira. No entanto, não basta apontá-los pois é ainda necessário tentar entender *porque* e *como* uma cultura psicanalítica com as características da nossa veio a se instalar no Brasil. A partir do trabalho de pesquisadores que tentaram responder a estas perguntas (ver, por exemplo, Martins, 1979; Velho, 1981; Figueira, 1981; Costa, 1984 e Nicolaci-da-Costa, 1985), é possível perceber que o eixo fundamental para a compreensão do processo de difusão psicanalí-

tica no Brasil é a modernização da família e, em particular, da subjetividade.

A história do processo de modernização da sociedade brasileira pode ser contada de várias maneiras, mas o que se sabe é que nos últimos quarenta anos muita coisa mudou no país e a mudança foi bastante acelerada. Se é possível trocar de carro a cada ano, livrando-se do modelo antigo sem sentir saudade e adaptando-se ao modelo novo sem ter conflitos, o mesmo não é possível quando são os modelos e ideais de família e identidade que se sucedem rapidamente. O que se sabe é que no Brasil, principalmente nas camadas médias, os modelos e ideais mais recentemente adotados e mais visivelmente presentes convivem, coexistem, com aqueles que aparentemente foram abandonados, mas que continuam ativos e poderosos num plano mais inconsciente ao qual os sujeitos não têm em geral acesso.

O resultado desta coexistência contraditória que não pode ser dissipada pela vontade consciente do sujeito é que houve, principalmente a partir da década de 70, um *boom* da demanda de terapêuticas como 'solução' para a desorientação e o mal-estar decorrentes, em última instância, do rápido processo de modernização cultural do país. Foi assim que a 'cultura psicanalítica brasileira' foi se organizando em

torno do alto consumo de terapia, apoiada numa psicanálise difundida que opera de modo múltiplo, flexível e sutil como 'mapa' para a orientação nesse mar de incertezas. Em outras palavras, a psicanálise difundida age, no Brasil, como agente modernizador da família, da subjetividade, das 'mentalidades' enfim.

Há vários exemplos deste papel da difusão psicanalítica, mas algumas das dificuldades na relação homem/mulher na classe média brasileira se prestam com clareza e economia para perceber este papel específico da psicanálise popularizada. Até muito recentemente, a sexualidade feminina era *explicitamente definida* em relação ao homem: *antes do casamento*, a mulher devia ser virgem; *paralelamente ao casamento*, a mulher devia manter-se fiel; *dentro do casamento*, sua sexualidade deveria ser a de 'esposa' e não a de 'prostituta'; *em caso de quebra do casamento*, a mulher separada deveria manter-se casta. A relação homem/mulher era, então, marcada por profundas desigualdades que agora soam para muitos como coisas de um passado longínquo e antiquado.

O problema é justamente que este não é o passado, mas um presente que se tornou invisível. A 'submissão' da mulher ao homem e a 'superioridade' deste ainda se mantêm como

ideais sob o verniz igualitário de muitas relações 'modernas', e mesmo 'ultramodernas'. Neste contexto, o papel da psicanálise difundida parecer ser duplo: primeiramente, contribui para a modernização da superfície das formas culturais. Mas, principalmente, ao estimular a apresentação do 'verdadeiro eu' e a expressão dos sentimentos genuínos, permite que essas formas e ideais arcaicos de relacionamento venham à tona, no mesmo ato em que são criticados como autoritários. Agindo deste modo, a psicanálise difundida funciona como um *mapa* para guiar relacionamentos, ao mesmo tempo em que permite trazer certos setores da subjetividade para o mesmo 'patamar de desenvolvimento' que as áreas mais modernizadas da economia, por exemplo, conseguiram atingir no Brasil. ●

* Publicado originalmente em *Sociétés-Revue des Sciences Humaines et Sociales*, nº 7, fevereiro 1986.

Sérvulo Augusto Figueira é psicanalista da Sociedade Britânica de Psicanálise e da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro; PhD em Psicologia pela Universidade de Londres e professor do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumen

Sicoanálisis

LA CULTURA SICOANALÍTICA BRASILEÑA

La situación del sicoanálisis en el Brasil se presenta bastante interesante cuando consideramos dos hechos básicos que la caracterizan. En primer lugar, la difusión sicoanalítica contribuyó significativamente para una modernización y una preocupación psicológica de grupos sociales sumamente privilegiados en la sociedad brasileña, y que conviven con una masa de marginales, millones de personas que sobreviven en condiciones miserables sin ninguna noción de ciudadanía. La segunda característica es el hecho de que no existe, propiamente, un sicoanálisis brasileño, una versión creada y desarrollada por sicoanalistas brasileños que resulte de una relación fecunda entre dicha ciencia en cuanto discurso transcultural y las formas culturales nacionales.

Abstract

Psychoanalysis

NOTES ON BRAZILIAN PSYCHOANALYTICAL CULTURE

The situation of psychoanalysis in Brazil becomes all the more interesting when one pays heed to two basic facts that characterise it. Firstly, the diffusion of psychology contributes significantly towards modernising and psychologising extremely privileged social groups in Brazilian society that rub shoulders with the marginalized masses of millions of people who survive in utter wretchedness without the slightest notion of citizenship. The second fact is that there is really no such thing as *Brazilian* psychoanalysis, a version of psychoanalysis created and developed by Brazilian psychoanalysts, born of a fecund relationship between psychoanalysis as "transcultural" discourse and national cultural forms.

Referências bibliográficas

1. Bateson, G. *Naven*. Stanford, Stanford University Press, 1958.
2. Berger, P. Towards a sociological understanding of psychoanalysis. *Social Research*, 1965, 32, 26-41.
3. Castel, R. *La gestion des risques*. Paris, Minuit, 1981.
4. Costa, J. F. Sobre a geração Al-5: violência e narcisismo. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
5. Figueira, S. A. Psicanálise e antropologia: uma visão do mundo brasileiro. *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro de 1981.
6. Figueira, S. A. Resenha de *La bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France*, de E. Roudinesco. *International Review of Psycho-Analysis*, 1983, 10, 476-482.
7. Figueira, S. A. *The study of psychoanalytic diffusion*. Tese de Doutorado, Universidade de Londres, 1984.
8. Figueira, S. A. Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica. *Religião e Sociedade*, 1985, 12, 72-90.
9. Freud, S. The question of a *Weltanschauung*. *Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, 1933, 22.
10. Martins, L. A geração Al-5. *Ensaio de Opinião*, 1979, 2.
11. Nicolaci-da-Costa, A. M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistema simbólicos. S. A. Figueira (Ed.), *Cultura da psicanálise no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
12. Turkle, S. *Psychoanalytic politics*. Londres, Burnett Books and Andre Deutsch, 1979.
13. Velho, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

EXTENSÃO: do assistencialismo ao compromisso

Volnei Garrafa

*"Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo é o jeito de caminhar".*

Thiago de Mello

Quase sem exceção, os regimentos e estatutos das universidades brasileiras explicitam que seus objetivos, funções e organização geral estarão assentados em três pilares fundamentais que sustentarão a base acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. A extensão, assim, aparece no mesmo contexto e nível das demais estruturas ou setores que conformam o poder e o saber da instituição universitária.

Na realidade, através dos tempos, a extensão tem sido utilizada principalmente para complementar justificativas de solicitações orçamentárias rotineiras ou extraordinárias por parte das universidades estatais. Nas universidades privadas, em geral nem isso acontece.

O termo extensão origina-se do latim *extensio*, que significa estender, ampliar, aumentar. Parece que até hoje tem havido um apego exagerado ao que a palavra em si expressa. Seu sentido, no entanto, não define ou limita se o prolongamento das atividades propostas (no caso, universitárias) deva se dar da instituição para fora (para a comunidade, sociedade), ou se da comunidade para o interior da própria

instituição. Ou, de uma forma mais completa e complexa, em ambos os sentidos, com mão e contramão.

Depois de muitas décadas em que a expressão extensão foi constantemente desgastando-se através do uso indevido e/ou impróprio, restaram três caminhos às pessoas envolvidas com sua prática: 1. Mudar de área, abandonando a questão; 2. Procurar estabelecer uma nova imagem externa à atividade, através de alteração da denominação da mesma; 3. Assumir o risco do desgaste que a extensão vem carregando, procurando iniciar a transformação dos seus rumos, compromissos, objetivos e política.

Durante boa parte de 1985 e no transcurso de todo ano de 1986, a Câmara de Extensão da Universidade de Brasília protagonizou embates acadêmicos de intenso colorido. Foram, seguramente, centenas e centenas de horas de fértil discussão, reflexão, posicionamentos e, também, de conclusões, com respeito aos rumos que a extensão deveria seguir na UnB dos novos tempos. Além de convidados

ilustres, onde não faltaram Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e outros, professores e estudantes de diversos departamentos, bem como representantes comunitários, participaram nos debates.

Embora a maioria dos digladiantes não tivesse claro os rumos exatos a serem tomados, houve unanimidade com relação ao que *não* se deveria fazer: assistencialismo. Surgiu, assim, uma palavra de ordem contra a criação de falsas expectativas, contra o descompromisso, contra a temporariedade e a emergencialidade. E começavam a nascer, da semente do debate participativo, novas bandeiras: realidade, compromisso, permanência, efetividade.

O passado

Historicamente, a compreensão universitária ou acadêmica da extensão tem se

verificado através de duas vertentes básicas: uma interna, para atender ao próprio público acadêmico (estudantes e professores), através da promoção de cursos, seminários, conferências, encontros, simpósios, ateliers, oficinas de arte, etc. A segunda, por meio de atividades práticas desenvolvidas fora dos muros, em comunidades, empresas, órgãos ou entidades próximas ou distantes (nestas últimas, incluem-se os chamados "campus avançados").

Na verdade, nos casos em que a comunidade estava envolvida no processo, muito raramente participava direta e ativamente nas propostas. Os eventos oferecidos no bojo da primeira vertente pouco atraíam a população à participação, não por má vontade das pessoas envolvidas na maioria dos casos, mas simplesmente porque esse canal de comunicação não existia e, assim, criava-se uma inibição ou receio natural em "invadir" o reduto acadêmico.

Na outra vertente, o que geralmente ocorria era a criação de projetos ou programas concebidos teoricamente, e que depois de intensamente discutidos ao nível interno, para dar-lhes caráter "democrático" ou "participativo", eram implantados extramuralmente. Nestas iniciativas, via de regra, além de não ser registrado o envolvimento ativo e concreto da população nas propostas e tomadas de decisões, a estadia dos estudantes era temporariamente insuficiente. Quando estes começavam a assimilar pelo menos alguns aspectos do que se passava, apesar das distorções, chegava o momento de regressar à base e serem substituídos por outros colegas que reiniciavam o ciclo. E assim por diante...

Esta prática inadequada trouxe, como consequência, fissuras profundas na relação das universidades com as comunidades que eram por elas "assistidas", principalmente devido às falsas expectativas geradas a partir de proposições que jamais se concretizavam. Hoje, sente-se claramente, por exemplo, a indisposição popular a responder questionários ou pesquisas de opinião. Tais atividades raramente constituíram a base para conhecimento e interpretação da realidade, que objetivaria posteriormente desembocar na implantação de medidas transformadoras concretas e participativas, através da condução do processo pela própria população envolvida e interessada. Nos poucos capítulos registrados em que medidas sucederam as coletas de dados, a maioria ficou sem um desfecho convincente.

Não pode ser deixado de lado nesta breve análise, no entanto, que os programas existentes possuíam estruturas administrativas e organizativas mínimas, uma vez que a extensão não significava uma opção ou prioridade política

da universidade. Pelo contrário, por aguçar a percepção da realidade concreta em todas suas nuances e contradições, representava um perigo ao poder instituído... Existia, como já foi dito, para justificar orçamentos e regulamentos, além de apaziguar as consciências individuais de dirigentes, adquirindo, portanto, um caráter inegavelmente corporativo, amadorístico e ideológico no sentido conservador. Por maior que fosse a boa vontade e mesmo competência de pessoas que estivessem envolvidas neste trabalho, com insuficiente infra-estrutura e apoio, as tarefas resultavam inacabadas; ou simplesmente "cumpridas", nada significando ou acrescentando para a população.

Dentro deste imenso cadinho de distorções, há que se recordar, ainda, os caminhos oferecidos à comunidade através dos programas de ensino à distância. Estes, além de geralmente refletir realidades de outros países (pois eram simples e diretamente traduzidos) estimulavam participações individuais e isoladas. O inter-relacionamento, a discussão, a refutação não tinham espaço na metodologia proposta.

Tópicos para uma política de extensão

Com base no pródigo arsenal de distorções e inadequações anteriormente apontado, e a partir da certeza do que não deveria mais ser feito, principiou-se a definição, em grandes linhas, dos pontos básicos para o estabelecimento de uma política de extensão comprometida e compatível com uma verdadeira gestão democrática.

O processo histórico-social brasileiro exige hoje, mais do que nunca, que instituições universitárias, como a Universidade de Brasília, se posicionem frente às distintas problemáticas da sociedade. Faz-se necessária, portanto, sua integração com os setores tradicionalmente marginalizados do conhecimento acadêmico, rompendo definitivamente as barreiras invisíveis que a separam da comunidade e vice-versa.

O conhecimento produzido e acumulado pela universidade deverá ser colocado a serviço da maioria da população. Esta contribuição visará fornecer à sociedade elementos para interpretação e transformação da realidade; neste sentido, a extensão tem a tarefa de favorecer, de forma pluralista e participativa, a interação da universidade com a comunidade.

Considerou-se, ainda, que o conhecimento científico, tecnológico e artístico gerado na universidade não é o único. Existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir dos inúmeros segmentos da sociedade ao longo de gerações que, por não serem caracterizadas como científicas, são desprovidas de legitimidade institucional; tais práticas serão recuperadas à luz de uma atividade orgânica com a maioria da população.

A política de extensão da UnB estará aberta às mudanças decorrentes de suas próprias práticas, da crítica da comunidade universitária e das exigências surgidas no seio da população, constituindo um dos eixos de integração do ensino e da pesquisa, servindo, inclusive, como canal de avaliação do produto universitário.

Para tanto, deverá ser incentivada a criatividade dos participantes das atividades de extensão, a fim de que sejam encontradas as soluções para as reais necessidades da maioria da população. A consciência crítica da comunidade acadêmica necessitará ser estimulada, superando-se os obstáculos que limitam o processo de comunicação universidade-sociedade.

Será igualmente fundamental a recuperação da discussão e participação de todos os segmentos da instituição nos debates sobre as tendências observadas no cenário nacional e internacional, a partir de uma postura marcada pela pluralidade cultural e política e pela atitude crítica e construtiva no contexto do desenvolvimento do homem, individual e coletivamente considerado.

O presente – as ações

Para que as linhas políticas acima explicitadas adquirissem um corpo concreto, está sendo implantada uma nova estrutura organizacional no Decanato de Extensão, que deverá assentar-se em dois centros: o Centro de Apoio a Programas e Atividades de Extensão (CAPRE) e o Centro de Apoio aos Núcleos Permanentes de Extensão (CANPE). Cada um destes centros terá uma diretoria e uma secretaria administrativa.

O CAPRE contará com uma composição de atividades mais abrangentes e amplas, resolvendo o problema da miscelânea e variedade de atividades com que se defronta a extensão. Inclui, em primeiro lugar, o planejamento, organização, execução e avaliação dos programas e atividades especiais de extensão. Entre outros, podem ser citados: o programa de

conferencistas visitantes; a promoção de cursos, conferências, simpósios, etc.; a integração com a Associação de Ex-Alunos; organização de exposições; lançamentos de livros. É indispensável mencionar, também, o Programa de Educação à Distância, o qual desenvolverá ações que possibilitem o acesso da comunidade em geral a cursos especiais e livres sobre temas de interesse social. Finalmente, o CAPRE contará, ainda, com um setor de prestação de serviços de extensão, que realizará estudos de capacidade e demanda de serviços, apoio e elaboração de convênios, captação de recursos externos e outros. Todas as ações acima mencionadas funcionarão integradas, obedecendo à mesma filosofia de trabalho.

O CANPE dará sustentação ao Programa Permanente de Participação Coletiva (PROPAC) e estará incumbido das atividades e projetos implantados fora do campus. Este centro encarregar-se-á da articulação dos Núcleos Permanentes de Extensão, objetivando garantir a coerência metodológica da ação participativa formulada pelo PROPAC, assumindo a tarefa de desenvolver e aprimorar continuamente as técnicas de extensão universitária junto à comunidade, além de possibilitar a efetivação das transformações acadêmicas que se fizerem necessárias ao aperfeiçoamento da formação profissional. Um setor de apoio aos Núcleos Permanentes garantirá a coerência administrativa entre estes e, ainda, procurará, junto a instituições públicas e privadas, recursos que apoiem as atividades do Projeto de Participação Coletiva.

Dois Núcleos Externos já estão em pleno funcionamento, através dos projetos Ceilândia (na cidade satélite do mesmo nome) e Fatinha (Céu Azul, Pedregal e Novo Gama, estado de Goiás).

Merece ser destacado, sem dúvida, o primeiro curso de Educação à Distância desen-

volvido dentro da nova filosofia e que se denominou "Constituição & Constituinte". Através desta atividade, que foi divulgada por dez semanas através de fascículos de jornais de ampla circulação, mais de uma centena de grupos de discussão foram criados em empresas públicas e privadas e na sociedade civil em geral, com a participação de milhares de pessoas não só do Distrito Federal como de vários estados. Este curso foi encerrado com uma plenária final altamente participativa, que decidiu que os grupos não se extinguiriam; pelo contrário, seriam transformados em Comitês de Defesa dos Interesses Populares na Constituição.

Considerações finais

De tudo o que foi dito, ficam claramente explicitados dois compromissos e metas da Universidade de Brasília no campo da extensão universitária, além do absoluto abandono das antigas atividades meramente assistencialistas.

O primeiro destes compromissos diz respeito à identificação, defesa e explicitação de posicionamentos novos que sirvam de base para que professores e estudantes ultrapassem os limites das salas de aula, assumindo o desafio de aprender e ensinar na realidade, através dos Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação à Distância. Assim, a criatividade será estimulada, objetivando a busca de tecnologias apropriadas à realidade referida, com as atividades de extensão obedecendo linhas dinâmicas, continuadas e flexíveis que procurem adaptá-las aos processos constantes de mudança que sofre o ambiente total. Desta forma, os estudantes,

tendo suas consciências críticas estimuladas, regressarão ao interior da universidade com a oportunidade de refletir sobre os conhecimentos teóricos recebidos, em contraste com a prática observada. Daí, com grande possibilidade de acerto, a universidade estará proporcionando à sociedade uma força de trabalho compatível às necessidades do país, meta dificilmente alcançada exclusivamente através dos limitados processos de ensino-aprendizagem teóricos intramuros. A extensão, estrategicamente, estará contribuindo com sua parte, para a formação de cidadãos-artistas-intelectuais-técnicos, capazes de pensar e agir criticamente frente às exigências coletivas.

O segundo e último grande compromisso será a interação da universidade com a comunidade, auxiliando-a nas suas formas de organização e contribuindo para a compreensão do verdadeiro significado de cidadania (direitos individuais e coletivos, compromissos, deveres, etc.).

O pano de fundo que complementa o cenário de todo este processo desafiante e maravilhoso no qual a UnB se embrenhou reside na plena e democrática participação da instituição nos destinos do país e de seu povo. Como o poeta Thiago de Mello, também não temos caminhos novos; nem grandes novidades técnicas a oferecer. Mas nosso "jeito de andar" é inegavelmente diferente: nossas abordagens, compromissos e estratégias são bem diversas daquelas utilizadas antes do advento da Nova UnB. ●

Volnei Garrafa é doutor em ciências e professor adjunto da Faculdade de Ciências da Saúde. Autor dos livros "Câncer Bucal" (Medisa, S. Paulo) e "Contra o Monopólio da Saúde" (Achiame, Rio). Atual decano de extensão da UnB.

Resumen

UnB y democracia

EXTENSIÓN: DE LA AYUDA AL COMPROMISO

El proceso histórico-social brasileño exige hoy que las instituciones universitarias, como la Universidad de Brasília, se comprometan con las diversas problemáticas de la sociedad. Por lo tanto es necesario que éstas se integren con los sectores tradicionalmente marginados del conocimiento académico, rompiendo definitivamente las barreras que separan la universidad de la comunidad y viceversa. El conocimiento producido y acumulado por la universidad debe ser colocado al servicio de la mayoría de la población. Esta contribución tiende a otorgar a la sociedad elementos para interpretar y transformar la realidad. En este sentido la extensión tiene la tarea de favorecer de forma pluralista y participativa la interacción entre universidad y comunidad.

Abstract

UnB and Democracy

EXTENSION: FROM PASSIVITY TO COMMITMENT

The socio-historical context of present-day Brazil demands, more than ever before, that university institutions like the University of Brasília take a stand on the myriad problems that afflict society. There is thus a need for them to integrate with sectors that have traditionally been marginalised from academic knowledge breaking down for good the barriers that separate the university from the community and vice versa. The knowledge generated and accumulated by universities should be put to the service of the majority of the population. This contribution aims to provide society with the means to interpret and transform reality. In this way, the task of extension programmes is to foster a spirit of pluralism and participation and thus to favour interaction between university and community.

Luiz Pinguelli Rosa

A política dos fatos consumados

Relativamente obscurecidos, primeiro pela polarização das campanhas eleitorais que, justamente, monopolizaram as atenções da nação, e, depois, pelos resultados das eleições logo seguidos pelo choque traumático do Cruzado II, alguns fatos importantes foram consumados na área da política nuclear nos últimos meses. Embora tenham sido registrados pela imprensa — alguns com maior intensidade por alguns jornais — não chegaram a criar um clima generalizado de impacto sobre a opinião pública nacional, ao contrário do que ocorrera no caso do acidente com o reator soviético de Tchernobyl, a respeito do qual chegara-se a divulgar centenas de mortes imediatas, depois desmentidas.

Entre as artimanhas pós-eleitorais arquitetadas se inclui o religamento do reator de Angra I, paralisado há quase um ano, primeiro para a troca de combustível e primeira descarga do lixo nuclear e manutenção — inclusive substituição de tubos do condensador corroídos pela água do mar. O impacto de Tchernobyl aguçou a questão do plano de emergência para a segurança da população em caso de acidente com Angra I. Este plano vinha sendo questionado pela comissão ecológica da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, assessorada por uma comissão da Sociedade Brasileira de Física, tendo-se então constatado que o plano era burocrático e precário, sem qualquer base local sólida. O absurdo era tamanho que o plano era considerado secreto, restrito ao âmbito dos órgãos de defesa civil sob a responsabilidade do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear (Sipron), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. As instruções técnicas são determinadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que, por hipótese, elimina como não-plausível o pior acidente possível na definição da emissão de radioatividade para o plano de emergência. Ou seja, um acidente extremamente grave fica fora de cogitação pela CNEN. Por exemplo, se um acidente tão grave quanto o de Tchernobyl ocorresse aqui, não havia previsão de medidas no plano de emergência. Embora um acidente idêntico seja impossível, pois o reator de Angra é diverso, um acidente diferente pode conduzir a uma liberação de material radioativo tão grave quanto lá.

O efeito de Tchernobyl levou à convocação pelo presidente da República de uma comissão com os presidentes das empresas estatais e órgãos de governo da área nuclear e quatro representantes da comunidade científica. Esta comissão, presidida pelo ministro das Minas e Energia, elaborou recomendações que não chegaram a ser implementadas, segundo alguns jornais devido a veto militar. Por que, já que se tratava de assunto civil? Na época, manifestaram-se pela imprensa várias autoridades militares em defesa do programa de reatores nucleares. Talvez a chave para esta questão esteja na relação entre o programa de reatores nucleares e o programa nuclear paralelo, iniciado no governo Figueiredo, a cargo dos militares, ao qual se voltará adiante neste artigo.



Enfim, sem solução final pelo Executivo, a polêmica sobre o plano de emergência para o caso de acidente com o reator de Angra ganhou espaço na justiça graças a uma ação da Curadoria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, aceita pelo juiz de Angra dos Reis, que determinou que não se operasse o reator até resolver a questão de emergência. O governo, embora acatando esta decisão, recorreu ao Tribunal Federal de Recursos, que revogou a decisão do juiz de Angra, apesar de levantar um conflito de competência. A posição do governo era alicerçada no déficit de energia elétrica provocado



por uma conjunção entre uma seca extremamente severa e o atraso em obras hidrelétricas e de transmissão de energia. Apesar de dispensável, caso seu investimento fosse deslocado para a hidreletricidade, o reator de Angra I, uma vez terminado, obviamente contribui para a geração elétrica. Por isso o governo argumentava que era preciso operá-lo logo, mesmo que o plano de emergência devesse ser melhorado paralelamente. Daí o recurso ao TFR, onde se autorizou religar Angra I antes mesmo que o plano de emergência fosse reformulado em profundidade.

Curioso é que, apesar de anulada a sentença do juiz de Angra, o reator não foi religado até que passaram as eleições. É claro que vários problemas ocorreram nos testes: pequenos vazamentos, defeito no gerador de emergência, etc. A CNEN fez algumas exigências. O fato é que logo após as eleições o reator foi religado, mais ou menos ao mesmo tempo da reforma do Cruzado.

Até aqui, foi abordado o problema da central nuclear de Angra dos Reis, onde Angra I está agora de novo em operação, e onde estão em construção dois outros reatores, Angra II e III, os primeiros do acordo com a Alemanha. Seria importante discutir o prosseguimento do programa nuclear decorrente deste acordo, a cargo da Nuclebrás associada à KWU alemã. Reina uma indefinição, ou melhor, uma contradição entre a decisão de continuar Angra II e Angra III, já tomada pelo atual governo, e a estrutura das empresas nucleares associadas à KWU, dimensionadas para um grande programa de 8 reatores até 1990, incluindo a produção do combustível nuclear. Esse programa inviável, pois custaria mais de 30 bilhões de dólares, fracassado, foi reduzido a apenas os dois reatores citados — Angra II e III.

Nuclearização militar

Embora seja atual a discussão da continuidade desse programa de reatores com os

alemães, há um outro lado da política nuclear em que fatos também se consumaram e com maior gravidade enquanto a nação tomava seu pileque eleitoral. Trata-se do lado militar, no qual se alinham os seguintes fatos recentes.

- 1 — As declarações dos presidentes Sarney e Alfonsín de que ambos os países renunciavam às armas nucleares, em contraposição às tendências detectadas nos dois países de que ambos desenvolvem tecnologia nuclear militar.
- 2 — A descoberta pela "Folha de S. Paulo" de uma base militar da Aeronáutica instalada na Serra do Cachimbo, no Pará, na qual existe uma perfuração recentemente acabada com forte indícios de que se destinava ao teste subterrâneo de uma bomba atômica.
- 3 — A divulgação pelo "Jornal do Brasil" da existência, até então desconhecida, de instalações de grande porte da Marinha em construção em Iperó, próximo a Sorocaba, em São Paulo, destinadas ao desenvolvimento de um submarino nuclear brasileiro.
- 4 — A passagem da Comissão de Energia Nuclear (CNEN) para o âmbito da Casa Militar da Presidência da República.

Desses quatro pontos destaca-se o primeiro como o único positivo e otimista. Porém é o único meramente declaratório. Os demais são fatos fisicamente palpáveis — obras, perfurações no solo, mudanças institucionais realizadas.

A perfuração de 320 metros de profundidade e 1 metro de diâmetro denunciada na base militar descoberta em Cachimbo foi analisada por uma comissão de físicos que descartou as possibilidades de se destinar a depósito de lixo atômico ou a testes de explosivos convencionais. Comparada com dados disponíveis sobre explosões nucleares norte-americanas antigas, de poucos quilotons, a perfuração revela-se com as dimensões compatíveis

para um teste nuclear subterrâneo. A suspeição levantada ficou sem resposta pelo governo.

O intrigante é que não se sabe do material explosivo para executar tal teste no país. Não se produz o urânio enriquecido, embora seja objetivo do programa nuclear paralelo em desenvolvimento no Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos e no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente. A alternativa é o plutônio, existente nas 20 toneladas de lixo radioativo descarregado de Angra I, mas sob salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica, e sem ter sido reprocessado para dele extrair o plutônio. Seria possível que o Brasil tenha cogitado de importar plutônio secretamente para o teste. Mas quem o transferiria? Mais uma pergunta no ar. Outra: foi abandonado este propósito?

Brasil e Argentina: corrida nuclear subjacente

Por que o Brasil explodiria uma bomba atômica? Quais seriam as consequências disso? A primeira resposta talvez seja encontrada nos interesses de setores das Forças Armadas em recuperar o prestígio interno desgastado pelos descaminhos do regime militar abolido em 85. Ao mesmo tempo, os que sonham com o Brasil potência militar encontram nas armas atômicas um instrumento de afirmação política, externamente. A primeira consequência de o Brasil possuir a bomba atômica é induzir a Argentina a fazer o mesmo e, a partir daí, conviver com o problema de uma América Latina nuclearizada e, portanto, alvo potencial de armas nucleares. É claro que a recíproca é verdadeira: os indícios de a Argentina procurar também desenvolver a bomba atômica induzem o Brasil a fazê-la.

A saída para essa corrida que já está subjacente é um entendimento diplomático para que os dois países abdicuem da bomba. Neste sentido, as declarações de Alfonsín e

Samuelson são positivas, mas insuficientes. Seria positivo chegar a um acordo e à inspeção mútua, já cogitada. Isto foi sugerido pelo lado do governo argentino. Entretanto, há um aspecto positivo no acordo de cooperação nuclear a ser firmado com a vinda de Alfonsín ao Brasil, pois aproximando as indústrias nucleares dos dois países diminui a desconfiança mútua. A Argentina tem maior capacitação de projeto e desenvolvimento técnico nuclear, mas o Brasil tem maior capacidade industrial de fabricação de equipamentos para reatores. Há pois certa complementaridade. Por outro lado, a Argentina anunciara ao fim do governo militar avanço sensível no enriquecimento do urânio, buscado pelo Brasil via programa paralelo-militar, após o fracasso do processo importado pelo acordo com os alemães. Deve-se ressaltar que os reatores argentinos de potência, ao contrário dos brasileiros, não usam urânio enriquecido, cuja finalidade não é para alimentar centrais nucleares lá. A finalidade é presumivelmente militar, não necessariamente para a bomba atômica, embora não se possa afastar essa hipótese quando militares aplicam a tecnologia nuclear. O que é público e notório é o objetivo de desenvolver um submarino nuclear em ambos os países. Aqui entra o terceiro ponto

citado acima. Esta poderá ser uma área de cooperação nuclear militar entre Brasil e Argentina — o submarino nuclear.

Dialeticamente esta cooperação tem aspectos contraditórios: reforça a confiança mútua contra uma corrida para a bomba atômica, o que é bom. Imobiliza recursos altos em países com dificuldades econômico-financeiras pesadas e com prioridades sociais não atendidas, o que é mau. Mas o pior é sempre a possibilidade de, como subproduto do submarino, desenvolver-se a tecnologia da bomba secretamente. Como controlar isto? É um problema da sociedade civil e das forças democráticas amantes da paz.

Este foi o ano dedicado pelas Nações Unidas à paz, tendo ocorrido importantes eventos como o Congresso de Copenhague, as manifestações dos cientistas pela paz, a discussão do aumento do risco de holocausto nuclear pelo programa norte-americano de guerra nas estrelas, a iniciativa diplomática soviética de moratória unilateral de testes nucleares de qualquer tipo e a frustração do encontro de Helsinki entre Reagan e Gorbachev.

As posições de Brasil e Argentina quanto à não-nuclearização militar da América Latina podem contribuir na luta pela redução dos

arsenais nucleares das potências que ameaçam, até por engano, o mundo de destruição. Nem um nem outro assinaram o Tratado de Não-Proliferação. De fato este é um tratado discriminatório, que nada impõe às potências nucleares. Para a América Latina há o Tratado de Tlatelolco, que Brasil e Argentina assinaram, mas não o puseram em vigor posteriormente, por não se realizarem condicionantes. Para a Argentina, a presença inglesa nas Malvinas é um complicador para assumir esse tratado, já que a Inglaterra poderia estacionar armas nucleares na ilha, apesar de Tlatelolco. Sem dúvida, a atitude inglesa é pouco construtiva nesse aspecto e prejudica a iniciativa de paz do Atlântico Sul, defendida pelo Brasil nas Nações Unidas recentemente.

Há muitos imponderáveis e faltam informações completas para uma análise acabada desta questão. Não há dúvidas que a política nuclear devia ser um tema no debate da Constituinte, desde que esse debate ocorra realmente e não se reduza aos formalismos congressuais.●

Luiz Pingueli Rosa é físico nuclear, e atualmente diretor da Coppe/UFRJ. Sua área de interesse é a energia física teórica.

Resumen

Energía nuclear

LA POLÍTICA DE LOS HECHOS CONSUMADOS

Relativamente desapercibidos, primero por la polarización de la campaña electoral que monopolizó la atención de la nación y después por los resultados de las elecciones, seguido luego por el choque traumático del Cruzado II, algunos hechos importantes se consumaron en el área de la política nuclear en los últimos meses. Aunque la prensa los registro — unos con más intensidad por algunos periódicos — no llegaron a crear un clima generalizado de impacto sobre la opinión pública nacional, al contrario de lo ocurrido en el accidente del reactor soviético de Chernobyl, cuando se llegó a divulgar, en un primer momento, centenas de muertos que luego fueron desmentidos.

Abstract

Nuclear Energy

RECENTLY CONSUMMATED FACTS IN BRAZIL'S NUCLEAR POLICY

Though relatively obscured, firstly by the polarization of the electoral campaigns that have monopolized the nation's attention and then by the results of the elections, closely followed by the traumatic shock of the second phase of the Cruzado Programme (termed Cruzado II), certain important facts have been consummated in the field of nuclear policy in recent months. Although they have been recorded in the press — some given greater coverage by certain newspapers — they have not made a generalized impact on Brazilian public opinion. This contrasts sharply with the reaction to the case of the accident with the Soviet reactor at Chernobyl, in which hundreds of immediate deaths were announced and later denied.

O imperativo da paz justa

J. Francisco Rezek

Uma carta seguindo de Potsdam para Viena, no verão europeu de 1932, instaurava a troca de idéias entre Albert Einstein e Sigmund Freud sobre o fenômeno da guerra, sua natureza e causas, e a difícil arte de prevenir-lhe a ocorrência. Einstein lembra, a certa altura, o instinto de destruição que rivaliza com outros, de índole positiva, em todo ser humano. Aquele é latente, mas não há maior dificuldade em despertá-lo e elevá-lo à potência de psicose coletiva. O cientista observa que essa desastrosa sedução não se abate apenas sobre as chamadas *massas incultas*: a intelectualidade, sem contacto direto com o lado rude da vida, rende-se ainda mais facilmente à injunção de formas sintéticas como o discurso e a página impressa.

Essa idéia evoca o quadro histórico sobre o qual certos analistas políticos construíram a teoria da *síndrome de Sarajevo*. Velhos e obstinados senhores, responsáveis pelas maiores lideranças na Europa do início do século, entendem de incentivar em seus súditos um nacionalismo agressivo, permeado de prevenções e de ressentimentos. Um dia, a qualquer pretexto, a guerra está nas ruas: já não há como serenar os ânimos explicando às pessoas que uma encenação oficial sistemática foi quanto produziu nelas o desejo do confronto armado, e que o holocausto que as espera é tão penoso quanto desnecessário.

Tanto tempo mais tarde, e não obstante as lições aprendidas em outras experiências traumáticas, o maniqueísmo presente na antiga síndrome parece renascer, com vigor multiplicado, em pontos vários de uma cena internacional mais ampla. No *ano internacional* que a ONU lhe consagra, a paz guarda ainda mais o perfil de um objetivo que o de uma realidade — como proclama, realista e contrito, seu secretário-geral ao convocar a celebração do evento. Não que, nesse terreno, as normas jurídicas sejam raras ou recentes. Já em 1928, com o *pacto Brind-Kellog*, as nações mais habilitadas ao uso das armas — e de maior experiência no ofício — solenemente renunciavam à guerra como instrumento de política nacional. De meio

alternativo para a solução de litígios entre Estados — fenômeno *superior ao direito* segundo a escola nacional-socialista, e *estranho ao direito* no entender de alguns positivistas —, o recurso às armas, fora de uma conjuntura estritamente defensiva, passa a configurar um ilícito internacional de superlativa gravidade. A Carta das Nações Unidas, em 1945, viria ampliar a dimensão da comunidade obrigada por essa renúncia, e disciplinar melhor seu mecanismo: previne-se a guerra mediante um sistema eficaz de composição pacífica dos litígios internacionais, associado à organização da segurança coletiva e do desarmamento. Sucede que esse ramo do direito internacional, como qualquer dos outros, só se implementa sobre o pressuposto da vontade política de fazê-lo. Dentro de suas fronteiras, o Estado, detentor do monopólio do emprego da força, mantém, em tese, a paz entre os cidadãos. No plano das soberanias, contudo, não há força supranacional que assuma semelhante encargo. As organizações políticas não têm como contornar o princípio da igualdade soberana entre seus membros, nem como ignorar a profunda desigualdade física que entre eles reina. Para essas organizações — a ONU e, no quadro regional que nos concerne, a OEA —, o êxito de todo empreendimento pacificador é inversamente proporcional à força dos Estados em conflito. Isto significa que, frente aos grandes, nenhuma organização internacional tem como assumir a autoridade do gendarme. Elas operam como desaguadouro de tensões que, de outro modo, nem sempre arrefeceriam sem atos de franca hostilidade; e a transparência do debate, tantas vezes áspero, que se trava em seus órgãos, permite o controle de todo comportamento estatal por um juiz mais severo que qualquer governo: a sociedade civil internacional, apoiada no trabalho da imprensa.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas não tem, em princípio, compromisso algum com o direito: seu encargo é o de manter a paz em toda circunstância, ainda que à custa do sacrifício de quem tenha em seu prol a norma jurídica, e a crédito do Estado que, sem

razão semelhante, mostre energia capaz de pôr em risco a segurança coletiva. De resto, o Conselho não pode deliberar contra a vontade, ainda que isolada, de qualquer das cinco nações que ali têm assento permanente e prerrogativa de veto. Essa distorção operacional não existe, por óbvio, no órgão judiciário das Nações Unidas, a Corte da Haia. Neutra, representativa, no mais depurado nível, dos grandes sistemas contemporâneos do pensamento jurídico, a Corte aplica o direito sem concessões à pesquisa do desdobramento político de seus acórdãos. Sua jurisdição, entretanto, depende de que a tenham aceito, em caráter permanente ou avulso, as nações em conflito. Ao final dos anos quarenta a República Popular da Albânia abandonou, na fase vestibular, o processo que lhe movia o Reino Unido por conta de um incidente naval. O fato se repetiria, no ano passado, dentro do processo movido pela Nicarágua contra os Estados Unidos da América. No dizer insuspeito de Thomas Franck, a atual administração americana voltou as costas não só para a Corte da Haia, mas para todo um passado de liderança na causa da paz mundial através do direito. Essa infeliz decisão, querem-na ver como conjuntural e transitória alguns dos mais notáveis expoentes do direito naquele país, que se envaidece de ter inventado, há duzentos anos, um modelo constitucional incomparável em primor e dignidade. Lembram eles, em



No ano internacional que a ONU lhe consagra, a paz guarda ainda mais o perfil de um objetivo que o de uma realidade. Não que, nesse terreno, as normas jurídicas sejam raras ou recentes. Sucede que esse ramo do direito internacional, como qualquer dos outros, só se implementa sobre o pressuposto da vontade política de fazê-lo. Dentro de suas fronteiras, o Estado, detentor do monopólio do emprego da força, mantém, em tese, a paz entre os cidadãos. No plano das soberanias, contudo, não há força supranacional que assuma semelhante encargo. As organizações políticas não têm como contornar o princípio da igualdade soberana entre seus membros, nem como ignorar a profunda desigualdade física que entre eles reina.



última análise, que nas democracias há o tempo certo de chegar ao poder, e o de deixá-lo.

O desarmamento, um dos postulados do ideário pacifista das Nações Unidas, há de ser entendido em justos termos. Ensina a história que a simples disponibilidade de armas não tem figurado entre as causas primeiras do desforço bélico, sobretudo se falamos de armas próprias não para vencer guerras, mas para dissuadir possíveis contendores da opção pela violência. Sob essa ótica, a reserva de armamento defensivo pode, ao acaso, operar como fator de preservação do equilíbrio nas relações internacionais. Sério embaraço de ordem moral há de enfrentar o Estado que se arma além de quanto lhe permite sua economia, mediante o sacrifício

de prioridades sociais. Não aquele que se guarda dentro de seus exatos limites. Tampouco o que produz e comercia armamento necessário à defesa de seus pares — sobretudo se o faz para compensar, de algum modo, restrições ao seu comércio de produtos inocentes, na selva escura que é o mercado internacional de hoje.

Prado Kelly via na paz o produto da afinidade democrática dos regimes políticos, idéia a que se pode agregar, por afinidade, a de que ela também pressupõe o equilíbrio econômico e social das estruturas. Há um misto de candidez e cinismo na tese de que a paz se resume em mera abstenção de todo confronto armado, em pura continência para que se

eternize o *statu quo*. Transparece, entretanto, o potencial explosivo de situações iníquas hoje reinantes, e sem perspectiva próxima de remédio. Espera-se do deserdado a motivação, a sensibilidade e a metodologia do aristocrata, e isto é impossível. Pretende-se, de ambos os lados do grande muro ideológico, que a ocupação militar, e outras formas menos aparatosas mas igualmente grosseiras de vassalagem sejam enfrentadas com esportividade, e isto é contrário à natureza humana. Agride-se em nome da busca de fronteiras seguras, qual se Duverger não houvesse lembrado que a única fronteira de segurança máxima é aquela livremente aceita por ambas as partes. A ameaça torna-se instrumento cotidiano de política comercial para que se preservem, intangidas, as regras de um jogo leonino na partilha da matéria-prima e do produto do trabalho comum. Não há paz confiável em tais circunstâncias. Parece rudimentar a certeza de que se confundem, inseparáveis, o ideal da paz entre as nações e o de um padrão mínimo de justiça na cena internacional. Por saberem disso, os autores da Carta de São Francisco não conceberam a organização como sentinela da paz estática: dela fizeram um foro exemplar de cooperação econômica, de desenvolvimento social uniforme, e de extinção não-traumática dos resíduos últimos do colonialismo.

Depondo ante o tribunal especial de Nuremberg, em março de 1946, o marechal Göring pretendeu explicar o descaso do Reich alemão por seus compromissos exteriores afirmando que a *guerra total* torna caducas todas as prescrições do direito internacional público. Esse entendimento de que o conflito de grande alcance tende a produzir sobre a ordem jurídica internacional efeito semelhante ao da revolução numa ordem interna, assumindo os vencedores a prerrogativa de ditar a lei nova, não era inédito. Dois anos antes, falando à Câmara dos Comuns, Winston Churchill prenunciara o resultado da guerra e garantira que as potências aliadas teriam as mãos livres para dispor sobre o destino dos vencidos, sem deveres de natureza jurídica, e observando tão-só seus compromis-

sos morais para com a civilização. Há nesse quadro um problema jurídico outrora importante, e hoje revestido do mais estrito academicismo. De fato, uma nova guerra total não faria desaparecer apenas o direito que rege as relações entre Estados, mas virtualmente tudo quanto resultou de alguns milênios de trabalho, reflexão e aprimoramento da raça humana, se essa mesma, de algum modo, puder subsistir. Ninguém desconhece tal perspectiva, e em razão dela se tem dito que o armamento nuclear, para as superpotências, é tão indispensável quanto inutilizável. Há uma espécie de *crise da grande guerra* desde que esta se excluiu do rol das possibilidades razoáveis. O resultado são exercícios variantes de violência, geograficamente circunscritos, quase sempre anacrônicos e de motivação frívola, flagelando de preferência os pequenos, os fracos, os que de modo inevitável se privam do essencial quando despendem recursos no empreendimento armado. Immanuel Kant, em seu tempo, estimava que a democracia e a vocação bélica se excluem mutuamente, observando que a guerra é do gosto do príncipe, que se preserva de todo risco enquanto a tragédia irrompe nos lares dos

mortais comuns. Hoje, na medida em que tensões entre superpotências se aliviam com guerras avulsas em território de terceiros, cai por terra o argumento kantiano. Que se cuide de decidir sobre um conflito armado a desenvolver-se à distância, sacrificando estranhos, e não há mais por que tanto destoem a voz de um poder representativo da vontade popular e a voz singularíssima do príncipe.

No desfecho de sua longa resposta à carta de Einstein, em 1932, o doutor Freud buscava uma explicação para o fato de que eles, os dois sábios, e bom número de outras criaturas, nutrissem tão radical revolta contra a guerra. Dando-se a um exercício de reflexão especulativa, ele abstrai em certo ponto o tema da virtude, para apenas evocar o rebaixamento brutal dos padrões estéticos no clima de guerra, e concluir: somos pacifistas porque organicamente obrigados a sê-lo; rebelamo-nos contra a guerra porque simplesmente nos é impossível raciocinar ou agir de outro modo.

Algo semelhante permeia, por certo, a motivação desta república, e da quase totalidade das nações na hora presente. Queremos crer que nossa opção pela paz resulta de uma

comprovada vocação pacifista, do senso humanitário, do culto da legalidade. Mas se não fosse por tais méritos, haveríamos de ser pacifistas de todo modo, porque não se nos abre alternativa. Visto o plano de aprimoramento técnico a que chegaram os líderes da corrida armamentista, parece claro que nem pelo efeito da mais completa insânia, nem com o mais radical abandono de nossas prioridades sociais, estaríamos próximos — e conosco não só as nações em desenvolvimento como ainda a expressiva maioria dos Estados pós-industriais — de alcançar o nível de competição das potências nucleares de primeira grandeza. Dentro desse contexto, nosso armamento defensivo pouco mais é que uma irrisão romântica. Por isso, como têm lembrado, ao longo do tempo, algumas das vozes mais lúcidas da diplomacia brasileira, nossas armas são necessariamente a razão, a ética, o direito. ●

J. Francisco Rezek, 42, doutor em direito internacional pela Sorbonne, é professor titular na Universidade de Brasília e ministro do Supremo Tribunal Federal. O texto é uma síntese da conferência feita no Itamaraty, no dia 16 de setembro de 1986, em celebração do Ano Internacional da Paz.

Resumen

Paz

EL IMPERATIVO DE LA PAZ JUSTA

La paz preserva más el perfil de un objetivo que el de una realidad en el año que la ONU le consagra. No es que en ese terreno las normas jurídicas sean poco comunes o recientes, lo que sucede es que ese ramo del derecho internacional — como cualquier otro — sólo se implementa sobre el presupuesto de una voluntad política de hacerlo. Dentro de sus fronteras, el Estado, detentor del monopolio del empleo de la fuerza, mantiene, en tesis, la paz entre los ciudadanos. En el plano de las soberanías, sin embargo, no hay fuerza supranacional que asuma semejante encargo. Las organizaciones políticas no tienen cómo contornear el principio de la igualdad soberana entre sus miembros, ni cómo ignorar la profunda desigualdad física que reina entre ellos.

Abstract

Peace

THE IMPERATIVE OF JUST PEACE

In the international year the UN has dedicated to it, peace looks even like an objective than a reality. And this is not because judicial norms are scant or recent in the field. The problem is that this branch of international law, like all the others, can only be implemented if there is the political will to make it work. Within its own frontiers, the State, which has the monopoly of the use of force, theoretically keeps the peace among its citizens. At the level of sovereignties, however, there is no supranational power to take on a similar responsibility. Political organisations cannot get round the principle of sovereign equality between their members, nor can they ignore the profound physical inequality that reigns among them.

*Humanidades está nas principais bancas e livrarias.
Mas você pode receber em casa. Basta preencher
o cupom no final desta edição e enviar à Editora
Universidade de Brasília*

Humanidades
a revista séria que dá prazer

Assinatura anual
\$ 230,00

Contra a guerra pela paz



ZIVKO KOZAR

Neste ano, o 40º aniversário da vitória sobre o fascismo é comemorado não-somente nos países que tomaram parte ativa na luta contra as forças fascistas aliadas, mas também a solidariedade internacional é comemorada mediante manifestações pela paz e a cooperação pacífica contra a guerra e suas ameaças.

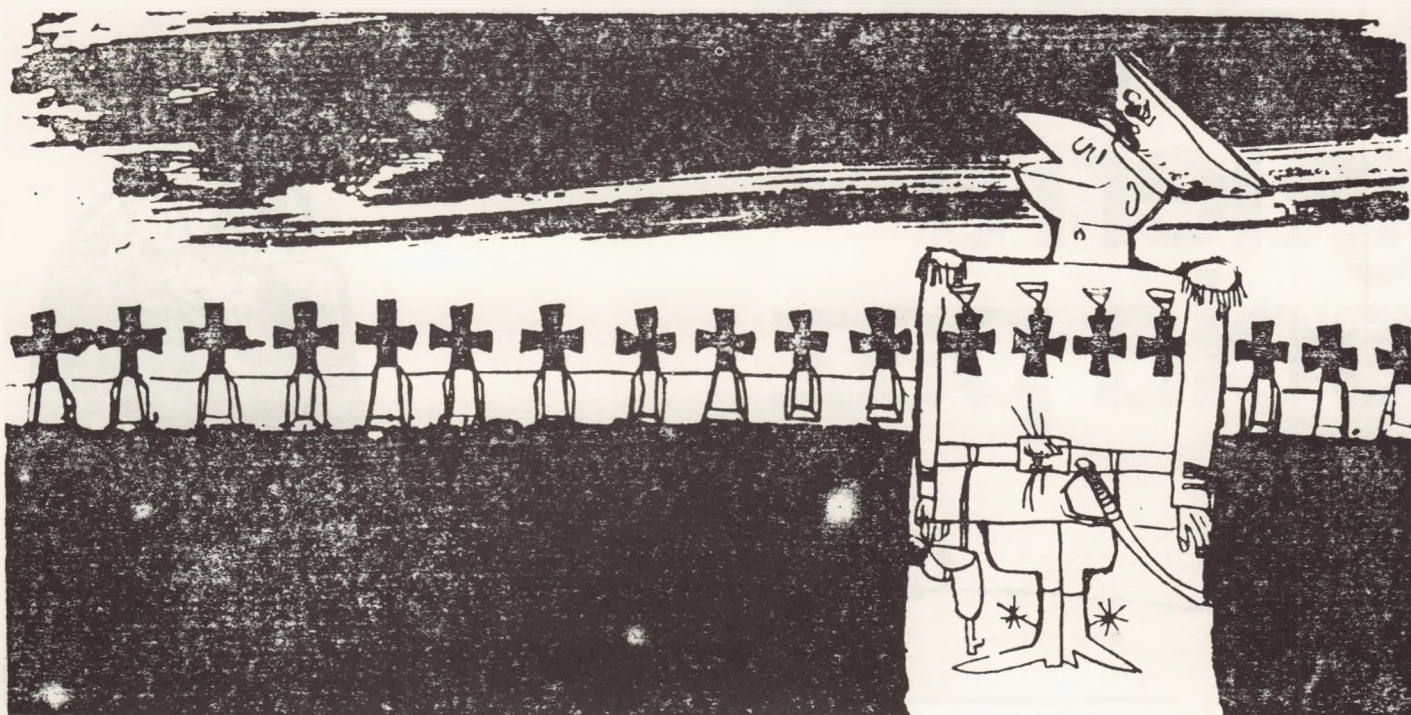
Os cartunistas iugoslavos, com esta seleção de obras, manifestam, também, sua determinação e seu empenho por um mundo melhor e mais belo – um mundo sem guerras, um mundo de paz e amizade entre os homens e povos.

O cartun, por sua natureza, é uma expressão da liberdade de criação e, como dizia um destacado

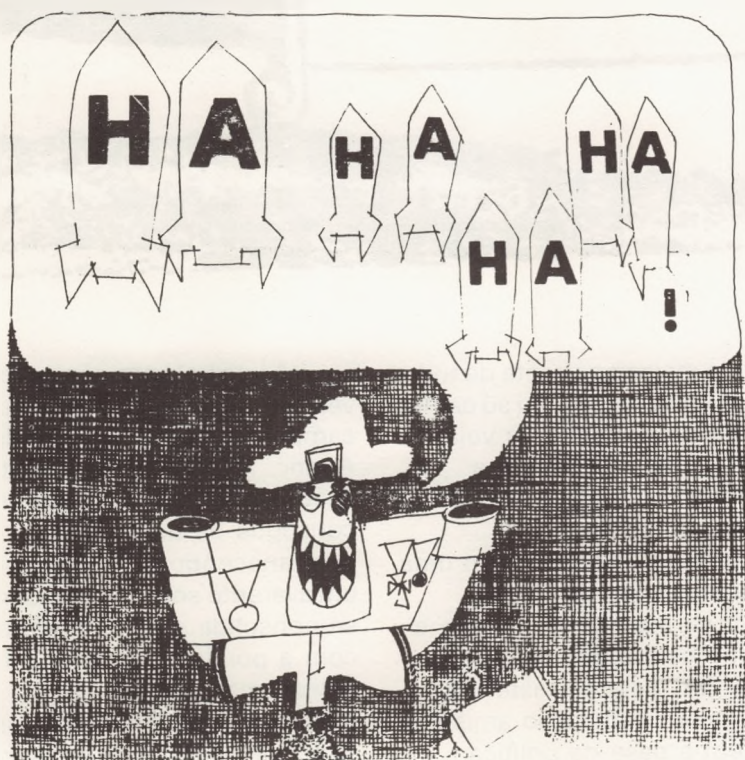
escritor, “a mais penetrante de todas as críticas”. Não existe um só campo que passe despercebido à veia crítica do cartunista; desde a economia até a política exterior, da cultura até o esporte.

Guerra e paz constituem uma temática inevitável do cartun iugoslavo da atualidade, porque a luta contra os perigos da guerra, a luta pela paz, pela coexistência pacífica, pela cooperação amistosa constituem a base da política exterior não-alinhada da República Socialista da Iugoslávia e a determinação permanente e essencial dos povos e nacionalidade deste país que viveu todos os horrores, tanto da Primeira como da Segunda Guerra Mundial.

A luta pela paz não se realiza de vez em quando, sob a forma de campanha; “a paz”, segundo Ivo Andrić, Prêmio Nobel de Literatura, “não é um patrimônio que se consegue de uma só vez, permanecendo sentados como faz um avaro sobre seu tesouro; a paz se consolida e se defende no solo, com a política exterior e a força militar, mas também, e principalmente, com todas as forças morais e materiais de um país, com a postura e atitude global de uma nação, com sua coesão interior, com sua capacidade de trabalho e sua criatividade, sua perseverança e o sentido de dever no cumprimento de todas as tarefas, até as mais insignificantes”.



ZORAN JOVANOVIĆ

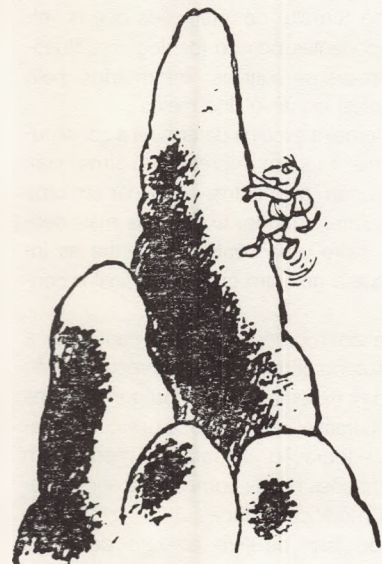


ALEKSANDAR BLATNIK

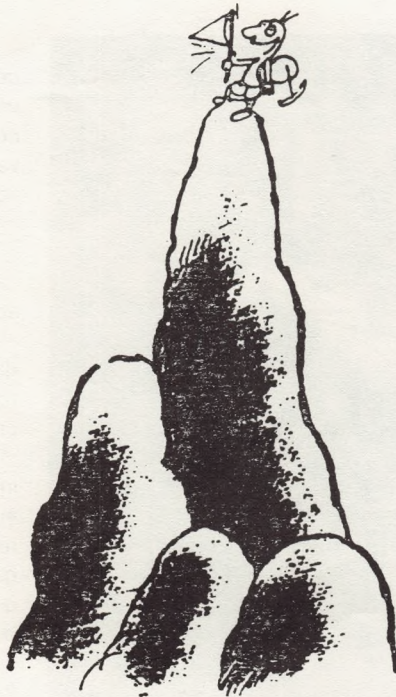
Conforme essa reflexão de Andrić, que expressa o sentimento do povo da Iugoslávia, os cartunistas iugoslavos, com seus trabalhos, lutam perseverantes e conscientes pela paz no mundo. Com a força de suas idéias e de seus desenhos, vêm censurando a instigação da guerra, a contínua criação de tensões no mundo, a competição da força, as ameaças, os riscos que provocam uma catástrofe etc.

Tal empenho obteve resultados notáveis: o alto nível do cartun iugoslavo antiguerra e e uma série de reconhecimentos aos cartunistas iugoslavos em certames internacionais

Esta pequena seleção de cartuns antiguerra dos últimos anos — selecionados de toda parte da Iugoslávia — demonstra a riqueza desta temática, a diversidade de inspirações, a originalidade e a maestria dos cartunistas.

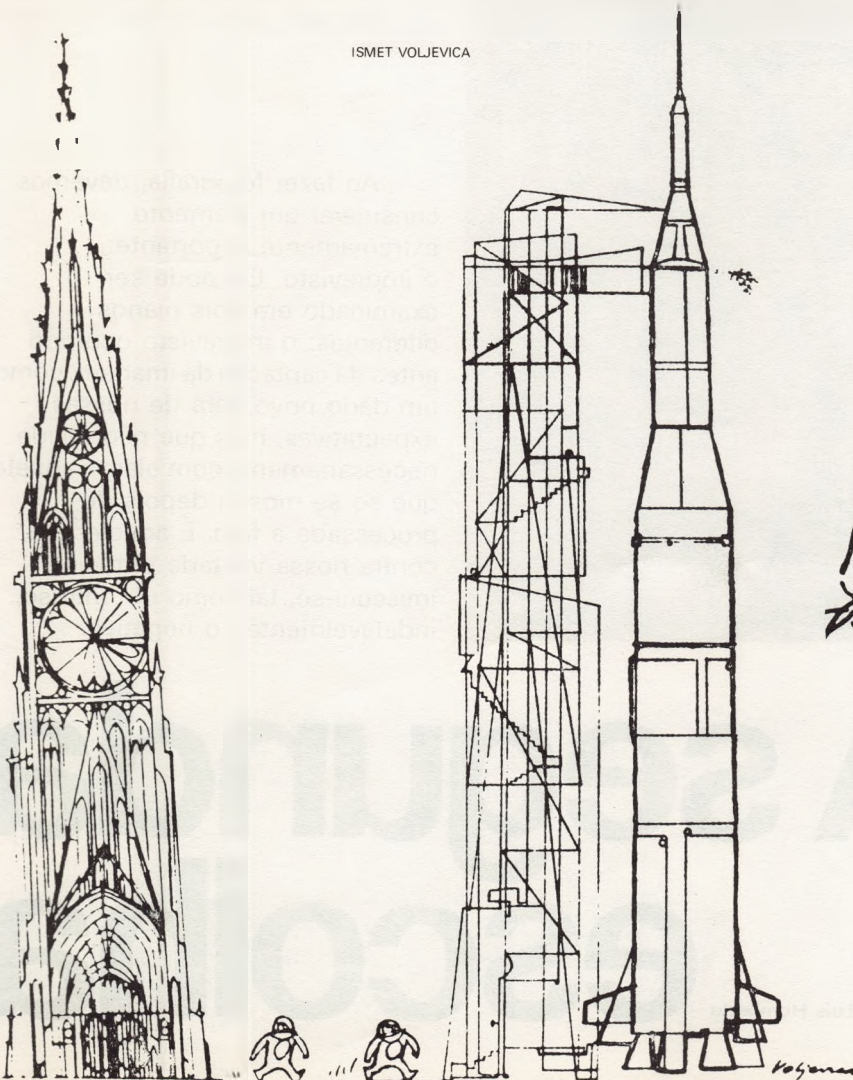


SLOBODAN MILIĆ



MILIĆ

ISMET VOLJEVICA



ZDENKO BLAŽIĆ



Foto do autor

O resultado do agir fotográfico decorre de um ato de escolha, de uma decisão desenvolvida, inteiramente, no âmbito do universo pessoal, no tumulto de interações que envolvem componentes político-ideológicos, filosóficos, culturais e afetivos, informados pelo imprescindível domínio dos meios.

A primeira escolha determina a consecução de uma imagem impressa no filme, cuja adoção ou não, pelo autor, vai se dar em uma etapa seguinte, quando, examinada mais detidamente, sofre uma conferência entre as intenções que a geraram e sua face final e concreta.

Até ao momento de sua captação, a imagem flutuou entre uma certa concepção advinda das expectativas do fotógrafo e uma realidade palpável que provoca um certo desgaste da elaboração abstrata, na medida em que informações novas começam a ser percebidas e a modificar atitudes.

Tudo isso, deve-se ao fato de ser a fotografia um produto emergido da inteligência e sensibilidade de um ser pensante, relacionando-se velozmente com um mundo a sua volta, sendo por ele afetado e procurando atingi-lo, não importando em que grau isso possa suceder.

Ao fazer fotografia, devemos considerar um elemento extremamente importante: o imprevisto. Ele pode ser examinado em dois planos diferentes: o imprevisto ocorrido antes da captação da imagem, como um dado novo, fora de nossas expectativas, mas que não colide necessariamente com elas; e aquele que só se mostra depois de processada a foto. É aquele que, contra nossa vontade primeira, imiscuiu-se, tal como um intruso, indelevelmente no negativo.

A segunda escolha

Luís Humberto

Ao fazer fotografia, devemos considerar um elemento extremamente importante: o imprevisto.

Até que ponto, nós temos, verdadeiramente, em um primeiro momento, controle sobre nossa ação e seus resultados?

O imprevisto deve ser considerado como um dado permanente e com aparições frequentes.

Ele pode ser examinado em dois planos diferentes:

O imprevisto ocorrido antes da captação da imagem, como um dado novo, fora de nossas expectativas, mas que não colide necessariamente com elas.

Pode tornar-se enriquecedor, quando o percebemos e o incorporamos no rol de nossas intenções, mas, ao contrário, pode ser causador de insucesso quando recusamos admiti-lo em sua pesada existência, tentando ignorá-lo e descartá-lo.

Ao atuarmos fotograficamente, devemos adotar, sempre, uma atitude aberta que nos permita agir ludicamente com relação ao imprevisto. Devemos estar receptivos às aparições inesperadas, ou mesmo indesejadas, e acolhê-las — tanto quanto possível — de bom grado.

É preciso entender que certos imprevistos podem ser definitivamente frustrantes, mas ter, também, a sabedoria para não arrastar essas frustrações além do tempo necessário para esquecê-las.

Outro tipo de imprevisto é aquele que só se mostra quando depois de processada a foto. É aquele que, contra nossa vontade primeira, imiscui-se, tal como um intruso, indelevelmente no negativo.

Neste caso, só duas atitudes podem ser tomadas: Ou o admitimos como um elemento que se incorpora, retroativamente, à nossa vontade e o perfilhamos — o que significa um segundo tempo de autoria — tal como se reconhecêssemos um filho até então não sabido; ou, se esse dado inesperado não se ajusta à flexibilidade de nossas intenções, nós, simplesmente, o rejeitamos. Sem dramas nem neuroses. Apenas exercendo um direito de escolha de um ser pensante sobre seu trabalho.

Na questão da segunda escolha, outro

ponto deve ser examinado: a rejeição, em primeira instância, de uma foto.

Deve-se notar que a evolução da nossa maneira de sentir, e, portanto, de ver, não se dá abruptamente, mas lenta e, às vezes, imperceptivelmente. Isto significa que no conjunto de nossa produção individual aparecem, em dados momentos, sinais de uma mudança, de um crescimento não percebido, refugados inteiramente ao primeiro exame, como se experimentássemos uma situação de incapacidade para entendermos nossa própria expansão sensível. Esses indícios, uma espécie de cintilações precursoras de nós mesmos, violentam o nosso pensar e agir, condicionados por nossos limites, que procuramos medrosamente preservar. Mas ficam, como testemunhos de um avanço recusado, e só à frente, muito à frente, serão identificados e retomados como apoio para uma caminhada mais segura.

Isto porque somos tão convencionalmente amarrados ao que fazemos, em um dado momento, e nos tornamos incapazes de ver com clareza nossa própria lucidez.

Colocamos obstáculos para proteger nossa mediocridade. Parece existir dentro de cada um de nós, simultaneamente, duas entidades em permanente conflito:

Uma com possibilidades de imenso crescimento e outra reprimida e acovardada com uma possível expansão que, uma vez liberada, não poderá ser mais contida.

A primeira é a nossa face com a dimensão e a grandeza do universo, enquanto a segunda é o nosso lado humano mais mesquinho, medroso e preocupado com a autopreservação, no que ela significa como garantia medíocre de aceitação.

As experiências de vida não se esgotam, quando de seu fim aparente, mas permanecem agindo por seus resíduos que, subjacentes, comandam uma inevitável transformação. Funcionam como indicações premonitórias de um futuro unimaginável, só acolhidas, bem mais tarde, quando tivermos condições de entendê-las.

É fundamental compreendermos que os caminhos da transformação não são percorridos em velocidade, nem chegamos a ela através de decisões mágicas e instantâneas,

mas somente quando alcançamos um maduro conhecimento de nós mesmos. É um difícil e contraditório processo, mas de profundo enriquecimento.

Somos consequência de nossos antecedentes e de nossos próprios resíduos. Eles nos deixam rastros orientadores e, por mais claros que sejam, nem sempre são percebidos.

Ao revisitarmos nosso trabalho, nos colocamos diante de um espelho que nos mostra faces espantosamente desconhecidas, obrigando-nos a um reexame que nos conduz a uma espécie de viagem retroativa para dentro de nós mesmos. Uma aventura muito dolorosa — pelo freqüente sentimento de perda — capaz de permitir-nos a recuperação de dados fundamentais para o nosso próprio redimensionamento, enquanto seres produtivos, e fazer-nos mais conscientes dos papéis a serem por nós desempenhados.

O tempo é o grande e inexorável depurador. Se, de um lado, provoca desgastes, também reabilita coisas antes recusadas, por razões indefinidas, à época de sua gestação.

Somos inventores de sonhos, às vezes recusados, talvez por serem reveladores de uma imensa complexidade que nos habita e nos causa pavor, pela impossibilidade de decifrá-la.

Somos seres em trânsito pelo presente, no rumo de um futuro não sabido, impulsivados por nossas experiências acumuladas, que adquirem um valor inestimável, se tiverem seus significados constantemente reavaliados.

Devemos nos obrigar, sempre, ao confronto com nossas diversas faces e nossos múltiplos medos, como uma espécie de exercício que nos dará vigor para sustentar um crescimento permanente.

É um combate diante do espelho, no qual somos nossos próprios oponentes.

Mas, entre vitórias e derrotas, se tivermos coragem para nos olharmos direto nos olhos, poderemos reconhecer nossa face mais luminosa, e, aí então, nos tornaremos seres viáveis.

Luís Humberto, carioca, é arquiteto e fotógrafo. Um dos fundadores da Universidade de Brasília em 1962, como professor-assistente do Instituto Central de Artes e do Curso Tronco de Arquitetura e Urbanismo; voltou em 1986 à UnB como professor-adjunto do Departamento de Comunicação.

Resumen Imagen

LA SEGUNDA ELECCION

Al fotografiar hay que considerar un elemento sumamente importante: lo imprevisto, el que puede examinarse en dos planos diferentes. El imprevisto ocurrido antes de captar la imagen, como un nuevo dato fuera de nuestras expectativas, pero que no se opone necesariamente a éstas. Y el otro, es aquél que sólo se muestra después de revelada la foto y el que, contra nuestra primera intención, se inmiscuye — como un intruso — indeleblemente en el negativo.

Abstract Image

THE SECOND CHOICE

In photography, one must take an extremely important element into account: the unexpected. It can be examined on two different levels: the unexpected that occurs before the image has been captured, like a new fact beyond one's expectations, but not necessarily in conflict with them; and that which only comes to light after the photo has been developed. It is that which, contrary to one's initial design, slips in, like an intruder, indelibly engraved on the negative.

A OEA não funciona, e há muito tempo. Sua paralisia é estrutural; sua ineficácia e falta de operacionalidade, endêmicas. E como a casca que esconde o fruto, ela sintetiza, reflete e expressa os sintomas de uma crise, que é ainda mais profunda: a do próprio sistema interamericano. Cercada entre o poder hegemônico e dominante de uma superpotência em nível mundial, os EUA, e uma plêiade de pequenos países latino-americanos e caribenhos, que carregam sobre os ombros o selo indelével do subdesenvolvimento, a história deste sistema tem sido a de suas contínuas e repetidas crises. De suas contradições, de suas perplexidades. Por conseguinte, a história também da própria OEA.

Significativamente, o primeiro Escritório Comercial da União Internacional das Repúblicas Americanas se instalou em 1890 na cidade de Washington, D. C. Mais tarde, em 1948 nascia a Organização dos Estados Americanos (OEA) e se assinava sua primeira carta constitutiva. Criada "... na certeza de que o verdadeiro sentido de solidariedade americana e de boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar-se o continente...", não tardou em transformar-se no instrumento político internacional ao qual os EUA recorreriam sucessivas vezes para consolidar sua liderança e integrar a região como "zona de influência" dentro do âmbito de conflito Este-Oeste.

Guatemala, 1954; invasão de Playa Giron em 1961; as sanções impostas a Cuba em 1962; a intervenção direta na República Dominicana em 1965, disfarçada sob o nome de "Forças Interamericanas de Paz": foram todas escalas de uma série de sucessivas crises dos países da região. Diante delas, a atitude da OEA oscilou constantemente entre a omissão cúmplice e o apoio mais descoberto aos interesses políticos norte-americanos, que contribuíam com ostensivos 66% dos gastos da organização.

Nos anos 70 nada melhorou. Pelo contrário, a mudança de política externa que os EUA experimentaram, lançados a um enfoque dos problemas internacionais de tipo "globalista", trouxe consequências amargas para a vida do organismo multilateral. Nesta nova visão estratégica, priorizavam-se os vínculos bilaterais por sobre os regionais. A OEA, submersa agora numa grave paralisia institucional, já não interessava a seu sócio principal, que a partir de 1978 rebaixava sua quota de participação no orçamento a moderados 49%.

Já nos anos 80, a crise das ilhas Malvinas acrescentou outro motivo de desencanto no interamericanismo. Desta vez o atingido foi o TIAR, criado com o objetivo de defender militarmente os países da região de qualquer agressão extra-continental. Frente à posição

OEA, ainda podemos confiar?

Daniel Rótulo Decuadra

Tradução de Marcos Bagno

adotada no conflito pelos EUA, de franco apoio à Grã-Bretanha, o organismo, imerso na mais perplexa imobilidade, teve de limitar-se a observar pacientemente o desenrolar dos acontecimentos da guerra, sem nada poder fazer. Logo, agora em 1983, a invasão norte-americana da ilha de Granada terminava de enterrar alguns artigos da carta constitutiva da OEA, um capítulo inteiro, além da pouca fé que algum romântico ainda pudesse alimentar em relação ao funcionamento do velho organismo.

Finalmente, as gestões do Grupo de Contadora, criado em 1983 para levar a paz à região centro-americana, assim como o êxito relativo que estas gestões demonstraram ao evitar pelo menos um conflito de alcances maiores, deixou clara a resignação dos países da região em prescindir da OEA, assim como a vontade de criar mecanismos válidos e eficazes, necessariamente fora de seu raio de ação.

"Talvez critiquem mais a OEA porque a amem mais"

João Baena Soares

A ironia do comentário produziu risos no público que escutava sua exposição no Auditório Joaquim Nabuco da Universidade de Brasília. O Secretário-geral do organismo desde 1984 estava falando precisamente do seu enfoque das perspectivas da OEA. Traçando

perfis, descrevendo diagnósticos, definindo espaços possíveis, como quem arma um quebra-cabeças, peça por peça, com paciência e sabedoria, o experiente diplomata imaginava-as para comunicar sua visão realista porém esperançosa da OEA. "A tendência atual é ao bilateralismo, inspirada numa espécie de cansaço do que se considera a incapacidade da diplomacia multilateral", explicou. Em seu propósito de conferir um pouco de esperança ao organismo, Baena respondeu a perguntas sobre temas "quentes": Malvinas, dívida externa. Sobre as primeiras, afirmou: "Creio que o resultado da negociação foi um êxito; pela primeira vez houve um apoio dos países caribenhos de fala inglesa à posição argentina". Referia-se à última resolução da Assembleia Geral, realizada na Guatemala, na qual a Argentina havia deixado de lado sua idéia inicial de obter uma resolução que condenasse a Grã-Bretanha por sua declaração de "zona econômica exclusiva" da zona adjacente às ilhas. A negativa dos EUA em relação a aprovação de tal resolução havia definido a posição argentina. "A moderação trouxe um resultado positivo", conclui Baena.

Quanto à dívida externa, explicou: "Eu não pretendo que se negocie a dívida externa na OEA, mas digo que seria uma omissão para o organismo se não discutisse um assunto de tal

importância". E ao definir melhor sua idéia sobre o papel que a OEA pode desempenhar neste tema, acrescentou: "A OEA pode ser um foro de discussão e contribuir para que se desenhem diretrizes, rumos para facilitar a busca de soluções". E mais adiante: "Pode-se realizar um esforço quase didático, se se quiser. A presença de países como o Japão e os da Comunidade Européia na qualidade de observadores pode servir para informar a estes países sobre nossa própria realidade".

Finalmente, explicou suas expectativas. Para revitalizar a OEA é fundamental a ratificação do Protocolo de Cartagena, no que denominou o "tempo das reformas". O fim do processo traria nova esperança para as relações interamericanas: reformulação do princípio de "solução pacífica de controvérsias", respeito ao direito de não-intervenção; um novo conceito de desenvolvimento, o "desenvolvimento integral"; e um substrato ideológico atraente: "liberdade, democracia, direitos humanos". A idéia última do projeto: um futuro promissor para os povos latino-americanos, desenvolvendo a "cooperação" em todos os âmbitos possíveis. Neste sentido, os países deverão aproveitar um espaço político que já possuem: a OEA.

E agora, o quê?

Só para concluir. O embaixador veio e traçou seu quadro esperançoso para o futuro do organismo. Ao ir-se, deixou semeada a inquietação, desperta a expectativa, estabelecida a dúvida. Hoje muitos se perguntam se a revitalização do organismo será possível. A nós fica-nos esta dúvida, e mais que ela o desejo de que algum dia nossos povos contem com um foro adequado, capaz de gerar soluções a suas necessidades cruciais. É urgente. ●

Resumen

Comentario

OEA, ¿TODAVÍA PODEMOS CONFIAR?

La OEA no funciona hace mucho tiempo. Su parálisis es estructural y su ineficiencia e ineficacia son endémicas. Como la cáscara que esconde el fruto, ella sintetiza, refleja y expresa los síntomas de una crisis que es incluso más profunda, pues se trata del propio sistema interamericano.

Abstract

Comment

OAS – CAN WE STILL TRUST IN IT?

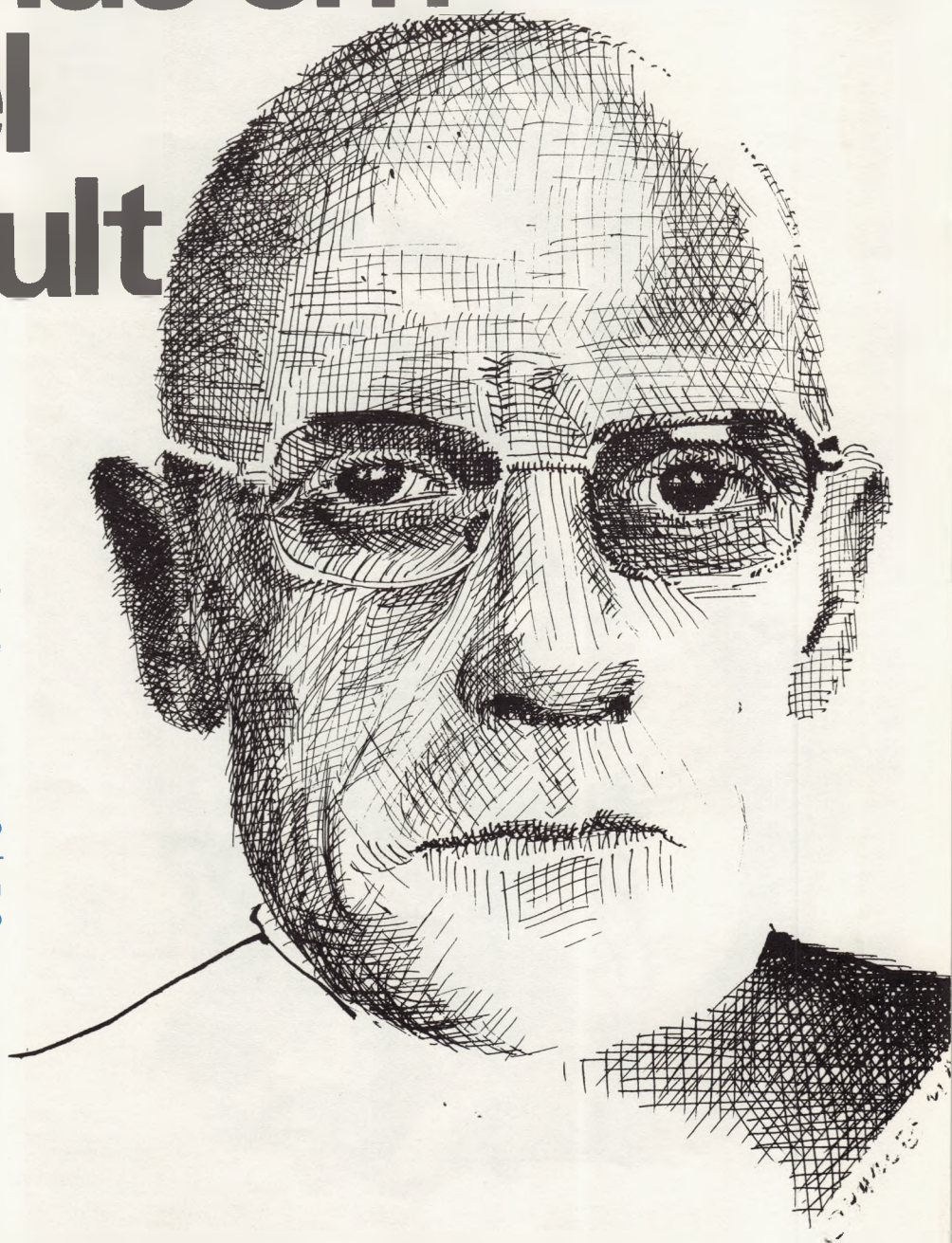
The OAS does not work, and has not done so for a long time. Its paralysis is structural; its inefficacy and inoperativeness, endemic. And, like the peel that conceals the fruit, it is the synthesis, reflection and expression of the symptoms of a crisis that runs even deeper: the crisis of the interAmerican system itself.

JURAJA GRUBER 86

A metodologia das ciências humanas em Michel Foucault

Roberto Furian Ardenghy

Não seria exagero afirmar que Michel Foucault é o autor que maiores inquietações produziu na filosofia da segunda metade do século XX. Um dos conceitos mais polêmicos por ele formalizado – o da ruptura e da descontinuidade entre as epistemes ao longo da história – serve para caracterizar o resultado de suas idéias no pensamento contemporâneo. A obra de Foucault – que discute desde a sexualidade e a política do corpo até a objetividade da ciência – tem um objetivo específico: a crítica radical das concepções correntes do processo histórico e do método científico.



"Meu caro amigo,
toda a teoria é névoas; adiverde
só a árvore da vida."

Mefistófeles, Fausto (Goethe)

Críticos veementes, defensores apaixonados, todos são unânimes em um ponto: a radicalidade e a inovação são duas características básicas de toda a obra de Foucault. Seus escritos, por vezes obscuros e até contraditórios, questionam os mais diversos ramos do conhecimento científico: história, psicologia, lingüística, ciência política.

Isto ocorre por duas razões. Michel Foucault, em primeiro lugar, é quase a síntese de uma escola que procura questionar as próprias bases racionais do pensamento ocidental, os pressupostos da razão especulativa — em continuação às polêmicas obras de Nietzsche, Bachelard e Artaud. Todavia, há uma diferença essencial entre eles e Foucault. Enquanto que os aforismos de Nietzsche prestavam-se a interpretações as mais diversas; o método polêmico ("aproximalismo") de Bachelard¹ dificultava qualquer enunciado científico e o teatro de Artaud era, muitas vezes, caracterizado como resultado de uma personalidade esquizofrênica, Foucault possui um discurso rigorosamente lógico e empírico. Deste modo, na medida em que sua precisão conceitual é inegável e sua erudição resultado de exaustivas pesquisas em fontes bibliográficas até então negligenciadas, o alcance e repercussão de sua obra é muito maior.

Em segundo lugar, a abrangência e a profundidade de suas críticas decorrem também do tipo de análise que ele propôs para a ciência. Alterando o método de raiz cartesiana e comteana de fixação "a priori" de um *objeto* a ser analisado e de considerar o *sujeito* humano, racionalmente considerado, como apto a superar os limites da consciência, Foucault procura determinar as "condições de possibilidade" de ambos, num deslocamento do foco analítico da ciência em si mesma para os elementos preexistentes que condicionam o discurso científico. A fenomenologia de Husserl auxilia esta nova perspectiva da relação sujeito-objeto. O objeto, na medida em que é o objeto da consciência, dá ao sujeito seus limites, ou seja, sua finitude. Assim, o ser não é a medida do ser, mas do objeto guia da consciência.

As implicações de tal proposta são óbvias: trata-se de uma crítica complexa e profunda que coloca em jogo um edifício conceitual construído ao longo dos séculos. Em suma: uma nova visão analítica da realidade. Nesta empresa, nem mesmo Foucault parece muito à vontade. Extremamente claro e objetivo em certas passagens, em outras propõe conceitos dúbios e menospreza certas particu-

laridades importantes da realidade histórica², como pretendendo adequar os fatos à teoria, e não o contrário. Tais críticas, no entanto, não chegam a comprometer a obra em sua totalidade. Foucault não só amplia o estudo e a análise de questões fundamentais tais como a loucura e a sexualidade, como também fornece uma ótica inteiramente nova para o estudo do discurso científico e do homem.

Portanto, talvez a dimensão mais rica da obra de Foucault esteja exatamente nas inovações metodológicas que propõe para as chamadas "ciências humanas". Quanto a este aspecto cabe uma observação inicial que é indispensável à compreensão dos pressupostos teóricos que ele utiliza para analisar as particularidades, seja da "sociedade carcerária" que é criada a partir da consolidação do capitalismo na França pós-napoleônica, seja da "sexualização" do corpo como resultado da capilarização do poder. Todos estes conceitos devem levar em consideração que Foucault reconhece a extrema imprecisão e a dificuldade de uma positividade específica às ciências humanas. Para ele, as ciências humanas são formadas a partir de modelos determinados que desempenham a função de saber particular, eventualmente relacionados. Este pressuposto teórico, e só ele, justifica que sua obra mais importante — *As Palavras e as Coisas* — seja centrada na análise de três categorias de saber: a biologia, a economia e a linguagem. Foucault considera que estes três saberes são os que melhor apresentam o homem na sua positividade.

Sujeito, objeto e condições de possibilidade

Como foi sublinhado anteriormente, Foucault realiza um deslocamento no foco analítico do homem na ciência. O sujeito e o objeto não são dados, mas *constituídos* por fatores de ordem social, política e econômica. Ambos dependem de um determinado *discurso* da razão que produz os saberes da época. Para Foucault, o *sujeito* é uma criação moderna. A episteme racional-naturalista, ao abandonar a representação, aloja-se na profundidade da vida e cria a necessidade de um domínio do saber que torna o homem o centro do discurso. Este processo está ligado à "dessacralização" do mundo produzida pela ascensão da burguesia e pelo Iluminismo.

Apesar de elogiar a linha de raciocínio weberiana, por ser atenta à variedade de formas sociais da razão, o projeto de Foucault é ainda mais ambicioso: trata-se de determinar as condições históricas desse antropocentrismo e, principalmente, avaliar sua influência na formação do discurso científico e dos saberes: "(...) como foi que o sujeito humano tomou a si mesmo como objeto de possível saber? Através de quais formas de racionalidade e condições históricas? E, finalmente, a que preço? Esta é a minha pergunta: a que preço os sujeitos podem falar a verdade sobre si mesmos?"³

Terá conseguido seu intento? Como determinar tais condições? Foucault dá várias pistas em "A Arqueologia do Saber" e "As Palavras e as Coisas".

Para Foucault o material que deve ser analisado em sua neutralidade primeira é um conjunto de acontecimentos no espaço do *discurso*.

descrição pura dos fatos. Não se trata, ressalta, de uma análise da língua, objeto da lingüística, mas da determinação de como um enunciado específico apareceu no discurso do saber e nenhum outro em seu lugar. Como não há, necessariamente, continuidade entre os discursos de várias epistemes ao longo da história — a polêmica conceituação da história como um conjunto de rupturas, descontinuidades — pode-se reduzir um determinado enunciado a sua singularidade de acontecimento; "acontecimento discursivo", diria Foucault. Com esta "petição de princípio", ressalta Eduardo Lourenço⁴ no prefácio da edição portuguesa de "As Palavras e as Coisas", "o sujeito e a consciência são para Foucault ficções de um desses campos epistemológicos (epistemes). Assim, o emprego das categorias "causa" e "efeito", de "consequente" e "antecedente" utilizados pela comum compreensão histórica são próprios de uma metodologia precisa, bem datada, que do ponto de vista de Foucault parece exausta e que é, em suma, a metodologia naturalista-racionalista".

Não é por acaso, portanto, que o seu empreendimento é muitas vezes caracterizado como utópico, irracional e surrealista, pois concentra a crítica naquilo que é mais fundamental à ciência: o discurso científico, e sua racionalidade, neutralidade e atemporalidade.

Continuando o raciocínio de Foucault: na medida em que analisa o discurso e suas condições de possibilidade, pode-se então determinar o modo de existência dos acontecimentos discursivos em uma cultura, as

condições históricas que regem a aparição de enunciados, sua conservação, os laços entre eles e, principalmente, o modo pelo qual são investidos em práticas e condutas, ou seja, o discurso e sua institucionalização — “arquivo”, na terminologia de Foucault.

É nesse ponto que a filiação de Foucault ao estruturalismo é particularmente clara, especialmente quanto a um aspecto: reconhecendo a dificuldade de descrever, de uma só vez, todas as *relações* do arquivo, admite a necessidade de, ainda que provisoriamente, aceitar um *corte inicial* na realidade, bem ao gosto estruturalista. Segundo ele, o domínio onde os acontecimentos discursivos estão mais ligados uns aos outros, e as relações são mais densas e numerosas, é o da “ciência do homem”, para onde convergem vários tipos de saber, o que, de modo algum, como já foi dito, aumenta o grau de precisão e “cientificidade” desta ciência.

Foucault identifica com minúcia a constituição e a transformação do objeto operadas no interior do acontecimento discursivo. Este aspecto é fundamental para sua teoria, pois a “constituição” do objeto condiciona o saber e, em última análise, a própria conduta analítica do observador. Em resposta ao Círculo Epistemológico, da Escola Normal Superior de Paris⁵, identifica três razões para a unidade dos enunciados que constituem o objeto: o tipo de enunciação utilizada, ou seja, um certo “estilo”, uma certa forma constante de enunciação (e.g., a ciência médica a partir do século XIX); a existência de uma identidade de opinião sobre um problema (e.g., o discurso evolucionista); e a existência de um jogo de conceitos permanentes e coerentes entre si, i.e., uma rede teórica.

Estabelecidas essas premissas, como vê Foucault o discurso da ciência? Os sistemas de positividade que conferem unidade tanto ao objeto como à ciência não são, obviamente, estruturas racionais, pois dependem do conjunto de leis que formam o objeto, os conceitos, e que são transformados em instituições técnicas, condutas e especulações. Ora, isto não é ciência. O conjunto formado a partir da positividade e manifestado na unidade da formação discursiva é o que se chama *saber*, que não deve ser confundido com a soma de conhecimentos, mas antes considerado o resultado de uma série de opções teóricas determinadas pelas formações discursivas. Assim, “o saber não se analisa em termos de conhecimento, nem a positividade em termos de racionalidade,

nem a formação discursiva em termos de ciência”⁶.

Desse raciocínio, podemos retirar duas consequências. A ciência, em primeiro lugar, continua a ser a categoria que comporta a verdade; o saber, por sua vez, depende das injunções e constrangimentos do momento histórico e das práticas discursivas. Em segundo lugar, esta lógica sustentará a noção de *poder-saber*, consideradas como duas categorias inter-relacionadas em que as relações de dominação em determinado período condicionam e, em certo sentido, “constróem” o discurso do saber.

Portanto, é natural que a neutralidade e a isenção do discurso científico não passem de uma miragem, uma ilusão de superfície, segundo Foucault. Tem sido esta miraem que sustenta a episteme racionalista moderna. É na categoria “saber” que se determinam as condições de aparição de uma ciência. Renato Mezan⁷ observa acertadamente: “ao situar-se frente a objetos do saber em posição não horizontal mas vertical, ele (Foucault) pretende encontrar as *condições de possibilidade* que tornaram possível sua emergência na espessura da história, e não discutir se de fato existem, se as disciplinas que deles falam os abordam corretamente, ou se equivocam aqui e ali” (grifo meu).

Surge agora outro conceito — condições de possibilidade — que Foucault decompõe em duas partes. As *condições* referem-se ao tipo de linguagem da ciência, às regras formais e semânticas que a orientam e que determinam a inserção de determinado enunciado neste discurso. Deste modo, as condições são inerentes ao discurso científico e não podem ser definidas a não ser por ele. As *possibilidades*, por outro lado, situam-se no campo da determinação histórica, no campo dos conjuntos discursivos possíveis em um determinado momento. É, portanto, exterior ao discurso científico. Decomposto o conceito, podemos dizer que as condições de possibilidade são o jogo de opções teóricas que ocorrem em uma ciência, seus princípios de escolha e a maneira (por qual retórica) pela qual eles são manifestados, ocultos ou legitimados.

A arqueologia e as epistemes

Como ficou claro nas passagens anteriores, as críticas de Foucault à episteme

racionalista moderna e as novas opções metodológicas que ele propõe não podem ser compreendidas sem uma leitura atenta de sua original e controversa versão da história das idéias. Ao analisar as condições de possibilidade do discurso do saber ao longo dos séculos, elabora uma teoria original da história do conhecimento humano.

O que Foucault define como “arqueologia” — na verdade, um novo método de análise e de relacionamento dos fatos históricos — o coloca, ao lado de Braudel e de Lucien Febvre, entre os pensadores que revolucionaram a pesquisa histórica do século XX, principalmente ao mostrarem a simplificação dos modelos históricos marxistas.

Uma primeira abordagem dos conceitos de Foucault para lidar com o material histórico exige, antes de tudo, o abandono da ótica da história tradicional como algo progressivo na história da ciência, especificamente, como o processo de acumulação de saberes. Nada mais estranho à teoria de Foucault do que acreditar num contínuo histórico, como se um mesmo fio condutor (o progresso) estivesse sempre subjacente à história. “O que faz o arqueólogo, em contraposição ao epistemólogo, é simplesmente verificar algumas condições históricas da positividade de determinado número de formas de saber, com total descaso pela crescente perfeição destas últimas — em outras palavras, por seu incremento em termos de verdade, racionalmente avaliado”⁸.

Assim, contrapondo-se ao contínuo da história tradicional, Foucault segue a linha proposta por Bachelard da análise das rupturas, das descontinuidades. Ao contrário de supor a continuidade, Foucault ensina a supor a descontinuidade, a autonomia, ao mesmo tempo que refuta as noções de hierarquia, dominância e causalidade.

Essa perspectiva tem uma consequência clara: querer fazer da história o discurso do contínuo é o mesmo que querer fazer da consciência humana o assunto originário de qualquer saber e de qualquer prática. Acentua-se a negação do antropocentrismo e do deslocamento do sujeito. Após o advento da psicologia (Freud), da lingüística (Saussure, Derrida) e da etnologia (Lévi-Strauss) a história referida somente ao sujeito revela-se parcial e generalizadora. Só se terá a noção correta se se retirar o homem do centro da análise.

Segundo Foucault, a história das idéias pode ser dividida em epistemes, ou seja, um “a priori histórico” que “num dado período delimita na totalidade da experiência um campo de saber, define o modo de ser dos objetos que aparecem neste campo, apresenta modelos teóricos à percepção cotidiana do homem e define as condições em que ele pode sustentar um discurso sobre coisas que são reconhecidas como verdadeiras”⁹. Definida a extrema abrangência do conceito de episteme, será em seu âmbito que se tornará explícita a ligação poder-saber. As epistemes são arbitrárias e são consideradas formas de pensamento, paradigmas, estruturas mentais subjacentes a todas as vertentes do saber sobre o homem. Na medida em que uma episteme não é uma infraestrutura cognitiva, mas uma estrutura condicionada por fatores mais profundos, o saber que dela deriva não é jamais conhecimento, é apenas prática discursiva.

Críticas e atualidade de Foucault

Foucault tinha a clara noção que estava ferindo de modo doloroso todo um modo de pensar ocidental e que sua obra, pela extrema abrangência do seu objetivo, iria merecer reparos e críticas. Na conclusão de “A Arqueologia do Saber” dialogando com um leitor imaginário, admite que sua empresa está apenas no início e que lhe falta uma conceituação mais segura. Tivesse vivido mais e certamente muitas dúvidas que hoje são levantadas teriam sido explicitadas. Mesmo porque Foucault não era absolutamente um pensador sectário. Não relutou em praticamente alterar seu conceito de episteme que é um dos aspectos mais polêmicos de “As Palavras e Coisas”.

José Guilherme Merquior¹⁰, com apurado estilo e apoio na bibliografia mais recente, apresenta várias críticas a Foucault. Algumas delas são perfeitamente justificadas. Outras, todavia, desconsideram o caráter geral da obra, pois Merquior utiliza uma retórica previamente desqualificada por Foucault.

Os reparos à controversa questão da episteme como entidade monolítica feitos por Merquior são justificados e encontram apoio em várias obras recentemente publicadas. Não há como negar que episteme, para Foucault, é um conceito fundamental, pois define todas as

condições de possibilidade do saber e do discurso da ciência. A “descontinuidade arbitrária” no âmbito intraepistêmico é apresentada por Merquior como uma generalização. Na realidade, tanto a unidade monolítica da episteme, quanto sua preponderância absoluta em determinado período histórico não passam de uma generalização e só conseguem ser alcançadas em nível teórico com o menosprezo a importantes fatos da história da ciência. O autor identifica vários problemas decorrentes da noção de episteme de Foucault: 1. existe uma evidente desconsideração quanto aos fluxos de pensamento que apresentam uma certa unidade e que perpassam várias epistemes; 2. do mesmo modo, são observáveis vários hiatos epistêmicos; 3. Foucault também não leva em consideração o retorno dos conceitos ou de formas conceituais que existiam anteriormente; 4. ao ter de supor sempre o unitarismo, superestima a posição e o prestígio de certas tendências intelectuais em detrimento de outras. Também Renato Mezan¹¹, em recente artigo, salienta que o “excessivo apego à noção de descontinuidade” em Foucault parece não levar em consideração que o pivô do seu argumento em “A História de Sexualidade” é exatamente a *continuidade* entre o dispositivo da carne e o da sexualidade e entre as técnicas de confissão presentes nas epistemes.

Outra crítica proposta por Merquior merece uma análise mais cuidadosa. Trata-se de uma crítica às generalizações feitas por Foucault ao descrever a episteme renascentista em “As Palavras e as Coisas”. Merquior cita mesmo inúmeros autores que questionam as fontes históricas utilizadas por Foucault. Foucault não era, como ele mesmo gostava de dizer, historiador, mas sim *arqueólogo*. A diferença é fundamental. Seu designio não era fazer história mas levantar os dados que influenciaram as condições de possibilidade de certos saberes em determinado período. Assim, é óbvio que ambos estão limitados pela realidade objetiva dos fatos. A diferenciação de objetivos dá, todavia, uma ótica específica a sua análise.

Merquior, também, identifica um eventual desprezo em Foucault pela matemática moderna: “O problema é que Foucault se importa pouco (...) com a imatematização do mundo desde os primeiros passos da ciência moderna”¹². A questão não é absolutamente secundária porque Merquior, nesta passagem, desconsidera que, para Foucault, as ciências humanas serão sempre limitadas e inexatas pela

dificuldade de definição do objeto, como já foi apresentado. Todavia, estas recorrem historicamente à matemática para obter a maior formalização possível no discurso do saber. O positivismo lógico de Wittgenstein e de Bertrand Russell inscreve-se exatamente nessa tentativa de “matematização” da filosofia. Foucault¹³ é especialmente claro quanto a esse aspecto: “(...) entre as três dimensões que abrem às ciências humanas o seu espaço próprio e lhes facultam o volume em que elas se conglobam (sic.), a das matemáticas talvez seja a menos problemática; é com ela, em todo o caso, que as ciências humanas mantêm as relações mais claras, mais serenas e, de qualquer modo, mais transparentes: por isso também o recurso às matemáticas, sob uma forma ou outra, foi sempre a maneira mais simples de emprestar ao saber positivo um estilo, uma forma, uma justificação científica”.

Finalmente, um terceiro aspecto que parece inconsistente na crítica de Merquior é considerar o pensamento de Foucault como irracional. A questão é extremamente controversa uma vez que os limites dos conceitos de “razão”, “positividade” e “objetividade” não são claros a ponto de permitir uma formalização mais perfeita da questão. É inegável que Foucault, em maior ou menor grau, partiu de vários pressupostos nietzscheanos para elaborar seus conceitos sobre metodologia e arqueologia das ciências humanas, dentre eles a idéia de que as ciências do homem, pela dificuldade da fixação do objeto, se esgotariam na interpretação da interpretação, num processo interminável. Afirma Merquior¹⁴ que o resultado da filosofia de Nietzsche foi o desdém voluntário por toda a preocupação histórica com a verdade do passado e que Foucault pode ser inscrito no rol dos “irracionalistas nietzscheanos”, ao lado de Bachelard.

Ora, Foucault pode ser acusado de tudo, menos de irracional e de antiempirista. É exatamente o rigor formal de suas análises que lhe confere a notoriedade. Dizer que Foucault “despreza o valor racional da ciência”¹⁵ é, no mínimo, exagero. O que ele questiona são as avaliações, analogias, correlações e universalizações realizadas por um determinado discurso do saber, no caso, o discurso racional-naturalista. Em nenhum momento Foucault põe em dúvida a capacidade da razão especulativa. Esta, como defende Whitehead¹⁶, não deve ter métodos, ou melhor, deve transcendê-los em nome de uma Razão superior. Assim, “não cabe

censurá-lo por não ter atendido às exigências que ele expressamente rejeitava¹⁷.

Por que, segundo Merquior, teria Foucault enveredado neste caminho “irracional”? Porque ele pode ser incluído na tradição “lítero-filosófica” francesa, que privilegia o “glamour” das críticas radicais ao nível do rigor analítico, mais próprio de autores da escola anglo-germânica. Abstraindo o evidente “partipris” da observação, cabe salientar que Foucault é rigoroso nas análises e nas pesquisas históricas. Só que, além de utilizar fontes históricas

outras que as dos historiadores tradicionais, jamais se deixa enredar pelas abstrações e pela idéia comum de continuidade e de identidade. A lente histórica de Foucault é, na verdade, um microscópio, e as particularidades seu material básico de análise.

Dissensões à parte, há concordância que Foucault é um pensador extremamente rico, que deixou uma marca indelével na história da filosofia. Para Pamela Major-Poetzl, a essência da sua contribuição está em que, tal como a física moderna, seu modelo abstrato impõe

ordem a uma experiência de desordem. Se vários de seus conceitos — episteme, descontinuidade — merecem reparos, permanece o método desenvolvido por ele como uma importante contribuição às ciências humanas, uma espécie de “agenda” para os pesquisadores sociais do futuro. ●

Roberto Furian Ardenghy é graduado em Letras e Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, RS. Atualmente faz o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

Resumen

Perfil

LA METODOLOGÍA DE LAS CIENCIAS HUMANAS EN MICHEL FOUCAULT

No sería exageración afirmar que Michel Foucault es el autor que más inquietudes forjó en la filosofía de la segunda mitad del siglo XX. Uno de los conceptos más polémicos formulado por él — el de la ruptura y la discontinuidad entre las *episteme* a lo largo de la historia — sirve para caracterizar el resultado de sus ideas en el pensamiento contemporáneo. La obra de Foucault, que discute desde la sexualidad y la política del cuerpo hasta la objetividad de la ciencia, tiene un objetivo específico: la crítica radical a las concepciones vulgares del proceso histórico y del método científico.

Abstract

Portrait

THE METHODOLOGY OF HUMAN SCIENCES IN MICHEL FOUCAULT

It would be no exaggeration to say that Michel Foucault is the writer who has caused the greatest disquiet in philosophy in the second half of the 20th century. One of his most polemical concepts — that of the break and discontinuity between one set of knowledge and another throughout history — serves to characterise the result of his ideas in contemporary thought. Foucault's work, which covers a range from sexuality and the politics of the body to the objectivity of science, has one specific objective: a radical critique of current concepts of the historical process and scientific method.

Referências bibliográficas

1. BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não: o novo espírito científico a poética do espaço*; seleção de texto de José Américo. Pessanha; traduções de Joaquim José M. Ramos et al. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1978.
2. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Tradução de Carlos Braga e Iácia Canelas, 2º ed., Lisboa, Editorial Presença.
3. FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, Editora Vozes, 1971.
4. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1968.
5. *L'archéologie du savoir*. Paris, Editions Gallimard.
6. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo, Petrópolis, Vozes, 1977.
7. *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*. Porto, Publicações Anagrama, 1980.
8. MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nilismo de cátedra*. Tradução de Donaldson M. Garshagen; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
9. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lébrun; Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, 2º ed., São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1978.
10. RIBEIRO, Renato Janine (org.) *Recordar Foucault*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
11. WHITEHEAD, Alfred North. *A função da razão*. Trad. de Fernando Dídimo Vieira, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.
12. Cf. PESSANHA, José Américo Motta. Prefácio de BACHELARD, Gaston. Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. VI.
13. Em contrário vide MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nilismo de cátedra*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985, Coleção Logos, p. 155.
14. Cf. FOUCAULT, Michel. Prefácio à tradução inglesa (1981) do livro de Canguilhem, *The Normal and the Pathological*, citado por MERQUIOR, Op. Cit. p. 21.
15. LOURENÇO, Eduardo. *Michel Foucault ou o fim do humanismo*. Prefácio de *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1968, p. IV.
16. FOUCAULT, Michel et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*, Petrópolis, Editora Vozes, 1971, p. 30.
17. Id. Ibid. p. 43.
18. MEZAN, Renato. In: *Recordar Foucault*. RIBEIRO, Renato Janine (org.), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 112.
19. FOUCAULT citado por LÉBRUN; Gérard, *Foucault no purgatório*. In: *Jornal da Tarde*, Caderno de Programas e Leituras, 24 de maio de 1986.
20. Prefácio à tradução inglesa de *As palavras e as coisas*.
21. MERQUIOR. Op. Cit.
22. MEZAN. Op. Cit. p. 114.
23. MERQUIOR. Op. Cit. p. 88.
24. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1968, p. 455.
25. MERQUIOR. Op. Cit. p. 112.
26. Id. Ibid. p. 125.
27. WHITEHEAD, Alfred North. *A função da razão*. Trad. de Fernando Dídimo Vieira, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985, p. 31.
28. LÉBRUN; Gérard. Op. Cit.

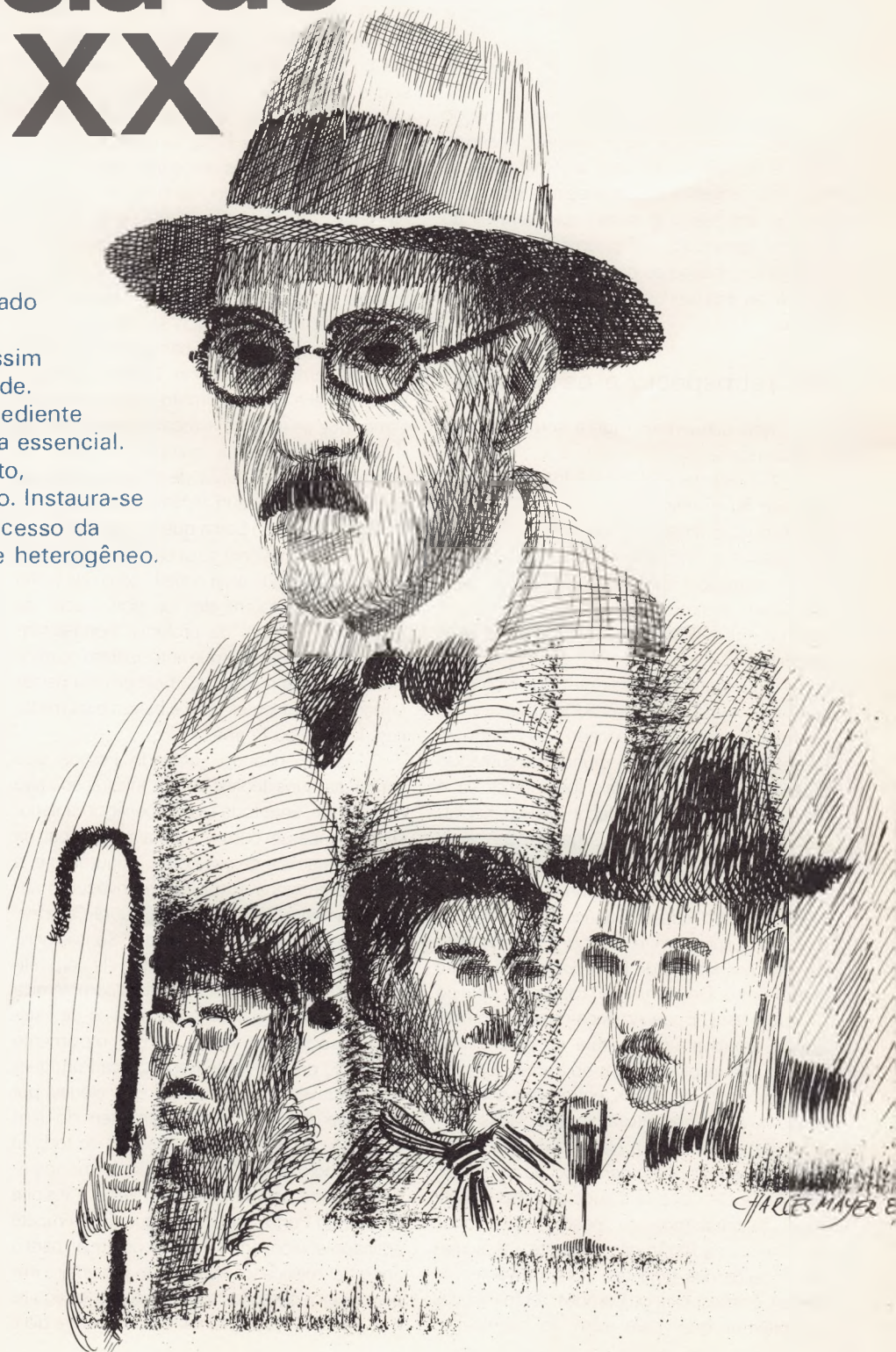
Situação de Pessoa na poesia do século XX

José Santiago Naud

Atomizando sua personalidade, Fernando Pessoa, com o senso sagrado da máscara, pariu-se em poetas. Multiplicado e peregrino, Pessoa é assim a pessoa mesmo em busca da Unidade.

Igual que a catarse grega, o expediente de ser um em vários conduz à pureza essencial. E está o homem como um rei desfeito, entronizado na integridade do mundo. Instaure-se a relação do ser com o universo, processo da verdade oscilante entre homogêneo e heterogêneo.

Hoelderlin, o imenso poeta alemão, contemporâneo de Goethe e de Schiller, foi para a poesia universal um perfeito divisor de águas. Fulminado embora pela tragédia, propiciou-lhe a vida — ou os deuses, como diria — uma obra que fecha definitivamente o classicismo e antecipa, em nossa era moderna, o período contemporâneo assinalado pelo Romantismo. Com inteligência e intuição, faz-nos descer ou subir a profundidades tais que, ainda hoje e cada vez mais, seus poemas consubstanciam o vivo referencial do próprio ato criador, fiel da raiz grega *poiéein*: fazer, fabricar, produzir, criar, imaginar, inventar, nomear, eleger, ser eficaz, trabalhar, ocupar-se. Compor um poema. Na asseveração de que o permanente é fundação de poetas, define o ser humano como um diálogo e, se bem esclareça que a inspiração desce infinita dos deuses, não rejeita a dor da desventura ou da morte, para concluir que os poetas são do espírito mas devem também ser do mundo. Axiomáticos versos seus, como este: "Deus está perto, mas é difícil alcançá-lo", orientaram um dos mais agudos filósofos do nosso tempo. Sabedor de que a linguagem é "o mais inocente e perigoso dos dons", dúplice dono do existencial (que é fenômeno) ou do



ontológico (que é mistério), Heidegger desenvolve toda uma meditação reflexiva a partir do exercício poético — em grau maior ou menor: ofício humano. Também, depois de afirmar que tudo o que vive tem a natureza da Dor, diz explicitamente: “A linguagem é a casa do ser. O homem, dotado de fala, é o pastor do ser”.

Ora, tal pensamento levanta as colunas da vida: confronta a linguagem e a arte, o natural e o social, na suprema relação humana com o Divino.

Não é outra a situação de Pessoa na poesia do século XX.

Foi ele um poeta visceralmente metido com os fingimentos da linguagem, manejou fados e deuses ou, na pele do Guardador de Rebanhos, engendrou com maestria, para além da dor, um pastor amoroso que, através do diáfano, apreendido em poemas perfeitos ou inconjuntos, inaugurou na Língua Portuguesa a casa do ser e as rondas da palavra resgatada em poesia.

Um retrospecto e os enlaces

Nós, que vivemos agora, somos fruto da Renascença.

Subjacente, está claro, não se descarta o medievo ou o antigo, como enlaces, e até o primitivo ou o arcaico. Mas, de imediato, é a Renascença o umbral da nossa morada. Isto quer dizer razão e experiência. Desatinos, também; com destaque para o capitalismo, enroscado na redução servil dos seus desvios ego-cêntricos.

Entretanto, é a partir de Copérnico que, sujeito e objeto, por separados e visíveis, se podem contrapor. Deslocado do centro o homem sai em busca do mundo perguntando pela união. Na insegurança a liberdade cintila, e tem seus marcos: Francis Bacon, Galileu, Kepler, Newton. Desde o “*Novum Organum*” às mecânicas do cosmos, se enfrentam as vicissitudes e o Sol assume a sua regência luminosa e central. Nas artes, com Rafael e Da Vinci, o misterioso e o oculto se iluminam, e vem por Miguel Ângelo explodir nas formas do Barroco, colorido entre sombra e luz. Desde Itália ou Espanhas, salta no mundo inteiro. E, da América nossa, vai saber que o emulava uma cultura indígena muito anterior. Se resolve por fim no Impressionismo que, ao fim do século XIX, entreabre a aventura atual, hoje por nós inteiramente violada.

Napoleão? Foi a clava; dividindo a Era, fez-nos a todos *contemporâneos*. Já no pensar, depois de Descartes é a sucessão dos idealismos, materialismos ou positivismos, todos prisioneiros da Razão não obstante a ressurreição poética dos gigantes. Pois, Cervantes ou Milton, Shakespeare ou Camões, serão motivos sempiternos que, para além do quantitativo

burguês, vêm entregar a chave e a chama para que Pessoa, um século depois, modele a figura peregrina do poeta superno e total. *Homo Viator*.

Aqui se define a dicotomia na unidade. Os poetas o sentem, e a pressentem. Dizem depois, com diversidade nas adversidades. A coincidência dos opostos desdobra-se em nossa alma. Já era viva no Oriente, e igualmente por cá, para o preconceito colonizador “monstruosas” margens: as sociedades pré-colombianas ou pré-hispânicas. Lógica e mística, clássico e romântico, corpo e espírito, matéria e energia, vão separar depois os Freuds do Jung. Isso é aquilo. Ying e Yang, da moeda redonda, com os dois pedaços em cores diferentes.

Em poesia, armou-se também a contenda entre Aristóteles e Platão. Esboçada a questão do que, ulteriormente, Fernando Pessoa qualificará de “estética não-aristotélica”, os precursores começam a montar os seus reais. São os místicos, espanhóis ou alemães, e os metafísicos ingleses. Mais particularmente, ficariam na cronologia, John Donne primeiro. William Blake depois. Firmado pois o Romantismo, que se espalha avassalando um mundo já quase inteiramente europeu, servirão de enlace para o que havia de vir autores como Baudelaire ou Rimbaud, Whitman ou Allan Poe, e Mallarmé. García Lorca que, em espanhol, irá universalizar o regional, toca no próprio cerne da poesia, mas é toda uma outra história. Na teoria ou na prática foram eles os porta-vozes de outros, precursores ou profetas, porta-estandartes deles mesmos, que anteciparam os giros científicos e as revoluções, hoje em dia perfeitamente coincidentes com a beleza e os mistérios. Mística ou Poesia.

Então, quando Fernando Pessoa veio somar às suas teorias a sua inspiração, não admira que, ante toda essa experiência anterior se preocupasse com o poeta maior, pai da língua materna e de sua pátria. Augurou-o e, à alquimia entranhável da *mátia*, invocou-o superlativamente, anunciando um *Supra-Camões*. Transpostas as intersecções do “Sensacionismo”, apareceria o andrógino, que ele corponificou em pessoa e poesia. Com razão polémica escreve bem fundamentados ensaios de estética e sociologia, atento a um movimento nomeado precisamente Renascença Portuguesa, e através de sua revista que elegera por insígnia a “Águia”, curiosamente totem do deus supremo, Júpiter ou Zeus. Preserva-se todavia este símbolo de confrontação, conforme aparece em certa coluna central da velha e insigne Cidade do Porto, onde está figurado o embate antinapoleônico: águia versus leão. Igual, para o ancestral mexicano, aparece no derradeiro império asteca como justa de cavaleiros (os águias e os tigres). Avatar anterior, nas lutas entre dia e

noite, assimila Sol e Lua ao prélio de uma serpente de plumas como o ocelotl ou jaguar.

Decididamente, desde “Orpheu”, Pessoa é um mago manipulador de história e de mitos. Vate, com sabedoria solar desce à raiz dos fatos para haurir a seiva que sobe, lunar, no emaranhado das ramas. Entre o arco e a lira, há os fios da tensão nas setas do sentir; e, entre a curva dos céus e as curvas da terra, é o hímen e o hífen — restaurador da Unidade. Diversidade e unidade, serviu até pare tese. São eternos os seus sortilégios e o seu ato feiticeiro no exercício sagrado, sem que por tanto se perca o saber essencial: tal “pavorosa ciência de ver”, segundo ele mesmo escreveu sob a túnica de Álvaro de Campos.

A consciência poética de renovação

Os começos do nosso século foram marcados por signos de profunda inquietação e transformações vertiginosas. Apenas a intuição romântica dos poetas conjurava a euforia científica e tecnológica do século XIX. Acossados pela enfermidade da época, que Gregorio Marañón diagnosticou como um dos sintomas pestilentos da civilização (assim foi a síndrome de São Guido, na Idade Média; a peste negra, nos alvares do Renascimento; e será hoje o câncer ou a AIDS), desdobraram-se num ultrassmo desvaireado como a própria tuberculose. *Petits romantiques* ou satânicos, preparavam os *poetas malditos* para a virada do século. Por causa deles, a arrogância do Positivismo, com a falsa “lei dos três estados” ou esse ingênuo fragor da ordem e do progresso indetido e linear, sequer logrou dissimular a decadência indisfarçável que se fazia acompanhar de tão risonho otimismo. Veio depois a guerra das ilusões perdidas; tanto mais devastadora e cruel, quanto mais se aperfeiçoavam as máquinas destrutivas, que um dia pretenderam tecnologicamente fazer a gente feliz.

Obviamente, a literatura tinha de refletir tal desconcerto, e a poesia sobretudo avançou as inovações. Apollinaire na França, Marinetti na Itália, desenvolvem singularidades ou congeminções cujos resultados éticos e estéticos formalizarão as grandes vertentes que iriam alimentar o Surrealismo e o Futurismo. Já na pintura impressionista o interesse pelo exotismo oriental empolgava as pessoas; a partir da divulgação da arte japonesa ou da atração pelas ilhas paradisíacas do Pacífico, que tanto contribuíram ao acrescentamento de gênios como Van Gogh ou Gauguin. A vaga se espalha por nossa América, e temos a exemplar sucessão dos movimentos, grupos ou expressões individuais, que enriquecem e atualizam a arte do Novo Mundo. Recorde-se o nicaraguense

Rubén Darío, viajor infatigável como apóstolo da modernidade; o cubano José Martí, que influi positivamente no continente a partir de um acendrado amor à pátria, informado pela clareza das idéias e o senso prático. A Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, e a irrupção dos *Contemporâneos* ou *Estridentistas* mexicanos, correspondem-se em tempo e adequação; até hoje constituem os fenômenos coletivos mais bem organizados e extensos, levando a poesia a aprofundar-se nas raízes nacionais sem perda do nível universal, que generaliza as inúmeras peculiaridades dessas amplas regiões ibero-americanas. Países tão díspares e afastados comungam em igual vibração os apreensivos da verdade e da beleza, ostentando hoje um dos elencos mais completos no panorama da poesia mundial.

Igualmente, nos Andes ou Cone Sul, sucedem-se os movimentos e as revistas, que somam a consciência coletiva ao valor individual. Desabrocham individualidades de exceção hoje consagradas, como Jorge Luís Borges, na Argentina, ou Martín Adán, no Peru. Mesmo num pequeno país de Centro-América, como o Panamá, não obstante a extensão exigua, abrigo de uma reserva cultural apreciável e expressa em artes plásticas e na poesia, o moderno irrompeu com maestria na obra extraordinariamente elaborada de um Rogelio Sinán, aberto às mais várias correntes. E nem seria preciso mencionar a territorialidade oceânica do chileno Neruda ou do peruano Vallejo, para compreender-se porque, desde uma nação como Cuba, que ousou o ato revolucionário, saiu também o consenso de reunir diferentes autores nacionais numa explosão de talento comprometido com as novas formas e a autenticidade local, mundialmente aceite como o “boom latino-americano”.

Também, de todos os cantos da terra, a inquietude com o mítico e o religioso, o metafísico ou o social, em dimensão épica ou dramática conforma uma constelação de nomes, que continuam sua persistente influência e grandiosidade perdurável. Chamem-se Sain-John Perse ou Claudel, Pound ou T. S. Eliot, Maiakovski, no seu exercício exemplar fazem convergir as linhas mestras da síntese universal, muito bem representada em resumo pelo sentimento esotérico de um Rainer Maria Rilke ou o espírito das formas de um Paul Valéry.

Pois, coetâneo desse panorama tão vasto e diversificado, Fernando Pessoa avulta pela complexidade da sua obra e multiplicidade de suas incidências. Em poesia, não houve campo que ele não tenha lavrado; nem conceito que, em pensamento, não haja mentado. A dinâmica diferenciada de sua ação voitou-se sempre para a vibração da unidade. Logrou construir assim uma brilhante, complexa e perfeita estrutura

artística, que o acredita sem favor, e bem reconhecidamente, como a mais completa organização poética já alcançada por alguém em nossos dias.

A situação portuguesa

A modernidade lusa desponta a partir de um desastre político relacionado com o imperialismo ainda vigente. Em 1890, o Ultimatum inglês frustrou Portugal de realizar antigo sonho: reunir os oceanos Índico e Atlântico, através de uma continuidade territorial que ligasse Angola a Moçambique. Roto o que então chamavam de “mapa cor-de-rosa”, exaltam-se as paixões e se aguça o sentimento patriótico, reagindo a alma nacional aos clamores da sua identidade. Inúmeras inteligências, das mais lúcidas e privadas do exercício do poder, compensam em termos de cultura a vontade ou o ato a que aspira a idéia milenária do homem ecumênico.

Assinalado por outra nota lutuosa, com a morte de Eça de Queirós no dealbar do novo século, o momento move as ânsias e a razão, daí resultando uma atividade febril, francamente benéfica à bibliografia portuguesa. Baste a menção de dois monumentos: *Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, e a obra historiográfica e crítica de Teófilo Braga. Equivalem-se, na enorme proporção de sua consciência. Nem se furtam os intelectuais aos riscos da política, caso do próprio Teófilo, que ainda encontrou ânimo e disposição para dedicar-se a deveres de Estado, como Primeiro Magistrado da República, proclamada em 1910. Outras personalidades geniais meditam de forma inédita as retrospectivas e a prospectiva das linhas de força nacionais. É o caso de Teixeira de Pascoais. Gente como essa devolve à palavra *gênio* semântica radical e, no indivíduo ou na pátria, consubstanciam as ambivalências da noção ou do conceito, retomando a decisão de renascer contra as fatalidades do finar-se e do devir. Andava o fuso a tecer estranhas telas, fixando com fios dolorosos os contornos exatos da face nacional.

Sucedem-se então os esforços de dimensão coletiva, a partir do já mencionado movimento da Renascença Portuguesa, que publica “A Águia”. Quase em seguida vem *Orpheu*, em que se destacam Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro; formam um grupo eclético e seletivo de companheiros, sem exclusão do Brasil, e virão pôr em dia a cultura de expressão européia, passando a limpo a língua e as artes nacionais. Em 1927, com a *Presença*, outro grupo inumerável de jovens, em que se destacariam José Régio, João Gaspar Simões e Adolfo Casais Monteiro, fundamenta abordagem literária na solidez das bases teóricas. Com alta competência acadê-

mica, mas decididamente modernos, desenvolveram os seus estudos à orientação de uma estética fundamentada na psicologia e na filosofia, repensando ao largo de muitos anos toda a complexidade cultural do país. *Seara Nova* e o *Novo Cancioneiro* somam outros valores, agora de tendência socializante. Buscaram, no exercício doutrinário ou na militância política, novas formas de pensar e cantar Portugal, visto principalmente sob o prisma sociológico. Enfim, através de todo o período salazarista, em casa ou no exterior, outras correntes se entrecruzam e avançam até os dias atuais, quando afloram novas tendências e múltiplas direções, com ênfase para o Surrealismo.

Nenhuma delas, precedam ou venham depois do ano 1935 (data do transporte de Fernando Pessoa), poderão eludir o poeta imenso. Em grau maior ou menor, ele as antecipou, precedeu ou influenciou sobre elas, constituindo-se efetivamente no fulcro que garante, segundo anteviu no seu poema da *Mensagem* — “Ascensão de Vasco da Gama” —, a exaltação da pátria e o rapto do herói. Tão ampla e profunda é a ação de Pessoa, que o seu horizonte faz-se vertical. Para o seu tempo, a medida é o eterno; num espaço que, espontaneamente nacional, toca os confins do universo.

A posição filosófica

Motivo englobante, a filosofia não ficou ausente do processo doloroso que afrontou Portugal em 1890.

A partir desse mesmo ano começa a desenvolver-se outro movimento, altamente polêmico e hoje consagrado, *malgré tout*, como o Movimento da Filosofia Portuguesa. Até 1950, foram seis décadas de evolução constante, acuciosamente estudadas pelo ensaísta, professor e poeta António Quadros. Muito embora a Universidade — como sói acontecer com as coisas encaramadas no formal — ainda não tenha atinado com a sua importância (aliás passou-se o mesmo, a seu turno, com o Pessoa vivo), está aí uma prova cabal de quanto o pensamento da nossa finisterra peninsular opõe-se às abstrações e, avesso aos preconceitos de importação, adere mentalmente a um compromisso visceral, simpaticamente relacionado com o homem e seu espírito. Resulta, ademais, de um modo genérico para todas as culturas de expressão latina, outro exercício mais íntimo e transcendente, plenitude e certeza das coisas de baixo e das coisas de cima, intuição de que ao dom de voar não faz mal o tutano dos ossos. Pascal, Blondel, Marcel, Evola ou Vico, com maior fortuna o diriam na Europa. Eu prefiro Unamuno: “Yo diría *nullum hominem a me alienum puto*; soy

hombre, a ningún otro hombre estimo extraño. Porque el adjetivo *humanus* me es tan sospechoso como su sustantivo abstracto *humanitas*, la humanidad. Ni lo humano ni la humanidad, ni el adjetivo simple, ni el sustantivo, sino el sustantivo concreto: el hombre. El hombre de carne y hueso, el que nace, sufre y muere — sobre todo muere —, el que come y bebe y juega y duerme y piensa y quiere, el hombre que se ve y a quien se oye, el hermano, el verdadero hermano... Porque hay otra cosa, que llaman también hombre. Y es el bipedo implume de la leyenda, el *zôon politikón* de Aristóteles, el contratante de Rousseau, el *homo oeconomicus* de los manchesterianos, el *homo sapiens* de Linneo, o, si se quiere, el mamífero vertical. Un hombre que no es de aquí o de allí ni de esta época o de la otra, que no tiene ni sexo ni patria, una idea, en fin. Es decir, un no hombre... El nuestro es el otro, el de carne y hueso. Y este hombre concreto, de carne y hueso, es el sujeto y el supremo objeto a la vez de toda filosofía". *Del Sentimiento Trágico de la Vida*, Cap. I)

Pois, as três primeiras décadas do largo périplo iniciado pela Filosofia portuguesa, que hoje se espalha por extensas ribas, têm por contemporâneos os grandes movimentos do século XX. Avultam como pensadores Sampaio Bruno e Leonardo Coimbra. O primeiro, sofreu influência imediata do cientificismo novecentista, mas soube emancipar-se das gaiolas douradas liberando-se, eruditamente, dos sonhos da razão. ("Diga a Fernando Pessoa que não tenha razão", pediu alhures também o Álvaro de Campos.) Por tratar de entendê-lo, ao mito verdadeiro: aquele *nada que é tudo*, soube Bruno compreender "Os Cavaleiros do Amor", cuja ordem descansa nos Dantes ou nos Camões da vida. E fuzilou, segundo seu herdeiro e crítico Leonardo Coimbra, as falácias da tecnologia, do mecanicismo e os outros dogmas — piores, quando envolvem a razão; coisa de "padres sem religião". Refutou o positivismo, o ateísmo e o panteísmo; afirmou a substancialidade do pensamento; fez a aproximação do absoluto, que é Deus; refletiu sobre "o encontro de Deus com o Mal", mistério da científica, adentrou ousadamente os campos do saber. Nem descurou do pragmático — generosamente, traduzido numa política de servir. Em oposição ao materialismo e ao formalismo, concebe o pensamento como *atividade engendradora* da forma e da matéria ao mesmo tempo; absoluto, cujo ser nasce da sua mesma capacidade de criar. O *Criacionismo* quer demonstrar a insuficiência de qualquer concepção que se reduza à experiência ou às idéias. Sua tese é a do pensamento como absoluto criador do mundo, fundamento de toda a oposição entre sujeito e objeto, espírito e

Natureza, permitindo reduzir à unidade o que aparece como antinômico ou mutuamente irreduzível. Há nele a noção da consciência como sua origem e sua essência. Assim unidos, pensamento criador e consciência, unem indissoluvelmente a vida. Por isso todo o ser, mesmo aquele mais submerso na matéria, pode cobrar consciência de si mesmo e, portanto, de sua unidade radical. Nasce daí a empatia vital e amorosa com o universo, os outros seres — seja matéria, seja espírito. A trajetória do filósofo conduziu-o francamente à religião. Concebeu o homem, fundamentalmente, como um ser-para-a-liberdade, a qual se realiza antes de tudo pelo pensamento (também nas novelas de TV tal evidência pode ser apreendida, quando no *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, a Lulu prisioneira do Zé das Medalhas transfere à sua vida interior o jeito de evadir-se buscando a liberdade, para além do fato frustre que é a existência do amante), o encontro da subjetividade infinita de cada um com os dados da experiência multiforme. Esta é uma gnoseologia aberta. Golpeado duramente pelos fados, respondeu à desgraça com um livro admirável, de intensa poesia e profundo pensar, que supera o pesar. *A Alegria, a Dor e a Graça* são, tanto quanto título, os seus motivos, e confirmam uma assertiva dinâmica do seu *Criacionismo*: "O homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro dum mundo a fazer". Se a Alegria é vitoriosa e simples, é a Dor que leva ao maior conhecimento, porque obriga a uma indagação em todas as direções e sem repouso. Como vida e transcendente, torna-se um amoroso recurso às profundidades do abismo, um inclinar da atenção para todas as forças ocultas, paroxismo de metafísico amparo e esforço do coração para o ritmo dos outros corações. E será através da sensação da Graça que Deus aparece aos homens; não pela percepção, pelo exercício da razão ou pela erudição. Enfim, "se a Alegria é vitória, em cada ser, do sentido do concreto universalismo sobre o abstrato individualismo, e se a Dor criação, antecipando certo bergsonismo, com a idéia da degradação do Tempo em Espaço. Fernando Pessoa, que o admirava, a esse filósofo desmesurado das ruas austeras e sombrias da velha cidade do Porto, carrancuda e fosca ao sol interior que sempre brilha aos pés da Virgem, sua Dona, também coincidiu com ele, em seus poemas. Importa, pois, avançar mais um pouquinho com o filósofo, no que ele pode ter de mais atual: a coincidência dos opostos, pedra-de-toque das artes e das ciências, união do corpo e da alma, ou matéria e energia. Diz-nos ele que "o mal é possível porque se deu uma misteriosa *queda em Deus*, mas Deus não se ficou indiferente ao sofrimento dos humanos. Apesar de *não ser onipotente* socorre-nos pela *iluminação interior*, e o

homem deverá um colaborador da divindade, com a suprema missão de *libertar-se a si, libertando os outros seres, no processo infindo da sua redenção*." Cita Novalis: "O fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza."

Então, não é para admirar-se que a preocupação de Bruno se volte ao religioso. Ele definirá a Oração como aspiração do *espírito alterado* para o espírito puro; o Milagre, como a emanção que impulsiona o espírito alterado a avançar na libertação; a Providência há de ser o concurso do espírito puro diminuído com o espírito alterado para, libertando-o, completá-lo na reintegração do absoluto. Conclui que nessa contingência o livre arbítrio não surge contraditório. Importa prestar toda a atenção a tais definições, pois nos ajudarão a compreender, mais adiante, a relação que tratamos de fazer entre a posição de Pessoa, a filosofia portuguesa e o conúbio curioso a que chegou a Mística ou a Poesia com a Física moderna, que hoje manipula as micropartículas. Antes porém, compare-se a noção (não o conceito) do "espírito alterado" de Bruno com a "matéria espiritualizada" de Sapir. Escreveu o linguista: "Toda a obra de arte nasce do ponto de encontro do homem e do mundo. Sem desprezar o espiritual, deve ser evitada a ratoeira da matéria espiritualizada, valor sem raízes, que logo se desvanece. A linguagem do poeta, ainda que negando o mundo, deve referir-se a ele." Quantas coincidências! Poetas, filósofos, cientistas. A santidade, a sanidade, Hoelderlin-Pessoa, Heidegger-Bruno, Sapir ou Roland Barthes. A razão mais profunda tornou-se espiritual e virou mundo, é ciência e poesia e oração ao mesmo tempo, num âmbito divino.

Já Leonardo Coimbra, professor universitário de formação, é a nova direção da unidade quebrada em mil destroços, fragmentada e dispersa, buscando para além, a Graça é o próprio Universo que é presente por dentro e em espírito, em cada parcela-átomo, mundo ou criatura". (Cf. *A Alegria, a Dor e a Graça*).

Comparar Heidegger, inspirado por Hoelderlin: "Desde que somos um diálogo, nos ouvimos uns aos outros". Ou: "Tudo o que vive tem a natureza da Dor, o Bem é Bem seguindo a ordem da dor. Tudo o que é dotado de alma, não é somente pela dor ordenado ao Bem, mas é aí mesmo sua única maneira de ser verdadeiro". (*Poemas*, de F. Hoelderlin e *Caminho para a Palavra*, de Heidegger).

A poesia de Fernando Pessoa corresponderá plenamente a tais aproximações: que o precederam, lhe foram contemporâneas ou vieram a sucedê-lo, no tempo e no espaço. Atomizando sua personalidade, Pessoa, com o senso sagrado da máscara, pariu-se em poetas, estabeleceu o diálogo interior e o exterior, foi conceptual e cantor da Natureza, um lírico-



épico a arrancar do mais extremo subjetivismo a noção da objetividade fática, o sentido da pátria, o antigo e o moderno, ãa lei dos opostos um núcleo vibrando, como chama. A própria relação Ego/Universo.

"Multipliquei-me, para me sentir./ Para me sentir, precisei sentir tudo.../ E há em cada canto da minha alma um altar a um deus diferente.../ Sentir tudo de todas as maneiras./ Ter todas as opiniões./ Ser sincero contradizendo-me a cada minuto/ E amar as coisas como Deus./ Eu, enfim, que sou um diálogo contínuo./ Eu, enfim, liberalmente eu." Ou: "Sinto na minha cabeça a velocidade do giro da terra./ E todos os países e todas as pessoas giram dentro de mim./ Centrifuga ânsia..." Ou: "Abram-me todas as janelas!/ Quero viver em liberdade no ar./ Quero ter gestos fora do meu corpo./ O meu caminho é pelo infinito fora até chegar ao fim!/ Porque eu, por minha vontade de me consubstanciar com Deus./ Posso ser tudo, ou posso ser nada, ou qualquer coisa..." E, finalmente: "Sou uma chama ascendendo, mas ascendo para baixo e para cima./ Ascendo para todos os lados ao mesmo tempo, sou um globo./ De chamas explosivas buscando Deus e queimando/ A crosta dos meus sentidos, o

muro da minha lógica./ A minha inteligência limitadora e gelada./ Meu corpo é um centro dum volante estupendo e infinito/ Em marcha sempre vertiginosamente em torno de si./ Sursum corda! Erguei as almas! Toda a Matéria é Espírito./ E funde em Noite e Mistério o Universo Excessivo!" (Cf. Álvaro de Campos: "Passagem das Horas", "Saudação a Walt Whitman" e "AFINAL, a melhor maneira de viajar é sentir...").

O poeta é um fingidor

Este inciso provoca a lembrança de versos das Quinas, que figuram (ou fingem) as chagas do Cristo suspensas do escudo português:

*Baste a quem baste o que lhe basta
O bastante de lhe bastar!*

Pois abasta também aqueles que fingem que fingir é só fingir. Engano de base, erro fundamental, pecado contra a forma da linguagem e o espírito do verbo. Fere-se o tema do fingimento e já se arma a confusão ou a

simplificação. Dizem que o poeta mente ou disfarça. Por favor, que fique claro: fingir não é mentir, e o disfarce não é a máscara. Fernando Pessoa nunca mistifica, mitifica. Mesmo quando abdicou ou subverteu, seu ato pende intencional para o lado da alquimia, que não da neurastenia.

Do *Criacionismo* português arranca uma das pautas que nos pode oferecer a chave deste pequeno poema importantíssimo. Como via do conhecimento, mesclam-se nele fingimento e coração. Nem anula a tentativa outra qualquer explicação; essa trivial, com que habitualmente se reduz a jóia destes versos aos desgastes do cotidiano. O fingimento pode ser mentira, também disfarce, insinceridade, e quanto mais ou menos quiserem. Seria comum para uma sociedade afeita à "ideação coisificada", em vez da "ideação aberta". Naquela, o *continuum* vital se paralisa; e o intelecto passivo troca as promessas do intelecto ativo, este, virtual em nós, dado o carácter intrínseco da mente. Porém o positivismo a avassala e não faz outra coisa o materialismo, reduzindo à matéria a realidade. Mesmo o idealismo não se exime de fundar a dinâmica da mente em pensamentos feitos, tratando de apreender o mundo a partir de conceitos vulgares ou científicos. Perdem os três as *noções*, que são intuições racionalizadas, pelos *conceitos* — juízos condensados. (Cf. José Marinho) Tudo acaba por se exaurir, à visão da experiência de um conhecimento feito coisa. Bloqueia-se o sentimento e altera-se nossa experiência ou intuição. Troca-se a vertigem ou busca de amor por um mecanismo sem aventura, descobrimento ou regeneração. Nessas condições, há de ser fatal a crise de identidade do nosso temperamento peninsular ou mestiço. Passa a predominar o *homem social* fiel da "religião da humanidade", quando a autêntica pessoa religiosa poderia excedê-lo nas dimensões de um palco ou do horizonte — segundo descreve o Pessoa imenso do "Mar Português", na sua *Mensagem*: "com sensíveis movimentos da esperança e da vontade".

Apenas deste modo faz-se viva e palpitante a "linha abstrata", e pode ter o ser "os beijos merecidos da Verdade".

Os versos da *Autopsicografia* encenam e encerram o jogo.

Eis o poema:

*O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.*

*E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.*

*E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama o coração.*

Em latim averbado por Cícero, *fingir* no sentido próprio quer dizer modelar em barro; por extensão traduz moldar, no físico ou moral, também representar e esculpir; figuradamente, é imaginar e inventar, produzir e criar. Fingir como simular é senso comum, o mais vulgar portanto.

A um poeta com as dimensões de Pessoa, implicaria reduzi-lo limitar-nos ao último conceito. Ele, que se soube “um drama em gente”, pende mais para os outros. E, inventar, não é mentir; além de ser um descobrimento também.

Sob esta luz, o poema soa distinto. Na primeira estrofe, temos a dor que o poeta sente e a que ele diz. Na segunda, a dupla dor se resolve na dor dos outros, que deixa de ser dor porque eles não a têm, só a lêem. A última estrofe não define, é na analogia apenas uma comparação. Como à singeleza da criança (“a linguagem é o mais inocente e perigoso dos dons”), aparece um brinquedo que, andando à roda, simula o coração (sentimentos) entre-tendo a razão (nossa consciência). A corda, Alguém — lá atrás ou adiante — pode a qualquer instante arrebentar. Ou arrebatar. Giras da própria vida, no intercâmbio entre as aparências e a realidade. Com isso, o poema figura o próprio ato de saber, transe das coisas à palavra, das imagens ao concreto, do acidental às essências. Conhecimento. Juntos a mente e o corpo.

Este poema tira os véus à psique, que é segundo o Ocultismo também matéria perecível, mas salva pelo Espírito — como no poema “Eros e Psique” do próprio poeta. Só o amor vivifica. Jogo de máscaras ou relação pessoal, capta o mistério perseguido na filosofia portuguesa: achar o uno por detrás do duplo ou alcançar a unidade pela diversidade. Um mergulho nas fontes da vida e do ser, comércio entre indivíduo e sociedade, lampejo da consciência no exercício dramático da ação, para aquisição da liberdade.

Diálogo com Deus.

O drama em gente

A partir daí arma-se o *drama em gente*.

Dança ingente de quem se põe a bailar descobrindo-se inúmero. Foram os heterônimos jeito de chegar do singular ao plural, remontando-se à fonte das origens. Refletem e consagram a inquietude de uma geração, que se dispôs ao rompimento para a visão nua e crua do mistério. Adesão ao Orfeu mítico da

viagem pelas duas bandas, com a morte pelo meio. Aqui, Pessoa é pessoa que devolve à máscara os signos da sua raiz. Comungando do oculto, o torna explícito, claro de se ver.

Igual que a catarse grega, o expediente de ser um em vários conduz à pureza essencial. E está o homem como um rei desfeito, entronizado na integridade do mundo. Instaura-se a relação do ser com o universo, processo da verdade oscilante entre homogêneo e heterogêneo.

Se Alberto Caeiro representa o esforço de pensar para não pensar e trata de alcançar com inocência infantil a Natureza, Ricardo Reis impossivelmente atualiza o antigo em forma estoica e perfeita, para com Álvaro de Campos explodir na existência os extremos de uma paz jamais alcançada. Ontologia incessantemente refeita à transitoriedade destruidora da vida. Fernando Pessoa ele mesmo, prossegue no evoluir histórico a partir de um simbolismo recente, cujos modismos entretanto se resgatam pela penetração iluminada do mistério, que abre em flor metafísica os frutos suculentos ou chochos do cansaço ou do milagre. Além do mais, tal complexidade humana vestida na variação brilhante dos estilos, coroa-se da circularidade coletiva. Faz-se a pátria e seus homens o passo conjugado para a superação das oposições, em favor da Unidade. *Mensagem*, neste sentido, é a suma de toda a obra, ideal alcançado da transmutação. Absoluto no relativo.

Do unívoco plural alinhavado por Pessoa, daquele vaso “feito cacos pela criada descuidada”, se fez a túnica inconsútil tramada pelo Poeta à volta das nossas cabeças e corações, veste passível de entender ou contemplar, estendida nos termos informais da outra forma possível que já é meta-linguagem.

O esotérico

Por tanto, importa debruçar-nos sobre o interesse maiúsculo de Fernando Pessoa pelo ocultismo.

Afora os fenômenos de mediunidade ocorridos a certa altura de sua vida, ou da moda teosofista após o regresso de Madame Blavatsky da Índia, o poeta português por direito de pendores ou herança teve razões sensíveis para separar as águas, a viver com inteligência o esotérico e o exotérico. Foi sempre consciente. Procede a importância que atribuiu aos Templários e é adequado o seu enfoque da doutrina rosa-cruz. Unidos ato e cerimônia, pôs seu talento a serviço da Verdade que, desvelando, alcançou no sacrifício de um enclausuramento voluntário — redimido afinal por via da Beleza. Aqui precisamente insere-se a adamantina rea-

lização de *Mensagem*, por largos anos malentendida entre a *intelligentsia* do seu próprio país como obra secundária. Ao contrário, depois de *Os Lusíadas*, em meio milênio quase de exercício literário nunca houvera surgido em língua portuguesa peça que se lhe aproximasse. Esse pequeno livro, magnífico, harmoniza a dicotomia do épico e do lírico, do indivíduo e do coletivo, ou visível e invisível, reunindo história e mito nas dimensões em que o particular toca o geral daquela personalidade que, substituindo a máscara, faz relampear nos enganos do precário a eterna verdade. Não admira pois que, nesta obra-prima, ocupe lugar de destaque o rei Dom Sebastião. Nele a história se fez mito, revertendo o processo em que da energia nasce a matéria ou, nos equipamentos modernos, à informação cibemética trata-se de corrigir a entropia pela homeostásis. O rei-menino, tão difamado entre os seus, ao ponto de dividir a inteligência nacional em razão casmurra e ato incondicional, resolveu-se com Pessoa à lei maior do fenômeno emancipado pelo mistério. Tanto é assim que, na urgência das permutações vitais, o rei encoberto aparece ligando pela esperança o passado e o futuro, num presente mítico em que o atual não exclui a lenda, nem esta diminui o fato, podendo então seu inventor falar dele mesmo, com “Mensagem”, de “um nacionalista místico, um sebastianista racional”. Harmonizam-se os contrários, complementam-se e temos então no sebastianismo a pedra-de-toque referencial, triunfo do esotérico. A pátria submersa no nevoeiro guarda a chave de sua ressurreição e o herói, desaparecido em Alcácer Quibir, num processo alquímico é ao mesmo tempo o enlace entre sagrado e profano, pedra filosofal das supremas transformações. Transmutação. E aqui o patriotismo abre-se universal, cósmico.

Assim, para além das vaidades literárias forjou a sua obra, a Obra. Porque é viva correspondência da face eterna, reflexa nos espelhos cambiantes da aparência. Raio de luz incidindo à superfície lisa do vazio, de repente recebe e devolve o que é para além dele. Dá-se caso similar com o italiano Pietro Ubaldi, que escolheu o Brasil por morada definitiva e aqui cumpriu a sua obra, voltada a esclarecer o dúplice caminho que leva do Espírito à Matéria e reconduz o homem a Deus. Socorrendo-se das *noúres*, veículo da intuição, as definiu como linhas de força ou energia unindo a inteligência humana com a fonte original, fonte da vida e de saber. São elas que estabelecem a comunicação entre o Infinito e o finito, numa espiral infensa à destruição fazendo incidir de maneira incessante as chispas do espírito nos opacos da matéria. E se levedam no homogêneo os sutis do heterogêneo, vindo a ser o mundo também com a ajuda humana essa dialética de morte e

ressurreição, até a absorção final no seio da Eternidade. Mistério, apenas vislumbrado num átimo que escapa às nossas definições.

Então, só com a Mística ou no instintivo se pode propiciar o selo das portas da percepção. Por isso, tanto importa ver em Pessoa (que escolheu a Arte como senda) aquele poeta lúcido comprometido com o Mito, para não mistificar a visão que outros, como Teresa de Ávila ou Swedenborg, alcançaram por vias diferentes.

Contrários complementares

Por fim, o que os cientificismos da nossa Era pretenderam negar, a Ciência o confirma em nossos dias. Há uma correspondência perfeita entre o infinitamente grande e o infinitamente pequeno, macro e microcosmo existem e se permutam.

Consumada a vigência de Aristóteles e ampliadas as coordenadas cartesianas, agora nem a harmoniosa mecânica de Newton nem as maravilhas geométricas de Euclides serviriam para representar o fantástico universo que começamos a adivinhar. A penetração na microscópica estrutura dos átomos e a potência ampliada dos modernos telescópios vieram comprovar o que antes ironicamente se atribuía à fingida sapiência de místicos ou poetas. Com a Física atual, relatividade e incerteza, descontinuidade ou indeterminação, número e experimentalismos garantem que a matéria está viva e se mexe no meio de vazios, superando a nossa inércia ou nossos mensuráveis dados da razão. Descolam-se as escamas dos nossos olhos cegados e já sabemos que, perdendo embora as garantias de um mundo interpretado, crescemos em direção ao cosmos, que nos projeta solidário à vertigem do *silêncio eterno desses espaços infinitos*, nem tão infranqueáveis ou silenciosos assim, quanto apavorava o inquieto precursor dos nossos modernos computadores, o francês Blaise Pascal. Também não estamos tão sozinhos. Pode-se

alimentar a convicção de que, além ou aquém, enigmas como o dos "buracos negros" reforçam a velha noção da densidade, e nos levam a indagar sobre as correspondências existentes entre a estrutura minúscula das moléculas e as enormes massas que roram intangíveis nas curvaturas do espaço, pulsando contrações e deformando o tempo. Mas o indiferenciado não vence a individualidade. Como antes em sua cela o monge era ele mesmo e toda a comunidade, na comunhão livre de Deus, hoje a célula nos ensina que nem por ser diferenciada deixa de integrar-se livremente num determinismo orgânico. Vai ver que o mesmo código tem a regência dos extremos e nos abre em questão outros universos.

É a hora de renovar-se antiga sabedoria, e a leitura dos Hermes Trismegistos nos incita a indagar se, antes de nós, já não houve certo conhecimento que esquecemos. Para a Triade, veja-se bem, este corpo e esta alma são iguais, partes da Natureza, e perecíveis como nos condena a entropia de Clausius. Sim, mas estão bafejados também pelo espírito, que vive, independente, além de nós. A exemplo do Oriente e as Árábias, no Ocidente ou nas terras que Ocidente conquistou, o Número sempre assumiu sua condição de nume. Atento aos seus arcanos, J. Iglesias Janeiro o identifica com os valores significativos e as medidas arquetípicas. "Ciência, nas pirâmides egípcias; sistemas harmônicos, nos pagodes chineses; leis morais, nas mesquitas árabes; símbolos sagrados, nos templos hindus; doutrina hermética, nos profetas cristãos; princípios de sabedoria universal, com Pitágoras e Platão." Também entre os maias e outros povos disseminados pelos Andes ou altiplanos do México, florestas e praias do norte ou do sul da América, os números serviram para medir o conhecido e desentranhar o desconhecido, denominadores comuns entre a percepção e o pensamento, auxílio imprescindível das artes e das ciências.

Atentos ao que nos diz Pessoa sobre a publicação da *Mensagem* — que a pôs à venda

"propositadamente, em 1 de Dezembro" e é "*um livro de poemas formando um só poema*" — (grifos meus), podemos notar que a sua estrutura é também *propositadamente* numérica, coincidindo com os símbolos nacionais de Portugal. Igualmente, a exemplo da Mística, sua Poesia corresponde-se, em número e grau, à Ciência vigente. Inclusive, fora dos caprichos estéticos ou de um processo esquizofrênico sublimado, sua invenção e fingimento heteronímico será antes a decisão inteligente ditada pelo indizível, quando por ato e vontade se consagrou a atomizar sua personalidade para que, em mônadas multiplicadas, convergissem a infinitude do Universo. E por aí estão, sem fazer, velocidades à tradição de uma cultura expressa em português, inaugurando sucessivamente além das idéias ou dos conceitos uma noção que se deriva, entranhavelmente, da Razão animada.

Multiplicado e peregrino, Pessoa é assim a pessoa mesmo em busca da Unidade. Finalmente, Pessoa como pessoa é ele mesmo, e é os seus heterônimos e é também nós. Como nós somos ele, desde que nele achemos a razão da nossa alma. Com Pessoa e como pessoa, melhor nos situamos no século XX, porque foi neste século que ele fingiu o espaço e o tempo da nossa morada. Pode pois ser considerado o poeta por antonomásia, e o nome que identifica a sua família não serve só para eles mas, de um modo geral, serve para todos nós, singulares como pessoa e com a terrível responsabilidade de findar este século. ●

O presente texto é redução literária da intervenção feita pelo autor no ciclo de homenagens prestadas pela Embaixada de Portugal ao poeta Fernando Pessoa, como celebração do cinquentenário de sua morte, em novembro de 1985.

José Santiago Naud é poeta, gaúcho, com treze livros de poesia publicados. Seus dois últimos livros *Promontório Milenário* e *Pedra Azteca* (ver *Painel* desta edição) versam sobre temas latino-americanos, o que, segundo os críticos, parece esboçar "um grande ciclo poético da sulamericanidade".

Resumen

Poesía

SITUACIÓN DE PESSOA EN LA POESÍA DEL SIGLO XX

Atomizando su personalidad con el senso sagrado de la máscara, Fernando Pessoa se fraccionó en poetas. Multiplicado y peregrino, Pessoa es así la persona en busca de la Unidad. Igual que la catarsis griega, el oficio de ser uno en varios conduce a la pureza esencial. Y así el hombre está como un rey deshecho, entronizado en la integridad del mundo. Se instaura la relación del ser con el universo, proceso de la verdad oscilante entre lo homogéneo y lo heterogéneo.

Abstract

Poetry

LOCATING PESSOA IN 20th CENTURY POETRY

Fernando Pessoa broke his personality down into many different ones, adopting a variety of masks. As a seeker of many guises, Pessoa was really in search of oneness.

Exactly as in the Greek catharsis of theatre, the device of being one in many leads to an essential purity. Man becomes like a deposed king, enthroned in the wholeness of the universe. The relationship of the being with the world is established, a process of truth that fluctuates between the uniform and the diverse.

Quintana, o observador zen do cotidiano

Luís Turiba

"Não siga os antigos. Procure o que eles procuraram."

"Respeite as regras. Então, jogue todas fora. Pela primeira vez, você atinge a liberdade".

Matsuô Bashô

Mário Quintana voou Brasil afora, passou. Era fim de 1986 e a primeira vez que ele comemorava 80 anos, pois nasceu em 30 de junho de 1906 na cidade gaúcha de Alegrete. "Me sinto com quatro vezes 20", disse valorizando-se. E ao passar por Brasília, onde foi homenageado pela UnB, deu-se de presente as asas dos grandes mestres:

— Mário, você passarinho?

Com a segurança dos super-boeings e dos velhos monges, o poeta sabe que esta pergunta é infalível. Em qualquer auditório por onde passarinho, ela sempre virá. Quintana, então, trata de armar a cena, criar a celeuma, sua performance de poeta. É justamente neste instante que ele se revela. Do alto do seu ninho de gavião, dá uma risada de parda e se sai como um colibri:

— Se eu sou passarinho? Há...há...há... O que?! (grita enfatizando sua surdez).

— Como assim? Como "você passarinho?". Como é que vou saber?

E completa seu vôo de forma suave e mansa como uma gaivota:

—às vezes.....às vezes..... poucas vezes.... mas às vezes....

A platéia que se espreme no auditório da reitoria da UnB delira gostosamente como se estivesse assistindo um programa humorístico de Dercy Gonçalves. Quintana bate firme pelo lado do inusitado. Com toques sutis, astrais e certos, ele devolve as perguntas embaladas em ensinamentos zen.

Quase sempre dá a impressão de que não fala coisa com coisa. É rápido e objetivo nas respostas. Por trás de cada uma delas, a lição de quem viveu a vida ultrapassando obstáculos, aprendendo seu valor poético:

— No fim da vida a gente fica só. E fica bem quando é uma boa companhia de si mesmo. E para ser uma boa companhia de si mesmo, basta ter bom-humor. Não precisa ser um talento ou um gênio. Sabe por quê? Porque a vida é boa. Eu garanto isso a vocês.

Um pouco mais adiante, ele desvenda com uma simplicidade transparente a razão da magia de suas observações poéticas do cotidiano:

— Nunca segui modas em poesia. Nem escolas, nem turmas. Embarcar numa escola poética, filiar-se a isso ou aquilo, é o mesmo que

estar num navio coletivo. Se o navio afunda, todo mundo naufraga. O poeta deve falar sozinho mesmo. Ir cada um no seu barquinho. Depende dele mesmo chegar na outra margem, na posteridade. Agora, meu segredo poético é o seguinte: nunca escrevi uma palavra que não fosse sincera, uma vírgula que não fosse confessional. Expressando meus sentimentos da maneira mais sincera possível, estou expressando os sentimentos de todos os homens.

Assistir a um papo de Mário Quintana é participar de um exercício coletivo de libertação. Por princípio, ele não faz conferência mas



responde a qualquer pergunta. E para suas respostas não existe pergunta burra. Afinal, tudo nele é pura-poesia. Ou como ele mesmo escreveu: "ser poeta não é um meio de escrever. Ser poeta é um modo de ser".

"Mário Quintana é um caso de lirismo em estado puro na poesia brasileira. Ele tem a grandeza de ter se mantido longe dos jogos da vida literária do eixo Rio-São Paulo. Da sua querida Porto Alegre, Quintana vem emitindo sinais de lirismo de 24 quilates há inúmeras décadas para alegria de todos nós aqui do Sul e agora para a alegria de todo o Brasil. A influência de Quintana na minha poesia é clara: é uma espécie de manancial de água pura. Para mim, os três grandes poetas do Brasil hoje são Mário Quintana, Drummond e Cabral."

Opinião do poeta Paulo Leminski

Opiniões do poeta

Mulheres: De cada dois gambás que a gente encontra, um é porque não tem mulher. O outro é porque tem.



Saúde de Carlos Drummond de Andrade: Carlos, segura firme o guidon!

Poetas preferidos: Cada poeta prefere a si mesmo. Mas isso é feio de dizer e eu não sou meu poeta preferido. Vou citar os mortos, porque com os vivos posso cometer omissões inadvertidas ou divertidas. Dos mortos, o português Antônio Nobre, de quem recebi muitas influências. Dos espanhóis, o García Lorca; e dos franceses, Apollinaire.

Cecília Meireles: Foi ela quem publicou meus primeiros poemas no suplemento literário que dirigia no "Diário de Notícias", no Rio. Ela é o maior poeta brasileiro. Muitos poetas, como eu, usam artifícios para disfarçar o sentimentalismo. Eu uso o humor para encobrir esse sentimento. Ela não. É poeta puro. Era muito exigente. Implica com o "como" e com o "assim como". Para ela, a comparação colocava a realidade de um lado e a poesia do outro. Queria tudo junto. Um dia, mostrei a ela um soneto onde dizia assim: "Como essas coisas que não valem nada/ Uma folha seca, uma taça quebrada". Cecília leu e comentou: "por isso, Mário, é que você está tão desminlinguido. Fica comendo folhas secas e taças quebradas". Fiquei tão desorientado que só consegui concluir o soneto 40 anos depois.

Morte: É o aperitivo da vida. O homem é o único animal que tem consciência da morte. Por isto, vive com mais intensidade, mais cor, mais sabor. Os jovens se espantam muito com o tanto que falo da morte. Falo muito dela porque já vivi muito. Invejo muito os que têm 20 anos, pois têm, ainda, 60 anos de vida para serem vividos.

Cinema: Gosto muito de filmes antigos. Os de hoje não têm mais musas como Greta Garbo. Drummond, Bandeira, eu, toda a minha geração amou Greta Garbo. Hoje, a estrela dos filmes é a cama.

Homossexualismo: Não é assunto de minha competência. . . Escandaliza todo mundo, mas tenho a dizer o seguinte: eu traduzi o Proust e

nele a gente compreende os homossexuais. Se escandaliza alguns, isso não tem importância porque pode ser contra a nossa natureza, mas não contra a natureza deles.

Tradução: Traduzi nada menos que 138 volumes para a editora Globo. Alguns autores de enorme importância como o Proust e Voltaire. Dei muita importância a este trabalho, pois sempre achei que a tradução de um autor estrangeiro para a língua portuguesa era a estréia desse autor nesta língua. Outra coisa: você às vezes não pode ficar esperando a inspiração, esperando que o santo baixe. As vezes tem que puxar o santo pelos pés. Então isso dá muito trabalho e as traduções têm saído boas. Isso é a opinião dos críticos.

Musa: Tenho várias...

Vida: A vida é complicadíssima. E se não fosse complicada, seria monótona. Por isso vale.

Academia Brasileira de Letras: 'Nunca quis entrar na Academia. Foi o pessoal do Rio Grande do Sul que resolveu 'candidatar-me', pois só havia um gaúcho, o Vianna Moog, na instituição. Diziam eles que havia, na Academia, uma verdadeira invasão de escritores nordestinos. Mas eu pouco estava ligando. Dei graças a Deus por não ter sido escolhido. Barbaridade! A Academia é muito chata. Os acadêmicos passam a vida discutindo quem vai sucedê-lo. Já me disseram — e eu concordo — que a Academia é uma sociedade recreativa e funerária."

Bruna Lombardi: Sempre me perguntam em português errado: "a Bruna lhe ama?". Não, respondo, "apenas adora-me". Perguntam também como vai meu caso com ela. Respondo: "Indo, já que há uma diferença de fuso horário que nos separa por exatos 46 anos".

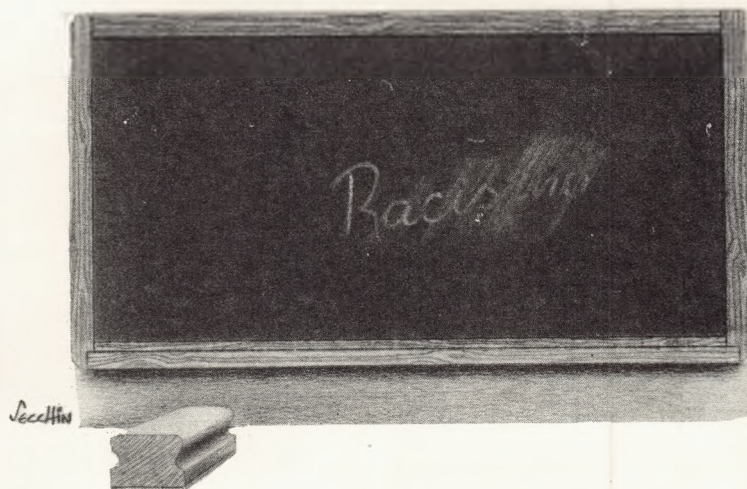
Críticas ao escritor Érico Veríssimo: Acho que existe uma espécie de inveja póstuma em relação a ele.

Amor: É necessário. Se meu pai não tivesse amado minha mãe, eu não estaria aqui."

Vitalidade: Fui um menino muito doente e criado às custas de graças. Nasci de sete meses e fiquei complexado porque achava que não estava pronto.

Racismo e educação

Edson Lopes Cardoso



Destruido o velho mito da democracia racial, tudo leva a crer que os esforços anti-racistas detectaram na escola brasileira o principal foco irradiador de discriminação. Segundo recente reportagem da revista *Veja* (nº 950, edição de 19/11/86), "a idéia é de que nos próximos anos todo livro didático e material de leitura adicional que minimizem a atuação do negro na sociedade e na história do país sejam retirados de circulação na rede pública de escolas estaduais e municipais."

Outros propõem ainda, para a valorização da história e do patrimônio cultural dos afro-brasileiros, a inclusão obrigatória das disciplinas "História da África" e "Cultura Afro-brasileira" nos currículos de primeiro, segundo e terceiro graus.

A limpeza das impurezas racistas que mancham os currículos e a inclusão de novas disciplinas são as duas principais reivindicações de setores do movimento negro, endossadas pressurosamente por ministros, secretarias, assessores governamentais, etc.

As mudanças que se anunciam para combater o racismo de nossas escolas, ao que parece, seriam formalizadas durante as comemorações do centenário da abolição da escravidão, em 1988: a princesa Isabel ataca outra vez, com a mesma inocuidade.

Reivindicações legítimas, como as citadas acima, vão sendo progressivamente neutralizadas, à medida que se incorporam ao discurso oficial desvinculadas naturalmente de reivindicações mais amplas, mesmo no âmbito da educação. Transformam-se em puro verniz, de brilho ardiloso. E sopra-se o pó dos móveis, que são ótimos. Vamos terminar acreditando

que, exceto uma ou outra mancha curricular, uma ou outra página de discriminação espúria, tudo vai bem com a escola brasileira.

Garantir o acesso do negro à escola – mas que escola?

O sistema escolar brasileiro ignora a multiplicidade de etnias que habita o país. Não apenas os manuais de história, mas todos os conhecimentos, todas as práticas educativas são transmitidos e efetivadas a partir de uma visão etnocêntrica. A escola brasileira é branca não porque a maioria dos negros está fora dela. É branca porque *existe* a partir de um ponto de vista branco. Que interesse têm os negros nessa escola? Aos conhecidos índices sócio-econômicos deve-se acrescentar, na justificação da evasão escolar no Brasil, a violência com que se agride a dimensão étnica dos alunos negros. Estes, se querem permanecer na escola branca, têm que afastar de si marcas culturais e históricas – incluindo os traços da aparência física.

Não se trata, portanto, nem de uma escola para cada segmento étnico do país (segregação), nem de reformas curriculares de verniz demagógico, mas da elaboração de um ponto de vista que considere a multiplicidade étnica do país. O acesso do negro ao sistema escolar deve impulsionar a criação de uma *outra* escola.

Uma outra escola de um outro país

Por que a escola discrimina o negro? (Não vale responder que a escola discrimina

porque é racista, ou seja, é racista porque é racista.) Como a escola pode apresentar uma visão favorável de um grupo oprimido sem que, na realidade, se alterem relações objetivas de dominação? Estas são algumas questões fundamentais, geralmente ausentes dos debates sobre educação e racismo.

A mesma matéria de *Veja* citada reproduz declaração de uma coordenadora de pesquisas do DIEESE – Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, sobre as dificuldades do negro no mercado de trabalho: "Quanto mais instruído o negro, maiores são as dificuldades de se empregar, e a eles são oferecidos em geral trabalhos que não exigem qualificação." E agora, como ficamos? Paradoxalmente, quanto mais escolaridade, menos empregos. Então, para o negro, o melhor é não frequentar escolas?

O racismo de nossas escolas tem, portanto, relação íntima com o racismo do mercado de trabalho, com o racismo dos meios de comunicação de massa, com o racismo de nosso sistema político-partidário, com o racismo do aparato policial, etc. Uma resposta efetiva à questão racial brasileira implica, pela sua essencialidade, um deslocamento radical de relações e interesses. Combater o racismo nas escolas significa empenhar-se na construção de uma outra escola, de um outro país.

Edson Lopes Cardoso é aluno do mestrado de Comunicação da UnB e coordenador da Comissão do Negro do PT-DF.

Resumen

Tópicos

RACISMO Y EDUCACIÓN

El combate efectivo del racismo en nuestras escuelas debe empeñarse en elaborar un punto de vista que considere la multiplicidad étnica del país, evitando así las simplificaciones de las reformas curriculares de barniz demagógico. El acceso del negro al sistema escolar debiera impulsar la creación de una *nueva escuela*.

Abstract

Topics

RACISM AND EDUCATION

Effective combat of the racism in our schools should concern itself with the elaboration of an outlook that takes the country's ethnic multiplicity into account and should avoid the demagogic veneer and oversimplification of curricular reforms. Greater access to schooling for black children must be the driving force in the creation of a *different* sort of school.

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos — o texto publicado.

Humanidades

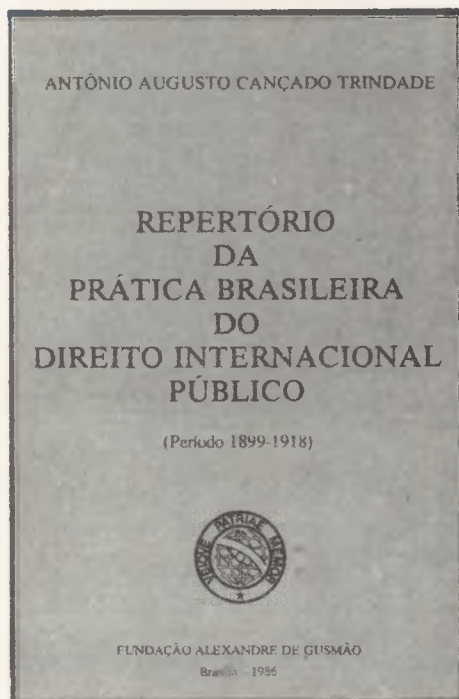
Direito internacional

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (1899-1981)*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1986.

A América Latina tem, reconhecidamente, uma longa tradição em matéria de Direito Internacional Público. Mesmo os não-especialistas saberiam reconhecer a importância da contribuição continental nesse terreno, bastando, por exemplo, fazer referência ao princípio do *uti possidetis*, à cláusula Calvo, à doutrina Drago (ambas, aliás, suscitadas por um problema cruelmente atual, o da dívida externa dos países latino-americanos), ao instituto do asilo diplomático ou ao conceito de mar patrimonial. O Brasil, por sua vez, possui longa prática diplomática, alicerçada em sólida e igualmente longa tradição jurídico-legal, o que tornou sua política externa respeitada internacionalmente e merecedora da confiança dos demais membros do sistema inter-estatal contemporâneo.

Prática diplomática brasileira

A codificação da tradição internacionalista latino-americana deveria, assim, representar um subsídio indispensável ao processo de elaboração do Direito Internacional Público, ramo do direito em constante evolução e transformação. Em que pese, porém, a existência de alguns bons manuais de Direito Internacional Público elaborados no contexto latino-americano — dentre os quais destacaremos o do brasileiro Hildebrando Accioly e o do chileno Fernando Gamboa Serazzi — e dedicados à evolução *doutrinária* e *jurisprudencial* do chamado *jus gentium*, os especialistas e observadores da já referida tradição ressentiam-se da falta de codificação similar para a *prática dos Estados* no campo das relações diplomáticas e do Direito Internacional Público. Essa lacuna, pelo menos no que concerne ao Brasil, vem sendo preenchida pelo extraordinário labor solitário do eminente internacionalista Antonio Augusto Cançado Trindade, professor de Direito Internacional Público da Universidade de Brasília e do



Instituto Rio Branco e consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores.

A obra que ora se apresenta sob os auspícios da Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, vem completar uma série de três outros volumes dedicados ao tema da prática diplomática brasileira, cobrindo respectivamente os períodos de 1961-1981, 1941-1960 e 1919-1940 (publicados nessa ordem). Autor de vasta produção especializada no campo do Direito Internacional Público, incluindo, além de numerosos artigos e monografias publicados nos principais periódicos do mundo, dois outros volumes editados pela Universidade de Brasília — *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo* (1981) e *O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional* (1984, cuja versão original foi agraciada com o Prêmio Yorke, da Universidade de Cambridge) — o Professor Cançado Trindade realizou, com os quatro livros editados, um esforço altamente meritório e rigorosamente inédito não apenas nos anais do Direito Internacional brasileiro, como na história jurídica da América Latina e do Terceiro Mundo.

Com efeito, apesar da existência de *Relatórios* de Chancelarias, bem como de *Coleções de Atos Internacionais* publicados por diversos governos do continente, não havia, até o presente

Crítica

momento, um *Repertório*, organizado de forma lógica e sistemática, da prática diplomática corrente de algum Estado latino-americano. O Brasil junta-se, assim, aos poucos países do hemisfério norte que coletam em seus *Digests* ou *Répertoires* anuais os elementos mais significativos de suas práticas nacionais respectivas em matéria de Direito Internacional Público e de relações diplomáticas. A importância do trabalho do Professor Cançado Trindade para o Brasil e para as demais nações do continente é tanto maior que a divulgação sistemática e selecionada da prática diplomática brasileira contribui para projetar num âmbito mais amplo os interesses econômicos, políticos e diplomáticos propriamente nacionais ou regionais, sobretudo aquelas posições de princípio ligadas à lenta elaboração de uma nova ordem econômica internacional (de que a Convenção sobre o Direito do Mar é um marcante exemplo).

Esforço cíclico

Mas, em que consiste exatamente o *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público*, este "cíclico trabalho" — segundo a feliz caracterização empregada pelo Embaixador João Hermes Pereira de Araújo — que cobre o conjunto das relações internacionais do Brasil entre 1899 e 1981? A estrutura dos quatro volumes é basicamente idêntica, com pequenas variações em função do período tratado, consistindo de nove partes articuladas em torno das seguintes rubricas: 1) Fundamentos do Direito Internacional, destacando-se, nos princípios que regem as relações amistosas entre os Estados, a "soberania permanente sobre recursos naturais", de introdução mais recente; 2) Atos Internacionais, cobrindo a ampla processualística dos tratados entre Estados e organizações; 3) Condição dos Estados, envolvendo reconhecimento, jurisdição, imunidades, responsabilidade internacional e sucessão de Estados; 4) Regulamentação dos Espaços, territorial, marítimo, aéreo e espacial; 5) Organizações Internacionais; 6) Condição dos Indivíduos, compreendendo direitos humanos e direito de asilo; 7) Solução Pacífica de Controvérsias e Desarmamento, inclusive, para o período recente, um capítulo para a questão do terrorismo; 8) Conflitos Armados e Neutralidade; 9) miscelânea, abrangendo, entre outros temas, cláusula da Nação-Mais-Favorecida e, em acordo com os novos tempos, Multinacionais e Segurança Econômica Coletiva. Em cada um desses grandes blocos de problemas do Direito Internacional Público abriga-se um manancial extraordinário de informações e

documentos de referência sobre a prática brasileira nos quatro períodos delineados. A periodização adotada por Cançado Trindade para cobrir esses 82 anos (de 1899 a 1981) da prática brasileira do Direito Internacional Público, se parece atender mais a critérios de conveniência do que propriamente razões de ordem metodológica, tem pelo menos o mérito de sublinhar a notável continuidade demonstrada pela prática diplomática do Brasil, a despeito mesmo de rupturas na ordem política e constitucional em alguns momentos (1930, 1937, 1964) de nosso itinerário republicano. Fica aliás a sugestão, para um ulterior volume de *interpretação* e de *comentários* sobre a prática diplomática agora repertoriada, de proceder-se a uma análise diacrônica comparativa sobre as posições adotadas pelo Brasil em face de desafios similares em momentos diversos de nossa história.

Fontes documentais

Estabelecida a divisão temática, vejamos com que tipo de “matéria-prima” trabalhou Cançado Trindade na monumental compilação que agora está chegando a seu termo. O simples enunciado dos diversos tipos de fontes documentais dá uma idéia da grandiosidade do esforço empreendido pelo brilhante internacionalista: a maior parte dos textos selecionados é proveniente de material impresso oficial do Itamaraty, consistindo de relatórios anuais encaminhados à Presidência da República, pareceres jurídicos dos Consultores do Itamaraty, correspondência e expedientes de serviço (notas trocadas com outras Chancelarias, declarações de beligerância, documentos internos ostensivos, memoranda não publicados, etc.), discursos e pronunciamentos do Ministro das Relações Exteriores, intervenções de delegados brasileiros em conferências especializadas ou em sessões de organizações internacionais e demais declarações oficiais do governo brasileiro sobre temas de relações internacionais, incluindo-se declarações conjuntas de natureza bilateral. Figuram ainda, neste vasto e completo repertório, discursos pronunciados por parlamentares nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como exposições e debates realizados em suas respectivas Comissões de Relações Exteriores por ocasião do comparecimento do Chanceler brasileiro. Imagine-se as dificuldades do trabalho engajado por Cançado Trindade: não bastasse o critério de escolha e seleção da documentação disponível — tarefa por si só angustiante para o *honnête homme* e quase um tormento para o *scholar* consciencioso, que trabalha sobre uma verdadeira mina de preciosidades documentais — deve-se levar em conta a verdadeira multiplicidade de vias para o acesso às fontes e o caráter freqüentemente confidencial dos documentos compulsados. Ainda que a maior parte da documentação reunida estivesse sob forma impressa, o distanciamento em relação a nossa época a torna quase que inédita, entregue que estava, nas últimas décadas, a um outro tipo de “crítica roedora”. Como bem disse o Embaixador José Sette Câmara, Cançado Trindade “conseguiu condensar uma imensa área de informação que estava dispersa e perdida na poeira dos arquivos do Itamaraty”. Mesmo que nosso reconhecimento de pesquisadores não se

esgote neste aspecto específico do garimpo documental, somos todos gratos a Cançado Trindade por esse longo convívio com “traças literárias” de diversas épocas, dispensando-nos de igual freqüentação. No caso deste último volume, que cobre, inter alia, a gestão do Barão do Rio Branco, alguns documentos são efetivamente inéditos, pois que entre 1903 e 1911 não foi publicado o Relatório do MRE.

Evolução da política externa brasileira

No que se refere à substância mesma do material selecionado, os documentos escolhidos são altamente significativos e esclarecedores da posição oficial brasileira sobre os grandes temas do Direito Internacional Público, permitindo igualmente ao historiador uma visão evolutiva da política externa brasileira em diversas questões cruciais de nosso relacionamento internacional. A título de exemplo, comparecem nos diversos volumes problemas tão diversos como um “excerto do Relatório do Itamaraty... sobre o Reconhecimento pelo Brasil do Governo Provisório da Rússia, em 9 de Abril de 1917” (1899–1918), o “Parecer do Consultor Jurídico do MRE, Clovis Bevilacqua, sobre... a Retirada do Brasil da Liga das Nações” (1919–1940), telegrama enviado por Giraud e de Gaulle a Getúlio Vargas a propósito do “Reconhecimento pelo Brasil do Comitê Francês de Libertação Nacional, em 1943” (1941–1960), ou a “Nota de Denúncia do Acordo de Assistência Militar Brasil–Estados Unidos, de 11 de março de 1977” (1961–1981).

Como se não bastasse tal riqueza documental, Cançado Trindade ainda brinda-nos, em cada um dos respectivos capítulos introdutivos aos volumes editados, com quatro excelentes análises descritivas e críticas sobre o estudo das práticas nacionais de Direito Internacional Público e o papel dos repertórios sistemáticos no processo de codificação progressiva nesse campo, que dão testemunho, por elas mesmas, da excepcional erudição, saber jurídico e *aggiornamento* bibliográfico do jovem consultor jurídico do Itamaraty. Esses textos, que mereceriam uma eventual unificação metodológica e publicação independente, são, nominalmente, os seguintes: “Os Repertórios Nacionais do Direito Internacional e a Sistematização da Prática dos Estados” (1961–1981), “A Expansão da Prática do Direito Internacional” (1941–1960), “A Emergência da Prática do Direito Internacional” (1919–1940) e “Necessidade, Sentido e Método do Estudo da Prática dos Estados em Matéria de Direito Internacional” (1899–1918). Particularmente o primeiro e o último texto introdutório justificariam uma outra resenha crítica, que não cabe contudo nos limites deste trabalho de apresentação: eles constituem, ademais, um registro atualizado e sintético da experiência de outros países em matéria de repertórios de prática diplomática, permitindo uma visão global da diversidade metodológica e conceitual ainda vigente nos registros nacionais de Direito Internacional Público.

Estes quatro volumes (editados entre julho de 1983 e agosto de 1986) serão seguidos, brevemente, de um *Índice* analítico, absolutamente

indispensável ao pesquisador sistemático, bem como de uma 2ª edição do primeiro volume publicado, estendendo o período coberto até 1986. Fica desde já a sugestão ao Ministério das Relações Exteriores, através da Fundação Alexandre de Gusmão, para que inscreva em seu programa de trabalho a atualização periódica do *Repertório* iniciado pelo Professor Cançado Trindade. É também digna de reter a recomendação do Professor Alexandre Charles Kiss, autor do *Répertoire* francês, no sentido de que seja providenciada uma edição em francês e em inglês do *Index* e do sumário dos volumes editados, ao que eu acrescentaria a sugestão de uma apresentação especial da prática brasileira ao público estrangeiro por parte do professor Cançado Trindade. Nossa prática diplomática, inclusive a que está presentemente sendo escrita por ele mesmo na Consultoria Jurídica do Itamaraty, merece, sem dúvida alguma, ser melhor conhecida no âmbito internacional. Sejamos, literalmente, internacionalistas assumidos!

Paulo Roberto de Almeida
Universidade de Brasília e
Instituto Rio Branco.

Filosofia

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*.
São Paulo, Cultrix, 1986.

O começo de uma nova ciência

Durante muito tempo certos povos acreditaram que o mundo era quadrado e sustentava-se sobre um elefante, que, por sua vez, equilibrava-se nas costas de uma mansa tartaruga. Hoje qualquer cultura dita civilizada ri de uma imagem como essa. No entanto, a visão mecanicista (cartesiana) defendida hoje com tanto ardor pelos cientistas, (principais artífices dessa civilização), quando tomada em relação aos avanços da física moderna, não difere muito da crença na existência de elefantes e tartarugas com dotes circenses.

Esta crítica ao academicismo — aparentemente absurda e irritantemente chocante aos ortodoxos ouvidos acadêmicos — está contida num dos livros mais importantes já produzidos nas duas últimas décadas. *O Ponto de Mutação*; de Fritjof Capra. Ninguém neste período fez uma análise Fritjof Capra. Ninguém neste período fez uma análise tão precisa, clara, e, acima de tudo, corajosa, do atual estágio da civilização; avaliando seu pensamento e suas conquistas nos mais diversos campos do conhecimento, e também sua forma bárbara de lidar com este planeta.

Capra, um doutor em física pela Universidade de Viena, mostra, principalmente, como o pensamento cartesiano — isto é, fragmentado — é um dos principais responsáveis pelo estado de decadência em que se encontra a humanidade. Antes de Descartes, a concepção de mundo era realmente ecológica. Até o final do Século XVII, quando, reforçado pelo pensamento de Isaac Newton, o

cartesianismo firmou-se na história, predominava a concepção de que a natureza estava associada a algo maternal, era a “mãe natureza”. Capra transcreve Carolyn Merchant: “a imagem da terra como organismo vivo e mãe nutriente serviu como restrição cultural, limitando a ação dos seres humanos. Não se mata facilmente uma mãe, perfurando suas entranhas em busca de ouro ou mutilando seu corpo”.

Mas, depois de Descartes, tudo se transformou em máquina, e a natureza num monstro inimigo do homem, algo de “selvagem” a ser dominado. “A concepção cartesiana do universo como sistema mecânico — diz Capra — forneceu uma ‘sanção’ científica para a manipulação e a exploração da natureza, que se tornaram típicas da cultura ocidental”. Se para os místicos orientais não existe a separação homem-natureza, o ocidental aprende dos “ecólogos” que existem os animais úteis e inúteis e que, em suma, a fauna e flora devem ser preservadas para futuro benefício do homem, “centro do universo”, “rei da criação” e epítetos do gênero.

Um dos aspectos marcantes na obra de Capra é sua extraordinária facilidade em transitar por diversas áreas. Com o mesmo desembaraço com que fala das últimas conquistas da física das altas energias (por onde tem desenvolvido suas pesquisas), ele aborda o modelo biomédico, a psicologia e a economia adotadas pela cultura ocidental. Com propriedade e conhecimento Capra demonstra como a visão fragmentada de mundo, resultado do pensamento cartesiano-newtoniano, ao transformar tudo em máquinas, justifica não só sua exploração mas também a falta de qualquer tipo de ligação entre homem (observador/utilitário) e objeto (homem/utilizado). Com o Princípio de Heisenberg isso não deveria existir, mas existe. A psicanálise é o exemplo clássico: o terapeuta deve agir como se estivesse diante de uma máquina falante e ele próprio deve ser uma máquina que não sinta, nem exprima seus sentimentos. É sintomático que a psicologia atual não sabe o que fazer diante de conceitos como “alma”, “transe”, “intuição”, “amor”.

Autor de *O Tao da Física*, outra leitura fundamental para compreensão da realidade do universo, Capra é, acima de tudo, um desmistificador. Logo nas primeiras páginas ele avisa (como Bradar Teseu, diante do labirinto que pretende vencer e da derrota que pretende impor ao monstro sagrado): “precisamos de um novo paradigma — uma nova visão de realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores. Afinal, quando “estruturas sociais e padrões de comportamento tornam-se tão rígidos que a sociedade não pode mais adaptar-se a situações, ela é incapaz de levar adiante o processo criativo de evolução cultural”. E o resultado é a desintegração total.

Embora de caráter universalista, *O Ponto de Mutação* guarda uma relação muito profunda com os problemas brasileiros. Quando ele se refere à decadência do sistema biomédico e a manipulação da doença pelos laboratórios da indústria farmacêutica, ou da devastação no campo provocada pela monocultura e uso intensivo de fertilizantes químicos, ou ainda do pragmatismo da economia — diretora dos destinos do povo, refere-se, com certeza, a questões bem brasileiras.

Em especial, merece uma leitura sua análise da crise energética que, no Brasil, serviu de *leitmotiv* para a criação de um exótico Programa Nuclear Brasileiro. Milhares de dólares foram gastos na construção de duas usinas: Angra I, apelidada de “vagalume”, porque funciona um dia e apaga no outro, e Angra II, que não consegue deixar de ser um canteiro de obras. Aliás, a Comissão Nacional de Energia Nuclear agora está subordinada ao pavião dos militares — Saney passou seu comando ao esotérico Conselho de Segurança Nacional, o que sugere uma postura militar para o Programa. Quando estará pronta a bomba brasileira?

Capra não entra em tais melindres. Na verdade ele vai muito mais longe. Com relação ao uso da energia nuclear é taxativo: ela é, de longe, o caminho mais perigoso no rumo da energia pesada e, ao mesmo tempo, está se convertendo rapidamente na mais ineficaz e antieconômica fonte energética. Por outro lado, quando tudo faz crer que o Brasil realmente está desenvolvendo armas atômicas, vale destacar um recado de Capra: “uma análise econômica em termos de energia e entropia deixa claro que os atuais gastos militares sustentam as atividades mais dissipativas e intensamente consumidoras de energia de que os seres humanos são capazes, na medida em que convertem diretamente em desperdício e destruição das grandes quantidades de energia armazenada, sem satisfazer quaisquer necessidades humanas básicas”. A propósito, é bom que se acabe de uma vez com a pretensa pacificidade do brasileiro: enquanto hipocritamente faz campanhas internas contra a violência, o Brasil torna-se o quinto maior vendedor de armas do mundo. Isto é, neste momento, em algum lugar do mundo, alguém está sendo morto com uma arma brasileira.

Certamente, a grande responsabilidade pelo caos mundial recai sobre os cientistas e sua visão fragmentada de mundo. A falta de um elemento integrador, universal, provoca o surgimento de éticas de final de semana da mesma forma como existem deuses que só funcionam aos domingos. Sem essa visão integrada (“holística”, no dizer de Capra; “taoista”, para os orientais), fica justificado um sistema médico desumano, uma psicologia que não sabe o que é a alma, uma economia que iguala feijão a máquinas de lavar-roupas, a fabricação de armas à fabricação de queijos e, enfim, o homem a um fusca que come feijão.

O título da obra foi pinçado por Capra do hexagrama 24 do *I Ching*, ou *Livro das mutações*. No oráculo chinês está escrito: “ao término de um período de decadência sobrevém o ponto de mutação”. Portanto, o primeiro passo — e também o mais difícil — é perceber que a humanidade está numa fase de decadência. Mas é preciso muita coragem para assumir esta morte. A inércia do pensamento, principalmente o científico (a comunidade científica comporta-se hoje como um verdadeiro clero ortodoxo e irascível), é que faz com que essa mudança seja dolorosa; e pior, alimenta o jogo de avestruz — ninguém se acha responsável por nada.

“O movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O velho é descartado, e o novo é introduzido”. Isto também diz o hexagrama 24, e é a essência do brilhante livro de Capra. Hoje, sob pena

de estar atrasado, nenhum cientista — não importa a área de atuação — pode deixar de ler *O Ponto de Mutação*. Uma nova realidade está aí: não se pode barrar esse momento de transição, e quem não participar arrisca-se a servir de alimento aos urubus que constroem o grande mausoléu do conhecimento.

Dioclécio Luz
Jornalista/Brasília

“A grande síntese”: pedra angular da obra de Pietro Ubaldi

“Comparada com a lagoa do conhecimento, nossa ignorância permanece oceânica”

R. Duncan

Há meio século, quando ficaram prontos os originais de *A Grande Síntese*, nem de longe se poderia sonhar que esse livro iria transformar-se no vórtice formador de uma gigantesca obra de vinte e quatro volumes trazidos a lume pelo fino estro de Pietro Ubaldi, em quarenta anos de trabalho quase ininterrupto.

A obra de Ubaldi (nascido em 18 de agosto de 1886 em Foligno, na Itália, e morto em 29 de fevereiro de 1972 em São Vicente, São Paulo) reflete uma visão cósmica das leis que regem o funcionamento do universo a partir de uma posição parentética, em que ele se desencapsula dos condicionamentos do cotidiano para conseguir uma abrangência bem mais expressiva nas suas percepções.

Muito se tem falado sobre as fontes e a forma de expressão do conhecimento revelado por Ubaldi em sua obra. Os que se encontram aferrados ao cientificismo ortodoxo enchem-se de escrúpulos no exame do que o autor tem dito e defendido e repudiam tudo o que de imediato não possa ser empiricamente replicado segundo uma metodologia previamente estabelecida. Por outro lado, aqueles mais flexíveis, que admitem o enriquecimento do conhecimento através dos diversos métodos sugeridos pelas correntes filosóficas mais conhecidas, não têm dificuldades em ler e considerar o riquíssimo material que Ubaldi lhes põe à disposição.

A intuição como ponto de partida

É preciso lembrar que dentre as correntes filosóficas mais difundidas até aqui apenas o tomismo — em seu ramo neotomista eclesiástico — admite a intuição como forma aceitável de aquisição de conhecimento, isso numa dimensão hierarquicamente superior ao chamado método científico do realismo aristotélico. De acordo com o tomismo, os modos epistemológicos são hierarquizados a partir do racional-analítico (vulgarmente chamado método científico), passando pelo intuitivo-sintético, para chegar ao mais importante que é o revelatório ou revelacional.

No entanto, hoje em dia, a ciência tem-se valido principalmente dos tradicionais métodos indutivo e dedutivo e do método de solução de problema sugerido por John Dewey, no contexto da filosofia experimentalista ou pragmática.

Partindo da verificação de que o método dedutivo dá resultados vastos, mas não controlados, e de que o método indutivo dá resultados positivos, mas restritos, Ubaldi — sem prejuízo da intuição como ponto de partida — valeu-se das vantagens de ambos, i. e., a síntese, do dedutivo, e a análise, do indutivo. Mas deixemos que o próprio autor fale a esse respeito e para tanto utilizaremos generosos trechos da conferência que esse venerável pensador fez em 21/10/59, na biblioteca pública de São Paulo.

"Usamos num primeiro momento o método que foi o das religiões, o da revelação, que mais exatamente chamamos o método da intuição ou inspiração; e num segundo momento usamos o método que é o positivo da ciência, isto é, o do controle objetivo por meio da observação e experimentação. Desse modo chegamos primeiramente a uma orientação geral que nos indica em que sentido dirigir a nossa pesquisa; e, depois, realizamo-la em contato com os fatos, para controlar se a intuição, que aceitamos apenas como hipótese de trabalho, corresponde à realidade. Colocamos assim o fruto da inspiração na banca do laboratório das experimentações, como faz o físico ou o químico que, observando o funcionamento dos fenômenos, descobre as leis que os guiam."

Diante desse quadro conceitual, embora perfunctório, o leitor atento poderá identificar uma certa afinidade da obra ubaldina com aspectos conceptuais do neotomismo, afinidade que se manifesta inclusive na forma dos mecanismos operacionais buscados por Ubaldi para expor ao público os conhecimentos que adquiriu por via intuitiva: a adoção de uma combinação de métodos indutivos e dedutivos onde tudo que conseguia compreender intuitivamente seria exposto e dissecado através de um critério racional-analítico.

A intuição, que é percepção de aspectos da realidade sem necessidade da intervenção do raciocínio consciente, pressupõe, como forma de aquisição de conhecimentos, uma postura ativa do interessado, e nisto ela difere da revelação em que o homem é apenas sujeito passivo diante daquilo que lhe é mostrado num determinado instante.

A dimensão ontológica

Assim, não obstante firmemente ancorado na dimensão epistemológica, Ubaldi — com a versatilidade do canoero experiente e tranquilo que singra as vertentes que desaguiam no manancial infinito da criação divina — vale-se da intuição para vasculhar e perscrutar a dimensão ontológica, procurando apreender cada detalhe das leis que regem os diversos aspectos da dinâmica do universo, para então reduzir tudo a termos inteligíveis diante das limitações a que o cérebro humano está sujeito. E com isso mostra que o campo da ontologia pode ser explorado com proveito a partir de referenciais epistemológicos não necessariamente calcados nas formas convencionalmente aceitas de empirismo. Deixa claro, também, que o método da intuição ou inspiração pode

funcionar por aproximações sucessivas, pois, "situação do relativo, aos poucos o homem vai abrindo os olhos, vai lendo cada vez um pouco mais conforme o que ele consegue, de acordo com o seu amadurecimento evolutivo, sensibilização psíquica e capacidade de ler e compreender". Diante disso, o problema do conhecimento reduz-se antes de tudo a um problema de evolução do instrumento humano, pois, "quando o ser está maduro tudo aparece em forma de visão, qual consequência do abrir-se duma vista interior, que alcança ver até onde o raciocínio não pode chegar".

Com a combinação de critérios, Ubaldi desenvolve um sistema filosófico que, a partir de uma abordagem monista, procura resolver e absorver o aparente dualismo observado nos diversos planos do universo.

Procurando responder sobre o conteúdo da visão que esse sistema filosófico oferece, Ubaldi esclarece que na sua lógica está resolvida a contradição entre monismo e dualismo, dois fatos que existem, que é impossível suprimir e que, embora aparentemente inconciliáveis, é necessário pôr de acordo, porque de outra maneira fracassaria o princípio fundamental que é o da unidade do Uno-Tudo-Deus:

Neste sistema filosófico a grande cisão do dualismo em que o nosso universo aparece inextricavelmente despedaçado, resulta saneada, porque enclausurada dentro de um monismo maior do que ela, que a abrange e fecha dentro de si. Está salvo assim o supremo princípio da unidade do todo, em que reina Deus, um só Deus, em cujas mãos está todo o poder, não compartilhado com outro antiDeus, não despedaçado no dualismo como infelizmente apareceu a vários teólogos e filósofos que ficaram na superfície das aparências e não compreenderam.

Ele afirma que, com a revolta, nasceu a desordem, mas sem sair da ordem; nasceu o caos, mas sempre dirigido por Deus; nasceu o mal, mas só como sombra do bem. O segundo termo do dualismo não é senão uma função menor do termo originário — eixo fundamental ao redor do qual tudo continua a rodar e que permanece como o ponto central para o qual tudo continua a gravitar. A cisão da unidade entre dois opostos não somente é só interior a ela, mas é fenômeno temporário que, pela própria estrutura da obra de Deus, automaticamente tende para sua solução. De fato, logo que surge a doença aparece o seu tratamento, é o próprio erro da separação e involução que automaticamente leva para a evolução que o corrige, o processo do emborcamento não pode acabar senão no endireitamento.

Segundo Ubaldi, esse sistema filosófico nos oferece um ponto de referência firme — o sistema —, que representa o absoluto, sem o que o contínuo transformismo de tudo o que existe no relativo do nosso universo não teria algum ponto de apoio, nem ponto final a atingir que justificasse aquele transformismo. Explicam-se assim tantos fatos de outra maneira inexplicáveis. E o valor de um sistema filosófico se pode medir em proporção dos fatos que

ele explica. Explica-se assim a origem do nosso relativo, do vir-a-ser da evolução; do imperfeito no seio do perfeito; dos limites do tempo e do espaço, no seio da eternidade e do infinito. Uma evolução assim orientada para um telefinalismo adquire um sentido lógico, evolução por intermédio da qual se manifesta a obra salvadora de Deus em favor da criatura decaída. O maior fenômeno do nosso universo resulta assim dirigido para um objetivo seu, sem o que a evolução seria um caminho sem meta, iniciado sem razão, a percorrer fatalmente uma condenação a sofrer não merecida.

Entre o sagrado e o profano

Quem quer que deseje apreender o todo da visão a que Ubaldi se refere, deve procurar inteirar-se dos quatro livros básicos de sua obra: *A Grande Síntese*, *Deus e Universo*, *O Sistema* e *Queda e Salvação*. Ele próprio esclarece que a estrada que a *A Grande Síntese* mostra é aquela que o ser percorre no segundo período do ciclo, o da evolução. Mostra esse caminho ascensional, partindo da matéria, da sua origem e evolução, através das formas de energia, depois da vida mineral, vegetal, animal, subindo sempre até o homem, ao seu espírito, ao seu mundo social e moral, até o seu futuro em mais altos planos de existência. Mas o livro aceita, relativamente ao período involutivo, o fato consumado, sem indagar-lhe as causas e antecedentes. O seu objetivo, todavia, é só o trecho que vai do anti-sistema até ao sistema. Nisso *A Grande Síntese* segue o método da Bíblia, cuja gênese também começa com a criação da matéria, sem explicar como isso pôde acontecer e o que houve antes. Assim, o assunto torna-se mais compreensível, porque abrange só o nosso atual trecho de existência, o que o homem melhor pode compreender.

O mais notável é que tendo tido acesso às leis que ditam as razões supremas do ser e do universo, Ubaldi — tal como Moisés, Buda, Jesus, Francisco de Assis e outros espíritos de escol — conseguiu estreitar o espaço que existe entre o sagrado e o profano. O abismo trágico, no dizer de Albert Schweitzer. Em outras palavras, Ubaldi reconciliou as dimensões cognitivas e atitudinais da sua pessoa durante todo o seu tempo de vida entre nós.

Hoje, passados cinquenta anos, a humanidade atingiu de fato um grande grau de progresso científico e tecnológico — o homem por primeira vez deixou esta prisão planetária e pôs os pés na Lua; vasculhou a imensidão do nosso sistema solar com naves sofisticadas, mergulhou no microcosmo com aparelhos capazes de ampliar um micróbio milhares de vezes; descobriu há pouco a partícula *W*, e avança cada vez mais, embora às apalpadelas, na dimensão do espírito. No entanto, poucas modificações Ubaldi fez ou autorizou nas sucessivas edições de *A Grande Síntese* em vários idiomas enquanto vivo. Preferiu derramar-se em milhares de páginas de explicações, comentários e de detalhamento de tudo que ali foi dito. Por que? Ele próprio explica o motivo no livro *A Nova Civilização do Terceiro Milênio*.

Este não é livro que se possa retocar, corrigir, cujo texto se possa ampliar, enxertando-lhe digressões, conceitos novos. Nas-

ceu de um jato, em dado momento histórico, com determinada função social e espiritual, através de particular estado psicológico de intuição. Condicionado por esses elementos especiais e irreproduzíveis, conservou-se inalterável, como se vazado em bronze, inviolável e firme, qual rochedo que desafia a tempestade dos séculos. ... Livro assim de essência inspirada e racional apenas quanto à forma, não pode, portanto, ser refeito ou modificado, pois é de substância completa, arquitetura equilibrada e estrutura definitiva.

Por isso mesmo, na nova tradução de *A Grande Síntese* para o vernáculo, da qual participamos juntamente com o professor Torres Pastorino (Campos: Fundápu, 13ª edição), fomos extremamente cautelosos, resistindo à tentação de uma tradução mais livre que, se atendessem aos preceitos da praxe vernacular, poderia ao mesmo tempo resvalar para uma linguagem que não expressasse necessariamente aquilo que Ubaldi disse no original. Daí o caráter quase que literal da tradução, onde procuramos guardar fidelidade absoluta ao texto corrigido da quinta edição italiana; editamos notas de rodapé, explicativas; traduzimos para o vernáculo todas as expressões que aparecem no original em latim e grego; e identificamos as fontes de todas as expressões bíblicas utilizadas por Ubaldi e corrigimos termos já anacrônicos. Tudo isso com o só propósito de favorecer ao leitor um bom entendimento do texto e seu sentido maior. De resto, o próprio autor, em várias ocasiões, deixou entender, embora tímida e discretamente, que uma nova tradução em vernáculo só se justificaria com esse caráter.

Quem sabe, daqui a cinquenta anos já não se teria completado a visão de Pietro Ubaldi no sentido de ser *A Grande Síntese* o livro da nova ordem do mundo, um dos códigos da nova civilização do terceiro milênio?

Paulo Vieira da Silva/Professor da UnB e assessor da Câmara dos Deputados

Linguística

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

A língua do brasileiro

Estar no poder implica querer permanecer nele. Para tanto, quem o detém dispõe de inúmeros instrumentos, que usará sempre em seu benefício e em prejuízo daqueles que necessita dominar, para sobre eles construir sua potestade. Um destes instrumentos é a língua.

Na China medieval, quem se candidatasse a um cargo da administração estatal devia submeter-se a um "concurso literário": o conhecimento da tradição literária e, conseqüentemente, da linguística, era a chave para o êxito na vida pública. Na Índia da



sociedade dividida em castas, os brâmanes, casta dominante dos sacerdotes, eram os únicos a quem se permitia o estudo da gramática da língua sagrada dos livros religiosos, o sânscrito védico. Foi necessária, no século XVI, a Reforma luterano-calvinista para que os povos da Europa pudessem ler a Bíblia e entender o que se lhes dizia nas missas: até então, quem não conhecesse o latim — idioma oficial da Igreja, Estado que impunha sua política aos demais Estados — não tinha acesso algum às Escrituras e devia aceitar, docilmente, a interpretação que delas lhe davam os doutos. Nesta medida, a Reforma foi também uma revolução linguística, e não é por coincidência que o alemão de Lutero e o tcheco de Jan Hus se tornaram o padrão literário dos escritores de seus respectivos países.

No século XX, mais precisamente a partir da década de 50, a Sociolinguística veio provar a relação estreitíssima entre língua e poder. Foram os estudos sociolinguísticos que estabeleceram conceitos como os de língua padrão, dialeto, variação, norma culta, idioleto, etc., e foram também eles que mostraram, cientificamente, a falácia de concepções muito velhas como *falar certo* e *falar errado*, *escrever bem* e *escrever mal*, *saber* ou *não saber* as normas da língua materna. E aos poucos fomos aprendendo que tudo depende da situação em que se acham quem julga e quem é julgado: se o primeiro, o juiz, ocupa um lugar privilegiado no sistema social em que se insere, é natural que suas normas de comportamento e de pensamento sejam consideradas as corretas, as indispensáveis, as obrigatórias, as que se devem respeitar. Este é o ponto central em torno do qual Hildo Honório do Couto faz girar seu muito útil livrinho.

Durante muitos anos (e até hoje), a unidade linguística do Brasil foi motivo de inflamado orgulho dos nacionalistas. Se seu patriotismo exacerbado não os cegasse tanto (ou melhor, não os ensurdescesse, pois a língua é algo que se ouve), teriam verificado que nosso país, como qualquer outro, apresenta uma grande diversidade linguística que, embora não ponha em risco a comunicação entre

falantes de distintas comunidades (como se dá na Itália), é uma questão importantíssima para o progresso social de uma incontável maioria de cidadãos brasileiros. Estes, por não terem acesso à língua oficial — ponte entre a servidão e a dominação —, são obrigados a limitar seu movimento dentro de uma estreita faixa do terreno social, uma vez que sua *incompetência* no uso da norma padrão e sua persistência no uso de dialetos estigmatizados reservam-lhes os papéis menos remunerados e menos prestigiados do jogo produtivo.

O professor Hildo do Couto faz de seu livro uma composição em que, a cada momento, intervem um mesmo acorde insistente: *a língua do povo brasileiro é a língua usada pelo povo brasileiro*. O que ele tenta mostrar é a verdade de que, como diz R. Langacker (*Language and its structure*), "o uso da língua segue seu próprio rumo e não o ordenado pelos que a pretendem dirigir". O mesmo, aliás, já dizia, no século I a.C., o poeta Horácio na sua *Arte Poética*: a língua evolui, *si volet usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi* ("se o uso o quiser, pois a ele cabem a soberania, o direito e a legislação da língua").

Para se descobrir qual é o português do Brasil, o autor propõe uma ampla investigação do português que *se usa* no Brasil, hoje, contrariando, portanto, os que tentam impor uma norma culta baseada tão-somente no uso literário de escritores consagrados e na gramática normativa, que nestes autores se apóia para prescrever o *certo* e o *errado*. Unindo, talvez pela primeira vez no Brasil, o estudo linguístico e a análise materialista dialética dos fatos sociológicos, Hildo do Couto mostra que a questão de uma norma linguística nacional está inextricavelmente relacionada ao modo de produção capitalista, que não prescinde da oposição entre uma classe minoritária que domine e explore uma segunda classe majoritária, estrategicamente mantida à distância do patrimônio cultural, científico e tecnológico que ela própria, sem o saber, construiu e constrói.

**Marcos Bagno
Bacharel em Letras (Université de Nancy),
tradutor e professor de tradução
(Alliance Française).**

Literatura

PATRIOTA, Margarida de Aguiar. *Nuas*. São Paulo: Roswitha Kempf; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 137 p.

Nuas, uma visão vanguardista da mulher

"*Nuas*, debilmente nuas, em choramingo elas recuperam os sentidos."

Nuas, o novo livro de Margarida de Aguiar Patriota, que acaba de ser lançado por Roswitha

Kempff Editores, em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, nos mostra que a incursão da autora pela ficção é uma boa promessa para o que se convencionou chamar de literatura feminina no Brasil.

Com curso de doutorado em Literatura Francesa no Canadá, professora do Departamento de Letras da Universidade de Brasília, Margarida de Aguiar Patriota produz regularmente artigos na Revista Brasileira de Língua e Literatura, na Revista de Poesia e Crítica, na Revista Educação, além de trabalhos em periódicos regionais e traduções de livros para a Editora da Universidade de Brasília.

Com sua tese de doutoramento, *L'autonomie du Langage Littéraire*, feita em 1974, Margarida deu início a um estudo sistemático e permanente sobre a questão da ideologia de vanguarda na literatura. Segundo ela, na compreensão artística do nosso século, a vanguarda é percurso fundamental e ainda não esgotado. Este o tema que ela desenvolve em *Vanguarda, do Conceito ao Texto*, publicado pela Editora Itatiaia em co-edição com o Instituto Nacional do Livro, em 1985.

E em *Nuas*, seu mais recente livro, é possível encontrar uma das características que a autora aponta como expressão vanguardista: o contra-estilo como uma desmitificação do poema ou da prosa ideal das classes dominantes. Esta desmistificação está bem presente na série de contos, relatos e aventuras que compõem *Nuas*. Desde a nova versão da lenda de Moema, a índia que se mata por amor, ou a história regionalista de Dalila, com sabor de milho lambuzado de margarida.

Interessante também o conto Coração Verde, a história de uma traição contada apenas através do diálogo de duas mulheres e sem um só período de prosa. Como bonito é ainda o conto que dá nome ao livro, *Nuas*, que recebeu o prêmio Clarice Lispector, dado pela Universidade de Uberlândia, em 1982. Neste conto, a história do aborto de um grupo de mulheres é contada através da nudez moral de cada uma das participantes. Um belo conto que insere Margarida de Aguiar Patriota, definitivamente, na ficção brasileira.

C.M.L.

História

CARDOSO, Ciro Flamarion S. — *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. S. Paulo, Editora Ática, 1986. 93 p.

Civilizações Antigas

As civilizações do Antigo Oriente Próximo, principalmente a do Egito Faraônico, despertam grande interesse entre considerável parcela do público brasileiro, especialmente no tocante a seus aspectos mitológicos, religiosos e simbólicos. A demanda de informações nesse setor tem levado à multiplicação de publicações de cunho jornalístico e

de cursos de divulgação, nem sempre de bom nível. A principal deficiência que se nota nesse material é a ausência de sólidos conhecimentos sobre os aspectos históricos, econômicos e sociais dessas civilizações, o que faz com que as próprias informações sobre mitologia e religião sejam imprecisas e nebulosas, quando não totalmente distorcidas. A lacuna de bibliografia especializada em língua portuguesa sobre esses aspectos básicos dessas civilizações antigas acaba, felizmente, de ser suprida pela publicação do presente estudo, obra de um competente especialista: o historiador e egíptólogo Prof. Dr. Ciro Flamarion S. Cardoso, docente da Universidade Federal Fluminense, que já publicou anteriormente *O Egito Antigo* (Col. "Tudo é História", Brasiliense, S. Paulo, 3ª ed. 1983) e *Trabalho Compulsório na Antiguidade* (Rio de Janeiro, Graal, 1984), além de outros trabalhos sobre História Antiga, Teoria da História e História da América Latina. O estudo em questão foi escrito para uma coleção de breves textos didáticos introdutórios destinados a estudantes universitários, mas será lido com proveito por qualquer leitor interessado nas antigas civilizações do Oriente Próximo. A obra se divide em três capítulos. No primeiro, *Palácios, templos e aldeias: o "modo de produção asiático"*, o autor apresenta e discute o principal elemento de seu referencial teórico, ou seja, o conceito marxista de "modo de produção asiático" (MPA). Depois de historiar os antecedentes do conceito, sua formulação por Marx e as discussões posteriores a respeito, apresenta ele a posição de dois autores italianos atuais, especialistas em História Antiga do Oriente Próximo, M. Liverani e C. Zaccagnini, em que ele fundamenta sua interpretação da sociedade em questão. Segundo esses estudiosos, as sociedades antigas do Oriente Próximo se caracterizam pela justaposição de dois modos de produção distintos, o "modo de produção doméstico" ou "aldeão", ao nível das aldeias rurais, e o "modo de produção palatino" ou "palaciano", ao nível das cidades, palácios e templos, residências dos líderes políticos e religiosos e dos quadros burocráticos superiores, resultantes da chamada "revolução urbana". Nos dois capítulos subsequentes, *A Baixa Mesopotâmia e o Egito Faraônico*, apresenta e analisa ele as principais sociedades do Antigo Oriente Próximo à luz dessa formulação teórica. Finalmente, numa breve *Conclusão* ressalta a importância do debate sobre o "despotismo oriental" e sobre o MPA, declarando acreditar que o mesmo "continue sendo um instrumento útil de pesquisa para certas áreas do estudo da História e, de um modo mais geral, para procurar algumas das respostas possíveis às perguntas que constituem o cerne das ciências sociais: como funcionam e mudam as sociedades humanas? Acompanha o trabalho um *Vocabulário Crítico* apresentando e definindo os principais termos técnicos e conceitos teóricos discutidos no texto, e uma breve *Bibliografia Comentada*, arrolando os trabalhos fundamentais sobre o conceito de MPA e sobre a Mesopotâmia e o Egito antigos aos quais os interessados poderão recorrer para aprofundar seus conhecimentos.

Ricardo Mário Gonçalves

Professor Adjunto de História Antiga/USP.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis, Vozes, 1986. 152 p.

Uma nova história

Não há porque se negar a importância da obra de Nélson Werneck Sodré nas ciências sociais e/ou humanas no Brasil, máxime na historiografia brasileira contemporânea. Como docente universitário acostumei-me a consultar e indicar seus trabalhos por entender que, a partir de suas colocações e posições teóricas, percebe-se um compromisso de resgatar não só parte de nossa história presente, como também os mesmos abrem campos para novos estudos. No entanto, ao ler seu último trabalho, anotei alguns pontos que entendo devem merecer algumas considerações.

Com um ponto, todos nós que estudamos a História do Brasil devemos concordar: a história brasileira está por se escrever. No entanto, o livro em questão — História da História Nova — parece-nos (se outro não for o juízo) mais uma reportagem do que uma obra didático-científica. O propósito do Autor em traçar um perfil do período do terror cultural que tomou conta da sociedade brasileira e de suas instituições científico-culturais (de modo especial, a Universidade), não parece claro e o livro assemelha-se em estrutura e disposição a outra obra publicada pela Editora Vozes sobre o mesmo nefasto período de nossa recente história — *Brasil: Nunca Mais*.

A análise que procede do papel representado pelo ISEB traz ranços profundos e as críticas que faz aos seus companheiros em nada acrescenta a um melhor entendimento do quanto foi importante o ISEB, como órgão criado no governo Café Filho e sua vinculação com a "inteligentzia" brasileira dos anos 50-60. No segundo capítulo, as críticas pessoais são mais contundentes e ferozes. Louve-se porém a identificação dos organismos nacionais e internacionais que atuaram de maneira decisiva e decidida na desarticulação da imprensa, do teatro, do cinema, da universidade e da comunidade estudantil, através de prisão, seqüestro, empastelamento ou mesmo do extermínio físico.

O retrospecto que assinala a estúpida perseguição aos professores Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Melo, Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos, além do próprio Autor, serve para estabelecer o nível de entendimento que as autoridades do movimento golpista de 64 tinha acerca dos estudos que resultaram na publicação da História Nova do Brasil e de que forma ela contribuiu para difundir o materialismo histórico. A ferenha perseguição e as constantes denúncias do escritor Américo Jacobina Lacombe aos autores da História Nova é para Werneck a forma mais estúpida, fascista e maniqueísta de se combater idéias e de distorcê-las, como bem destaca uma afirmativa de seu crítico, o Sr. Lacombe, ao afirmar que o "materialismo histórico ocupa-se apenas da parte econômica" (p. 144). Esses senões entretanto não invalidam a obra em apreço, que permite conhecer parte de nossa

histórica realidade contemporânea e abre brechas para o resgate de sua memória.

Fernando Antônio Neto Lôbo
Professor Assistente – Departamento de
Estudos Sociais – CHLA/ESO/UFAL

Comunicação

RAMOS, Roberto. *Grã-Finos na Globo* – cultura e merchandising nas novelas. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

Merchandising nas novelas

No *Bar do Nacib*, em *Gabriela*, só se bebia cerveja Antarctica. Em *Estúpido Cupido* foi aberto um salão de beleza com o fim exclusivo de comercializar produtos de beleza. Os telespectadores de *Louco Amor* aprenderam a congelar alimentos, graças à (ou para o bem da) Prosdócimo. Já o personagem *Dino Cesar* em *Duas Vidas* bebia Coca-Cola o tempo todo. Isto continuou com o personagem *Alberto Karamy Filho* em *Coração Alado*, mas desta vez a TV Globo abusou. O personagem não podia beber Coca-Cola, pois era diabético, e este detalhe não escapou à classe médica que reagiu indignada e tomou público seu protesto.

Tenta-se vender de tudo na telenovela. Calças, uísque, refrigerantes, vitamina, cosméticos, carros, serviços de bancos, seguros de vida, viagens aéreas, férias, todo tipo de serviço ou mercadoria está sujeito à nova forma de anunciar, o merchandising.

Roberto Ramos, gaúcho, jornalista, com curso de pós-graduação na PUC de Porto Alegre analisou mais de cinquenta novelas produzidas e transmitidas pela Rede Globo de Televisão entre 1970 e 1975, para detectar e descrever anúncios em forma de *merchandising*. O resultado é um livro que tem como uma de suas marcas a rejeição ao pedantismo e hermetismo, que costumam caminhar de mãos dadas. Em vez de um livro escrito para o circuito acadêmico ou para os círculos da alta cultura, produziu-se um livro em linguagem simples e compreensível para o grande público, tipo *Coleção Primeiros Passos*. A segunda marca distintiva é o tratamento globalizante dado ao tema, analisado no ambiente humano e no contexto social em que se situa, a partir de uma perspectiva crítica.

Faz-se um retrospecto dos diversos governos autoritários pós-64, durante os quais a televisão, as novelas e o *merchandising* cresceram e prosperaram. A análise procura contrastar a retórica propagandística megalomaniaca e triunfalista destes governos com as mazelas sociais que ela ocultava: a submissão ao capital estrangeiro, a concentração da propriedade no campo, a renda miserável das classes trabalhadoras e o silêncio imposto pela repressão. Várias partes são dedicadas à explicação de conceitos-chave para a compreensão do fenômeno do *merchandising*, como o de capitalismo, de cultura, de cultura de massa, de hegemonia e de publicidade.

Conceitua-se hegemonia como a capacidade da classe dominante de definir uma proposta de vida para a sociedade em geral. Através dessa proposta de vida traçam-se os limites do possível e fecha-se o caminho para as mudanças que precisam ser feitas no domínio social. Através da cultura de massa, com sua variante – a telenovela –, as classes dominantes expressam sua proposta de vida para a sociedade. No caso da telenovela, propõe-se que os telespectadores incorporem os padrões culturais da Zona Sul, pois ela é organizada pelos modos de ser e pensar dos bairros cariocas de Ipanema, Leblon, Gávea, São Conrado e Barra da Tijuca e não da Baixada Fluminense.

O anúncio em forma de *merchandising* entra nas novelas a partir das necessidades que as novelas têm de produtos e serviços para comporem cenários e enredos. Especialistas costumam definir *merchandising* como uma operação de planejamento necessário para se pôr no mercado um produto ou serviço em quantidades certas e a preço certo. O Autor prefere uma definição simples: “*Merchandising* é a publicidade fora dos intervalos comerciais, em nosso caso, integrando as novelas, caracterizada pela técnica de expor, exibir e dispor produtos”. Mas o que há de novo nesta forma de anunciar que a transforma numa questão importante em termos de comunicação? Como afirma Pedrinho Guareschi, citado no livro, há já muito tempo que a publicidade deixou de se basear na razão (se é que algum dia o foi) ou de se preocupar em realçar as qualidades do produto. Para ele a publicidade se estrutura através de uma relação construída por meio de ligações estabelecidas com as forças básicas, inconscientes, existentes em toda pessoa. Essas forças básicas são os desejos, as aspirações que todos possuímos. A publicidade, então, explorando estes mecanismos da alma humana, trabalha ativamente para atingir seu objetivo de converter os bens supérfluos em necessários na mesa do consumidor. Por aí se vê que o apelo à esfera do inconsciente não é novidade. Para isto se utiliza a engenharia das emoções, todo um conjunto de conhecimento derivados das ciências sociais e postos a serviço da persuasão. O que há de novo nisto tudo é o fato de que, ao contrário dos anúncios feitos nos intervalos comerciais, no *merchandising* os anúncios pegam o telespectador com a guarda baixa. Nos intervalos comerciais, o telespectador sabe que aquilo que está vendo é uma mensagem a ele dirigida com o intuito de persuadi-lo a comprar um produto ou serviço. No *merchandising*, os anúncios, embutidos na trama novelesca, o pegam desprevenido. Daí deriva um problema com claras repercussões éticas. Falando claramente: o *merchandising* não é uma prática que se possa classificar dentro de princípios éticos aceitáveis. Como observa o Autor, “não existe legislação que controle o *merchandising*. É um território livre. Situa-se à frente dos olhares omissos das autoridades”. Não é à toa que entidades e especialistas da área da Comunicação insistem na necessidade de providências ao nível legal que coíbam ou regulamentem a sua prática. O Professor Ubirajara da Silva, do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, propõe que se deve escolher uma entre as seguintes soluções: ou se proibir de uma vez por todas o *merchandising*, ou obrigá-lo que se explicate claramen-

te no início de cada capítulo de novela os produtos e serviços anunciados, a fim de que o telespectador tenha consciência disto.

Mas o *merchandising* tem também implicações para a democracia na comunicação. Ele amplia o poder da televisão para faturar anúncios e reforça assim a concentração das verbas publicitárias já hoje destinadas em 60 por cento do total à televisão. Sobram apenas 40 por cento para o rádio, jornais e revistas. Acresça-se aí o fato de que, dentre todos os veículos, a televisão é o que apresenta maior concentração de propriedade e se terá a dimensão do problema: o *merchandising* está contribuindo para estreitar o já estreito funil da nossa democracia na comunicação social.

José Salomão David Amorim/Depto. de Comunicação – UnB.

Política

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 17ª ed., 1984.

“Quero morrer antes que o Brasil se acabe”, já dizia Sérgio Buarque de Holanda em 1977, em pleno governo Geisel, diante da absoluta falta de perspectivas políticas e culturais em que o país estava mergulhado. Mas só veio a morrer em 1982, pouco antes de completar oitenta anos, ele que nasceu em São Paulo, em 11 de julho de 1902. O Brasil não se acabou em 1977, e no ano seguinte, na mesma São Paulo, nascia o PT, Partido dos Trabalhadores, cuja ata de fundação traz a assinatura deste mesmo pensador e ativista político que, décadas antes, participara da criação do Partido Socialista Brasileiro, ao lado de Manuel Bandeira e Guilherme Figueiredo. Sérgio Buarque de Holanda tinha, portanto, alguma esperança.

Sua atividade intelectual começou cedo, e aos dezessete anos já escrevia artigos e ensaios que prenunciavam o Modernismo de 1922. Mas foi em 1936 que Sérgio B. de Holanda publicou o livro que lhe traria fama nacional e internacional: *Raízes do Brasil*, que agora se reedita em comemoração especial aos cinquenta anos de sua primeira impressão.

Para Antônio Cândido, outro grande intelectual brasileiro filiado ao PT, *Raízes do Brasil* faz parte de uma trilogia graças à qual, segundo ele, as pessoas de sua geração “aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos do passado”. Os outros dois livros são *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Tais obras vinham sepultar uma tradição de estudos históricos e sociológicos montada sobre um positivismo repleto de preconceitos ideológicos, sobre uma fascinação pela natureza biológica, pela “raça”, herança dos evolucionistas. Abandonando a visão etnocêntrica e a retórica liberal, Sérgio B. de Holanda buscou apoio teórico para sua obra na então nova história social que se escrevia na França, na sociologia da cultura dos alemães, assim como em novas concepções

sociológicas e antropológicas até então inéditas no Brasil. E escreveu um livro pequeno e denso, com menos de cento e cinquenta páginas, que vinha dar uma lição de concisão e síntese aos tratadistas brasileiros, amantes da abundância inútil e do acúmulo de informações sem visão crítica e sem reflexão.

Raízes do Brasil se estrutura basicamente na interpretação de pares aparentemente antagônicos, de pólos dialéticos que se atraem e se repelem: aventureiros e trabalhadores; espanhol e português; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; impessoalidade estatal e afetividade familiar, etc. Através deles, o autor nos leva a buscar as origens da estrutura social e política brasileira e a antever nosso destino histórico. Mas não se vá pensar que o método de composição do livro transforme-o numa análise de esquemas fixos, de dicotomias rígidas. Sabe o autor que entre um pólo e outro existe um *continuum* e sobretudo que "a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito", como ele próprio afirma ao analisar a antítese tão latino-americana de liberalismo vs. caudilhismo.

A nossa ancestralidade ibérica é a fonte mais remota em que o autor vai encontrar as extremidades das nossas *raízes*. É nela que se descobre um dos temas capitais da obra: a nossa repulsa pelo trabalho regular e pelas atividades que contribuam ao bem comum. Dela se origina a falta de organização porque, segundo Sérgio B. de Holanda, o ibérico não renuncia ao que lhe interessa pessoalmente em prol da coletividade ou dos princípios. O que não justifica, por outro lado, o tolo pensamento de alguns, para quem o Brasil seria uma nação mais desenvolvida se tivesse sido colonizado por povos mais "avançados" como os ingleses, os franceses ou os holandeses. Quem pensa assim está-se mirando no único exemplo dos Estados Unidos, pois se se detiver um pouco mais atentamente e analisar a situação das ex-colônias holandesas (Suriname, Indonésia), francesas (Haiti, África Ocidental) e inglesas (Índia, Nigéria, etc.) há de fatalmente chegar à conclusão de que os graus de maior ou menor subdesenvolvimento não estão assim tão estreitamente relacionados à nacionalidade dos habitantes da metrópole. Se os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália são hoje potências mundiais, é porque o tipo de colonização e os interesses da metrópole sobre esses territórios foram muito diversos do tipo e dos interesses que ela tinha sobre os territórios tropicais e equatoriais: no final da Guerra dos Sete Anos (1763), gerada pela rivalidade colonial entre Londres e Paris, o governo francês não hesitou em ceder à coroa britânica o imenso Canadá gelado em troca de poder permanecer com algumas pequenas Antilhas produtoras de açúcar. A história nos explica bem por que.

Uma das análises fundamentais de *Raízes do Brasil* é a que se contém no capítulo V, intitulado "O Homem Cordial". Infelizmente, a má interpretação da tese da cordialidade brasileira, explicitada por Sérgio B. de Holanda, resultou num aproveitamento barato por parte dos governantes, que sempre têm tratado por "contrárias à índole pacífica do brasileiro" as manifestações de caráter revolucionário que ocorrem

no Brasil. Não seria ousado afirmar que segundo o autor esta cordialidade é um traço negativo da psicologia nacional, um obstáculo mesmo à adaptação nossa aos imperativos de uma sociedade organizada, de um Estado com que se devem estabelecer relações impessoais e pragmáticas. Criado dentro da estrutura da família, o brasileiro traz em si o fardo das "relações de simpatia", que lhe tornam difíceis a incorporação normal e natural a outros grupos sociais. Na visão claríssima de Antônio Cândido, o "homem cordial" de Sérgio B. de Holanda "não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas que se opõem aos ritualismos da polidez". Será essa, com certeza, uma das causas principais do choque que experimenta o brasileiro quando vai à Europa ou aos EUA e encontra os cidadãos "polidos, mas frios" ou "cortes, mas distantes".

Feliz estaria hoje o autor de *Raízes do Brasil* se pudesse ver confirmadas pela situação política atual do país algumas palavras suas de 1936. Assim como os déspotas esclarecidos do século XVIII tentaram, na Europa, aplicar idéias nascidas no meio revolucionário burguês sem, entretanto, querer contar com a participação da própria burguesia no poder, "a democracia no Brasil foi sempre um lamentável malentendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas". Parece um retrato fiel disto que se está chamando hoje de "Nova República" e que, mais uma vez, não passa de um movimento de vernizes reformadores, imposto de cima para baixo pela oligarquia dominante.

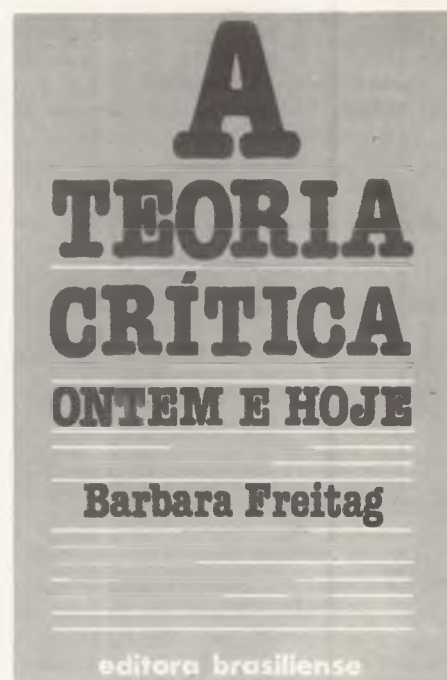
Marcos Bagno

Sociologia

FREITAG, Bárbara. *Teoria crítica, ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 184 p.

Escola de Frankfurt

Finalmente, aparece publicada no Brasil uma obra com grande alcance sobre a riquíssima trajetória da produção emanada da assim chamada Escola de Frankfurt. Esta afirmativa inicial não tem suporte na relação com o número de páginas do livro de Freitag, na verdade de tamanho reduzido (184 páginas); nem desmerece outros cruciais analistas da mesma contribuição teórica que tem fecundado o pensamento brasileiro, como Sérgio P. Rouanet, Carlos Nelson Coutinho, José Guilherme Merquior, Vamireh Chacon e Gabriel Cohn. O mesmo poderia ser afirmado em relação à literatura internacional, pelo menos àqueles privados de intimidade com o idioma alemão. Neste sentido, a obra de Freitag está muito acima do escopo e da qualidade analítica apresentados pelos livros de Martin Jay (*The Dialectical*



Imagination: a History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1973) e de Tom Bottomore (*The Frankfurt School*, 1984).

A trajetória intelectual, política e existencial de seus principais nomes "históricos" é examinada, com concisão e de modo preciso, na primeira parte do livro. Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas têm suas produções enquadradas na grande disputa contra o irracionalismo virtualizado pela ascensão do nazismo, na Alemanha. A história institucional do grupo, suas linhas de opção teórica, seus dilemas políticos e a forma com que foram enfrentados são o objeto desta primeira seção. O mérito da síntese é agregado pela informação precisa e pelo levantamento agudo dos principais eixos da produção do grupo:

- a) a dialética da razão iluminista e a crítica da ciência; ciência;
- b) a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; e,
- c) a questão do Estado e suas formas de legitimação.

O percurso que vai do otimismo iluminista ao desencanto com as possibilidades do exercício da razão kantiana (libertária), concomitantemente com a autonomia e o fim do reino da necessidade, é severamente escrutinado pela Autora. O momento da ruptura com esta crença-programa é assinalado pelo exame bastante atento dos conteúdos de *A Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer, 1947) e da passagem de Adorno à concepção da dialética negativa.

A volta ao contexto alemão, por parte de suas principais figuras, a maturidade do desenvolvimento capitalista norte-americano, a servir de modelo para a modernidade definitivamente instaurada sobre a existência da razão instrumental, da dominação política via constituição de uma certa "opinião pública"; e o desencanto com a implantação do socialismo do Leste Europeu, por via de uma justificativa libertária e autonomista, mas que tem se

revelado autoritário e subordinativo, são fulcros que determinam as indagações e a produção das outras fases que são seguidas pela Escola.

A concentração temática sobre questões pertinentes à superestrutura social (ideologia, cultura, ciência e tecnologia, formação e mecanismos de socialização, opinião pública, etc.) indicam, por parte de seus membros, uma ativa discordância com Marx a respeito das possibilidades de uma lógica libertária repousando sobre a imanência do trabalho. O mundo moderno trouxe sobre o *trabalho*, como *critério de valor* na determinação da produção e como *lugar* nodal da possibilidade de busca da libertação, muitas outras determinações. E estas determinações são expressas por mediações que tornam impossível contemplar o mundo do trabalho como possuindo implicitamente as condições de suas próprias superações. As mediações das organizações públicas e privadas, a formação de sistemas políticos manipulativos, etc., são elementos estruturados, com pesos específicos e intransponíveis para o estabelecimento de um processo libertário a partir de suas bases materiais dadas.

Combinadas as razões e os fatores centrais da modernidade instalada, cabe o pessimismo de Adorno diante da razão instrumental, a fuga para as manifestações artísticas como terreno do exercício possível da racionalidade crítica dele e de Walter Benjamin. Cabe também, e com divulgação e consumo invulgares, a obra de Marcuse, na sua

repulsa à cultura operativa e subordinadora da vontade pulsional do capitalismo monopolista.

Todos estes ingredientes refluem na obra recente de Habermas que, tentando a saída ao pessimismo, frente à modernidade, constrói sua *teoria da ação comunicativa*. Esta teoria se opõe à teoria crítica "tradicional" de Adorno e Horkheimer, por meio da *concepção dialógica (comunicativa) da razão* e o *caráter processual da verdade*. Freitag resalta o valor intrínseco da prioridade do procedimento processual, antagônico à rigidez dos valores absolutos universais de razão e verdade, no estabelecimento das regras de convivência e formação da vontade política entre os homens em sociedade: Além disto, alude com justeza ao parentesco e íntima dependência entre os supostos básicos da construção da teoria da ação comunicativa com a obra de Piaget e sua concepção de "descentralização".

Habermas é o centro de referência básico da Escola, em nossos dias. Sua influência e capacidade seminal é marcante em todo o mundo das ciências sociais. Alguns de seus colaboradores, como Claus Offe, têm se concentrado no diálogo mais profundo com o marxismo ortodoxo, via estudos sobre a constituição da economia política sob o capitalismo monopolista. O destaque dado pela Autora à fecundidade da obra de Offe, Altvater e outros, no campo das relações entre capitalismo e Estado moderno é correto, ainda que muito fugaz. É justo, no entanto, aludir que talvez a contribuição anglo-

americana, principalmente através de autores como James O'Connor (*The Fiscal Crisis of the State*) tenha mais importância do que parece, para o estabelecimento do quadro de referências sobre os crescentes encargos sociais do Estado capitalista e sua concomitante crise econômica e legitimadora, por falta de condições de superação internas de seus limites.

O livro faz ainda uma resenha, entre várias correntes emergentes do núcleo central da Escola, de críticas ao engajamento efetivo de consígnias teóricas à luta política européia e às possibilidades de sua permanência como ponto de referência crucial à interpretação da pós-modernidade. A obra termina com uma bibliografia comentada, o que empresta à contribuição decisiva de Freitag ao debate um tom profético, e desejo de que o mesmo se aprofunde pela divulgação e procrie ensinamentos e apreensões, sem as quais, aliás, nossas tarefas de sociólogos profissionais não implicariam necessariamente na existência da vocação, como anunciou mestre Max Weber.

O livro de Barbara Freitag é uma indicação vigorosa de talento corporificado numa vocação definitiva de grande socióloga. O clima erotizante emanado do livro sugere a esperança de que os cientistas sociais podem encarar a crítica e o compromisso libertário como vocação e profissão!

Benício V. Schmidt

Depto. de Sociologia – UnB

Humanidades

A Editora da Universidade de Brasília está lançando, neste começo de ano, duas obras que permitirão ao leitor compreender um pouco melhor os anos revolucionários do pré-romantismo, um período instável, movediço, onde o estilo literário começa a perder o formalismo que mais de um século de classicismo lhe havia inculcado.

"Os Devaneios de um Caminhante Solitário", de Jean-Jacques Rousseau, e "Memórias: Poesia e Verdade", de Goethe, nos permitem assim acompanhar os caminhos percorridos pelos dois grandes escritores do século XVIII, ambos em busca da construção de uma individualidade marcada pelo sentimento interior, pela divagação poética, em contraste com uma realidade pré-industrial mas já voltada para a ciência e o progresso.

Editora da UnB Lançamentos

Goethe e Rousseau: a redescoberta do romantismo

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Trad. de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília, Edit. Universidade de Brasília/Hucitec, 1986. 135 p.

As caminhadas de Rousseau

"Os Devaneios", no original *rêveries*, nos remete ao sentido primitivo de *rêver*, um vagar ou vagabundar físico, caminhante, termo que se aplica perfeitamente à atividade literária caminhante de Rousseau neste livro. Escrito em parte no refúgio da

ilha de Saint-Pierre, no centro do lago de Bienne, na Suíça, o livro é o resultado das caminhadas plenas de meditação do escritor através da ilha.

E em que medita Rousseau já no fim da vida? "Algumas vezes" — escreve ele na sétima caminhada — "meus devaneios acabam pela meditação mas, mais freqüentemente, minhas meditações acabam

pelo devaneio e, durante tais divagações, minha alma vagueia e plano no universo sobre as asas da imaginação, em êxtases que ultrapassam qualquer outro gozo."

Fugindo dos homens, procurando a solidão, sentindo-se perseguido e incompreendido por seus contemporâneos, Jean-Jacques encontra no seu temperamento vivo o antídoto a uma apatia melancólica e se volta, então, para a natureza: "galgo os rochedos, as montanhas, mergulho nos vales e nos bosques". E é assim, como explica a tradutora Fúlvia Maria Luiza Moretto na introdução a "Devaneios de um Caminhante Solitário", que Rousseau volta as costas ao racionalismo e transforma o homem que contempla a natureza. Esse homem não a descreve mais, mas está profundamente ligado a ela e, ao reunir racionalidade e irracionalidade, ao recompor a unidade fundamental do homem, Rousseau cria um novo homem moderno e o ponto de partida para o movimento romântico.

GÖETHE, Johann Wolfgang von.
Memórias: poesia e verdade.
Trad. de Leonel Vallandro. 2ª ed.
Brasília, Edit. Universidade de
Brasília/Hucitec, 1986. 2 vols.

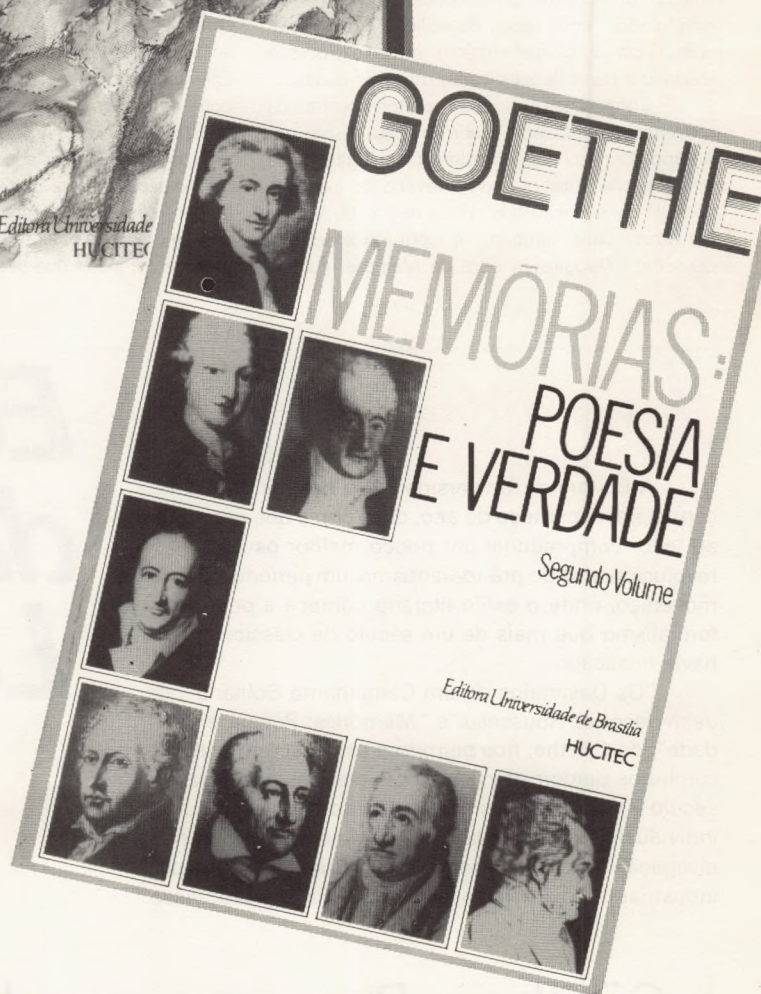
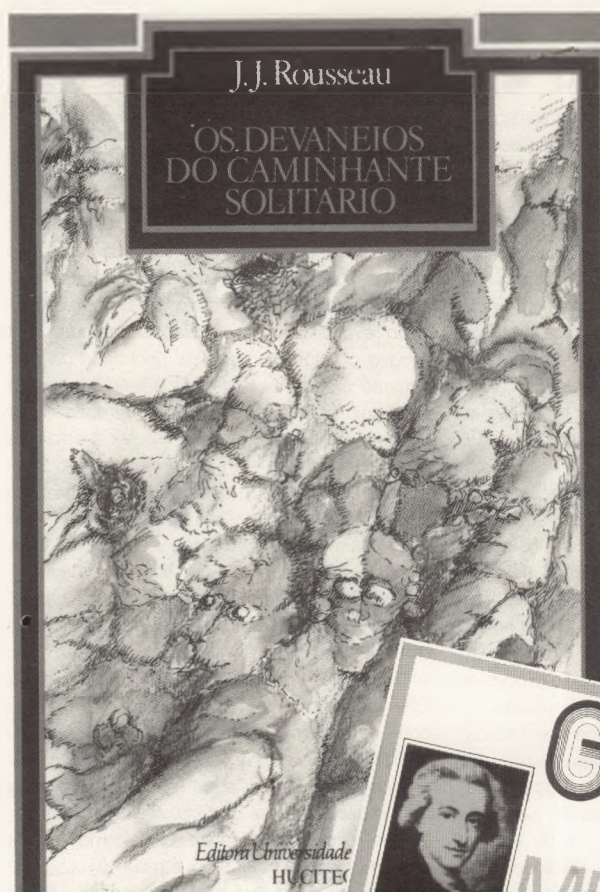
As memórias de Goethe

Não é por acaso que, ao mesmo tempo em que Rousseau publicava na França os "Devaneios", surgia na Alemanha o primeiro livro daquele que se tornou o pioneiro do romantismo em seu país: Johann Wolfgang von Goethe. O livro, "Os sofrimentos do jovem Werther", logo se tornou popular em toda a Alemanha. Romance de amor platônico, escrito em forma de diário de um jovem apaixonado, "Werther" é o belo retrato autobiográfico de Goethe ao tempo da sua juventude. Tão influente foi o enredo da obra que, além de dar início ao pré-romantismo alemão, provocou, logo depois de sua publicação, uma verdadeira onda de suicídios de jovens alemães apaixonados.

No livro que a Editora da UnB agora lança, em dois volumes, "Memórias: Poesia e Verdade", na tradução de Leonel Vallandro, é possível compreender o pensamento e a inspiração que levaram Goethe a escrever Werther, ponto de partida de toda uma obra poética, filosófica e teatral e que culminou na grande obra épica "Fausto".

"Eu tomara a resolução" — conta Goethe — "de deixar agir a minha natureza interior de acordo com as suas tendências particulares e de deixar que a natureza exterior agisse sobre mim segundo as suas qualidades, e foi neste ambiente estranho que foi concebido e escrito o Werther". Desta resolução, resultou uma harmonia perfeita entre cada objeto da natureza observado pelo poeta, o rio, a região campestre, e o estado íntimo que favorecia um velho pendor para a solidão e para a meditação secreta.

Estavam aí as sementes do romantismo, bebido diretamente dos franceses Diderot e Rousseau. Em carta a um amigo, Goethe escrevia que



"Rousseau havia nos encantado, mas quando considerávamos a sua vida e o seu destino, nós o víamos, em recompensa de tudo que produzira, ser forçado a viver desconhecido e olvidado em Paris. Todas essas coisas e muitas outras, sábias e loucas, verdadeiras e semi-verdadeiras, agiam sobre nós. Seguíamos ao acaso mil caminhos desviados e tortuosos e era assim que se preparava, de diversos lados, essa revolução literária na Alemanha".

Reencontrar estes dois românticos, Rousseau e Goethe, redescobrir os estranhos caminhos íntimos que os unem, perceber a partir de que ponto suas carreiras seguiram rumos diversos, do ponto de vista literário, esta é a aventura que a Editora da UnB oferece, neste começo de 87, a todos os seus leitores.

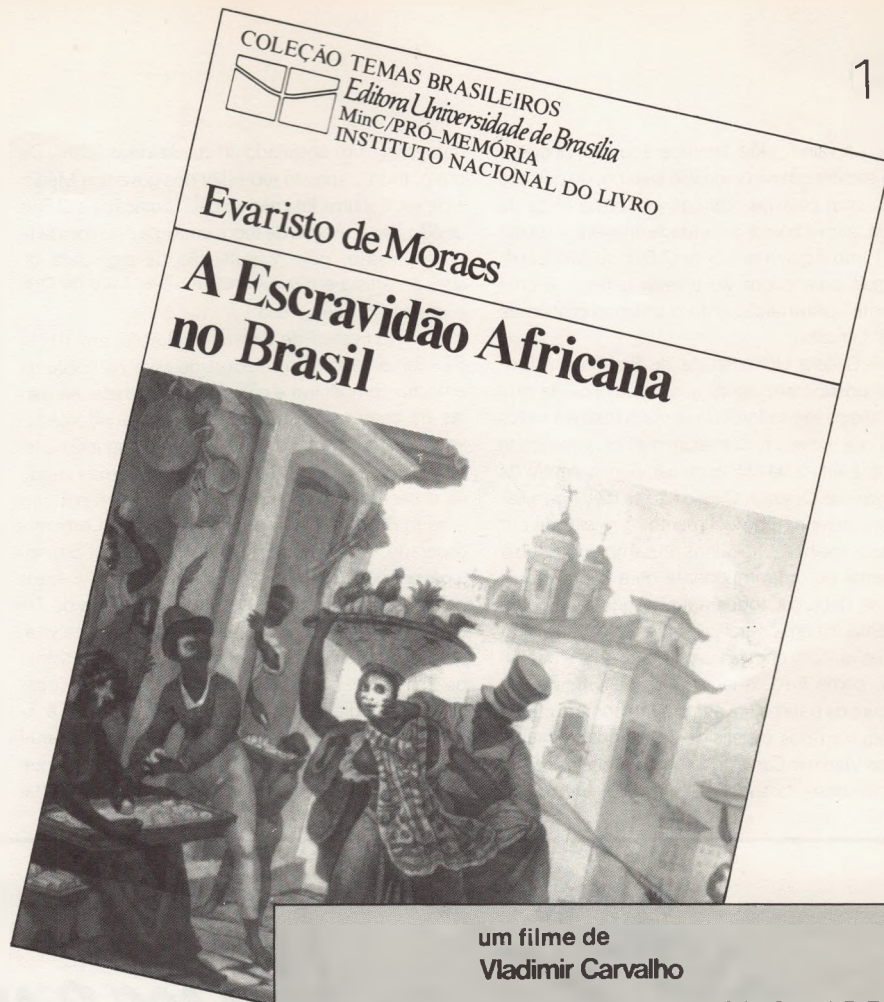
Célia Maria Ladeira
Chefe da Editoração

MORAES, Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil*. 2ª ed. Brasília, Edit. Universidade de Brasília/ INL, 1986. 140 p.

O resgate de uma obra rara

Quando a primeira parte deste livro, o ensaio "Extinção do Tráfico de Escravos no Brasil", foi publicada em 1916, Evaristo de Moraes dedicou-o ao abolicionista Israel Soares, um contemporâneo da abolição e libertador de seus irmãos de cor. Este ensaio, reunido a um outro, "A Lei do Ventre Livre", e acrescido dos debates que culminaram com a lei da Abolição da Escravatura, foi publicado pela primeira em 1933, seis anos antes da morte do autor, Evaristo de Moraes.

Esgotado há muitos anos, é agora reeditado pela Editora da Universidade de Brasília com o objetivo de oferecer aos pesquisadores e estudiosos em geral da nossa História a visão retrospectiva de um regime social-econômico que durou três séculos e só terminou às vésperas do advento da República no Brasil.



CARVALHO, Vladimir. *O País de São Saruê*. Coleção Textos de Cinema, 2. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1986. 180 p.

Em meio à luz que o branco reflete, idealiza-se a tela sobre tela, fazem-se nítidas as primeiras imagens de um filme. Do esturricado chão, dos seixos que o cobrem, emergem xique-xiques, mostra-se a vegetação típica do Nordeste. Afastamento para se visualizar as serras, conceber a vastidão do vale do rio do Peixe. Para onde correr a panorâmica, vasculhará a desolação do deserto nordestino em plena seca, em preto e em branco, nas infinitas possibilidades de variações entre o preto e o branco. A realidade passa a ser documentada com a contundência que só se consegue quando se persegue o real mesmo estando este camuflado nas infinitas dobras da ficção. A verdadeira obra de arte está ligada diretamente à capacidade de se transformar, desfigurar, transfigurar e recriar a realidade, para que ela seja melhor vista, entendida e sentida. A ficção de São Saruê, o Eldorado nordestino, serve de chão e tela para a crua realidade daqueles que são pessoas e personagens, desde o tempo em que o português fez-se senhor e dono, desde quando o gado engordado resultou na fome de seres humanos reduzidos à condição de escravos. Canto de pássaros mesclando-se com a gaita de índio, perpassando a paisagem seca para penetrar fundo nos olhos e mentes dos que vêem e ouvem: o filme começa.

Melhor ver o filme. Melhor ler o confesso pós-roteiro feito por Vladimir Carvalho em cima de

um filme de
Vladimir Carvalho



Textos de Cinema

Embrasil
Editora Universidade de Brasília

um copião, matéria-prima para que Jomar Moraes Souto concebesse seu poema, fio condutor para a viagem ao *País de São Saruê*. Juntou-se a isto o roteiro definitivo do filme, o testemunho-desabafo de Vladimir em *A Heresia de São Saruê*, onde o jornalista

e homem de cinema mostra-se um vigoroso maneirador de palavras, um caminhante seguro e espontâneo pelos caminhos da literatura. Alguns preferem o conceito de jornalismo literário. Mas isto é pouco e pobre ante a riqueza da criação e registro de

Vladimir Carvalho. Não falemos aqui do cineasta, mas do escritor em seu exercício literário, do que cria imagens com palavras, carrega-as com a força da denúncia, com a beleza da verdade revelada, exposta ao sol. Tanto é que a leitura de *O País de São Saruê*, ainda mais para quem viu e reviu o filme, é uma gratificante aproximação com o universo criativo de Vladimir Carvalho.

A Editora Universidade de Brasília e a Embrafilme possibilitam agora aos estudiosos da arte fílmica, aos pesquisadores da nossa cultura e a todos aqueles que desejam conhecer melhor a realidade brasileira, a leitura de *O País de São Saruê*, dentro da série *Textos de Cinema*. O livro não se restringe a ser uma obra literária, um documento, o roteiro de um dos nossos melhores trabalhos no campo do cinema documental ou uma importante obra sobre a qual devem se debruçar todos aqueles que pretendem documentar cinematograficamente a realidade com força criativa, com engajamento e luta. *O País de São Saruê* é, como livro, o registro da persistência, da coerência e da batalha travada por um homem contra a censura, um dos malefícios da ditadura. Durante oito anos Vladimir Carvalho lutou para que seu filme não continuasse cassado. De um lado, um magro

nordestino, um obstinado artista de idéias fortes. De outro, todo o aparato repressor dos governos Médici e Geisel. Foi uma luta não só pela liberação de *O País de São Saruê*. Acima de tudo, uma luta pela liberdade de expressão, pela manutenção da dignidade da arte, do artista em sua necessária plenitude de criar e mostrar o que se cria.

No Festival de Cinema de Brasília, em 1971, *São Saruê* havia sido selecionado para participar da amostra competitiva e não pôde ser exibido. As garas da censura mostravam-se firmes e incontestáveis. Mesmo assim, lotou-se a sessão daquela noite, na vaga ilusão de que, em cima da hora, se conseguiria o necessário atestado liberatório que o ministro Alfredo Buzaid relutava em não conceder. Como era esperado, *O País de São Saruê* não passou. Em seu lugar entrou *o Brasil bom de Bola*, exaltando os feitos da Seleção canarinho no México, a conquista do Tri. Durante toda a exibição do filme, a ininterrupta vaia, uma das possíveis manifestações do público diante de mais um exemplo de autoritarismo, de obscurantismo ditatorial. Em 1979, finalmente, a liberação do filme de Vladimir. Desta vez *São Saruê* pôde participar do Festival de Brasília e atestar que um novo tempo estava começando e que a tal

abertura era real. Mesmo nesse clima as críticas ao próprio festival não eram admissíveis e exigia-se um tom concordante e submisso para melhor se colocar ao agrado dos que premiam, julgam, decidem. Mais uma vez Vladimir Carvalho não arredou pé, mantendo-se fiel e coerente ao seu trabalho e a suas idéias. Arranjaram um prêmio especial para *O País de São Saruê*: mais uma enganação. A própria Embrafilme, à época, não deu ao trabalho de Vladimir a divulgação e a distribuição que o filme merecia. Mesmo assim, *São Saruê* é hoje um dos clássicos do cinema brasileiro e a história o colocará no lugar em que devem ficar as obras imortais, mesmo com todos os desmandos de obscuros mortais. Por isso a importância da edição de *O País de São Saruê*, um livro documento, uma obra literária e histórica, um exemplo de como a arte pode continuar sendo símbolo de resistência e objeto de luta sem deixar de ser, verdadeiramente, uma obra de arte.

Guido Heleno
Jornalista e vice-presidente
do Sindicato de Escritores do DF

ao leitor

Humanidades
Pesquisa

Quem pensa no Brasil? resultados

Os cinco principais votados da primeira pesquisa realizada pela revista *Humanidades* junto aos seus leitores foram, por ordem de votação: **1º Marilena Chauí, 2º Leonardo Boff, 3º Rubem Alves, 4º Celso Furtado e 5º Florestan Fernandes.**

A Editora Universidade de Brasília já expediu cartas para os cem leitores sorteados, contendo a relação de livros a serem escolhidos.

A Edição da revista *Humanidades* agradece o cuidado e a colaboração dos leitores que responderam à pesquisa, cujo volume e qualidade das respostas ultrapassaram de longe as expectativas da Edição, pelo pouco tempo oferecido para a veiculação da pesquisa. As sugestões de temas para artigos encaminhadas junto com várias respostas serão todas aproveitadas.

Nº CREDICARD	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 – 5ª, 6ª e 7ª andares Rio de Janeiro-RJ – Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmeiras, 11ª and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia – Centro – Maceió – Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 – 7ª and. salas 71/72 Centro – Manaus Tel.: (082) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 – 7ª and. salas 708/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes – Bairro da Sé – Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro – Fortaleza Tel.: (085) 231-8655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. Unilão – 10ª and. Brasília-DF Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 – 1ª and. Centro – Vitória – Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 – 11ª andar – salas 1113/1115 Ed. Pantheon Center Centro – Goiânia – Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 – 8ª and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro – São Luís – Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro – Cuiabá – Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande – Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 – 10ª and. conj. 1001 a 1010 Centro – Belo Horizonte – Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Szazdelo Corrêa, 160 Centro – Belém – Tel.: (091) 224-1893
PARAIBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro – João Pessoa – Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 – 4ª and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro – Curitiba – Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 – 5ª and. Salas 501/510 5ºº Antônio – Recife – Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 1294 – 2ª and. salas 204 Centro – Teresina – Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 – salas 902, 903 e 904 Edifício Caraguá – Centro – Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andradas, 995 – 6ª and. salas 801 e 802 Centro – Porto Alegre – Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 – 4ª and. Centro – Rio de Janeiro – Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 – 5ª e 6ª andares Cerqueira César – São Paulo – Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmar Cunha, 15 – 4ª andar – Bloco C conjuntos 401 e 402 – Florianópolis – Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 – salas 321 e 332 Edifício Orvieto Teixeira – Centro – Aracaju – Tel.: (079) 221-1327



Alem de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pixinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sérgio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".



Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

